

Estudos

Interdisciplinares sobre  
Gênero e Feminismo

Solange Aparecida de Souza Monteiro  
(Organizadora)



**Atena**  
Editora

Ano 2019

Estudos

Interdisciplinares sobre  
Gênero e Feminismo

Solange Aparecida de Souza Monteiro  
(Organizadora)



**Atena**  
Editora

Ano 2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Lorena Prestes  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
E82	<p>Estudos interdisciplinares sobre gênero e feminismo 1 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Estudos Interdisciplinares sobre Gênero e Feminismo; v. 1)</p> <p>Formato: PDF Requisito de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-789-5 DOI 10.22533/at.ed.895191911</p> <p>1. Identidade de gênero. 2. Sexualidade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 306.7</p>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

Feminista... é fazer aquilo que diziam que eu não podia fazer; aquilo que diziam que só o homem pode fazer, eu como mulher também posso fazer. Feminista, acima de tudo é quebrar barreira, é mostrar que a gente pode fazer o trabalho independente do homem, não necessariamente que tenha um do lado. (Ajurimar Bentes – integrante do Grupo de Mulheres Guerreiras Sem Teto, do Movimento dos Sem Teto de Salvador, 2010)

A interdisciplinaridade é uma alternativa em relação ao conhecimento compartimentado em disciplinas e ao discurso de autores contemporâneos que, se por um lado têm representado avanços em algumas discussões específicas, por outro, fica a dever na abordagem científica e na problematização de temas que devem ser considerados em sua complexidade e que ultrapassam o âmbito teórico e metodológico de uma única disciplina. A reflexão interdisciplinar, métodos de uma área para outra, o que possibilita a geração de novos conhecimentos e profissionais com fundamentação sólida e integradora.

A construção das identidades culturais e de gênero na sociedade contemporânea, cujas transformações especialmente a chamada globalização, “acirrada” desde a década de 70 são objeto de reflexão da teoria social. A partir da compressão do tempo-espaço, da globalização da economia e da informação, a construção das identidades ganha novos contornos e necessita ser discutida. As travestis, transformistas, drag-queens e transexuais os transgêneros refletem as constituições de identidade e de gênero.

A sociedade contemporânea tem sido objeto de várias discussões na teoria social, particularmente suas transformações a partir da década de 70. Nessas discussões são várias as denominações para este processo, como pós-modernidade, modernidade tardia, modernidade reflexiva. Esses rótulos, entretanto, não são o que mais importa, mas sim as modificações intensas e contundentes na contemporaneidade e, acredito, vale a pena refletir sobre alguns aspectos dessa mudança.

Antes de tratar especificamente da questão da identidade na sociedade contemporânea, parece-me importante inserir na discussão alguns autores que refletem sobre o próprio cenário contemporâneo embutindo nessa discussão, de forma mais ou menos explícita, a questão das identidades. Como se dá a construção e reconstrução das identidades em um cenário fragmentado, permeado estética e informacionalmente pela mídia, por imagens sobrepostas, por informações sobrepostas, redes, fluxos, riscos e incertezas.

Hall afirma ainda que um aspecto importante relacionado à questão da identidade estaria ligado às transformações na alta modernidade, especialmente a globalização. As mudanças de tempo e espaço, as fragmentações dentro da própria modernidade e a ruptura com antigas tradições, a diferença como característica fundamental, enfim,

processos de descontinuidade, fragmentação, ruptura, deslocação, características da alta modernidade, contribuiriam sobremaneira para a transformação das identidades, que se tornariam fragmentadas e plurais. “Quanto mais a vida social torna-se mediada pelo marketing global de estilos, lugares e imagens, pelos trânsitos internacionais, por imagens de mídia e sistemas de comunicações em redes globais, mais as identidades tornam-se destacáveis - desconectadas - de tempos, lugares, histórias e tradições específicas, parecendo estar ‘à deriva’. Somos confrontados por uma série de diferentes identidades, cada uma delas nos atraindo, ou antes atraindo diferentes partes de nós, a partir das quais parece possível fazer escolhas.” (Hall, 1995: 57). Não é possível, então, pensar as identidades de forma deslocada do contexto, da experiência concreta. Na sociedade contemporânea parece ser difícil pensar no desejo de uma “unidade”. A globalização, assim, antes de estar vinculada a uma totalidade transcendente, permitiria uma proliferação de fragmentos. Ou seja, o local como parte integrante do mundo. Paisagens reais e virtuais que, de algum modo, se oferecem ao olhar de maneira parcial, mas ao mesmo tempo, como parte de um todo.

Na construção de uma perspectiva interdisciplinar, tão necessária para se dar conta dos processos multidimensionais, usar o conceito de gênero, a reprodução das ideologias e relações de gênero a partir das seguintes dimensões a) a dimensão simbólica, referente aos modelos e tipos ideais sobre masculino e feminino; b) a dimensão normativa, que diz respeito a tradução desse mundo simbólico em normas e valores c) a dimensão institucional, pertinente as instituições sociais – tais como, família, escola, estado, igreja, mídia, mercado, dentre outras – responsáveis pela disseminação dessas normas e valores; e d) a dimensão subjetiva, que diz respeito ao processo de interiorização desses valores e comportamentos correspondentes. Outro marco fundamental é *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, publicado em 1949. A sentença mais utilizada é a notória “Não se nasce mulher, torna-se”.

Não basta a simples “transmissão de conhecimentos” teóricos provenientes dos estudos interdisciplinares de gênero e sexualidade na superação de preconceitos e discriminações na escola. É necessário ir além, abrir espaços no interior das instituições escolares para se problematizar os sentimentos, as resistências e os preconceitos que cercam esta temática.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
“E EU NÃO SOU UMA MULHER?”: FRAGMENTOS DE UM DISCURSO FEMINISTA ANTIMANICOMIAL OU SOBRE A NECESSÁRIA GARANTIA DE LUGAR DE FALA E ESCUTA À MULHER LOUCA	
Priscila Coimbra Rocha Clarice Moreira Portugal Caliandra Machado Pinheiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8951919111</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>12</b>
A FORÇA DAS CONSTRUÇÕES SOCIAIS NA VIVÊNCIA DO MÉTODO CANGURU	
Joise Magarão Queiroz Silva Mariza Silva Almeida Edméia de Almeida Cardoso Coelho Talita Batista Lefundes Kelly Cruz Pimentel Sampaio Liliane de Souza Cruz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8951919112</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>22</b>
A PARTICIPAÇÃO FEMININA NAS FORÇAS MILITARES ESTADUAIS: UM OLHAR SOBRE O PERCENTUAL PARA INGRESSO DE MULHERES NAS POLÍCIAS MILITARES À LUZ DO DIREITO FUNDAMENTAL DA IGUALDADE	
Isabel Gomes de Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8951919113</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>35</b>
A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DAS MULHERES NA AGROECOLOGIA EM ALAGOAS	
Samara Farias dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8951919114</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>47</b>
A REPRESENTAÇÃO DA FIGURA FEMININA VÍTIMA DE VIOLÊNCIA NO <i>ESTADÃO</i> : O CASO DE AMANDA BUENO	
Luíza Buzzacaro Barcellos Janie Kiszewski Pacheco	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8951919115</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>58</b>
ASSISTÊNCIA DA ENFERMAGEM OBSTÉTRICA E SEU VALOR NO RESGATE DA AUTONOMIA E EMPODERAMENTO	
Joise Magarão Queiroz Silva Talita Batista Lefundes Kelly Cruz Pimentel Sampaio Írbia Fernandes de Medeiros Letícia da Silva Cabral Cleuma Sueli Santos Suto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8951919116</b>	

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>65</b>
AS MEDIDAS PROTETIVAS MAIS APLICADAS EM CASOS ENVOLVENDO A LEI MARIA DA PENHA EM ORLEANS-SC	
Alessandra Knoll	
Felipe Basso Silva	
Gabriel Bittencourt de Aguiar	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8951919117</b>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>78</b>
DE LEGGINGS À LUTA: A CONSTITUIÇÃO DO COLETIVO FEMINISTA MARIA BADERNA NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA – IFBA	
Taise de Jesus Chates	
Mirela Santiago Santos	
Rafael Bomfim Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8951919118</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>87</b>
AS MULHERES DE CLARICE: UMA ANÁLISE FEMINISTA DOS CONTOS “A FUGA” E “RUÍDO DE PASSOS”	
Thainá Oliveira Chemelo	
Anna Marcella Mendes Garcia	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8951919119</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>100</b>
DIVERSIDADE DE GÊNERO E POLÍTICAS AFIRMATIVAS	
Jorge Adrihan do Nascimento de Moraes	
Valdenora Souza Mota	
Dayane Rainha da Silva	
Maria Madalena Pontes Melo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8951919110</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>111</b>
PRINCESAS NA <i>TIMELINE</i> : A REPRESENTAÇÃO DE GÊNERO DAS PRINCESAS DISNEY NA INTERNET	
Ana Carolina Rocha Lisita	
Patrícia Quitero Rosenzweig	
Rosa Maria Berardo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8951919111</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>124</b>
DIÁLOGOS CONJUGAIS DESENCONTRADOS EM <i>O SILÊNCIO</i> (1981), DA PORTUGUESA TEOLINDA GERSÃO (1940)	
Denise Rocha	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8951919112</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>136</b>
ERVAS MEDICINAIS: SABER E PRÁTICA NO FAZER FEMININO	
Daniela Bento Alexandre	
<b>DOI 10.22533/at.ed.8951919113</b>	



<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>146</b>
EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS NÃO ESCOLARES: UMA ANÁLISE A PARTIR DA CONCEPÇÃO DAS MULHERES DEPENDENTES QUÍMICAS	
Ana Tereza Bernardo Ribeiro de Jesus Suzana Alves Nogueira Larissa da Conceição Alves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.89519191114</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>150</b>
A INSERÇÃO DAS MULHERES NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NORDESTINO ATRAVÉS DE DINÂMICAS ECONÔMICAS COLABORATIVAS	
Sunamita Iris Rodrigues Borges da Costa Assíria Marielle da Silva Dantas Azilis Camille Pierrel Laísa Maria da Silva Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.89519191115</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>163</b>
LAERTE-SE: A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE ALÉM DO GÊNERO	
Juliana Maria Duarte Marques	
<b>DOI 10.22533/at.ed.89519191116</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>175</b>
EXPRESSÕES ATIVISTAS DO POLIAMOR E DESBANQUE DE PRIVILÉGIOS MASCULINOS: ENFRENTAMENTO PELA PSICOLOGIA POSITIVA E RECURSO TÉCNICO DA RESILIÊNCIA	
Maria Juivalda Barbosa Izaura Maria Carvalho da Graça Furtado	
<b>DOI 10.22533/at.ed.89519191117</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>186</b>
MULHER PRETA E A INTELLECTUALIDADE “ A SÍNDROME DA NEGA METIDA”	
Thalita Santos Reis Luduvico	
<b>DOI 10.22533/at.ed.89519191118</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>195</b>
MOVIMENTO CAPOEIRA MULHER – MANDINGAS, MALÍCIAS, SABERES ANCESTRAIS E FEMINISMO NA RODA	
Maria Zeneide Gomes da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.89519191119</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>209</b>
MULHERES AMAZÔNIDAS E SUA RELAÇÃO COM EMPRESAS DE BIOCOSMÉTICOS: ENTRE NOVAS RURALIDADES E VELHAS CONCEPÇÕES DE GÊNERO	
Ruth Helena Cristo Almeida Carolina da Silva Gonçalves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.89519191120</b>	

<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>217</b>
O DESAFIO DAS PESCADORAS DE AÇUDE DO TERRITÓRIO DOS INHAMUNS CRATEÚS. IDENTIDADE, TRABALHO E RECONHECIMENTO	
Viviana Pittalis	
Anita Dias	
DOI 10.22533/at.ed.89519191121	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>227</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>228</b>

## “E EU NÃO SOU UMA MULHER?”: FRAGMENTOS DE UM DISCURSO FEMINISTA ANTIMANICOMIAL OU SOBRE A NECESSÁRIA GARANTIA DE LUGAR DE FALA E ESCUTA À MULHER LOUCA

**Priscila Coimbra Rocha**

Universidade Federal da Bahia, Instituto de Saúde Coletiva  
Salvador - Bahia

**Clarice Moreira Portugal**

Universidade Federal da Bahia, Instituto de Saúde Coletiva  
Salvador - Bahia

**Caliandra Machado Pinheiro**

Universidade Federal da Bahia, Instituto de Saúde Coletiva  
Salvador - Bahia

**RESUMO:** A não universalidade da categoria “mulher” tem sido objeto de atenção da teoria e de práticas feministas. Através da afirmação de outras humanidades, em encontros de fragmentos de discursos feministas e de discursos antimanicomial, sobrevém a possibilidade de visibilizar mulheres outras, como as loucas. Para a questão da não essencialização da mulher, a teoria da interseccionalidade se apresenta como uma resposta teórica e política possível. O artigo objetiva refletir sobre o lugar de fala das mulheres loucas, nesse sentido, compreendendo e inserindo a loucura como categoria analítica útil para o debate interseccional. O texto apresenta três linhas de tessituras: Gênero e Saúde Mental no contexto da Reforma Psiquiátrica

Brasileira; Interseccionalidade e Feminismo Interseccional; e Loucura como categoria útil para análise interseccional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Feminismo, Interseccionalidade, Mulher Louca.

“AIN’T I A WOMAN?”: FRAGMENTS FROM AN ANTI-ASYLUM FEMINIST DISCOURSE OR ABOUT THE NECESSARY GUARANTEE OF PLACE OF SPEECH AND LISTENING TO THE MAD WOMAN

**ABSTRACT:** The non-universality of the “woman” category has been the object of feminist theory and practice. Through the affirmation of other humanities, in encounters of fragments of feminist discourses and anti-asylum discourses, emerges the possibility of making other women visible, as the mad ones. Taking into account the issue of non-essentialization of women, the theory of intersectionality appears as a possible theoretical and political answer. The article aims to reflect on the place of speech of mad women, in this sense, comprehending and introducing madness as a useful analytical category for intersectional debate. The text presents three lines of textures: Gender and Mental Health in the context of the Brazilian Psychiatric Reform; Intersectionality and Intersectional Feminism; and Madness as a useful category

for intersectional analysis.

**KEYWORDS:** Feminism. Intersectionality. Mad woman.

## 1 | INTRODUÇÃO

A questão de Sojourner, mulher negra, nascida em cativeiro, abolicionista afro-americana, escritora e ativista dos direitos da mulher, “- E eu não sou uma mulher?!”, formulada em 1851 em Ohio nos EUA permanece atual, ainda que passados mais de um século. A argumentação sustentada por Sojourner quando de sua participação na Convenção dos Direitos da Mulher, ainda que em discurso feito de improviso, foi registrada por outrem e publicada à época:

Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessarem um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para o meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum me conseguiu superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também aguentei as chicotadas! E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher? (ROBINSON, 1851 apud RIBEIRO, 2017, p. 20).

Questão atual em sua forma, posto que ainda seja necessário disputar politicamente a possibilidade de produção intelectual de grupo de mulheres historicamente marginalizadas, na qualidade de sujeitos históricos. Questão atualizada em seu conteúdo, posto que o feminismo interseccional se apresenta como orientador e também como desafio para as questões de mulheres; e em consequência, como herança desse movimento matriarcado, outros feminismos tem podido se apresentar, como o feminismo antimanicomial.

Retornando à questão de Sojourner, em convergência com argumentação feita por Djamila Ribeiro (2017), tal discurso aponta para um “grande dilema que o feminismo hegemônico viria a enfrentar: a universalização da categoria mulher” (RIBEIRO, 2017, p. 21), ao tempo em que “desafiava o modo pelo qual as representações do feminismo estavam sendo concebidas e, na prática, tentava restituir humanidades negadas” (RIBEIRO, 2017, p. 23).

E é no ponto da possibilidade de afirmação de outras humanidades que os fragmentos de discursos feministas e de discursos antimanicomiais se encontram, na perspectiva de visibilizar as mulheres loucas, potencializar seu lugar de fala e fazer emergir a loucura como categoria analítica útil para o debate interseccional.

A não universalidade da categoria “mulher” nem sempre esteve no escopo da teoria e prática feministas. Conceição Nogueira (2017) nos orienta na compreensão de que referir-se a mulher, em essência, tornou-se insuficiente para dar conta da realidade de todas as mulheres, sendo, portanto, para a autora, a teoria da

interseccionalidade tomada como uma resposta teórica e política possível às questões que tem surgido dentro dos feminismos.

No campo do movimento e da luta antimanicomial tanto na teoria quanto na prática pouco tem se incorporado as questões de gênero. Apesar dos processos de desinstitucionalização colocarem entre parênteses a doença para que o sujeito emergja, essa emergência ainda pouco tem escutado e visibilizado as questões das mulheres loucas. Ainda no tangente à desinstitucionalização, o que está em jogo na Reforma Psiquiátrica é a desconstrução de saberes, práticas e discursos comprometidos com a objetivação da loucura e sua redução à doença. De tal sorte que vislumbrar uma sociedade igualitária, livre de manicômios, significa lutar contra todas as formas de opressão existentes; e a luta antimanicomial é uma delas, também o é a luta feminista, sendo estes os pontos de aproximação nos quais nos implicamos.

As lutas feministas e as lutas antimanicomiais, se articuladas, têm diversos pontos de tangenciamento e convergência. Como argumentado por Rachel Passos e Melissa Pereira “ambas nos colocam frente à problemática da dominação burguesa e patriarcal sobre as mulheres, a partir da medicalização e institucionalização, o que encontra na lógica manicomial saberes e espaços privilegiados” (PASSOS e PEREIRA, 2017, p. 27). Ainda para as autoras, além disso:

A Reforma Psiquiátrica e os Feminismos Interseccionais apresentam muitas possibilidades de diálogos teóricos e de uma práxis. Ao serem calcados a partir de uma importante crise de paradigmas das Ciências Sociais, Humanas e da Historiografia, ambos foram diretamente influenciados – e influenciaram – os movimentos sociais correspondentes. Esses são aspectos centrais que não nos permitem mais adiar este diálogo tanto nos debates antimanicomiais quanto nos feministas, a fim de que a abordagem ganhe fôlego nos movimentos sociais, na academia, nos espaços de formação e cotidiano dos serviços de saúde, assistência social, educacionais, entre outros (PASSOS e PEREIRA, 2017, p. 27).

Diante desse escopo, este artigo objetiva refletir sobre o lugar de fala das mulheres loucas tendendo a fazer emergir a loucura como categoria analítica útil para o debate interseccional. O texto será produzido a partir de três linhas de tessituras: a primeira versará sobre Gênero e Saúde Mental no contexto da Reforma Psiquiátrica Brasileira; a segunda sobre Interseccionalidade e Feminismo Interseccional; a terceira sobre Loucura como categoria útil para análise interseccional.

## **2 | GÊNERO E SAÚDE MENTAL NO CONTEXTO DA REFORMA PSIQUIÁTRICA BRASILEIRA**

O campo da saúde mental, reconhecido como prioritário na atenção à saúde, não tem apresentado suficientemente em suas diretrizes políticas e assistenciais modelos que reconheçam as desigualdades de gênero. O movimento da reforma psiquiátrica brasileira, ainda que sustentado nos direitos humanos, tanto na teoria

quanto na prática, pouco tem incorporado especificidades do adoecimento psíquico de mulheres.

No Brasil, estudos apontam que as mulheres são a maioria na maior parte dos serviços de saúde mental criados no processo da reforma psiquiátrica brasileira como usuárias e/ou familiares e, sobretudo, consumidoras de psicofármacos prescritos nesses serviços (MALUF e TORNQUIST, 2010; ANDRADE, 2010; VARGAS, 2015).

Nesse cenário existem particularidades quanto a maior ou menor presença das mulheres nesses serviços: nos serviços da atenção básica a presença de mulheres é significativamente maior, já nos serviços da atenção psicossocial voltados para álcool e outras drogas a presença de mulheres é menor, quando comparada à presença de homens, o que pode indicar diferenças socioculturais, dentre outras, nos modos como mulheres e homens lidam com seus sofrimentos (MALUF e ANDRADE, 2017).

Uma revisão integrativa de literatura sobre adoecimento psíquico em mulheres brasileiras (SILVA et al, 2013) sinaliza que tais processos se relacionam com: conflitos das relações conjugais, de trabalho e a violência de gênero; bem como com a infertilidade, o envelhecimento e as doenças crônicas, e também as preocupações imagéticas corporais.

Estudos sobre os diagnósticos e sintomas, a partir de uma perspectiva de gênero e saúde mental, têm demonstrado em seus resultados diferentes processos de adoecimento mental: há prevalência de diagnósticos relacionados aos transtornos do humor em mulheres e, nos homens, de esquizofrenia, transtornos esquizotípicos e delirantes; ainda apontam resultados que evidenciaram o adoecimento psíquico feminino relacionado ao campo de vivências cotidianas, marcadamente violências, demonstrando processos de medicalização da vida, psiquiatrização e psicologização, sobretudo no caso das mulheres (CAMPOS e ZANELLO, 2016).

Em estudo realizado em hospital psiquiátrico (ZANELLO e BUKOWITZ, 2011), sublinha-se o quanto o sofrimento psíquico é mediado e constituído por valores de gênero, destacando a quebra psíquica como um evento não aleatório. No estudo citado, as autoras encontraram uma prevalência de 77% de falas marcadas por queixas relacionais (amorosas, familiares e outras) dentre as mulheres, além de uma afirmação da beleza, sexo, autoenaltcimento e capacidade de cuidar; e discursos marcados (71%) pela virilidade sexual, laborativa, de força física, fama e riqueza, além de queixas amorosas e familiares entre os homens.

Em convergência, um estudo realizado em Centro de Atenção Psicossocial – serviço substitutivo aos hospitais psiquiátricos – aponta que enquanto a fala das mulheres é marcada, sobretudo, pelo sofrimento em não conseguir maternar e dar conta dos afazeres domésticos, por vezes relegado ao silenciamento; na dos homens destacou-se o sofrimento em não poder trabalhar e prover a família, além da importância e dificuldade em se manter em uma sexualidade masculina hegemônica (ZANELLO, FIUZA, COSTA, 2015).

Ademais, Zanello, Bukowitz e Coelho (2011) e Zanello, Fiuza e Costa (2015)

apontam valores e ideias relacionados a homens e mulheres, de diversas faixas etárias e classes sociais dentro da nossa cultura, de tal forma que, segundo as autoras, as categorias valorizadas nas mulheres percorrem três eixos: renúncia sexual, traços de caráter relacional e beleza estética; os homens por sua vez são valorizados em relação à virilidade sexual, comportamento sexual ativo e laborativo, ser “provedor”.

Um dos principais mecanismos de incitação das performances gendradas são as tecnologias de gênero. Tecnologia de gênero é terminologia cunhada por Teresa de Lauretis (LAURETIS, 1984 apud ZANELLO, 2016) e refere-se a tecnologias sociais, práticas críticas institucionalizadas e atos da vida cotidiana que possuem a função de constituir indivíduos concretos em homens e mulheres, promovendo engajamento em modelos de subjetividade socialmente desejáveis; ou sejam, engendram modos e processos de subjetivação, criam e reafirmam modos de sentir e de (se) perceber.

Para Zanello (2018), atualmente as tecnologias de gênero têm provocado dois aspectos naturalizados e considerados como fundamentais para plena realização de uma mulher: o amor (dispositivo amoroso) e a maternidade (dispositivo materno) e estes se constituem como caminhos privilegiados para processos de subjetivação de mulheres existentes em nossa cultura.

Ainda para Zanello (2018) os processos de adoecimento de mulheres, marcadamente medicalizados e medicalizantes via psiquiatrização e psicologização, têm ocupado lugares através de discursos e ausências através de silenciamentos. Se, por um lado, existem produções científicas de diversas áreas sobre o tema, por outro, parece existir um equívoco que tende a reduzir ao foro íntimo, ou seja, ao campo privado, processos que são construídos social e politicamente, como a compreensão de diagnósticos psicopatológicos relacionados à saúde da mulher.

O breve panorama demonstra a necessidade de que se analise a questão de forma interseccional, considerando também as relações de raça, e – por que não? – tomando a loucura como categoria de análise. Nesse sentido, ela é entendida como categoria social que causa opressão, de forma a propiciar uma ampliação dos debates sobre a prática psiquiatrizante e psicologizante de lidar com o sofrimento mental de mulheres no campo da saúde, que tende a reificar a “doença” e reduzir a mulher a um corpo biológico, uma vez que destaca aspectos gendrados biologizantes da experiência do sofrimento psíquico. Sigamos agora às duas linhas de tessitura seguintes, quais sejam: Interseccionalidade e Feminismo Interseccional; e Loucura como categoria útil para análise interseccional.

### **3 | INTERSECCIONALIDADE E FEMINISMO INTERSECCIONAL**

Interseccionalidade é uma formulação do campo das ciências sociais, do início dos anos de 1990, desenvolvida por Kimberlé Crenshaw, cuja proposta é levar em

conta as múltiplas fontes da identidade e a associação de sistemas múltiplos de subordinação.

É uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p 177).

O conceito, elaborado por feministas negras, constitui uma ferramenta teórico-metodológica fundamental para ativistas e teóricas feministas comprometidas com análises que identifiquem os processos de interação entre as categorias classe, gênero e raça em contextos individuais, práticas coletivas e arranjos culturais/institucionais (RODRIGUES, 2013).

Hirata (2014), numa aproximação didática, apresenta o conceito com subdivisão em duas categorias: a *interseccionalidade estrutural*, que se exemplifica na posição das mulheres de cor na intersecção da raça e do gênero, em suas repercussões na experiência da violência conjugal e do estupro, bem como nas formas de resposta a tais violências; e a *interseccionalidade política*, que se apresenta nas políticas feministas e antirracistas que acabam por marginalizar a questão da violência em relação às mulheres de cor.

As interseccionalidades são formas de capturar as consequências da interação entre duas ou mais formas de subordinação: sexismo, racismo, patriarcalismo, dentre outras. Essa noção de 'interação' entre formas de subordinação possibilitaria superar a noção de superposição de opressões. A interseccionalidade trataria da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, confluindo e, nessas confluências constituiriam aspectos ativos do desempoderamento (HIRATA, 2014).

Crenshaw (2002) oferece a imagem de diversas avenidas, em cada uma das quais circula um desses eixos de opressão, sendo que em certos lugares, as avenidas se cruzam, e a mulher que se encontra no entrecruzamento tem que enfrentar simultaneamente os fluxos que confluem, oprimindo-a.

A interseccionalidade pode ser vista também como uma das formas de combater as opressões múltiplas e imbricadas, portanto, como um instrumento de luta política. É nesse sentido que Piscitelli (2008) considera a interseccionalidade ao mesmo tempo um projeto de conhecimento e uma arma política, que diz respeito às condições sociais de produção de conhecimentos e à questão da justiça social. Para a autora, é necessário pensar conjuntamente as dominações a fim de, justamente, não contribuir para sua reprodução.

Ora, se admitirmos que as relações sociais de poder são interseccionais, dentro do movimento feminista não aparecerão apenas as relações de gênero, mas todas aquelas que se entrecruzam com ele, validando um dos critérios



definidores de movimento social: a pluralidade de atores, discursos e ações. Ao partir da contingência e desejando possuir incidência sobre ela, o movimento feminista parte não apenas da vida experienciada das diversas mulheres que o compõem, como passa a lidar com a vida de outras mulheres imbricadas nas diversas combinações que podem existir entre as dimensões estruturantes e interseccionalizadas de suas vidas. Assim, vários sujeitos, demandas e ações são constituídos a partir da categoria não homogênea “mulher”, abrindo-se espaço para falar não em feminismo, mas em feminismos (BRAH, 2006, p. 9).

Conceição Nogueira (2017), na obra “Interseccionalidade e Psicologia Feminista”, tomando as lutas históricas das mulheres negras, descreve que a figura da mulher dócil, frágil, dependente de uma relação heterossexual, não condizia com a realidade de uma grande parcela de mulheres a quem a vida do trabalho e de outras opressões se apresentava.

Ainda nessa direção, Rachel Passos e Melissa Pereira (2017) argumentam que as mulheres globais do sul – mulheres negras, mulheres indígenas, mulheres *loucas* (grifo nosso) – têm denunciado sua não representatividade pelo que se costumou chamar de “feminismo branco acadêmico”. As autoras descrevem que essas mulheres através dos movimentos sociais e também de produções teóricas têm mobilizado e questionado os feminismos, tensionando-os por meio de outras problematizações e teorizações.

Os questionamentos teóricos e as proposições militantes permeiam os múltiplos feminismos, ampliando a categoria gênero e a concepção das relações sociais e fazendo com que se considerem inúmeras variáveis que determinam o que é ser mulher, tanto na forma objetiva quanto subjetiva. Em especial, passa a se chamar atenção para as singularidades, as diferentes opressões e os diferentes lugares sociais das mulheres. Esse tem sido um importante processo entendido como feminismos interseccionais (CRENSHAW, 2002; NOGUEIRA, 2017; HIRATA 2014).

Ora, se é tão importante ouvir mulheres outras, possibilitar lugar de fala a múltiplas mulheres, no tom da questão de Caetano, questionamo-nos: “por que não?!” Por que não ouvir e deixar falar as mulheres loucas? E por que não fazer emergir a loucura como categoria analítica útil para o debate interseccional?

#### **4 | LOUCURA COMO CATEGORIA ÚTIL PARA ANÁLISE INTERSECCIONAL**

Antes de tratar sobre a loucura como categoria útil para análise interseccional, é importante compreender lugar de fala, já que é a particularidade da vivência das mulheres loucas que pode fazer emergir tal categoria.

O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir [...] pensamos lugar de fala como uma forma de refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes. [...] Por ocuparem a mesma localização social indivíduos igualmente compartilham experiências nessas relações de poder, e são essas os objetos de análise [...] Por mais que sujeitos sejam reacionários não deixaram de sofrer opressões e por mais que sujeitos sejam privilegiados não vão deixar de ganhar benefícios estruturais [...] o lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar, porém o lugar que ocupamos

socialmente nos faz ter experiências distintas e perspectivas tb.. a teoria do ponto de vista feminista e lugar de fala refutam a visão universal de mulher (RIBEIRO, 2017, p. 67-69).

Djamila Ribeiro (2017), ao nos advertir que a história tem mostrado que a invisibilidade mata, o faz ao argumentar acerca da discussão foucaultiana sobre o biopoder, que se trata de “fazer viver e deixar morrer” (FOUCAULT, 1999, p. 287). Ou ainda, em última instância, “deixar viver ou deixar morrer”. A isso, Ribeiro acrescenta que as pessoas negras, e as loucas (grifo nosso), ao reivindicarem o direito a ter voz, estão reivindicando o direito à própria vida, na acepção de que se definir é um status importante de fortalecimento e de demarcar possibilidade de transcendência da norma colonizadora (RIBEIRO, 2017, p. 43).

Djamila Ribeiro (2017), partindo da teoria do ponto de vista feminista, argumenta que é possível falar de lugar de fala, dado que a realidade de grupo transcende a experiência individual, salientando que se enfatiza menos as experiências individuais dentro de grupos socialmente construídos do que as condições sociais que constituem esses grupos. E não se trata disso a vivência das mulheres loucas?

Ainda em Djamila Ribeiro (2017), tomando Patrícia Hill Collins (1997), argumenta-se que as condições sociais permitem ou não que esses grupos acessem lugares de cidadania, sendo este, antes de tudo, um debate estrutural em torno de como o lugar social que certos grupos ocupam restringem ou expandem oportunidades, dada a localização do grupo nas relações de poder. E não se trata disso a vivência das mulheres loucas?

De tal sorte que a loucura pode ser tomada como categoria útil de análise interseccional. É preciso entender as categorias como elementos da estrutura social que emergem como dispositivos que favorecem desigualdades e criam grupos, em vez de pensar essas categorias como descritivas da identidade aplicadas a indivíduos (RIBEIRO, 2017, p. 61). E não se trata disso a vivência das mulheres loucas?

Louca entendida como em Pelbart (1990), como personagem social produzido com o encargo simbólico de corporeificar a loucura, esta última permeada na perspectiva asilar com ares de preconceito e estigma, todavia na perspectiva psicossocial como modos de existência e estilos de vida.

Para uma possível compreensão histórica, Moreira (2015) ao revisitar Foucault e sua “História da Loucura”, mostra como a questão da loucura se configurou enquanto instituição de determinados saberes, em especial, o saber médico/psiquiátrico, que se apropriou da loucura como objeto, convertendo-a em doença mental e traçando critérios de classificação nosográficas aos/às “desajustados/as” que ameaçavam a ordem social da família burguesa no mundo ocidental. Sendo nesse contexto, como demonstrado pela autora, que as sensibilidades do corpo, atribuídas principalmente à diferença sexual binária, passaram a servir como preceito científico que designam patologias (MOREIRA, 2015).

Contudo, não somente o saber médico/psiquiátrico opera esse processo;

ainda segundo Moreira (2015), o saber psicológico, promovido principalmente pela Psicanálise, tem servido a um discurso fundante de uma “personalidade feminina”, *lócus* privado, centrado na falta, e o discurso em torno da intimidade tem ajudado a separar as questões pessoais das questões políticas, constituindo indivíduos alheios de sua produção de subjetividade atravessadas pelos acontecimentos do mundo público.

O que está em jogo na Reforma Psiquiátrica no que diz respeito à desinstitucionalização é a desconstrução de saberes, práticas e discursos comprometidos com a objetivação da loucura e sua redução à doença. Tratando-se aqui de uma compreensão da instituição enquanto algo dinâmico e necessariamente complexo onde se entrecruzam práticas e saberes que produzem determinadas formas de perceber, entender e relacionar-se com os fenômenos sociais e históricos (AMARANTE, 1994).

É preciso retornar aos princípios da Reforma Psiquiátrica e trazer à memória o que nos adverte Rotelli (1990) “faz-se necessário repetir algo para nós óbvio, mas desconhecido para muitos: a instituição colocada em questão não foi o manicômio, mas a loucura, a própria essência da questão psiquiátrica” (ROTELLI, 1990, p. 89).

Trata-se de uma ruptura epistemológica. Para Rotelli, o objeto sempre foi a “existência-sofrimento e sua relação com o corpo social” (ibidem). Para tanto, a base da instituição inventada necessita de um projeto de desinstitucionalização que coincida com a reconstrução da complexidade do objeto: o problema se tornará não a cura, mas a emancipação, não se tratando de reparação, mas de reprodução social das pessoas em seus processos de singularização.

O olhar médico não encontra o doente, mas a sua doença. Em seu corpo não lê uma biografia, mas uma patologia, na qual a subjetividade do paciente desaparece atrás da objetividade dos sinais sintomatológicos que não remetem a um ambiente, a um modo de viver ou a uma série de hábitos adquiridos, mas a um quadro clínico, cujo enfoque faz com que as diferenças individuais que afetam a evolução da doença desapareçam naquela gramática de sintomas, por meio da qual se torna possível ao médico classificar a entidade mórbida.

Mas quando os sintomas, de expressões de uma dificuldade e de um desequilíbrio nas condições de vida, se tornam simples sinais de uma doença que, ao invés de se inscrever no mundo social, se inscreve no mundo patológico, a doença vem subtraída ao controle do grupo com o qual não pode mais intercambiar. Passa a ser confiada a uma observação de um olhar, o olhar médico que, autônomo, se move em um círculo onde só pode ser controlado por ele próprio e onde soberanamente distribui sobre o corpo do doente o saber que adquiriu (GALIMBERTI, 1984 apud ROTELLI, 1990, p. 91, grifo nosso)

Parafraseando Basaglia, que contribuiu com uma das mais radicais transformações no campo da psiquiatria, trata-se de colocar a “doença entre parênteses”, não no sentido de negação de que exista algo que produza dor,

sofrimento, mal-estar, mas a “recusa à aceitação da completa capacidade do saber psiquiátrico em explicar e compreender o fenômeno loucura/sofrimento psíquico, assim reduzido ao conceito de doença” (AMARANTE, 1994, p 65).

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível pensar, então, a atualidade da questão de Sojourner “eu não sou uma mulher?” em processos de reconhecimento de diferenças e particularidades das entre as mulheres. É possível também tomar a interseccionalidade como um conceito em expansão, não restrito às categorias gênero, classe, raça, sexualidade, de tal sorte que a loucura pode ser tomada, em alguma perspectiva, como categoria de análise na perspectiva interseccional.

Para tanto, plasticidade e abertura são necessárias. Necessário é, também, por parte de quem sempre foi autorizado a falar ceder lugar de fala às mulheres loucas, e mais que isso, ceder escuta ao que as loucas dizem de si e de todas nós, outras, tantas, muitas. Processo este que produz inquietação diante dos enquadramentos sociais aos quais as mulheres estão submetidas e das formas como são classificadas quando decidem rompê-los. Não negando essas especificidades é preciso, portanto, unir as lutas feminista e antimanicomial.

## REFERÊNCIAS

- AMARANTE, PD. Uma aventura no manicômio: a trajetória de Franco Basaglia. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, v. 1, n. 1, p. 61-77, 1994.
- ANDRADE, APM. O gênero na política de saúde mental brasileira. In: MALUF SW; TORNQUIST CS. **Gênero, saúde e aflição: abordagens antropológicas**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2010, p. 273-293.
- BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu**, v. 26, p. 329-376, 2006.
- CAMPOS IO; ZANELLO V. Saúde mental e gênero: o sofrimento psíquico e a invisibilidade das violências. Vivência: **Revista de Antropologia**, n. 48, p. 105-118, 2016.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, n. 17. v. 1, 2002.
- FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade** - Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- HIRATA, H. Gênero, classe, raça. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, v. 26, n. 1, 2014.
- MALUF SW; TORNQUIST CS. Nervos e nervosas no contexto das aflições contemporâneas. In: MALUF SW, TORNQUIST CS. (Org.). **Gênero, saúde e aflição: abordagens antropológicas**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2010, p. 441-457.

MOREIRA, ES. **Gênero e Saúde Mental: entrelaçamentos de diagnósticos psicopatológicos e violência doméstica e familiar contra mulheres**. Monografia. Graduação em Psicologia. Universidade Católica de Brasília. 2015

NOGUEIRA, Conceição. **Interseccionalidade e psicologia feminista**. Salvador: Editora Devires, 2017.

PASSOS, RG, PEREIRA, MO. Luta Antimanicomial, Feminismos e Interseccionalidade. In: PEREIRA, MO, PASSOS, RG. (Org.). **Luta antimanicomial e feminismos: discussões de gênero, raça e classe para a reforma psiquiátrica brasileira**. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.

PELBART, PP. Manicômio mental – A outra face da clausura. **Revista Saúde & Loucura**, n. 2, p. 131-138, 1990.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n.2, p. 263-274, 2008.

RIBEIRO, D. **O que é: lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

RODRIGUES, C. Atualidade do conceito de interseccionalidade para a pesquisa e prática feminista no Brasil. In: **FAZENDO GÊNERO 10**, 2013, Florianópolis. Disponível em [http://www.fg2013.www2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373303618\\_ARQUIVO\\_cristianorodriguesFG2013.pdf](http://www.fg2013.www2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373303618_ARQUIVO_cristianorodriguesFG2013.pdf). Acesso em: 18 Nov. 2018.

ROTELLI, F. In: NICÁCIO, F (Org.). **Desinstitucionalização**. São Paulo: HUCITEC, 1990, p.89-99.

SILVA, CRS et al. Sofrimento psíquico em mulheres brasileiras: uma revisão integrativa. **EFDeportes.com**, n. 184, 2013. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd184/sofrimento-psiquico-em-mulheres-brasileiras.htm>. Acesso em: 12 Nov. 2018.

VARGAS R. A integralidade da atenção à saúde na percepção de profissionais. In: NEGRAO T; VARGAS R; RODRIGUES, LP. (Org.). **Saúde mental e gênero: novas abordagens para uma linha de cuidado – a experiência de Canoas (RS)**. Porto Alegre: Coletivo Feminino Plural, 2015, p. 13-40.

ZANELLO, V. Dispositivo materno e processos de subjetivação: desafios para a Psicologia. In: ZANELLO, V; PORTO, M (org). **Aborto e (não) desejo de maternidade(s): questões para a Psicologia**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2016, p. 103-122.

ZANELLO, V; BUKOWITZ, B. Loucura e cultura: uma escuta das relações de gênero nas falas de pacientes psiquiatrizados. **Revista Labrys Estudos Feministas**, v. 20-21, 2011.

ZANELLO, V; BUKOWITZ, B; COELHO, E. **Xingamentos entre adolescentes em Brasília: linguagem, gênero e poder**. Brasília: Interações, 2011.

ZANELLO, V; FIUZA, G; COSTA, HS. Saúde Mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. Dossiê Políticas Sexuais e de Gênero no Contemporâneo. **Fratcal: Revista de Psicologia**, v. 27, n. 3, p. 238-246, 2015.

ZANELLO, V. **Saúde Mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. Curitiba: Appris, 2018.

## A FORÇA DAS CONSTRUÇÕES SOCIAIS NA VIVÊNCIA DO MÉTODO CANGURU

**Joise Magarão Queiroz Silva**

IUNE EDUCACIONAL UNIME

Salvador – Bahia

**Mariza Silva Almeida**

Universidade Federal da Bahia

Salvador-ba

**Edméia de Almeida Cardoso Coelho**

Universidade Federal da Bahia

Salvador-ba

**Talita Batista Lefundes**

IUNE EDUCACIONAL UNIME

Salvador - Bahia

**Kelly Cruz Pimentel Sampaio**

IUNE EDUCACIONAL UNIME

Salvador – Bahia

**Liliane de Souza Cruz**

IUNE EDUCACIONAL UNIME

Salvador – Bahia

**RESUMO:** A maternidade acarreta transformações psicológicas, no que tange aos aspectos profissionais, sexuais, afetivos e familiares que configuram a identidade feminina. Objetivou-se analisar a vivência de mães no Método Canguru. Trata-se de um estudo exploratório e descritivo com abordagem qualitativa. Foi realizado em duas Instituições Públicas no Município de Salvador-Ba. A produção empírica dos dados ocorreu por meio

de entrevista semiestruturada e oficinas de reflexão durante os meses de julho a dezembro de 2013. Participaram dessa pesquisa 16 mães, sendo 10 da instituição A e 09 da Instituição B, destas, somente 16 cumpriram os critérios de inclusão. O material empírico foi analisado por meio de análise de conteúdo sob a abordagem teórica de gênero. As mães participantes do estudo, mesmo relatando várias dificuldades para sua permanência na unidade canguru, refeririam, satisfação pelo fato de poder estar ao lado do/a filho/a, embora ansiosas, com saudades de casa, marido e de outros/as filhos/as. Questões de gênero ainda são fortemente vigentes nos dias atuais, reforçando a ideia da procriação e o papel feminino na realização dos afazeres domésticos, socialização dos filhos (as), cuidados com outros como idosos, pessoas doentes entre outros.

**PALAVRAS-CHAVE:** Método Canguru, cuidado e enfermagem, prematuridade.

### THE INFLUENCE OF SOCIAL CONSTRUCTIONS ON EXPERIENCING THE KANGAROO CARE

**ABSTRACT:** Maternity brings up many psychological changes regarding career, affection, family and sexual aspects related to the women identity. This research have the objective to

analyse the living of the mothers under the Kangaroo care. It is a exploratory and descriptive research with qualitative approach. This study was conducted in two Public Institutions in Salvador, Bahia. The empiric data production involved a semi-structured interview and workshops during the months of July until December, 2013. Sixteen mother participated of this research. Initially, we had 10 mothers from institute A and 9 mothers from institute B, however only 16 of them could be included by our criteria. The data had been analyzed under theoretical perspectives on gender. The chosen mother participated in the research expressed many drawbacks involved with their permanency at the Kangaroo unit, they were glad they could stay longer with their children even though apart from home, husband and other kids (some mothers). Questions about gender are strong nowadays, strengthening the idea of birth and the female role on house cleaning, children socialization and either elderly or sick people care.

**KEYWORDS:** Kangaroo Care, Nursing and care, prematurity.

## INTRODUÇÃO

O amor materno é profundo e impossível de ser mensurado apenas por um aspecto que diz respeito à permanência ininterruptamente ao lado do/a filho/a. Comum aos seres humanos e não restrito à natureza feminina, as construções socioculturais acompanham a evolução das atitudes maternas, e como resultado tem-se o interesse e a dedicação à criança de modo diferenciado para cada mulher (BADINTER, 1985).

O amor materno, era considerado como pré-concebido, pré-formado, esperando-se só a ocasião para o exercer. Assim, diante da afirmativa de ser o amor materno inato e natural, como se pode explicar que esse sentimento, dito instintivo, se manifeste em algumas mulheres e em outras não? (MELLO, 2002).

Em relação à maternidade é de suma importância para a noção de feminilidade, destacar que a reorganização da identidade ameaçada leva tempo para se alcançar. É importante considerar que o fator biológico estabelece limites, e a forma de lidar com essa imposição dependerá da personalidade e das circunstâncias de cada mulher (MANSUR, 2003).

A maternidade acarreta transformações psicológicas, no que tange aos aspectos profissionais, sexuais, afetivos e familiares que configuram a identidade feminina, bem como a forma pela qual elas colaboram para a auto realização da mulher. Desse modo, a identidade feminina deve ser vista como um constructo complexo, que envolve amor, sexualidade, vida profissional e muitos outros fatores, dentre os quais a maternidade, que poderá ou não ser assumida como papel preponderante ou prioridade da vida de uma mulher (SOUZA; FERREIRA, 2005).

Por muito tempo, a crença de que gerar a vida faz parte da natureza da mulher tornou a maternidade intrinsecamente vinculada à identidade feminina. Existem

relatos mitológicos (como, por exemplo, o mito grego de Deméter, a vida da deusa Iansã) que, ao associar às imagens de mãe e mulher de forma indissociada, contribuiu para que, historicamente, a maternidade viesse a ser considerada uma vicissitude biológica, isto é, uma decorrência natural e inevitável à condição feminina, ainda que saudável e, muitas vezes, desejável (SOUZA; FERREIRA, 2005).

A maternidade, quando exercida em contexto hospitalar em situações de internação do/a recém-nascido/a, a exemplo da prematuridade, submete mães a afastamentos do lar, do cuidado da casa, do parceiro e de demais filhos/as, o que se aplica ao Método Canguru (MC). Este consiste em em uma estratégia essencial para mudança institucional na busca da atenção à saúde do RN prematuro ou baixo peso, através de cuidados que são realizados na enfermaria canguru realizados pela própria mãe, com o auxílio da equipe de saúde.

Esses são elementos constitutivos do nosso pensar e agir, fortalecido pela afirmativa de que ‘ser mãe é inato’, que já ‘crescemos com esse desejo’. De modo geral, não temos bagagem cultural para nos contrapor e/ou identificar que esse desejo é moldado e construído culturalmente. Além dessa afirmativa está presente no imaginário popular que ‘ser mãe é padecer no paraíso’, que a mãe deve sofrer em prol do (a) filho (a), dentre outras construções e reflexões extensivas ao sexo feminino.

Apesar de grandes avanços e conquistas que as mulheres alcançaram ao longo dos anos, ainda persiste no imaginário popular a idéia de que “a mulher verdadeira é aquela que é mãe”. Nesse sentido, também continua atribuindo-lhes tarefas ditas como femininas de modo a sobrecarregá-la, muitas vezes com tripla jornada de trabalho, pois além de trabalhar no espaço público terá que cuidar da casa, dos/as filhos/as e do marido.

É possível afirmar que, a questão biológica de ser mãe ainda é fortemente ancorada nas teorias e relações sociais vigentes, sem valorização das questões de gênero, em cuja construção mulheres são frágeis vinculadas vinculando diretamente à reprodução e sem direito de viver sua sexualidade livremente.

Diante da construção sociocultural direcionada ao amor materno, acreditamos que as mães terão dificuldades em expressar sua indisponibilidade ou dificuldade em permanecer durante as 24h em ambiente hospitalar. Essa questão associada às vantagens reconhecidas do MC contribui para que as mães sintam que tem obrigação compulsória dessa permanência além da cobrança que reforçam tal permanência que recebem de marido, sogra, mãe e profissionais de saúde.

A assistência e cuidados neonatais associados ao MC reforçam seu valor para a sobrevivência e redução da morbidade dos neonatos. Acreditamos, contudo, que a observância das questões individuais possa facilitar ou atender às necessidades singulares de cada, sendo primordial para a autodeterminação e a autonomia, importantes como direito de cidadania.

Desse modo, faz-se necessário pensar, refletir e adquirir saberes sobre essa



construção de gênero desde a infância, sendo necessária a abordagem desses conceitos na escola, na comunidade, em família, na sociedade de modo geral. Isso contribuirá para minimizar e/ou reduzir a discriminação de gênero tão presente em nossa sociedade, difundindo-se direitos e deveres igualitários entre homens e mulheres.

Tendo como objeto o significado da vivência no Método Canguru para as mães este estudo tem o objetivo de analisar o significado da vivência de mães no MC.

## MÉTODO

Trata-se de um estudo exploratório e descritivo com abordagem qualitativa. Foi desenvolvido em duas Instituições Públicas com leitos obstétricos no Município de Salvador-Ba, denominadas Instituição A e Instituição B. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, sob Parecer de nº 309606 e CAA de nº 16367713. 4.0000.5531. A pesquisa foi iniciada após apresentação, leitura e assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido pelas mães, em concordância com o estudo.

A fase de produção empírica dos dados ocorreu durante os meses de julho a dezembro de 2013 em dois momentos, utilizando-se para cada uma técnica específica, entrevista semiestruturada e oficinas de reflexão

As oficinas de reflexão aconteceram em dois encontros, no próprio espaço de cada unidade canguru (A,B), mediante acordo com a enfermeira coordenadora das unidades, que viabilizou a realização das oficinas no mesmo espaço da Unidade Canguru, com a participação livre das mães, que estariam mais tranquilas e despreocupadas, por permanecerem junto a seus/suas filhos/as. Nas oficinas, contamos com o apoio de uma estudante de graduação e da nossa orientadora.

As entrevistas às mães foram realizadas pela pesquisadora em local reservado, foram gravadas a fim de garantir a precisão dos depoimentos, guiado por um formulário semiestruturado para obtenção dos dados de identificação, sociodemográficos e obstétricos das participantes, seguido da entrevista, norteada pelas questões: “O que significa para a senhora está aqui na unidade Mãe Canguru?; Fale-me sobre as facilidades e dificuldades de sua permanência na unidade Mãe Canguru. A senhora tem alguma sugestão em relação ao funcionamento da unidade Mãe Canguru?”.

Participaram desta pesquisa 16 mulheres, 10 da instituição A e 06 da instituição B, que cumpriram os critérios de inclusão: ter idade mínima de 18 anos; estar em condições físicas e psicológicas para serem entrevistadas e/ou participar das oficinas e ter no mínimo uma semana convivendo em uma enfermaria do MC de forma integral junto com seu/sua RN.

Para manter o anonimato, as mães entrevistadas receberam uma codificação conforme sua participação em entrevistas e oficinas, respectivamente: Entrevistas-

E1, E2... e oficinas- Of .A (Instituição A), Of. B (Instituição B). Após o consentimento, as participantes procederam à assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), levando em consideração os critérios da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que diz respeito à pesquisa envolvendo seres humanos. Para operacionalizar a análise e tratar as informações coletadas, resultantes da observação, entrevista e oficinas optamos por utilizar a análise de conteúdo, modalidade temática norteadas por Bardin.

Este artigo é parte da dissertação de mestrado intitulada “Significado da vivência de mães no Método Canguru”, Verifica-se que, ao dar voz às mães, essas têm a oportunidade de expressar seu reconhecimento ao alcance dos objetivos do método e o significado da convivência delas na enfermagem canguru.

## **RESULTADOS/DISCUSSÃO**

### **Atendendo a construções sociais na vivência do Método Canguru**

O modelo de mãe que vemos nos dias atuais, amorosa e dedicada começou a ser moldado no final do séc. XVIII. O papel da mãe nem sempre foi visto dessa forma, como um amor instintivo e que toda mulher nasceu para ser mãe, foi necessário uma modificação radical por mais de 200 anos para que essa ideologia fosse absorvida (LINS, 2012).

Nessa abordagem Badinter (1985) relata que, após insistentes discursos de Rousseau, dos moralistas e médicos para modificarem os hábitos e costumes das mulheres durante o séc. XVIII, o amor materno se distanciou um pouco do caráter biológico vigente e passou a se configurar como uma obrigação ou dever moral para com a sociedade. Nesse sentido, a mulher deveria se responsabilizar com a educação de seus(suas) filhos(as), visto ser a única capaz de exercer tal papel.

Neste estudo pudemos observar em vários momentos que a maioria das mães, mesmo com problemas relacionados à permanência na unidade canguru, referiu estar satisfeita em permanecer ao lado de, seu/sua filho/a, embora ansiosa, com saudades de sua casa, marido e de outros/as filhos/as.

Segundo Lins (2012), a mulher se anula buscando atender ao imperativo social de ser boa mãe e progressivamente suas responsabilidades aumentam, chegando a não ter mais tempo livre, e se conformam em sacrificar-se para que seu filho viva bem ao seu lado.

Para as mães, o mais importante é priorizar o bem-estar de sua criança, muitas vezes incompatível com seu planejamento de vida (BRAGA, MACHADO, BOSI, 2008). Os depoimentos a seguir referendam esses enunciados,

[...] eu fiquei por ele, ele precisava, faria tudo de novo [...] (E<sub>1</sub>).

[...] eu estou aqui por ele entendeu? Então todos os obstáculos por causa dele, eu estou aqui (E<sub>13</sub>).

Essa forma de maternar contribui para formação do vínculo, fortalecimento do amor construído, de modo incondicional, fortemente influenciado pela identidade de gênero, socialmente construída, e que fortalece o dever da mulher em cuidar dos/as filhos/as.

Como afirma Badinter (1985), o amor maternal não é um sentimento próprio da condição de ser mulher, não é um determinismo, mas algo que foi construído socialmente desde o princípio do séc. XIX.

Segundo Chodorow (1990), a maternação das mulheres, bem como a organização dos cuidados maternos e paternos, está fundamentalmente integrada na organização social do gênero. Assim sendo, as mulheres são predispostas psicologicamente para a maternação por conta do seu desenvolvimento inicial, no qual crescem, convivendo com discursos e exemplos de outras mulheres que vêm na maternagem algo sublime.

No estudo, muitas mães repetiam que independiam de sua vontade, que estavam ali apenas por causa da criança, razão esta, que superava seus problemas e dificuldades, como se expressa nessas falas:

[...] chorava bastante, só que aí as pessoas lá dentro ficaram assim falando: você quer desistir? Seu filho vai voltar pra semi (unidade semi-intensiva) e tal, e quando eu pensava que meu filho ia voltar para lá, aí não, e eu fui forte e aquilo foi me dando força e até hoje, se for passar essa semana e a outra, pra mim não importa, eu estou com ele e eu sei que a gente vai sair e não vai ficar aqui pra sempre (E<sub>12</sub>).

[...] tem horas que dá vontade de largar tudo e voltar, mas a gente pensa que a gente tá aqui não é nem pela gente, mas é pela criança. Tem horas que me dava vontade de pedir para ir para casa, mas depois eu pensava nele, não, vou ficar, pois quem precisa de mim é ele (E<sub>3</sub>).

[...] Quer dizer que eu tenho que ficar por causa dele, mas que eu gosto não gosto não [...] (Of.<sub>b</sub>; E<sub>3</sub>).

Neste estudo, em ambas as Instituições os pais pouco apareciam no horário de visita e mesmo em tão pouco tempo que permaneciam na unidade, não se envolviam e não eram envolvidos nos cuidados do/a neonato/a. Diante do novo, do desconhecido, a tarefa é atribuída apenas às mães, o que provavelmente se repetirá no domicílio, e desta vez sem o apoio dos/as profissionais de saúde e que se somarão às tarefas domésticas, também socialmente legitimada como de responsabilidade da mulher.

Tal fato é confirmado no estudo de Arivabene e Tyrrel (2010), no qual, ficou explícito que a não aderência dos pais e demais familiares ao MC dificulta a relação entre a mãe e outras entidades sociais.

Segundo Gomes e colaboradoras (2007), é de suma importância uma nova

concepção da família, fundamentada em relações mais simétricas entre homens e mulheres, entre pais e filhos/as, que permita uma mudança na conformação dos comportamentos sociais.

Essas mesmas autoras reforçam que, as relações na família são atravessadas por relações de poder, nas quais as mulheres e crianças, obedecem ao chefe da casa, ou ao homem da casa, tido como autoridade máxima no núcleo familiar. Dessa forma, o poder do homem é socialmente legitimado, seja no papel de esposo, seja no papel de pai (GOMES, et al, 2007).

É fácil compreender que essas questões de gênero ainda são fortemente vigentes nos dias atuais, reforçando a ideia da procriação e o papel feminino na realização dos afazeres domésticos, socialização de filhos/as, cuidados de pessoas idosas, doentes entre outras.

Freire (2008) enfatiza que desde a década de 1920, diversos atores da sociedade, dentre eles educadores, políticos, juristas, feministas, médicos consideravam a maternidade como o principal papel social das mulheres, além de ser a essência da mulher. Era também concebida simultaneamente como um instinto inerente à natureza feminina, uma missão divina e um dever social.

Para Lins (2012), até meados do Séc. XVIII, a criança era considerada como um empecilho para a mãe na vida conjugal e nos prazeres mundanos, sendo considerado deselegante o cuidar de uma criança. A maioria das vezes filhos/as eram entregues a uma ama de leite logo após o nascimento, ficando com essas até os 4 ou 5 anos de idade, 'isso quando sobreviviam'.

A mãe da contemporaneidade começou a ser moldada no final do Séc. XVIII, por meio de uma inovação mental, em que a imagem da mãe, seu papel e sua importância se modificou de forma radical. Essa nova ideologia maternal passou por uma árdua luta de mais de 100 anos, para vir a ser absorvida pelas mulheres e pela sociedade em geral (LINS, 2012).

Desse modo, o papel que hoje atribuímos às mulheres e mães, antes não tinha a real importância que lhe damos atualmente, pois as mães pariam e quem cuidava eram as amas de leite de forma muito precária. As crianças viviam em péssimas condições de vida, sendo criadas por pessoas que não tinham nenhum parentesco e pouca afeição, quando chegavam a sobreviver. Essa afirmativa se respalda em Elizabeth Badinter (1985), O mito do amor materno, onde descreve como se deu a construção desse amor.

Apesar de diversas mudanças ocorridas em relação à maternagem, a maternidade continua sendo afirmada como um elemento muito forte da cultura e identidade feminina pela sua ligação com o corpo e com a natureza (SCAVONE, 2001).

Faz-se necessário mudança de postura de profissionais de saúde e das próprias mulheres incentivando a participação de forma mais ativa dos homens no cuidado familiar. É necessário também criar condições para o empoderamento das

mulheres lançando-se as bases na infância, com efetiva participação do sistema de ensino.

Assim, o espaço da escola, além da família é de suma importância, no estímulo desde cedo da equidade de gênero pelo Esse incentivo é também assumido MEC pela Lei 12.852 de 05 agosto de 2013. Essa propõe inclusão de temas sobre questões étnicas, raciais, de deficiência, de orientação sexual, de gênero e de violência doméstica e sexual praticada contra a mulher na formação profissional na educação, saúde e segurança pública e em direito (BRASIL, 2013).

Segundo Scavone (2001), a maternidade moderna tem como ideal uma relação familiar com equidade de gênero na responsabilidade parental, porém a sua concretização ainda está longe de ser alcançada em todos seus aspectos, pois pressupõe uma relação igualitária entre os sexos. Para alcançar esta equidade muitos elementos estão em jogo e, entre eles, a emergência de uma nova sensibilidade social que derrube o determinismo biológico (SCAVONE, 2001).

O papel atual das mães para o cuidado das crianças é de grande relevância. Em situações de prematuridade, a presença da mãe tem importância ímpar para a sobrevivência de neonatos/as, que requer um cuidado especial e diferenciado. Contudo ressalta-se que o cuidado deverá ser compartilhado com o pai, bem como a mulher deve contar com suporte e apoio familiar.

O pai e demais familiares são pessoas importantes para a continuidade desses cuidados, pois como mencionado, as mulheres são muitas vezes sobrecarregadas não restando tempo para cuidarem de si. Faz-se necessário um olhar diferenciado para essas mães, no sentido de oportunizar autovalorização.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A assistência e cuidados neonatais associados ao MC reforçam seu valor para a sobrevivência e redução da morbidade de neonatos. Ao lado disso, a observância das questões individuais que possam facilitar ou atender às necessidades singulares de cada mãe, além de significativo para essa sobrevivência, são elementos primordiais para sua autodeterminação e autonomia, importantes para alcance da cidadania.

A frase construída e socializada de que 'ser mãe é padecer no paraíso' nos parece ter sido incorporada pela maioria das mães, pois mesmo relatando várias dificuldades para sua permanência na unidade canguru, referiram satisfação, pelo fato de poder estar ao lado de, seu/sua filho/a embora ansiosas, com saudade de sua casa, marido e de outros/as filhos/as.

Este fato é compreensível, em função da incorporação de papéis naturalizados na construção da identidade de gênero. Diante dos imperativos, aquelas que fugirem do padrão serão julgadas como péssimas mães, mulheres desalmadas, dentre outros adjetivos.

Profissionais de saúde poderão fornecer suporte às mães que se encontram no MC, mediante sua qualificação e formação sobre as construções sociais de gênero, de modo a adquirir ferramentas teóricas que lhes possibilitem reduzir tensões das mães em MC e contribuir na abertura de caminhos para o empoderamento, refletindo juntas diante de vários aspectos que envolvem questões de gênero. Essa posição é extensiva a outros espaços sociais como escolas, centros comunitários, grupos de jovens dentre outros, que contribuam com a formação cidadã.

Sendo assim, é de suma importância a formação de profissionais da educação e da saúde com abordagem de gênero, visto que apesar das grandes mudanças a partir do século XX continua-se reproduzindo que o mundo da mulher é essencialmente o privado, o doméstico e o dos homens é o espaço público, sem fronteiras

A participação e envolvimento do homem no cuidado com os/as filhos/as precisa ser incentivada, modelo a ser aprendido pelas crianças na família e reforçado pelas demais instituições sociais.

O uso de oficina de reflexão, entrevistas para coleta do material empírico foram adequados e nos permitiu obter conhecimento sobre o significado da vivência de mães internadas em unidade canguru.

## REFERÊNCIAS

ARIVABENE, João Carlos; TYRRELL, Maria Antonieta Rubio. Método mãe canguru: vivências maternas e contribuições para a enfermagem. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**. v. 18, n. 2, [07 telas] mar-abr, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.com.br>>, Acesso em : 15/12/2012

BADINTER, Elizabeth. **Um amor Conquistado: O mito do Amor Materno**. Tradução por Waltensir Dutra. Rio de Janeiro:Nova Fronteira, 1985

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Edição Revista e Atualizada. Tradução por Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 71, 2011

BRASIL, Lei 12.852 de 05 de agosto de 2013. Presidência da República. Brasília, 2013

BRASIL. Ministério da Saúde. Resolução 466/2012. Sobre pesquisa envolvendo seres humanos.

BRAGA,Danielle Freitas; MACHADO, Márcia Maria Tavares; BOSI, Maria Lúcia Magalhães. Amamentação exclusiva de recém-nascidosprematuros: percepções e experiências de lactantes usuárias de um serviço público especializado. **Rev. Nutr.**, Campinas, 21(3):293-302, maio/jun., 2008.

CHODOROW, Nancy. **Psicanálise da Maternidade, Uma Crítica a Freud a partir da mulher**. Rio de Janeiro (RJ):Rosa dos Tempos, 1990

FREIRE, Maria Martha de Luna. 'Ser mãe é uma ciência': mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920. **História, Ciências,Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, supl., p.153-171, jun. 2008.

GOMES, Nadielene Pereira; DINIZ, Normélia Maria Freire; ARAÚJO, Anne Jacob de Souza Araújo; COELHO, Tâmara Maria de Freitas. Compreendendo a violência doméstica a partir das categorias gênero e geração. **Acta Paul Enferm**, v. 20, n.4, p.504-8, 2007.

LINS, Regina Navarro. **A Cama na Varanda: arejando nossas ideias a respeito de amor e sexo: novas tendências.** Ed. Rev. E ampliada. 7 ed. Rio de Janeiro: Bestseller, 2012

MANSUR, Luci Helena Baraldo. Experiências de Mulheres sem Filhos: a Mulher **Singular** no Plural. **Psicologia ciência e profissão**, v. 23, n. 4, p. 2-11, 2003.

MELLO, Ivana S. Paiva Bezerra. Considerações Sobre o Amor Materno. **Interlocuções (UNICAMP)**,v.1,n.1,p.79100,2002.

SCAVONE, Lucila. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero.**Interface Comunic, Saúde, Educ**,v.5, n.8, p.47-60, 2001.

SOUZA, Daniela Borges Lima; FERREIRA, Maria Cristina. Auto-estima pessoal e coletiva em mães e não-mães. **Psicologia em Estudo, Maringá**, v. 10, n. 1, p. 19-25, jan./abr, 2005.

## A PARTICIPAÇÃO FEMININA NAS FORÇAS MILITARES ESTADUAIS: UM OLHAR SOBRE O PERCENTUAL PARA INGRESSO DE MULHERES NAS POLÍCIAS MILITARES À LUZ DO DIREITO FUNDAMENTAL DA IGUALDADE

**Isabel Gomes de Souza**

Universidade Federal da Bahia  
Salvador-BA

**RESUMO:** Durante muito tempo a atividade policial-militar foi associada à figura masculina, considerada inapropriada para as mulheres. Todavia com a redemocratização e a mudança constante da sociedade, a Polícia Militar precisou rever seu papel, pois não há mais espaço para a polícia voltada para o inimigo interno, o cidadão, reformulando sua forma de atuação que prezasse pela técnica e pelo respeito aos direitos da pessoa humana. Restrições ao acesso e às tarefas femininas, sustentadas na noção de que as mulheres não são capazes de assumir todas as formas de ação da polícia e a conseqüente tendência de atribuir-lhes, sobretudo funções burocráticas ou atividades associadas a extensões do mundo doméstico, gera uma diferenciação no universo policial, onde as oportunidades de ingresso e ascensão são diferenciadas, reproduzindo discriminações em relação à capacidade humana baseadas no sexo. Este trabalho aborda o percentual reservado ao ingresso de mulheres nas polícias militares e como tal limitação fere o princípio da igualdade, buscando compreender como se deu o processo de inserção da mulher no mercado de trabalho, especialmente nas polícias militares;

verificar os diferentes percentuais destinados às mulheres para ingresso nas polícias militares do país e analisar o princípio da igualdade à luz da Constituição Federal. Teve como metodologia a pesquisa bibliográfica, a qual aborda tanto o histórico da mulher policial militar e a limitação de seu ingresso por percentual de vagas quanto o princípio da igualdade, e busca contribuir na desmistificação do estereótipo de funções naturalmente distintas para homens e mulheres nas Corporações Militares estaduais brasileiras. **PALAVRAS-CHAVE:** Policial Militar Feminina, Percentual de vagas, Princípio da Igualdade.

**ABSTRACT:** Police-military activity has long been associated with the male figure, considered inappropriate for women. However, with the redemocratization and the constant change of society, the Military Police had to revise their role, because there is no more room for the police focused on the internal enemy, the citizen, reformulating their way of acting that prized for technique and respect for rights. of the human person. Restrictions on women's access to and tasks, supported by the notion that women are unable to take on all forms of police action and the consequent tendency to assign them, especially bureaucratic functions or activities associated with extensions of the domestic world, generates a differentiation in the police universe, where opportunities



for entry and ascension are differentiated, reproducing gender-based discrimination against human capacity. This paper addresses the percentage reserved for women joining the military police and how such limitation hurts the principle of equality, seeking to understand how the process of insertion of women in the labor market, especially in the military police; to verify the different percentages destined for women to enter the military police of the country and to analyze the principle of equality in the light of the Federal Constitution. Its methodology was the bibliographic research, which addresses both the history of the military police woman and the limitation of her entry by percentage of vacancies as the principle of equality, and seeks to contribute to the demystification of the stereotype of naturally distinct functions for men and women in Corporations Brazilian state military.

**KEYWORDS:** Female Military Police Officer; Vacancy Percentage, Equality Principle.

## 1 | INTRODUÇÃO

Durante muito tempo a atividade policial-militar foi associada à figura masculina, considerada inapropriada para as mulheres. Todavia com a redemocratização e a mudança constante da sociedade, a Polícia Militar precisou rever seu papel, pois não há mais espaço para a polícia voltada para o inimigo interno, o cidadão, que encarado como inimigo deveria ser vigiado e combatido. É preciso uma nova forma de atuação que preze pela técnica e pelo respeito aos direitos da pessoa humana. Restrições ao acesso e às tarefas femininas, sustentadas na noção de que as mulheres não são capazes de assumir todas as formas de ação de polícia e a conseqüente tendência de atribuir-lhes, sobretudo funções burocráticas ou atividades associadas, no imaginário, a extensões do mundo doméstico, gera uma diferenciação no universo policial, onde as oportunidades de ingresso e ascensão são diferenciadas, reproduzindo em pleno século XXI discriminações em relação à capacidade humana baseadas no sexo.

Embora a carreira militar seja almejada por muitas mulheres e seja indubitável que seu desempenho em tal carreira pode sim ser excelente, é grande a quantidade de vezes que se discute sua presença na polícia, uma vez que muitos homens discordam da atuação da mulher nesta área. É sempre colocado em pauta que o comportamento da mulher na polícia é masculinizado, deixando ela de “ser mulher” ou, na maior parte das vezes, seu desempenho é avaliado como ruim por não ter força física, coragem, atenção e outras características que são consideradas masculinas. Outra opinião corrente é a de que muitas mulheres se utilizam de seus atributos físicos para conseguirem progredir na sua carreira.

Segundo Heleieth Saffioti (1987) para a sociedade machista cabe ao homem prover o sustento da família e protegê-la e, ainda que a mulher trabalhe, é necessário que os ganhos dele sejam maiores para que ele continue como o macho. Por este motivo, muitas vezes a mulher policial não é vista nos círculos sociais como opção

possível de relacionamento, tanto por, muitas vezes, ganhar razoavelmente bem quanto por desempenhar uma função na qual proteger é sua função.

Considera-se então que sua função social como policial é importante, visto que, a despeito de tantas críticas e avaliações generalizadoras, a mulher desempenha com destreza sua missão e se faz necessária sua participação nas instituições militares. A mulher policial/ bombeira dedica, assim como qualquer homem, boa parte de sua vida ao desempenho eficaz e significativo em sua profissão.

Este trabalho apresenta uma breve discussão acerca do percentual reservado ao ingresso de mulheres nas polícias militares, assim como também visa discutir se a limitação imposta por grande parte das Corporações brasileiras ao ingresso da mulher em suas fileiras estabelecendo percentual nos concursos públicos e nas leis que dispõem sobre efetivo atenta ao princípio constitucional da igualdade. Tem como objetivos compreender como se deu o processo de inserção da mulher nas polícias militares; analisar o princípio da isonomia à luz da Constituição Federal; verificar os diferentes percentuais destinados às mulheres para ingresso nas polícias militares do país e sua intersecção com o princípio da igualdade. O trabalho busca contribuir na desmistificação da ideia de que a mulher não deveria estar na Corporação, bem como que a ela devem ser reservadas funções específicas.

## 2 | METODOLOGIA

O conhecimento científico, que busca responder alguma inquietude, que nasce de uma indagação sobre algo, exige planejamento, cuidado, exige que se trace previamente o caminho que será percorrido até atingir o seu objetivo.

Após a escolha do tema, da questão que deseja encontrar respostas, é preciso verificar qual método norteará o trabalho, pois se trata de uma atividade que requer pressupostos teóricos, não partindo apenas do senso comum.

É interessante ter em mente o que afirma Andrade (2001, p. 133):

O método dialético é contrário a todo conhecimento rígido: tudo é visto em constante mudança, pois sempre há algo que nasce e se desenvolve e alguns que se desagrega e se transforma.

A pesquisa qualitativa vem ganhando espaço e se consolidando como possibilidade de investigação, indo além dos dados em si, possibilitando a análise das relações subjacentes do objeto de estudo e a interpretação da realidade pesquisada. Essencialmente descritiva, não pode mensurar o seu objeto de estudo, uma vez que se trata de um conjunto de significados, concepções, crenças e atitudes, uma teia de relações entre a situação estudada e os fenômenos relacionadas a ela (ANDRADE, 2001; GIL, 2008; MARCONI & LAKATOS, 2010).

A abordagem qualitativa da pesquisa não se apresenta uniforme, diferindo entre si a depender do método e da forma como é conduzida. A pesquisa qualitativa

compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam a descrever e a decodificar os componentes de um sistema complexo de significados (NEVES, 1996).

Uma vez que este trabalho tem como escopo verificar o percentual reservado ao ingresso de mulheres nas polícias militares e se tal limitação atenta ao princípio da igualdade preconizado pela Constituição Federal, a abordagem que melhor se apresenta é a pesquisa qualitativa, uma vez que essa temática se insere em um contexto social mais amplo que constitui as relações de gênero na sociedade.

Para a obtenção dos dados foram utilizadas como técnicas a pesquisa bibliográfica, etapa fundamental nos trabalhos científicos, e a pesquisa documental, uma vez que elas forneceram subsídios e embasamento teórico para o trabalho. A pesquisa bibliográfica consiste no levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relacionadas à pesquisa e tem como objetivos, segundo Amaral (2013):

- Fazer um histórico sobre o tema;
- Atualizar-se sobre o tema escolhido;
- Encontrar respostas aos problemas formulados;
- Levantar contradições sobre o tema;
- Evitar repetição de trabalhos já realizados.

Para Santos (2013) a pesquisa bibliográfica é realizada a partir de levantamentos de materiais com dados já analisados e publicados por meios escritos e/ou eletrônicos (livros, artigos científicos, páginas na Web); é regida pela pesquisa documental, que trabalha com dados que ainda não receberam tratamento analítico e ainda não foram publicados; utilizada para a coleta de dados gerais ou específicos de determinado assunto; assim como é uma atividade destinada à consulta de fontes documentais diversas da informação impressa ou eletrônica.

O segundo passo consistiu na revisão da literatura, a partir da qual foi preciso organizar, relacionar e sistematizar tudo o que foi coletado através da pesquisa bibliográfica. A revisão bibliográfica foi realizada mediante leitura sistemática, com fichamentos e resumos, ressaltando os pontos abordados pelos autores pertinentes ao tema.

A revisão da literatura deve ser crítica, baseada em critérios metodológicos, a fim de separar os artigos que têm validade daqueles que não tem. Constitui perda de tempo ler um artigo que não segue esses padrões, pois sua leitura apenas confundirá as respostas ao problema a ser pesquisado, a não ser para sua própria crítica posterior ou pelo seu valor histórico. Isso não quer dizer que tais artigos não são importantes, na realidade são frutos de um trabalho que está em constante evolução (AMARAL, 2013, p.06).

Conforme Gil (2008), para o sucesso de uma boa revisão de literatura é

imperioso que se pesquise, selecione e leia-se uma grande quantidade de artigos, livros e resumos, bem como a boa organização do material facilita a ordenação das ideias, pois facilita o encontro de obras, trechos, artigos ou um autor específico em meio ao material coletado.

A revisão bibliográfica deve guiar o pesquisador durante toda a pesquisa e a elaboração do trabalho. Ela perpassa todo o bojo do texto, dando-lhe mais consistência, veracidade e cientificidade, não se reduzindo a simples senso comum. Assim, os aspectos teóricos que norteiam o assunto em discussão dão sustentabilidade e credibilidade ao discurso (ANDRADE, 2001; GIL, 2008; MARCONI e LAKATOS, 2010).

### 3 | RESULTADOS

Encontra-se no dia a dia afirmações e atitudes que colocam homens e mulheres em lados opostos, como se cada sexo nascesse com um manual de comportamento e personalidade, como se os cromossomos carregassem em seus genes toda a identidade sexual e social do indivíduo, ignorando a estrutura sociocultural e econômica que naturaliza as diferenças entre os sexos e as perpetua para as gerações posteriores num tom de natural e inquestionável. Os estereótipos de gênero são socialmente construídos e intencionalmente disseminados para que o homem continue a reinar e a dominar nas relações sociais e de poder (SAFIOTTI, 1987; SCOTT, 1990 TAJFEL, 1982). Para Tajfel (1982) estereótipo é uma imagem mental hipersimplificada de uma determinada categoria (normalmente) de indivíduo, instituição ou acontecimento, compartilhada, em aspectos essenciais, por grande número de pessoas.

São os estereótipos de gênero aliados a outros elementos que reservam à mulher e ao homem funções específicas e diversas no mercado de trabalho, dentre estas as de segurança pública que são comumente relacionadas ao masculino. Assim, as Polícias e Corpos de Bombeiros Militares durante muito tempo tiveram em suas fileiras apenas a presença masculina, sendo a inserção da mulher nessas instituições algo ainda recente, datado do fim da década de 1950. Entretanto a primeira iniciativa ficou restrita à Polícia Militar de São Paulo, ampliando-se para os demais Estados apenas nos anos 80 espaços (MUSUMECI; SOARES, 2005).

Soares e Musumeci (2005, p.18) afirmam que podemos perceber algumas das motivações das polícias em admitir a inserção de mulheres ao examinarmos as funções atribuídas a elas por algumas das Corporações da Federação. Eis algumas levantadas pelas autoras:

- Trabalho preventivo e assistencial junto a crianças e adolescentes, mulheres e idosos;
- Trabalhos comunitários e assistenciais em geral;

- Revista de mulheres detentas ou suspeitas, e de visitantes do sexo feminino em estabelecimentos penais;
- Policiamento de trânsito;
- Serviço interno de secretaria, arquivo, recepção, etc.;
- Policiamento ostensivo em portos, aeroportos e terminais rodoviários;
- Patrulhamento de áreas comerciais e turísticas; patrulha de grandes eventos;

As funções destinadas às mulheres dizem respeito às atividades consideradas pelos homens como leves e menos perigosas; ao contrário deles que estão em constante perigo, correndo atrás de bandidos, trocando tiro, lidando com marginais; na visão masculina, as mulheres exercem as atividades consideradas por eles como desvio da função policial, deixando-os livres para a “verdadeira” missão da PM. As autoras ainda destacam que a admissão de mulheres constitui-se numa tentativa de enxertar uma amostra de novidade na velha instituição, alocando-as em áreas que dão visibilidade e são mais sensíveis para a imagem social da PM.

A missão das mulheres policiais iria, assim, funcionar como uma espécie de cartão de visita, como elemento de marketing, e sua incorporação visaria a uma reforma cosmética, que, sem alterar paradigmas, sinalizasse mudança e modernização (MUSUMECI; SOARES, 2005).

A entrada da mulher na PM foi iniciativa pioneira do Estado de São Paulo no ano de 1955 no governo de Jânio Quadros, fruto do Primeiro Congresso Brasileiro de Medicina Legal e Criminologia realizado em 1953. Neste Congresso discutiu-se que a mulher, em razão da sua atuação em saber priorizar as atitudes, mostrava-se mais eficiente e oferecia vantagens em determinados tipos de trabalho, comparada ao homem: atendimento à mulher, ao idoso (a), às crianças, adolescentes e enfermos. A ideia tomou forma com o Decreto nº 25.548/1955 inicialmente denominado de Corpo de Policiamento Especial Feminino, mudando de nome por mais duas vezes; atualmente não constitui uma unidade específica, mas estão integradas operacionalmente em todas as atividades da Polícia Militar, podendo exercer qualquer função em qualquer localidade (MUSUMECI; SOARES, 2005). Contudo, a inserção feminina foi regulamentada no Brasil apenas em 1977 com a portaria do Estado-Maior do Exército Brasileiro que aprovava as normas de organização das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares; consolidando-se a base legal para a incorporação de policiais femininas aos quadros regulares das Polícias Militares em todo o país apenas em 1984 com a nova redação dada ao decreto-lei 667/69. Em seu Art. 8º, § 2º, o decreto autoriza as Polícias Militares, caso lhes convenha, a admissão de pessoal feminino em seus efetivos de Oficiais e Praças com o objetivo de atender as necessidades das Corporações em atividades específicas, mediante autorização do Ministério do Exército. Assim, o legislador facultou aos Estados e Distrito Federal a admissão de mulheres e não lhes exigiu. A efetiva incorporação

das PMFEMS, entretanto, ocorreu, na maioria dos Estados, a partir do início dos anos 80 e na Bahia apenas na década de 90.

...a presença ou a incorporação da mulher à Polícia era muito mais um fator de melhorias da “imagem” da instituição perante o público, do que um fator de eficiências, posto que a mulher não tinha acesso às atividades típicas de investigações de delitos, diligenciais e operações policiais de risco (NETO, 1991, p. 70).

Atualmente, apesar de todas as polícias admitirem mulheres em seus quadros, elas ainda representam uma parcela muito pequena em relação aos homens que estão em número bem maior; na Bahia, em 2008, elas representavam apenas 13,11% do contingente (NEVES, 2008). O ingresso também é limitado, sendo estabelecido em edital um percentual específico para o sexo feminino, o qual varia de acordo com o Estado; na PMBA e no CBMBA são reservadas apenas 10% do número total de vagas.

Quanto ao princípio da igualdade, o art. 5º da Constituição Federal estabelece que homens e mulheres são iguais perante à lei. Todavia, diferenças salariais ainda subsistem em nossa sociedade, mulheres são vítimas de assédio sexual no ambiente de trabalho, persistem ocupações e atividades predominantemente masculinas, etc.

O princípio da igualdade deve ser analisado de forma cuidadosa e acurada para não cair no reducionismo da igualdade formal. Nesse diapasão, Celso Antônio Bandeira de Mello (2003) eleva este princípio a um instrumento teórico-prático de interpretação constitucional, conferindo-lhe operacionalidade segura, a partir do qual se deve evitar privilégios injustificados e perseguições injustas na atividade legislativa. Para isso, ele propõe algumas condições para que a norma ou a atuação política não venham afrontar o princípio da igualdade. São cinco:

1 A norma deve abranger categoria de pessoas ou uma pessoa futura e indeterminada;

2 A norma deve adotar como critério discriminador, para fins de diferenciação de regimes, elemento inerente a pessoa, fato ou situação;

3 A norma deve guardar pertinência lógica e racional entre o tratamento jurídico diferenciado com a disparidade do regime outorgado;

4 A norma deve conter pertinência lógica em abstrato e estar de acordo com os valores adotados pela Constituição;

5 A interpretação da norma deve estar professadamente assumida por ela de modo claro, ainda que por via implícita, sem criar distinções que não foram a intenção do legislador

Nesse sentido, para Mello (2003) a Constituição Federal, bem como a legislação infraconstitucional, pode fazer distinções e dar tratamento diferenciado que visem atribuir tratamento isonômico aos desiguais baseado em juízos e critérios valorativos, razoáveis e justificáveis. Desse modo, são admitidas apenas as discriminações que assegurem a igualdade de direitos e obrigações, a exemplo dos dispositivos

constitucionais que dispõem sobre a licença à gestante em período superior à licença paternidade (artigo 7º XVIII) e a diferença de idade para a aposentadoria feminina, diminuindo o tempo necessário para se aposentar (artigo 201, parágrafo 7º), dentre outras. O princípio da igualdade proíbe que o sexo seja utilizado como discriminação com o fulcro de desnivelar substancialmente homens e mulheres, contudo pode e deve ser utilizado para atenuar os desníveis social, político, econômico, cultural e jurídico existentes entre eles. Assim, tal princípio visa à concretização efetiva da igualdade real, buscando eliminar as desigualdades econômicas, sociais e culturais e criar instrumentos que proporcionem a efetiva igualdade de oportunidades e de atuação. Entretanto, a tão sonhada igualdade ainda está distante em muitos setores da sociedade, onde ainda predomina a presença e a participação masculina. As instituições militares estaduais refletem a desigualdade de gênero presente em diversos espaços da vida social, em especial do espaço público, historicamente atribuído aos homens.

A mulher, todavia, vem mostrando ao longo dos anos que pode ser policial ou bombeira militar e exercer todas as atividades inerentes ao serviço militar seja ele administrativo ou operacional, mas ainda precisa superar muitos preconceitos e limitações impostas. Dentre as limitações estabelecidas às mulheres destaca-se o percentual para ingresso que as instituições militares reservam ao sexo feminino. Este percentual varia de acordo com o Estado, mas a justificativa utilizada pelas Corporações é comum a todos. Sob o argumento de que algumas atividades requerem força e habilidades exclusivamente masculinas, a maioria das instituições não abre concursos com vagas universais onde homens e mulheres possam competir em pé de igualdade, assim como acontece com as polícias civis, federal e rodoviária federal.

Alguns Estados, a exemplo do Distrito Federal e do Piauí, limitam a participação das mulheres em lei, estabelecendo um percentual máximo de 10% (PIAUI, 1981; BRASÍLIA, 1998). Assim, a PMDF e a PMPI possuem apenas 10% de mulheres em seu efetivo; na Bahia, que estabelece percentual de 10% em edital, esse número em 2014, segundo o IBGE, é um pouco maior, compondo 13,93% do efetivo da Corporação baiana, um pouco mais de 4.300 mulheres. Em grande parte dos Estados essa limitação percentual é estabelecida em edital, a maioria reservando 10% das vagas para o sexo feminino. Santa Catarina e Paraíba limitam mais ainda com 6% e 5% das vagas, respectivamente. Roraima, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Sergipe e Paraná aumentaram seus percentuais nos últimos concursos, fixando, respectivamente, 15%, 20%, 22%, 25% e 50%. Por outro lado, é possível verificar também algumas Corporações que vêm oferecendo nos últimos anos vagas para homens e mulheres indistintamente. Dentre elas pode-se citar as polícias militares de Pernambuco, Alagoas, Amapá, Espírito Santo, São Paulo e a Brigada Militar do Rio Grande do Sul.

Embora todas as polícias e corpos de bombeiros admitam mulheres em seus

quadros, elas, como demonstrado acima, ainda representam uma parcela muito pequena em relação aos homens que estão em número bem maior. Segundo Samira Bueno, diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Brasil conta com 642 mil profissionais de segurança pública, dos quais apenas 13,5% são mulheres (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2017). Para Bueno as cotas para ingresso nas corporações militares estaduais não garantem o ingresso das mulheres, mas o contrário, limitam a um número máximo a participação feminina nas suas fileiras.

#### 4 | DISCUSSÃO

A diversidade é uma característica marcante no planeta Terra. Existe uma diversidade de plantas, de animais, seres microscópicos, povos, lugares, culturas, uma infinidade de belas paisagens que tornam o planeta um lugar fantástico. Essa diversidade também é típica da raça humana, os seres humanos são ao mesmo tempo iguais e diferentes.

Essas diferenças são mais claras entre homens e mulheres quando se adota o critério biológico. Na atividade policial-militar elas se acentuam, pois tradicionalmente, o imaginário popular associa a função exercida pelos policiais militares à força e ao homem. Na ocasião do ingresso feminino nas polícias foi formulada uma ideia, até hoje sustentada por muitos dentro e fora das Corporações, que existem funções específicas para a mulher exercer enquanto policial militar, e tendo, por conseqüências atividades a elas vedadas.

O argumento utilizado pelo Comando das Corporações Militares Estaduais de que a desproporção entre homens e mulheres nos certames públicos não viola o princípio da isonomia, pois é legitimada pela imposição da natureza e das atribuições da função, não merece prosperar. Ora, primeiramente, como citado alhures, as polícias civil, federal e rodoviária federal, órgãos da segurança pública assim como a polícia militar e o corpo de bombeiro militar, não impõem restrição ao ingresso das mulheres; segundo, se algumas polícias militares selecionam homens e mulheres sem distinção de vagas, tal imposição sustentada por algumas instituições e corroborada pelo poder judiciário local perde seu fundamento, visto que a função policial-militar é a mesma em qualquer estado da Federação. A Constituição Federal proíbe a diferença de critério de admissão por motivos de sexo, devendo, portanto, o Estado dar tratamento isonômico aos candidatos a concurso público, “podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir” (art. 39, § 3º, CF), o que já foi mostrado que não é o caso.

Zélia Saraiva, procuradora geral do Ministério Público do Piauí, ao propor uma Ação Direta de Inconstitucionalidade pedindo que as mulheres tenham direito as mesmas quantidades de vagas em concursos públicos promovidos pela Polícia Militar



e Corpo de Bombeiros Militar do Piauí, afirma que nenhum dispositivo constitucional autoriza essa diferença de critério de admissão na PM. A procuradora esclarece brilhantemente que

se as habilidades de combate entre homens e mulheres fossem tão diferentes, também haveria restrições quanto ao ingresso de mulheres em outros serviços de segurança pública. Não é isso, felizmente, o que acontece no Brasil. Deveras, em cargos como Delegado de Polícia Federal, Agente de Polícia Federal, Policial Rodoviário Federal, Delegado e Agentes de Polícias Cíveis, Policiais Legislativos e, inclusive, Soldados e Oficiais de várias Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares de outros estados da federação, percebe-se que não há qualquer percentual máximo de vagas para mulheres (SARAIVA apud MORAES, 2014).

Lima (2002) afirma que a polícia feminina foi idealizada para ser um conjunto de assistentes sociais fardadas, com benefício para o marketing da corporação, pois as mulheres foram mais uma exigência social do que uma demanda institucional.

Contudo, policiais militares femininas, conhecidas por PFEM, nos últimos anos vêm ocupando cargos e exercendo funções antes limitadas aos homens. Hoje atua no policiamento ostensivo a pé, motorizado, motociclista; no Esquadrão de Polícia Montada, Batalhão de Choque; comandando Bases Comunitárias de Segurança. A presença de mulheres nas unidades especializadas também vem aumentando. Em 2012, a Tenente Coronel da Polícia Militar do Distrito Federal Cynthia Maria da Silva Santos, com 40 anos de idade e 21 anos de polícia, assumiu o comando do Batalhão de Policiamento de Choque e o Patrulhamento Tático Móvel (Patamo), onde passou a comandar uma equipe de 400 policiais, entre eles apenas nove mulheres. A Tenente Coronel Cynthia foi a primeira mulher a assumir tal cargo no Brasil (PORTAL G1, 2012). Dois estados da federação já tiveram mulheres ocupando o mais alto cargo da Polícia Militar, a Cel PM Audilene Rosa de Paula Dias Rocha, foi Comandante-Geral da Polícia Militar do Paraná, comandando também o Corpo de Bombeiros daquele Estado, Corporação que faz parte da PMPR, todavia ficou no cargo menos de 01 ano, no período de abril de 2018 a janeiro de 2019. E a Cel PM Sheyla Soares Sampaio ficou à frente do Comando da Polícia Militar do Distrito Federal no período de janeiro a agosto de 2019. Isso demonstra que não há nada que impeça o exercício de atividades operacionais pelas mulheres. Acrescente a isso o fato da formação ser a mesma para homens e mulheres. Durante o curso de formação todos passam pelo mesmo treinamento, então, por que após a formatura determinadas funções são restritas aos homens?

Segundo Regis Marinho apud Moraes (2014) não deve existir uma discriminação razoável entre homens e mulheres. Ele afirma que “as mulheres têm as mesmas condições e capacidade de exercer qualquer cargo na PM. No momento que você limita, você está discriminando”. Acrescenta ainda que os concursos trazem mecanismos capazes de medir de forma objetiva se o candidato possui os requisitos físicos necessários para ingressar no cargo.

Os concursos públicos para cargos relativos à segurança pública incluem testes físicos capazes de mensurar se o candidato está apto para exercer as funções inerentes ao cargo. Excluir um grupo de pessoas é uma medida anti-isonômica, baseada meramente no senso comum (MARINHO apud MORAES, 2014).

É justamente no senso comum que se pauta essa diferenciação, uma vez que não se tem nenhum estudo que comprove o rendimento inferior ou a inaptidão feminina para a exclusão das mulheres de determinadas funções e, conseqüentemente, limite o seu ingresso nas Corporações Militares. Assim, homens e mulheres indubitavelmente biologicamente diferentes não podem ser tratados com desigualdade e discriminação, devendo as Polícias Militares/ Corpos de Bombeiros Militares admitirem policiais/ bombeiros militares apenas, sem distinção de nenhuma natureza.

Nesse contexto, constata-se que o percentual de vagas reservado às mulheres nos concursos públicos das polícias e corpos de bombeiros militares de muitos estados brasileiros atenta ao princípio da igualdade, uma vez que limita o acesso e discrimina a seleção com base no sexo, claramente proibida pela Lei Maior brasileira.

## 5 | CONCLUSÕES

A mulher policial militar ao ingressar em uma atividade considerada durante anos como exclusivamente masculina onde a convivência com a violência associa a atividade policial a um universo culturalmente masculino enfrenta um embate permanente entre homens e mulheres. Para Ângela Melo (2014) a identidade dessas policiais militares baseada na diferença, passa por um processo de redefinição, ou seja, de reconstrução de uma nova face para Eva, que insiste em ser mãe, esposa, dona de casa, mas, também, policial militar.

A mulher aos poucos está ocupando o seu espaço nas Corporações Militares Estaduais, mostrando que pode atuar tanto na atividade-meio quanto na atividade-fim. É preciso desmistificar e desconstruir a imagem da mulher policial/ bombeira como frágil e/ou “macetosa”, como dizem no interior das Corporações. Ela inaugurou e põe em prática uma nova forma de atuação que preza pela técnica, obedecendo aos preceitos legais e a dignidade humana. Se sua presença foi admitida na tentativa de humanizar a polícia, dando-lhe uma nova cara para a sociedade sem mudar as estruturas, a mulher aceitou o desafio e não se restringiu a realizar as funções inicialmente destinadas a ela, mas foi à rua e continua lutando para ser respeitada como PMFEM, mostrando que é possível sim, ser mulher, mãe e PM, e que podem exercer a função policial assim como qualquer homem. Polícia e sociedade só têm a ganhar com a presença feminina nas nossas honrosas polícias militares.

Restringir a presença da mulher, limitando seu ingresso e reservando determinadas funções demonstra que as forças policiais militares ainda precisam mudar bastante.

Tratar de forma diferenciada homens e mulheres só pode ser justificado quando tiver a intenção de diminuir as diferenças concretas existentes entre eles ou quando verificar ser impossível o tratamento igualitário devidamente comprovado. Neste trabalho percebeu-se que as políticas institucionais ainda não conseguiram incorporar a igualdade de oportunidade para homens e mulheres no acesso à carreira militar estadual, ficando evidenciado o desrespeito ao princípio da igualdade, basilar em um Estado Democrático de Direito.

Quando as instituições militares estaduais conseguirem reconhecer a contribuição das mulheres a partir de seu ingresso e de sua formação profissional e técnica terá uma mudança substancial no funcionamento dessas instituições.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, João J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Ceará: Universidade Federal do Ceará, 2007. 21 p. Disponível em: <<http://200.17.137.109:8081/xiscanoe/courses-1/mentoring/tutoring/Como%20fazer%20pesquisa%20bibliografica.pdf>>. Acesso em: 21 agosto 2018.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASÍLIA, Lei nº 9.713, de 25 de novembro de 1998. Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Distrito Federal. Brasília, 1998.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Samira Bueno. **Apenas 13,5% dos profissionais de segurança pública são mulheres**. São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://forumbrasileirodesegurancapublica.org.br/2017/06/apenas-dos-profissionais-de-seguranca-publica-sao-mulheres/>>. Acesso em 12 set. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4 ed. São Paulo, Atlas, 1999.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, Mirian Assumpção. **A major da PM que tirou a farda**. Rio de Janeiro, Qualitymark. 2002.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **O conteúdo jurídico do princípio da igualdade**. 3. ed. atual. 11ª tiragem. São Paulo: Malheiros, 2003.

MELO, Ângela. **A nova face de Eva: a constituição de mulheres em policiais militares na Bahia**. Disponível em: [www.escavador.com/pessoas/4500095](http://www.escavador.com/pessoas/4500095). Acesso em: 20/11/2014.

MORAES, Sana. **MP quer mudar regra de concurso para a admissão de mulheres na PM**. Disponível em: <http://cidadeverde.com/mp-quer-mudar-regra-de-concurso-para-a-admissaode-mulheres-na-pm-169613>. Acesso em: 11/11/14.

NETO, José Francisco de Carvalho. **A condição da Mulher Policial Civil**: um estudo sobre a mulher inserida no aparelho policial. Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Ciências Sociais. Faculdade de Filosofia da UFBA. Salvador, 2002.

NEVES, José Luis. **Pesquisa qualitativa: características, uso e possibilidades**. Cadernos de pesquisa em administração, São Paulo. V. 1, nº 3, 2ºsem. 1996.

NEVES, Genivaldo Silva das. **A presença da policial feminina com características afrodescendentes na Polícia Militar da Bahia**. Dissertação de Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008. Disponível em: [www.posafro.ufba.br/\\_ARQ/dissertacao\\_GSNeves.pdf](http://www.posafro.ufba.br/_ARQ/dissertacao_GSNeves.pdf). Acesso em: 20/11/2014.

PIAUI, **Lei nº 13.808, de 16 de julho de 1981**. Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Piauí. Teresina, 1981.

PORTAL G1. **Mulher vai assumir Batalhão de Choque da PMDF**. Disponível em: <[www.g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2012/10/batalhao-de-choque-da-pmdf-sera-assumido-por-uma-mulher.html](http://www.g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2012/10/batalhao-de-choque-da-pmdf-sera-assumido-por-uma-mulher.html)>. Acesso em: 20/11/2014.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. Rio de Janeiro: DP&A, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O Poder do Macho**. Coleção Polêmica. São Paulo: Moderna, 1987.

SOARES, Barbara Musumeci; MUSUMECI, Leonarda. **Mulheres Policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

TAJFEL, Henri. **Grupos humanos e categorias sociais**. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.

## A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DAS MULHERES NA AGROECOLOGIA EM ALAGOAS

**Samara Farias dos Santos**

Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Maceió - AL

**RESUMO:** O presente artigo visa analisar os debates e as práticas propiciadas pelas mulheres na construção da agroecologia nos movimentos sociais do campo em Alagoas. Devido a marginalização e invisibilidade do trabalho da mulher no campo, o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) articuladas com outras organizações como MST, MPA, CPT, vem promovendo a discussão de gênero e a importância das mulheres no debate agroecológico. A agroecologia iniciou-se de uma corrente contracultura na década de 70, e vem sendo reconhecida como uma ciência integradora que incorpora e reelabora o conhecimento dos povos tradicionais. Como sujeitos políticos, as mulheres vêm alinhando discurso e prática, através da auto-organização coletiva permitindo assim, o questionamento do modelo de agricultura convencional vigente. O pioneirismo feminino na construção da agroecologia culminou em transformações, tanto no planejamento produtivo, em sua autonomia política e econômica, quanto no protagonismo das mulheres em lideranças dos movimentos sociais do campo. Através de análise bibliográfica e coleta de relatos das

mulheres que atuam nestes movimentos, foi possível concluir que para o empoderamento da mulher do campo, foram necessários trabalhos de base para potencializar as lideranças femininas, valorização e reconhecimento do seu trabalho. De forma autônoma essas mulheres visam através de seu trabalho promover práticas agroecológicas com objetivo primeiramente, atender as necessidades familiares de subsistência, e depois de comercializar o excedente de sua produção para a garantia de outros recursos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agroecologia, Mulher-Trabalho, Protagonismo feminino, Gênero, Movimentos Sociais do Campo.

### THE IMPORTANCE OF WOMEN'S WORK ON AGROECOLOGY IN ALAGOAS

**ABSTRACT:** This article aims to analyze the debates and practices provided by women in the construction of agroecology in the social movements of the countryside in Alagoas. Due to the marginalization and invisibility of women's work in the field, the Peasant Women's Movement (MMC) articulated with other organizations such as MST, MPA, CPT, has been promoting the discussion of gender and the importance of women in the agroecological debate. Agroecology began as a counter-culture current in the 1970s, and has been recognized

as an integrating science that incorporates and re-elaborates the knowledge of traditional peoples. As political subjects, women have been aligning discourse and practice, through collective self-organization, thus allowing the questioning of the current model of conventional agriculture. Female pioneers in the construction of agroecology culminated in transformations, both in productive planning, in their political and economic autonomy, and in the leadership of women in the social movements of the countryside. Through bibliographic analysis and collection of reports of women who work in these movements, it was possible to conclude that for the empowerment of rural women, basic works were needed to empower female leaders, appreciation and recognition of their work. Through their work, these women autonomously aim to promote agro-ecological practices with the primary objective of meeting family subsistence needs, and after marketing the surplus of their production to guarantee other resources.

**KEYWORDS:** Agroecology, Women-Work, Female Protagonism, Gender, Rural Social Movements.

## 1 | INTRODUÇÃO

Com as práticas de produção agroecológica sendo aplicada no dia a dia, as mulheres camponesas vêm construindo novas formas de se relacionar, melhorando a saúde e promovendo sua autonomia como mulher e enquanto sujeitos políticos.

Segundo Cardoso e Rodrigues, na experiência do trabalho familiar, a falta de problematizações das relações de papéis e de poder pelos membros da família, acaba contribuindo com a invisibilidade do trabalho das mulheres na construção da agroecologia. Na inserção de pautas como valorização do trabalho, independência financeira e autonomia política são importantes para o reconhecimento dos seus saberes e o pioneirismo feminino na sua construção.

Nesta provocação enseja-se abordar alguns possíveis significados da agroecologia, no âmbito acadêmico, na formulação teórica do Movimento das Mulheres Camponesas e nas práticas que estão sendo desenvolvidas pelas camponesas inseridas no MMC no Estado de Alagoas, e trazer a discussão de que as práticas agroecológicas existem muito antes de existir o conceito em si, e mais, suscitar a discussão de que as mulheres foram as pioneiras na agroecologia.

Busca-se então, dar “voz” às camponesas do MMC do Estado de Alagoas, trazendo as falas das mulheres através das entrevistas e pesquisas realizadas.

## 2 | METODOLOGIA

A metodologia foi elaborada através de pesquisas bibliográficas para a fomentação teórica e histórica da agroecologia, assim como a atuação do MMC. Para a complementação destas análises bibliográficas, foram coletadas entrevistas

com o objetivo de refletir sobre este trabalho as perspectivas subjetivas das mulheres que contribuíram com tal pesquisa. Foram entrevistadas mulheres que atuam no Movimento de Mulheres Camponesas - (MMC), e outros movimentos e independente mediante questionário, com o objetivo de permitir que as informações fossem mais ricas e que estabelecessem um diálogo entre nós, pesquisadoras e entrevistadas, as respostas das entrevistas foram gravadas em áudio. Na tabela 1, constam as informações gerais das mulheres. Foram entrevistadas 6 mulheres, no período de junho a novembro de 2018.

As entrevistas foram executadas em feiras agroecológicas e por meio de contatos indicados pelo MMC. Buscamos coletar os relatos das mulheres em vários assentamentos e de municípios diferentes, para melhor retratar como elas trabalham, discutem e disseminam a agroecologia no estado de Alagoas.



Figura 1. Feira Orgânica da UFAL – Duas das camponesas entrevistadas.

Fonte: A autora (2018).

Nome/ Idade	Raça	Estado civil	Filhos	Ocupação:	Município/ Assentamento	Vínculos com os movimentos sociais
Aline Oliveira da Silva, 24 anos.	Negra	Solteira	Não	Graduanda em História, Apicultora.	Assentamento Lameirão, Delmiro Gouveia- AL.	MST, Juventude do MST.
Edcleide da Rocha Silva, 27 anos.	Indígena	Solteira	Não	Camponesa, Graduada Mestranda em Educação.	Assentamento Padre Emílio April/ Sítio Gordo, União dos Palmares- AL	MMC
Francielle Alves da Silva, 29 anos.	Parda	Solteira	Não	Graduanda em Psicologia.	Maceió- AL	MMC, MST, Mulheres Resistem

Maria Lucilene dos Santos, 55 anos.	Negra	Casada		Agricultora, Cordelista.	Assentamento Zumbi dos Palmares, Branquinha- AL	MMC, Associação de Produtoras da Zona da Mata
Maria Rita Rosa dos Santos,	Parda	Casada	Sim, uma	Agricultora.	Assentamento Dom Helder Câmara, Murici-AL	MMC, CPT, Sindicato de agricultura familiar, Associação do Assentamento Dom Helder
Silvaneide dos Santos	Negra	Casada	Não	Agricultora.	Assentamento Zumbi dos Palmares, Branquinha- AL.	Independente.
Vitória Paixão da Silva, 30 anos	Negra	Solteira		Historiadora, Poetisa, Educadora Social	Quilombo Serra Verde, Igaci- AL	MMC, AAGRA

Tabela 1. Informações gerais das entrevistadas.

AAGRA (Associação de Agricultores Alternativos); CPT (Comissão Pastoral da Terra) e MMC (Movimento de Mulheres Camponesas), MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra).

### 3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

#### 3.1 A agroecologia é vida, identidade, resistência e luta: da prática à conceitualização acadêmica

No âmbito popular, a agroecologia não se resume somente a técnicas para o desenvolvimento da agricultura, mas é também um espaço onde se pensa e debate política, identidade, gênero, saúde, igualdade e autonomia, espaço esse que dialoga tanto com a teoria quanto com a prática.

Para as camponesas Maria Rita e Edcleide a agroecologia é vida, identidade, resistência, luta e autonomia. Aline complementa, que a agroecologia é uma questão de princípio de vida, que dialoga entre as práticas agrícolas e a observação da natureza, promovendo assim uma responsabilidade social tanto com alimento que se produz, quanto com o meio ambiente.

A autonomia é conquistada de forma coletiva, a mesma se dá por meio das mulheres camponesas organizadas que coletivamente estudam, compreendem a complexidade da teia de relações construídas histórica e culturalmente e lutam pela a sua autonomia, tanto econômica, como autonomia sobre suas próprias vidas. De forma coletiva lutam pela transformação da sociedade.

A agroecologia vem de muito antes de sua conceitualização, as práticas efetuadas desde o princípio da agricultura têm suas bases agroecológicas, hoje apenas trata-se da recuperação da herança agrícola destruída pela agricultura moderna (Hecht,



2002). O primeiro contato com a agroecologia, vem bem antes das mulheres conhecerem este termo, elas se aproximam destas pelo conhecimento prático passado de gerações em gerações, através da comunidade e de suas famílias. Sendo assim, o contato com os agrotóxicos e insumos agrícolas convencionais é mínimo ou até mesmo nunca se teve, pois, a agricultura praticada por estes obedece aos princípios agroecológicos desde o passado.

Enfrentando e superando desafios, reconstruindo e ressignificando a cultura e valores, como a entreaajuda e a socialização de conhecimentos e saberes construídos historicamente, assim se constrói a agroecologia. Guzmán (2001, p.42) afirma que “[...] o enfoque agroecológico pretende ativar este potencial endógeno, gerando processos que deem lugar à novas respostas e/ou façam surgir as velhas (se estas são sustentáveis)”. Segundo Guzmán, o conhecimento que ele chama de endógeno, que é o conhecimento “de dentro” das comunidades camponesas é de fundamental importância no enfoque agroecológico, desde que o conhecimento endógeno dialogue com o conhecimento exógeno, ou seja, “de fora” das comunidades camponesas. Tendo isso em vista, é possível então afirmar que o contexto local é determinante para a agroecologia, haja vista que não há como “impor um receituário” no enfoque agroecológico, a realidade concreta, a cultura alimentar, bem como os demais elementos culturais e o clima são fundamentais e precisam ser considerados.

A agricultura moderna surge após a segunda guerra mundial, em 1960 financiada por instituições internacionais agências das Organização das Nações Unidas - (ONU), centros de pesquisas e bancos de desenvolvimento, trazendo uma surpreendente elevação da produtividade, este processo ficou conhecido como Revolução Verde. No entanto, com o uso intensivo de fertilizantes químicos, agrotóxicos, e forte mecanização, com caráter positivista, reducionista (vale ressaltar também que o capitalismo foi um dos precursores dos agrotóxicos). A agricultura convencional trouxe grandes problemas sociais e ambientais principalmente nos países denominados de terceiro mundo. É neste cenário que surge a agroecologia, mas visto apenas como um movimento contra cultural em 1970, sendo denominada como agricultura alternativa, trazendo em suas pautas a reivindicação de produções mais sustentáveis. Para Susanna Hecht:

é uma abordagem agrícola que incorpora cuidados especiais relativos ao ambiente, assim como aos problemas sociais, enfocando não somente a produção, mas também a sustentabilidade ecológica do sistema de produção. (Hecht, 2002, p. 26).

Enquanto ciência traz para a sua construção o protagonismo dos agricultores, camponeses e indígenas, propondo assim um “diálogo de saberes” entre o conhecimento científico e o conhecimento popular. Altieri (1977) define a agroecologia como “as bases científicas para uma agricultura ecológica”. Sendo sua construção elaborada por bases transdisciplinares, onde há uma coevolução dos sistemas ecológicos e sistemas sociais com objetivo em comum de todas as disciplinas que a compõem.

(Siliprandi, 2015). A agroecologia para sua conceituação, caminhou lado a lado com as lutas dos movimentos sociais, onde agricultoras e agricultores do mundo todo, tiveram suas organizações voltadas ao questionamento dos propósitos da revolução verde, sem terras reivindicavam seu direito à terra por meio de reformas agrárias, os povos indígenas lutam contra a destruição de suas bases econômicas fomentadas na produção familiar, e assim consolidou-se a construção de uma agricultura racional que com suas vertentes agronômicas, sociais e indígena/camponesa, se colocando como uma alternativa para a sustentabilidade agrícola.

Portanto, a agroecologia vem com propostas que vão para além de meras metodologias e técnicas para o desenvolvimento da agricultura, pois questiona tanto as técnicas e métodos utilizados, quanto suas motivações para o aumento da produtividade e as formas de organização social, política e econômica dos sujeitos envolvidos. Sendo assim, seu caráter expressa propostas para a equidade de oportunidade para o acesso aos meios de vida, manutenção da biodiversidade, soberania alimentar, trazendo uma ruptura nos conceitos de desenvolvimento e produção do grande capital.

### **3.2 Pioneirismo feminino no desenvolvimento da agroecologia: o trabalho do campo tem dois sexos**

Academicamente, Ana Primavesi<sup>1</sup> por ter sido uma das responsáveis pelos os avanços nos estudos sobre o manejo ecológico do solo e sua difusão, se tornou a pioneira da agroecologia no Brasil e na América Latina.

Por defender que o solo é um ser vivo, e que a própria vida das pessoas, é propiciada pela a vida do solo, Primavesi é a primeira mulher, no âmbito acadêmico, a ser reconhecida em um espaço extremamente dominado por homens. Porém, antes que a mesma fosse pioneira na agroecologia no contexto acadêmico, as camponesas já eram pioneiras praticando técnicas agroecológicas, sem mesmo saberem o que era a agroecologia em si.

Para falar em agroecologia é preciso primeiro ter noção da invisibilidade que as mulheres camponesas têm em todas as esferas, inclusive nos movimentos sociais do campo, apesar de que os movimentos sociais do campo estão buscando tornar visível essa realidade das mulheres camponesas. Portanto, é preciso da mesma forma, tocar no ponto das relações de trabalho, na esfera do trabalho produtivo e do trabalho reprodutivo, sendo que o primeiro é designado para os homens, enquanto o segundo é designado para as mulheres. Dito isto, aqui está um grande desafio, avançar tanto na valoração econômica do trabalho desempenhado pelas mulheres e valorização dos conhecimentos que as mesmas detêm.

A participação da mulher no meio da agricultura ainda hoje é marginalizada e tida como “ajuda” aos trabalhos masculinos, que diferente das mulheres, são

1. Engenheira agrônoma brasileira, é uma das importantes pesquisadoras da agroecologia e da agricultura orgânica.

considerados “carros-chefes” da unidade produtiva. É nesse sentido, que surge a necessidade de dedicar esforços no intuito de mudar a realidade vivenciada pela as mulheres camponesas, pois os dados de produção de alimentos feito por as mesmas comprovam que elas estão dando vida à agroecologia, produzindo tanto quanto os homens e isso precisa ser valorizado. Quando analisado a produção de alimentos feita pelas mulheres ao redor do mundo, Léon (2004) apresenta dados reveladores:

Na África Subsaariana e no Caribe, as mulheres produzem entre 60 e 80% dos alimentos básicos. Na Ásia, as mulheres fazem mais do que 50% do trabalho relacionado com o cultivo do arroz. No sudeste da Ásia, Pacífico e América Latina, as hortas cultivadas por mulheres estão entre os sistemas agrícolas mais complexos que se tem conhecimento. As mulheres são evidentemente agricultoras e as cultivadoras que tem uma contribuição substancial para a conservação e gestão geral dos recursos fitogenéticos para alimentação e agricultura (LÉON, 2004, p. 222, tradução nossa)<sup>2</sup>

O pioneirismo feminino se dá principalmente pela relação das mulheres com a natureza, pelo cuidado e preocupação com a soberania alimentar e saúde de sua família, em todas as entrevistas quando as mulheres eram perguntadas do porquê trabalhar de forma agroecológica, suas respostas têm algo em comum, a sua semelhança com a natureza pois esta gera vida como as mulheres.

Em seus quintais elas começam a produção de hortas, pomares e animais para o consumo familiar, cultivando hortaliças, legumes, frutíferas e plantas medicinais, despertando assim o interesse de seus maridos pela forma que cultivam e a produção que elas obtêm. Quando o excedente é por elas vendido em pequenas feiras organizadas pelas mulheres das comunidades, trazem valorização do trabalho que antes, sem reconhecimento, não se dava a devida importância. E com isso, a jornada de trabalho da mulher que antes era sobrecarregada, hoje passa a ser dividido entre a família, cada membro fica responsável por uma tarefa. Sendo característico das famílias que têm sua produção baseadas nas premissas agroecológicas, a coletividade é ressaltada pelas agricultoras em suas falas, retratando esta mudança nos paradigmas do campo com relação a divisão do trabalho.

### **3.3 Sem feminismo não há agroecologia: A luta pela autonomia e independência.**

O Movimento de Mulheres Camponesas nasceu em 1980, em meio a um grande surgimento de movimentos no campo, motivadas por sua principal bandeira de luta como reconhecimento do trabalho das trabalhadoras rurais, desencadeou-se assim, outras pautas, como sindicalização, direitos previdenciários, participação política, libertação da mulher etc. Em 1995, cria-se assim a Articulação Nacional

2. “El África subsahariana y en el Caribe, las mujeres producen entre el 60 y 80% de los productos alimenticios de base. En Asia, las mujeres realizan más de 50% de los trabajos relacionados a los cultivos de arroz. En el sudeste asiático, el Pacífico y América Latina, los huertos cultivados por mujeres figuran entre los sistemas agrícolas más complejos que se hayan conocido. Las mujeres son de toda evidencia agricultoras a parte entera, y las cultivadoras aportan una contribución substancial en la conservación y la gestión general de los recursos fitogenéticos para alimentación y la agricultura” (LEÓN, 2004, p. 222).

de Mulheres Trabalhadoras Rurais, com o objetivo de mobilizar as mulheres de outros movimentos (Movimentos Autônomos, Comissão Pastoral da Terra – CPT, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, Pastoral da Juventude Rural - PJR, Movimento dos Atingidos pelas Barragens – MAB, alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais e, no último período, o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA).

A principal característica para a articulação das mulheres nos debates propiciados pelo MMC, é o tema agroecologia. Devido a prática ser intrínseca a vidas das agricultoras, abre-se espaço para permear temas como questões de gênero, autonomia, protagonismo, questões salariais, divisão justa dos trabalhos domésticos e saúde. Outra característica, da articulação das mulheres pelo MMC, é a discussão sobre o feminismo camponês e popular, que como vertente do feminismo traz pautas baseadas no cotidiano da vida das mulheres do campo. Jalil (2009) afirma, que em sua condição de movimento feminista, o MMC articula a luta contra o patriarcado dentro das forças sociais contra hegemônicas.

Com o alinhamento com outros movimentos sociais, o MMC consegue também adentrá-los dialogando com estes e provocando desconstruções. O MST, enquanto movimento rural também traz enfoque nas discussões de gênero, por entender a importância do debate entre as mulheres, vem assim, promovendo cursos sobre feminismo, para trabalhar com mais ênfases nos conceitos e nas práticas cotidianas destas.

Compreendendo que o feminismo tem sua pluralidade, e tendo em vista que há várias formas de organização e de se pensar feminista, as mulheres entrevistadas se identificam como feministas. Para Aline, não se pode seguir os princípios agroecológicos sem o feminismo, pois o feminismo é um dos princípios da agroecologia.

Na busca pela autonomia, as mulheres enfrentam barreiras impostas pelo machismo, seja no seio familiar, com impedimento de tomadas de decisões financeiras, negação de sua liberdade e seu direito pela terra onde produz, ou até mesmo na comunidade onde por diversas vezes são proibidas de participar e ter voz e voto nas deliberações de sindicatos, associações e cooperativas. Para isto, elas travam lutas para mostrar sua capacidade organizativa e para a valorização do seu trabalho na comunidade e no lar. Com a entrada do MMC foram possíveis a construção de espaços em que as mulheres puderam se auto organizar para realizações de feiras, segundo Maria Lucilene, do assentamento Zumbi dos Palmares, que diz o seguinte:

“Outros movimentos já haviam entrado no assentamento, onde até às vezes até enganavam, e atravessadores que entravam no assentamento pra levar a produção... tudo isso machucava, né!? E a gente via que sobrava só pra mulher... mas aí a gente começamos a formar uma feira, onde iam pra feira levavam aquelas coisas a gente dizia assim, aquilo que sobra, porque era o que elas tinham direito de vender... aquele pouco que ia sobrando que ia ficando ali quando os homens não queriam mais, elas ia formando a feira... E aí alegria minha um dia uma mulher

disse assim, hoje eu tenho o dinheiro...” (Lucilene, 2018).

Com a chegada do MMC e por propiciar debates sobre gênero, autonomia, agroecologia e saúde, as mulheres, de forma organizada e coletiva, vêm construindo a agroecologia, e de alguma forma recuperando sua identidade, a qual foi esmagada pelo o capitalismo e patriarcado, dois grandes responsáveis pela a opressão e subordinação das mulheres. Portanto, como nos bem lembra Siliprandi (2015, p.335): “A agroecologia não cumprirá seus propósitos de ser uma teoria e um modelo para a ação emancipatória dos camponeses se não se ocupar também, teórica e praticamente, do enfrentamento às questões subordinação das mulheres agricultoras”.

Tendo isso em vista, é possível afirmar que não se faz agroecologia deixando de debater esses assuntos, que permite o enfrentamento ao machismo, a desconstrução dos papéis impostos pelo patriarcado, resultando de forma gradativa na valorização do trabalho feminino no campo, aquisição de direitos previdenciários e a condição de proprietárias da terra, imposição das mulheres frente à violência e emancipação social e econômica.

Siliprandi (2007) nos afirma que o debate sobre agricultura familiar e gênero tem avançado bastante nos últimos anos, com enfoque tanto na invisibilidade do trabalho feminino nas atividades produtivas e reprodutivas, como nos cenários que se abrem para as mulheres com o avanço cada vez maior das atividades não agrícolas como provedoras de renda no meio rural. Todavia, ainda permanecem questões em aberto, e merecem uma reflexão acerca disso, como por exemplo, quando nos perguntamos o lugar das mulheres nas propostas agroecológicas e as concepções de emancipação vinculadas a essas atividades. (SILIPRANDI, 2007).

No assentamento Padre Emílio April, é composto por aproximadamente de 60 famílias e atualmente têm 38 associados, onde 35 são representações femininas, reflexo da formação do assentamento que teve em seu processo de reivindicação como principal organizadora, Alaíde Ribeiro, uma mulher que através da força feminina formou a associação e que junto as/os atuais agricultoras e agricultores obtiveram pela reforma agrária as terras do assentamento. Edcleide afirma, que o gerenciamento da economia familiar, desde a produção até a comercialização são geridos pelas mulheres.

Maria Rita afirma, *“até hoje tem homens que não me suporta...”* isto devido sua atuação de liderança na comunidade, ela é coordenadora do MMC, através seu trabalho tornar-se um sujeito político, Dona Rita está sempre presente nos eventos que propiciam o debate sobre a agroecologia nos sindicatos, nas universidades ou até em reuniões e seminários propiciados pelo MMC em todo o Brasil e na América latina, desta forma ela se torna uma referência para as mulheres ao seu redor, mostrando que elas podem contribuir para a construção da agroecologia e ter seu trabalho e saberes valorizados.

Na academia Edcleide e Franciele, conseguem introduzir em sua vida acadêmica o estudo da agroecologia e de emancipação das mulheres no campo. Vitória Paixão, educadora social também com seu trabalho procura levar através da educação o debate e construção do conhecimento agroecológico, e através da poesia usa as palavras para empoderar as mulheres em sua volta. Silvaneide, mesmo sendo uma agricultora que não se vincula a nenhum movimento social, participa assiduamente das reuniões do MMC, e afirma que a partir destas reuniões consegue desenvolver atividades junto às mulheres, como trazer renda para sua casa por meio das feiras agroecológicas nas quais ela participa.

De modo geral, essas mulheres ocupam espaços distintos, com dinâmicas diversas, elas impactam e são impactadas pelas mudanças que são proporcionadas pela agroecologia. As mulheres em coletividade, avançam na edificação da agroecologia com seus papéis e posições distintas na sociedade são as protagonistas da destruição dos paradigmas vigentes, e são as principais reivindicadoras das mudanças em nossa sociedade.

Laeticia Fisher salienta,

Considera-se que o protagonismo da mulher na sociedade atual traz à reflexão sua condição de sujeito e sinaliza para a construção de uma ideologia em que novos valores emergem do meio social, influenciando a relação de gênero. E, ainda, a prática política das mulheres nos movimentos sociais, em particular, na luta pela terra, constitui oportunidade de educação política e orientação, elementos que podem contribuir para promover sua autodeterminação na medida em que viabilizam novas formas de consciência e a crítica às regras impostas pela dominação masculina. (FISHER, 2006, p.88).

Dado o exposto, o feminismo é um fator crucial para que estas quebras de preceitos aconteçam, quando dentro do feminismo abre-se uma vertente camponesa e popular, que entende as pautas reivindicatórias das mulheres camponesas, e assim elas chegam a se identificar com o feminismo. As mulheres assim, conseguem transpor barreiras e empoderar-se e levam o empoderamento a suas companheiras de classe, se sentem reconhecidas e participantes da luta e de forma revolucionária conquistam sua autonomia.

#### **4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste capítulo, foi possível evidenciar alguns conceitos da agroecologia tanto no âmbito acadêmico, quanto na formulação teórica do Movimento de Mulheres Camponesas e nas práticas que estão sendo desenvolvidas pelas as camponesas do estado de Alagoas.

Este estudo também mostrou embasado por pesquisa participativa na qual as camponesas são as protagonistas, que através das experiências dessas mulheres e suas famílias é possível construir uma agricultura agroecológica. Nos relatos das camponesas entrevistadas, percebe-se que os caminhos da libertação se dão por

meio de estudo, diálogo, observação e reconstruções diárias a partir dos erros e acertos.

É possível afirmar que há avanços significativos na compreensão das mulheres em relação à divisão sexual do trabalho, e isso só foi possível com a formação do MMC que foi fundamental na concepção das camponesas sobre como elaborar processos de mudanças a partir de suas realidades locais, mostrando a agroecologia como ferramenta metodológica.

Conclui-se, portanto, que para o empoderamento da mulher do campo, foram necessários trabalhos de base para potencializar as lideranças femininas, valorização e reconhecimento do seu trabalho.

## REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002.

CARDOSO, Elizabeth Maria; RODRIGUES Vanessa Schottz. **Mulheres construindo a agroecologia no Brasil**. Revista Agriculturas: Experiências em agroecologia, v.6, n.4. Rio de Janeiro, 2009.

GUZMÁN, Eduardo Servilla. **Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia: Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v. 2, n. 1, jan./mar. 2001.

FISHER, Isaura Rufino. **O protagonismo da mulher rural no contexto de dominação**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco- Massangana, 2006.

HECHT, Susanna. **A evolução do pensamento agroecológico**. In: ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba: Agropecuária, 2002. p. 21-52.

JALIL, Laeticia. **Soberania Alimentar, feminismo e ação política: um olhar sobre as ações do Movimento de Mulheres Camponesas**. Revista Agriculturas: Experiências em agroecologia, v.6, n.4. Rio de Janeiro, 2009.

LÉON, Irene. **De mujeres, vida y semillas**. In: CARVALHO, Horacio Martins (Org.) **Semillas: patrimonio del pueblo al servicio de la humanidad**. Quito: Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo - CLOC, de 2004.

SILIPRANDI, Emma. **O processo de organização das mulheres dentro da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) no Brasil**. In: Congresso Brasileiro de Agroecologia, 6, 2007, Curitiba. Resumos... Porto Alegre: Resumos do VI Congresso Brasileiro de Agroecologia, 2009, v. 4, n. 1, p. 440.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). <http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/44> Acesso em: 01 de novembro de 2018.

## FONTES ORAIS

SANTOS, M. L. Entrevista concedida a Samara Farias dos Santos. UFAL, Maceió, 12 de setembro de 2018.

SANTOS, M. R. R. Entrevista concedida a Samara Farias dos Santos. UFAL, Maceió, 02 de novembro de 2018.

SANTOS, S. Entrevista concedida a Samara Farias dos Santos. UFAL, Maceió, 10 de outubro de 2018.

SILVA, A. O. Entrevista concedida a Samara Farias dos Santos. UFAL, Maceió, 02 de novembro de 2018.

SILVA, E. R. Entrevista concedida a Samara Farias dos Santos. UFAL, Maceió, 12 de setembro de 2018.

SILVA, F. A. Entrevista concedida a Samara Farias dos Santos. UFAL, Maceió, 05 de novembro de 2018.

SILVA, V. P. Entrevista concedida a Samara Farias dos Santos. UFAL, Maceió, 05 de novembro de 2018.



## A REPRESENTAÇÃO DA FIGURA FEMININA VÍTIMA DE VIOLÊNCIA NO *ESTADÃO*: O CASO DE AMANDA BUENO

### **Luíza Buzzacaro Barcellos**

Mestranda no PPG de Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

São Leopoldo – Rio Grande do Sul

### **Janie Kiszewski Pacheco**

Professora na Escola Superior de Propaganda e Marketing de Porto Alegre (ESPM-SUL)

Porto Alegre – Rio Grande do Sul

**RESUMO:** As contingências sociais que envolvem as questões de gênero marcam diferenças acentuadas entre homens e mulheres na sociedade brasileira. Elas e eles são postos em papéis, estereótipos e características distintos, os quais “devem” ser seguidos. Assim as diferenciações de gênero implicam frequentemente em uma desigualdade de gênero. A premissa que o homem domina a mulher é geradora de diversos prejuízos à vida cotidiana, dentre eles a violência. Uma das instituições que reforça essa dominação é a imprensa, quando produz diferentes significados culturais, por meio das representações, influenciando nas práticas sociais e repercutindo nas condutas dos indivíduos. Ao reforçar os papéis e estereótipos tradicionais ligados a homens e mulheres, os veículos de comunicação legitimam e justificam a violência contra a mulher, principalmente aqueles que já

conquistaram a credibilidade perante o público, como o jornal *O Estado de São Paulo*. Mesmo as mulheres tendo ampliado sua cidadania e conquistado políticas públicas que auxiliam no combate à violência de gênero, como as leis Maria da Penha e do Feminicídio, elas ainda sofrem, diariamente, com as consequências que daquela decorrem, chegando muitas vezes ao ponto mais extremo: a morte. Um dos casos que teve ampla repercussão e um dos primeiros a ser julgado como feminicídio no Brasil foi o de Amanda Bueno, em 2015, assassinada brutalmente pelo próprio companheiro. A partir de uma abordagem antropológica, este artigo analisa a representação da violência em torno desta figura feminina nas notícias veiculadas no jornal *Estadão*.

**PALAVRAS-CHAVE:** Violência contra a mulher, Representação, Jornalismo, Estadão, Amanda Bueno.

### THE REPRESENTATION OF THE FEMALE FIGURE VICTIM OF VIOLENCE IN *ESTADÃO*: THE CASE OF AMANDA BUENO

**ABSTRACT:** The social contingencies surrounding gender issues mark marked differences between men and women in Brazilian society. They and they are put into distinct roles, stereotypes and characteristics,

which “must” be followed. Thus gender differentiations often imply gender inequality. The premise that the male dominates the woman generates several harms to everyday life, including violence. One of the institutions that reinforces this domination is the press, when it produces different cultural meanings, through the representations, influencing the social practices and repercussing on the behavior of the individuals. By reinforcing traditional roles and stereotypes linked to men and women, the media legitimize and justify violence against women, especially those who have already gained credibility with the public, such as the newspaper *O Estado de São Paulo*. Even though women have expanded their citizenship and conquered public policies that help combat gender violence, such as the Maria da Penha and Feminicide laws, they still suffer daily from the consequences that result, often reaching the most extreme point: the death. One of the cases that had wide repercussions and one of the first to be judged as femicide in Brazil was Amanda Bueno, in 2015, brutally murdered by her own partner. From an anthropological approach, this article analyzes the representation of violence around this female figure in the news published in the newspaper *Estadão*.

**KEYWORDS:** Violence against women, Representation, Journalism, Estadão, Amanda Bueno.

## INTRODUÇÃO

As diferenciações entre feminino e masculino geram diversos estereótipos e papéis que, socialmente, podem reforçar a desigualdade entre os sexos. A dominação masculina sobre a mulher acaba influenciando em um problema muito debatido, mais ainda não resolvido no Brasil: a violência contra a mulher (COUTO; SCHRAIBER, 2013; BANDEIRA, 2013).

A violência contra a mulher, principalmente a doméstica, é justificada e, de certa forma, legitimada pelos papéis e estereótipos decorrentes da diferenciação de gênero. Quando uma mulher não corresponde às expectativas sociais impostas a ela, como a de ser mãe, dona de casa, fiel e submissa, homens, muitas vezes na posição de maridos, namorados ou companheiros, veem a partir disso motivos para desferir agressões verbais e físicas que, em última instância, podem levar a morte da vítima (BANDEIRA, 2013; PINSKY, 2013). E foi esse o caso de Amanda Bueno, morta brutalmente pelo noivo, dentro da própria casa, acusada de infidelidade pelo homem – no mesmo ano em que foi sancionada a Lei do Feminicídio (PRADO; SANEMATSU, 2017).

Uma das instituições que podem colaborar para o combate da violência contra a mulher é a imprensa jornalística. Por meio da veiculação de notícias, os veículos de comunicação produzem diferentes significados culturais, por meio das representações, que podem influenciar a conduta dos indivíduos (FRIAS, 2009).

Isto posto, o objetivo do artigo em questão é analisar como a figura feminina vítima de violência, neste caso Amanda Bueno, foi representada pelo jornal *Estadão*<sup>1</sup>

1. O jornal *O Estado de São Paulo (Estadão)* foi escolhido como objeto de análise por se tratar de um jornal de

nas notícias veiculadas sobre sua morte.

## METODOLOGIA

A metodologia adotada para a produção deste artigo é qualitativa, tendo foco na interpretação, na subjetividade e na preocupação com o contexto (DALFOVO; LANA; SILVEIRA, 2008). Faz-se necessária, portanto, a adoção das técnicas bibliográfica e documental para a coleta de dados, teóricos e empíricos, conforme as definições de Baptista e Campos (2016) e Gil (1991), respectivamente.

O método adotado foi a etnografia, um tipo de pesquisa amplamente utilizado em estudos no âmbito das ciências sociais, em particular na antropologia. A etnografia é um método que busca compreender a cultura particular de um grupo social mediante a realização de pesquisa *in loco* (ANGROSINO, 2009). Um dos procedimentos mais conhecidos para o desenvolvimento da etnografia é a observação participante, que consiste essencialmente na ida do pesquisador a campo para observar e fazer a coleta de dados para a pesquisa (ROVIDA, 2015). No entanto, segundo Angrosino (2009, p. 15), é preciso “entender a observação participante tanto como um estilo que pode ser adotado por pesquisadores etnográficos quanto como um contexto ao qual uma variedade de técnicas de coleta de dados pode ser adaptada”.

Levando em consideração a observação participante como um contexto, como proposto por Angrosino (2009), é correto admitir nos estudos antropológicos contemporâneos a não obrigatoriedade de “ir a campo” (como estipula o jargão dos pesquisadores que se valem da etnografia) como forma de legitimar a coleta de dados. A este respeito Strozenberg (2003) já ressaltava que o trabalho de campo se coloca como uma opção metodológica. Para evitar o desconforto gerado pelo termo observação participante, Rovida (2015) propõe outras nomenclaturas para o processo de coleta de dados: observação empírica, observação de campo ou trabalho de campo.

No presente trabalho, portanto, a observação empírica foi feita a partir do campo, a saber, acervo e site do jornal *Estadão*, no qual as notícias foram coletadas e selecionadas, dando origem aos dados que foram analisados.

A abordagem adotada para a análise do presente artigo parte do ponto de vista antropológico. A união de antropologia e jornalismo surge do pressuposto da interdisciplinaridade, que tem muito a enriquecer os estudos quanto aos seus resultados. Esta aproximação, para Strozenberg (2003), se apresenta como uma forma de desconstruir limites disciplinares, proporcionando diálogos e integrações. Essa forma de problematizar gera uma *desnaturalização*, proposta pelo método antropológico, e é o que acaba atraindo outras áreas do conhecimento, inclusive a comunicação e o jornalismo, especificamente (LAGO, 2010). Entende-se que o principal benefício da interlocução das duas áreas do conhecimento citadas é a referência, como conceitua Zamin (2014), com circulação nacional.

subjetividade que norteia toda a abordagem antropológica.

Desta forma, após a constituição do *corpus* de análise, ou seja, das notícias veiculadas sobre a morte de Amanda Bueno, foi feita uma descrição dos dados encontrados, como proposto por Angrosino (2009), e posterior análise teórica, composta por um texto antropológico que tem como características a interpretação e a subjetividade (ROVIDA, 2015). Como ressalta Rovida (2015, p. 81), nessa análise “estabelece-se um pensar com os conceitos e não, exclusivamente, um pensar *sobre* os conceitos”.

## O CONTEXTO FEMININO BRASILEIRO E A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Histórica e socialmente há uma série de desigualdades que se desenvolvem devido à diferenciação de gênero, ou seja, as imagens e expectativas que se constroem em relação à figura de homens e mulheres (JOHNSON, 1997). Essa construção, segundo o autor, estabelece conceitos de feminilidade e masculinidade que acabam por reforçar a dominação masculina. Esta visão é corroborada por Veiga da Silva (2014, p.82) quando afirma que as distinções de gênero na prática resultam em relações desiguais em diversos aspectos da vida social “nos corpos, nos discursos, nos conhecimentos, nas leis, nas práticas sociais, nas famílias, e até mesmo nas notícias”.

A primeira desigualdade construída socialmente que podemos citar é em relação à divisão sexual do trabalho, quando se estabelece que à mulher cabe a esfera privada, o cuidado com a família e com o doméstico; e ao homem, a esfera pública, a liberdade, os direitos e a política (VIANA, 2013). Outro fator que podemos citar como propulsor da desigualdade de gênero é a própria genitália feminina, como assinala Perrot (2007). Além disso, a passividade e submissão atribuídas ao sexo da mulher influenciam também as suas relações e vida social: ela é vista, essencialmente, como procriadora. Seu corpo, no curso da história, é um corpo dominado pelos homens, o qual deve satisfazê-los sem levar em consideração as vontades individuais femininas.

Essa postura desigual entre homens e mulheres acaba formalizando uma dominação masculina, que gera relações machistas, assimétricas e patriarcais (COUTO; SCHRAIBER, 2013), as quais constituem e legitimam a violência contra a mulher (BANDEIRA, 2013). Os motivos, contudo, que justificam socialmente tais ações podem ser muitos. Um dos que podemos citar pode ser atribuído à natureza “incontrolável” do homem: “categorias como instinto, impulsividade, fatalidade, destino são arroladas para dar sentido (e legitimar, em última instância) às agressões perpetradas contra as mulheres (na condição de namoradas, esposas, companheiras)” (COUTO; SCHRAIBER, 2013, p. 59).

Outros fatores como o não cumprimento de afazeres domésticos e familiares,

a independência financeira e emocional da mulher (BANDEIRA, 2013; PINSKY, 2013) e a infidelidade (BANDEIRA, 2013) podem ser vistas como justificativas plausíveis para a agressão contra companheiras, filhas, mães, irmãs e até mesmo desconhecidas.

A partir da década de 1970, no entanto, algumas medidas começam a ser tomadas visando à solução da violência contra as mulheres. Em 1975 convenções internacionais trazem à tona o assunto da violência contra a mulher e em 1985 no Brasil são criados o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e a primeira Delegacia de Defesa da Mulher (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016). Outra conquista importante para o combate da violência foi a criação e promulgação da Constituição Federal de 1988, que selou o compromisso do Estado “na assistência a cada membro da família no que diz respeito à coibição da violência no âmbito das relações familiares” (LAGE; NADER, 2013, p. 290).

Foi nos anos 2000, contudo, que as ações do Estado brasileiro se tornaram mais claras e presentes no combate ao problema. Um dos marcos para tal mudança foi a promulgação da Lei Maria da Penha, em 2006, conferindo à justiça um importante instrumento público de prevenção e punição da violência contra a mulher (LAGE; NADER, 2013). Em 2015, é criada a Lei do Feminicídio, que tornou a morte de mulheres em virtude do gênero um crime hediondo e uma responsabilidade do Estado (PRADO; SANEMATSU, 2017).

## **A REPRESENTAÇÃO DA VÍTIMA DE VIOLÊNCIA NA IMPRENSA**

Segundo Hall (2016, p. 30), “a representação significa utilizar a linguagem para, inteligivelmente, expressar algo sobre o mundo ou representá-lo a outras pessoas” e é estabelecido com um processo ou fenômeno sociocultural. A representação é, portanto, uma construção social de sentidos e significados para objetos e pessoas. Neste sentido, a representação da figura feminina, presente nos veículos de comunicação, é um fator que legitima e corrobora, muitas vezes, alguns comportamentos machistas e violentos para com as mulheres.

Frias (2009) destaca o quanto os meios de comunicação e não apenas a notícia, matéria-prima da atividade jornalística, estão impregnados de noções sexistas:

Este é o desafio da sociedade frente aos meios de comunicação, não apenas para que a notícia deixe de ser carregada de gênero patriarcal e machista, mas também para que as palavras que conformam nossa mensagem reflitam uma mudança de pensamento absolutamente necessária para que se reconheça os homens e mulheres como seres humanos, dotados das mesmas potencialidades e sujeitos dos mesmos direitos (FRIAS, 2009, p. 78).

A imprensa, por meio das representações que constitui de diferentes indivíduos e grupos sociais, acaba por influenciar a formação de uma dada opinião pública

sobre os mesmos.

Não podemos discutir a igualdade no mundo do trabalho porque a mídia em geral ressalta o papel da mulher nos espaços privados. Não podemos rediscutir a educação se a gente também não discutir o papel da mulher na cultura e na mídia, porque a educação hoje reproduz estereótipos da mulher, que também estimulam a discriminação e a violência de gênero (PEREIRA, 2009, p.7).

Por isso, “o papel dos meios de comunicação é vital para influir numa transformação do pensamento coletivo, para que as pessoas saibam tornar patente aquilo que veem na mídia e fazer referência disso como o estabelecido, o normal” (FRIAS, 2009, p.78).

De acordo com Vieira de Melo e Sanematsu (2013, p. 93), os veículos de comunicação costumam dar ênfase aos números, mas não à complexidade do fenômeno da violência. “[...] a qualidade dessa abordagem ainda deixa muito o que desejar, concentrando-se em fatos individualizados, relatados a partir de um viés policial” (VIEIRA DE MELO; SANEMATSU, 2013, p. 89). Os casos de violência contra a mulher, portanto, não possuem um espaço de investigação e discussão das raízes desse problema nos veículos de comunicação.

A mídia, frequentemente, atua como um agente de transformação social, mas mostra-se falha nas reiteradas representações da figura feminina e na forma como efetua a cobertura de casos de violência contra a mulher. As coberturas jornalísticas sobre o tema, muitas vezes, desrespeitam as vítimas e seus familiares e colocam as próprias mulheres como culpadas da violência sofrida (PRADO; SANEMATSU, 2017). “[...] Os estereótipos de gênero fazem com que, no processo de evidenciação desse crime, os polos se invertam e a mulher seja colocada como a responsável pelo crime que cometeu” (PASINATO *apud* PRADO; SANEMATSU, 2017, p.149).

Os produtos jornalísticos, ou seja, as notícias veiculadas pela mídia, atuam na construção da realidade: “E este é o ponto crucial que permite estabelecer uma relação do poder simbólico da mídia com os valores e hierarquias sociais [...]” (VEIGA DA SILVA, 2014, p. 50). Segundo a autora, os meios de comunicação podem ser tidos como “fazedores de identidades culturais” (2014, p.50). Esta perspectiva já era destacada por Tuchman (1983) ao afirmar que “A notícia não reflete a sociedade, mas ajuda a constituí-la como um fenômeno social compartilhado, já que no processo da descoberta de um acontecimento, a notícia define e conforma esse acontecimento” (*apud* ALSINA, 2009, p. 299).

## O CASO AMANDA BUENO

Amanda Bueno (nome artístico de Cícera Alves de Sena) tinha 29 anos, trabalhava como dançarina, era mãe de uma menina de 11 anos, que morava com a avó em Goiás, e estava noiva de Milton Severiano Vieira, de 32 anos. Amanda foi morta pelo próprio companheiro no interior da casa onde moravam em Nova Iguaçu,

cidade na Baixada Fluminense (RJ).

As câmeras de segurança da residência registraram todo o crime: a mulher foi derrubada no chão e golpeada várias vezes com uma pistola. Depois de caída no chão, já sem expressar qualquer reação, Vieira atira cinco vezes contra o rosto de Amanda. Ele alegou à polícia que o crime foi passional, motivado por ciúmes, pois recebeu um vídeo de uma suposta traição da noiva. Amanda não estava satisfeita com o atual relacionamento amoroso e já havia entrado em contato com a mãe, apenas dois dias antes do crime, para avisar que voltaria a morar com a família em Goiás. As mensagens enviadas por ela, via Whatsapp, diziam: “Mãe, por favor, não viaje que eu preciso chegar em casa e te dar um abraço” e “Mãe, eu nem vou te falar o que aconteceu, mas eu ‘tô’ indo embora. Mãe, não viaje, por favor. Eu vou chegar aí em casa até sábado”. Segundo o advogado de Vieira, ele sustentava financeiramente a família da noiva, mas Amanda trabalhava como dançarina justamente para enviar dinheiro à mãe e à filha.

Embora Vieira tenha sido preso pelo crime, em vista das provas que atestavam sua culpa, é a profissão de Amanda que é colocada em evidência nas notícias veiculadas sobre o caso. Isto pode ser constatado já nos títulos das três matérias acerca do caso publicadas no *Estadão*: “Câmeras mostram marido matando dançarina de funk” (17/04/2015)<sup>2</sup>; “Dançarina morta por noivo disse para mãe que voltaria a Goiás” (20/04/2015)<sup>3</sup>; “Polícia investiga ligação de assassino de dançarina com milícias” (23/04/2015)<sup>4</sup>. Podemos supor que tais chamadas já contribuam para relevar os motivos do ciúme praticado (MOTA, 2017).

Além de ter sido dançarina de dois grupos de funk, Gaiola das Popozudas e Jaula das Gostozudas, ela também havia confessado ao noivo que havia se prostituído na época que morou em Brasília. O advogado do criminoso ainda atribui o assassinato de Amanda como algo causado por um descontrole momentâneo de Vieira: “Ele é uma pessoa centrada, que num momento de ira perdeu a cabeça. Ele toma remédios controlados e não poderia beber. O crime foi cometido porque várias circunstâncias infelizes se juntaram: as imagens que ele recebeu, a mistura de remédios com bebida e o porte de armas”, afirmou o advogado ao *Estadão*. Vieira ainda alegou estar “arrependido” e disse que teria que “pagar pelo o que fez”. O criminoso foi indiciado por homicídio triplamente qualificado, por motivo fútil e sem chance de defesa da vítima, agravado pelo crime de feminicídio, o que o advogado do homem avaliou como uma “tipificação exagerada”, pois o seu cliente não era um monstro e não cometeu o assassinato por motivo fútil.

Essas informações, extraídas das três notícias veiculadas pelo jornal e citadas

---

2. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,cameras-mostram-marido-matando-dancarina-de-funk,1671608>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

3. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,dancarina-morta-por-noivo-disse-para-mae-que-voltaria-a-goias,1672947>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

4. Disponível em: <<https://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,policia-investiga-ligacao-de-assassino-de-dancarina-com-milicias,1674733>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

anteriormente, reforçam o machismo ao colocar os motivos que geraram as agressões e, conseqüentemente, o assassinato de Amanda, como justificativas. Além disso, as falas do advogado ao dizer que o cliente era uma pessoa centrada, não era um monstro e só havia cometido o crime por um descontrole momentâneo coloca ainda mais a culpa na vítima, já que o descontrole causado foi por uma suposta traição de Amanda. Enquanto há mais de uma fala do advogado em defesa do cliente, não há nenhuma fala de familiares ou amigos da vítima sobre a conduta pessoal dela.

O assassinato de Amanda foi um dos primeiros casos julgados conforme a Lei do Femicídio (Lei nº 13.104/2015), que passou a tipificar as mortes decorrentes em função do gênero (PRADO; SANEMATSU, 2017).

Neste cenário, a tipificação penal do feminicídio foi apontada por especialistas como uma importante ferramenta para denunciar a violência sistêmica contra as mulheres em relações conjugais, que muitas vezes resulta em homicídios encarados como “crimes passionais”, pela sociedade, pela mídia, e até mesmo pelo sistema de Justiça (PRADO; SANEMATSU, 2017, p. 16).

Segundo Wiecko (apud PRADO; SANEMATSU, 2017), uma das principais formas de identificação de feminicídio é a forma como a mulher foi morta. Quando há mutilação de partes genitais, violência sexual ou qualquer agressão à outra parte do corpo relacionada ao feminino, como o rosto, isso significa um ódio ou desprezo ao sexo feminino, portanto, se caracteriza como feminicídio.

Com frequência as vítimas de feminicídio são tratadas como criminosas ou como as verdadeiras responsáveis pelos crimes que sofreram. Seu passado será investigado, sua família também, assim como o seu trabalho e tudo o que possa ser usado para tornar duvidosas, do ponto de vista moral, a sua memória e sua história (MOTA, 2017, p. 28).

Mota (2017) ainda destaca que em uma pesquisa rápida feita pela internet pelos nomes de Amanda Bueno ou Cícera Alves de Sena é perceptível que muitos veículos de comunicação, além do *Estadão*, utilizaram as nomenclaturas “funkeira”, “dançarina” ou “dançarina de funk”. Enquanto o passado da vítima é colocado em destaque, o do criminoso não – Vieira já havia sido denunciado duas vezes por violência contra outras mulheres com as quais ele havia se relacionado, mas isso não parece ser tão importante e ocupa apenas uma frase das notícias veiculadas pelo jornal.

Amanda não era mais uma mulher assassinada, por quem deveríamos sentir alguma empatia, mas uma mulher cuja moral poderia ser questionada devido à profissão que desempenhava. Essa é outra característica que costuma aparecer nos casos de feminicídio: se há um passado que precisa ser investigado é o passado da vítima, que vai mostrar os elementos que levaram-na a ser morta (MOTA, 2017, p. 27-28).

Levando esses aspectos em consideração, podemos perceber que a representação construída sobre Amanda Bueno, nas notícias veiculadas pelo *Estadão*, reforçou os estereótipos ligados à mulher, principalmente devido a ênfase dada à sua profissão como uma justificativa plausível para o cometimento do seu



assassinato, mesmo que implicitamente. Portanto, a mulher foi representada como culpada pela própria violência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável que muitos direitos foram conquistados pelas mulheres nos últimos anos, principalmente no que tange às políticas públicas que buscam combater o problema da violência contra as mulheres. No entanto, ainda existe um descompasso do que está na legislação e a realidade vivida por muitas brasileiras (VIANA, 2013). Neste cenário marcado por avanços e a persistência de disparidades, a mídia, sobretudo a imprensa jornalística, muitas vezes não só legitima a violência sofrida pelas vítimas, mas reforça diversos estereótipos ligados às figuras feminina e masculina.

O caso de Amanda Bueno é apenas um dos muitos assassinatos de mulheres que acontecem todos os dias no Brasil, motivados por ciúmes, infidelidade, dentre outros fatores. O fato de Amanda ser dançarina de funk quebra com o papel esperado da mulher, sempre ligado à esfera privada, aos cuidados da casa e dos filhos, da passividade e submissão em relação ao homem, principalmente quando se trata de namorados, companheiros, noivos e maridos. E, por isso, a profissão da vítima é colocada de forma estereotipada, reforçando as diferenciações de gênero, o machismo e, conseqüentemente, a violência física e, por fim, sua própria morte.

Com isso, podemos perceber que a imprensa ainda falha ao divulgar os casos de violência contra a mulher, mas, ao mesmo tempo, possui importância crucial na mudança da realidade social brasileira. É por isso que o jornalismo e os jornais, como um dos principais meios de comunicação, principalmente com o advento da internet e com a maior circulação de notícias através das redes sociais, têm um papel fundamental no que diz respeito à discussão sobre a violência contra a mulher e no combate da mesma. Para tanto, é preciso, que haja reportagens que se proponham a construir novas visões de homens e mulheres nas quais o valor da igualdade se faça notar, o que fortalecerá as denúncias dos casos de violência, bem como as formas de combatê-la.

Refletir, portanto, acerca de notícias sobre feminicídio, como a de Amanda Bueno, é evidenciar as formas pelas quais a violência doméstica, embora seja alvo de rechaço público, também seja legitimada, pois escancara o peso que os estereótipos ligados aos papéis de cada gênero assumem na vida cotidiana de mulheres e homens em nosso país.

## REFERÊNCIAS

ALSINA, Miguel Rodrigo. **A construção da notícia**. Tradução: Jacob A. Pierce. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Tradução: José Fonseca. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BANDEIRA, Lourdes. A violência doméstica: uma fratura social nas relações vivenciadas entre homens e mulheres. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (orgs). **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado - Uma Década de Mudanças na Opinião Pública**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

BAPTISTA, Makilim Nunes; CAMPOS, Dinael Corrêa de. **Metodologias de pesquisa em ciências: análises quantitativa e qualitativa**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

COUTO, Márcia Thereza; SCHRAIBER, Lília Blima. Machismo hoje no Brasil: uma análise de gênero das percepções dos homens e das mulheres. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (orgs). **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado - Uma Década de Mudanças na Opinião Pública**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**. 2008.

FRIAS, Navi. Tem sexo a notícia? In: LIMA, Mercedes; VICENTE, Terezinha (orgs). **O controle social da imagem da mulher na mídia**. São Paulo: Articulação Mulher e Mídia, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro; Apicuri: Ed. PUC-Rio, 2016.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica**. Tradução: Ruy Jungmann; consultoria: Renato Lessa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

LAGE, Lana; NADER, Maria Beatriz. Violência contra a mulher. Da legitimação à condenação social. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

LAGO, Cláudia. Ensino antropológico: a possibilidade de apreensão do Outro no Jornalismo. **Brazilian Journalism Research**. Volume 6, número 1, 2010.

LINS, Beatriz Accioly; MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michele. **Diferentes, não desiguais: a questão de gênero na escola**. São Paulo: Editora Reviravolta, 2016.

MOTA, Adriana Valle. O feminicídio de Amanda Bueno: quando morrer uma vez não é suficiente. In: PRADO, Débora; SANEMATSU, Marisa (orgs). **Femicídio: #InvisibilidadeMata**. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017.

PEREIRA, Elisabete. Mais mulheres na mídia e nos espaços de poder. In: LIMA, Mercedes; VICENTE, Terezinha (orgs). **O controle social da imagem da mulher na mídia**. São Paulo: Articulação Mulher e Mídia, 2009.

PERROT, Michele. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos flexíveis. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

PRADO, Débora; SANEMATSU, Marisa (orgs). **Femicídio: #InvisibilidadeMata**. São Paulo: Instituto Patrícia Galvão, 2017.

ROVIDA, Maria Ferreira. Etnografia e reportagem jornalística: aproximação possível para uma

metodologia de pesquisa empírica. **Líbero**. Volume 18, número 35. São Paulo, 2015.

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias**. Florianópolis: Insular, 2014.

STROZENBERG, Ilana. Antropologia e Comunicação: que conversa é essa? In: TRAVANCAS, Isabel; FARIAS, Patrícia (orgs). **Antropologia e Comunicação**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

VIANA, Raquel. Desafios e limites das políticas públicas no cotidiano das mulheres. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (orgs). **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado - Uma Década de Mudanças na Opinião Pública**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

VIEIRA DE MELO, Jacira; SANEMATSU, Marisa. Mídia e a repercussão de dados sobre a violência contra a mulher. In: VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau. **Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado - Uma Década de Mudanças na Opinião Pública**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.

ZAMIN, Angela. Jornalismo de referência: o conceito por trás da expressão. **Revista Famecos**. Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 918-942, set-dez 2014.

## ASSISTÊNCIA DA ENFERMAGEM OBSTÉTRICA E SEU VALOR NO RESGATE DA AUTONOMIA E EMPODERAMENTO

### **Joise Magarão Queiroz Silva**

Universidade UNIME

Salvador – Bahia

### **Talita Batista Lefundes**

Universidade UNIME

Salvador - Bahia

### **Kelly Cruz Pimentel Sampaio**

Universidade UNIME

Salvador - Bahia

### **Írbia Fernandes de Medeiros**

Universidade Federal da Bahia

Salvador - Bahia

### **Letícia da Silva Cabral**

Universidade Federal da Bahia

Salvador - Bahia

### **Cleuma Sueli Santos Suto**

Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação- Campus VII, Senhor do Bonfim - Bahia

**RESUMO:** O trabalho de parto e o parto são entendidos pela equipe de enfermagem como um evento fisiológico, nesse processo-buscam garantir o empoderamento das parturientes sensibilizando-as quanto a sua capacidade de parir. O cuidado da enfermagem obstétrica está pautado na humanização, na integralidade das ações e na utilização de tecnologias de cuidados que promovam conforto às parturientes. Com objetivo de apontar a importância da

humanização da assistência de enfermagem à parturiente e o seu valor no resgate da autonomia e empoderamento, realizou-se uma revisão de literatura, onde foram identificados nove artigos originais, em português, publicados entre 2010 a 2016, nas bases de dados MedLine, LILACS, SciELO e busca manual nas referências dos artigos consultados. Foi possível identificar, que a equipe de enfermagem respeita e não interfere na fisiologia do parto utilizando-se de procedimentos invasivos desnecessários. Contrário a isso, instrumentalizam as mulheres por meio de práticas que possibilitam a sua decisão sobre as formas de cuidados apropriadas para si e em seu benefício. Conclui-se então que a humanização da assistência de enfermagem tem valor significativo para o resgate da autonomia e do empoderamento, uma vez que essa atenção, permitir a progressão e avanço naturais do trabalho de parto e parto, garantindo assim assistência menos tecnicista, o que possibilita um atendimento mais individualizado e personalizado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Enfermagem Obstétrica. Humanização do parto. Empoderamento feminino. Cuidado de enfermagem.

OBSTETRIC NURSING CARE AND ITS  
VALUE IN THE RESCUE OF AUTONOMY

## AND EMPOWERMENT

**ABSTRACT:** The nurse team perceives labor and delivery as a physiology happening, in which they seek to assure the parturient will feel empowered through recognition of their own capability to endure such process. The care given by the obstetric nurse is based on humanization, procedures integration and the use of technologies involving the assistance to the laborers. With the objective to point out the importance of humanization involved in caring for the patient and its value regarding autonomy and empowerment of them, a literature review was conducted wherein we located nine original articles, in Portuguese language, published between 2010 and 2016, on MedLine, LILACS and SCIELO's data along with reference checks over the articles consulted. Throughout the papers, it was noticeable the nurse team respected and did not interfere at childbirth's physiology using unnecessary invasive procedures. Opposed to that, they help the women, by some practical means, to enable them on making decisions for their own about their care within the hospital. Therefore, the humanization of nursing assistance has a meaningful weigh involving the patient's empowerment, as this attention allows the natural progression of laboring and lastly the delivery itself. This method herein discussed brings a less technical assistance allowing a more individual and costumed care.

**KEYWORDS:** Obstetrics nursing. Humanization of Labor. Feminine empowerment. Nursing care.

## INTRODUÇÃO

Atualmente, a humanização do parto constitui um objeto de estudo em evidência, uma vez que humanizar essa experiência, associa-se a prestar uma assistência integral, que respeite e atenda a parturiente em nas dimensões espiritual, psicológica e biológica, além de tornar o parto mais fisiológico promovendo a redução de intervenções e na inclusão de técnicas que diminuam qualquer desconforto, seja ele emocional ou quanto físico (ALMEIDA; GAMA E BAHIANA 2015).

O parto é um evento natural da mulher. Contudo, com o avanço da tecnologia e o processo de institucionalização, esse momento tornou-se mecanizado, tecnicista e com necessidades de intervenção. Desta forma, a direção do protagonismo do parto mudou e apontando para o profissional de saúde, geralmente o médico. Tal profissional, olhava para o nascimento como um evento patológico e que necessitava, indispensavelmente, de procedimentos intervencionista a fim de tratá-lo.

Vale ressaltar que as tecnologias garantiram, no atendimento obstétrico, um maior progresso. Entretanto, as intervenções que deveriam ser realizadas apenas em situações específicas, tornaram-se rotina no atendimento. Com todos esses avanços e atualizações, as mulheres enfrentam, ainda, dificuldades de acesso aos serviços de saúde e a assistência de qualidade, além disso, as mesmas, vivenciam

uma atenção desumanizada que retira o seu poder e sua decisão (PEREIRA et. al., 2016).

Frente ao exposto, a equipe de saúde tem papel ativo na humanização do parto. No que se refere à enfermagem obstétrica, as mesmas realizam, conforme recomendação do Ministério da Saúde, na sua prática de cuidado: o acolhimento; a promoção da presença de acompanhante; a promoção de um ambiente adequado ao cuidado; e a transmissão de calma e segurança às mulheres. As enfermeiras obstetras garantem a autonomia das mulheres no trabalho de parto por meio da promoção de relações pessoais entre profissionais e usuárias livres de coerção, e com a facilitação no acesso às informações. Além da dignificação e do estímulo à participação ativa em todo evento parturitivo (SILVA; NASCIMENTO; COELHO, 2015).

Para que o trabalho de parto se desenvolva de forma favorável e apresente redução dos riscos e complicações, é importante que seja preservado o bem-estar físico e emocional da mulher, o respeito ao direito de privacidade, da segurança, além da assistência de qualidade, associado ao apoio familiar. Desta forma, o nascimento será transformado em um momento especial e único e há redução da morbimortalidade (PEREIRA et al, 2016).

Compactuamos que, o parto é um momento esperado, vivenciado pela mulher e marcado pela sensibilização da mesma, portanto é importante que o processo do parto seja vivido de forma tranquila e segura, onde, na condução desse faz-se necessárias condutas que garantam uma atenção qualificada e humanizada, tendo por finalidade tornar essa experiência o mais natural possível, ao reduzir intervenções e procedimentos desnecessários, além de atitudes que visem o protagonismo e favoreça a autonomia e empoderamento da mesma. Desta forma, no campo obstétrico, a enfermagem presta a sua assistência de forma holística integral e humanizada, o que garante, na perspectiva da humanização do parto a promoção de uma atenção qualificada.

Diante dessa conjuntura, frente a assistência da enfermagem no parto de risco habitual, surgiu a seguinte questão norteadora: a humanização da assistência obstétrica de enfermagem tem valor significativo no resgate da autonomia e empoderamento da parturiente? Nesse entendimento, teve-se como objetivo desse estudo identificar a importância da humanização da assistência de enfermagem e o seu valor no resgate da autonomia e empoderamento da parturiente.

A elaboração do artigo foi motivada pelos desafios que a humanização da assistência de enfermagem no campo obstétrico tem encontrado na condução de um trabalho de parto e parto sem intervenções.

## **METODOLOGIA**

Trata-se de uma revisão de literatura de caráter descritivo com abordagem qualitativa, realizada por meio de um levantamento de artigos publicados nas bases de dados MedLine, LILACS (Literatura Latino Americana em Crônicas de Saúde), SciELO (Scientific Electronic Library Online). Utilizou-se para a busca de dados os seguintes descritores: Enfermagem Obstétrica. Humanização do parto. Empoderamento feminino.

Foram incluídos artigos originais publicados em português, entre os anos de 2010 e 2016. A coleta de dados foi realizada em janeiro de 2016. O instrumento de pesquisa constituiu-se de fichamento dos artigos e a leitura analítica dos trabalhos e resultados dos autores pesquisados, comparando-os e confrontando suas ideias.

A análise dos dados foi constituída através de comparação direta entre os dados dos estudos incluídos na pesquisa, sem interferência pessoal, com o objetivo de identificar opiniões convergentes e divergentes entre os estudos. Seguindo à luz da análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), enquanto método, pois remete a um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Após coleta nas bases de dados, foram encontrados 33 artigos, sendo selecionados 09, que obedeceram aos critérios estabelecidos. Definiu-se, previamente, a categoria de análise: atuação dos enfermeiros obstetras na humanização do parto. Verificou-se que o enfermeiro proporciona a mulher autonomia, além de reduzir o uso de tecnologias invasivas desnecessárias além de favorecer todo o processo diminuindo a tensão e medo dos eventos que irão se descortinar, garantindo dessa forma o protagonismo das parturientes.

### **Atuação da enfermagem obstétrica na humanização do parto**

As equipes de enfermagem entendem o trabalho de parto e parto como um evento fisiológico e seu objetivo, nesse processo, é garantir o empoderamento das parturientes por meio da sensibilização quanto a sua capacidade de parir (Porfírio; Progianti; Oliveira 2012). Segundo Pereira e Bento (2011), o cuidado da enfermagem obstétrica está pautado na humanização, na integralidade das ações e na utilização de tecnologias de cuidado apropriadas e que promovam conforto a mulher.

O estudo de Souza e colaboradores (2013), pontuou que o enfermeiro tem papel importante no cuidado humanizado à mulher, que vivência o trabalho de parto, ao desenvolver ações que proporcionam segurança por meio da garantia de acolhimento e vínculo à mulher e ao acompanhante. O cuidado humanizado constitui-

se um dispositivo importante na condução da integralidade da atenção em saúde. Neste sentido, Progiantil e Costa (2012), salientaram que o cuidado humanizado é entendido como uma prática educativa que trabalha junto ao indivíduo almejando estratégias de mudança em seu benefício.

Em concordância, Busanello (2010), afirmou que humanizar no campo obstétrico, tem como premissa melhorar as condições do atendimento à mulher, recém-nascido e família, através de atitudes que visam à autonomia, a liberdade de escolha, a equidade e a não violência de gênero.

Autonomia, conforme Pereira e Bento (2011), significa a aptidão humana em “dar-se suas próprias leis”, agir de maneira soberana em relação a si mesmo. Desta forma, nesse contexto, o enfermeiro incorpora os princípios do cuidado, de forma a garantir a autonomia e preservar o protagonismo feminino. Sob esta perspectiva, os profissionais da enfermagem obstétrica possuem formação holística, fundamentada nos princípios humanistas, que prioriza a ética, a dignidade, os direitos e a segurança do paciente (BUSANELLO, 2010).

Segundo Porfírio, Progianti e Oliveira (2012), Silva e colaboradores (2011), atenção humanizada durante o parto e nascimento esta pautada em uma abordagem em que a mulher é protagonista do evento e o profissional precisa estar apto a desenvolver suporte físico e emocional com métodos não invasivos, tais como, a deambulação, à mudança de decúbito, o uso do banho e massagem além de estimular à presença do acompanhante.

Nesse sentido, Pereira e Bento (2011), salientaram que o cuidado humanizado dos enfermeiros obstétricos, não se resume a técnicas e procedimentos assistenciais, envolve também a preocupação, o interesse e a motivação, bem como a gentileza, o respeito e a consideração pelo outro, permitindo assim a qualificação da assistência ao nascimento como uma experiência humana dignificante e prazerosa.

Segundo Souza e colaboradores (2013), o apoio da equipe de enfermagem e as informações transmitidas à parturiente permitem o acompanhamento do nascimento com a menor intervenção possível, proporcionando a humanização do parto. O fornecimento de orientações proporciona a mulher o controle de seu corpo e permite que ela atue como protagonista no nascimento de seu filho.

Para tanto, Busanello (2010) frisa que, todas as práticas da assistência deverão ser norteadas pelo princípio da humanização, enfatizando que as ações devem contribuir para reforçar o caráter de atenção focado nos direitos da parturiente, com objetivo de melhorar o grau de informação das mulheres em relação ao seu corpo e ampliar assim, sua capacidade para fazer escolhas.

Nota-se então que a humanização da assistência de enfermagem tem valor significativo no resgate à autonomia e ao empoderamento das parturientes, favorecendo o protagonismo e garantindo, tanto às mesmas, quanto a sua família apoio físico e emocional, bem-estar e conforto.

Nesse cenário, cabe ressaltar ainda, que esses profissionais respeitam e não



interferem na fisiologia do parto, com a realização de procedimentos invasivos desnecessários, contrário a isso, instrumentalizam essas mulheres por meio de práticas que possibilitam a sua decisão sobre as formas de cuidados apropriadas para si e em seu benefício.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Notadamente, evidenciou-se através dos estudos, que a equipe de enfermagem é importante no processo de parturição, uma vez que esses profissionais conduzem sua assistência de forma integral, holística, humanizada e qualificada. Logo, a humanização da assistência da enfermagem tem valor significativo para o resgate da autonomia e do empoderamento da mulher no trabalho de parto e parto, pois, visa o favorecimento do protagonismo feminino.

Isso acontece, por não haver interferências dos enfermeiros no processo parturitivo, os mesmos, são treinados e habilitados, a permitir a progressão e avanço naturais do trabalho de parto e parto, garantindo assim assistência menos tecnicista, o que possibilita um atendimento mais individualizado e personalizado, através de técnicas que visam à autonomia, a liberdade, a equidade, evitando qualquer tipo de violência.

Percebe-se, então, a importância da inserção da equipe de enfermagem durante o trabalho de parto e parto, uma vez que elas proporcionam uma progressão do parto de maneira mais natural, sem interferências desnecessárias, garantem à parturiente bem-estar, conforto, e tornam o cenário do parto um evento agradável tanto para a mulher quanto para sua família.

A partir dessas observações, nota-se a relevância deste estudo para os profissionais de saúde, assim como para os acadêmicos e a sociedade, pois esses compreenderão a importância da assistência da equipe de enfermagem no cenário do parto, pois os mesmos fornecem apoio emocional, tranquilidade, segurança, participam de todo o processo de parturição, contribuindo assim para uma melhor evolução do trabalho de parto e parto.

Nesse contexto, é importante que novos estudos sejam realizados, especialmente estudos de campo, que dê voz a estes profissionais, buscando maior compreensão da humanização da assistência.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, O. S. C.; GAMA, E. R.; BAHIANA, P. M. Humanização do parto: a atuação dos enfermeiros. **Revista Enfermagem Contemporânea**. v. 4, n. 1, Jan./Jun2015. Disponível em: <<https://www5.bahiana.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/4560>>. Acesso em: 10. Abr. 2019.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Edições 70. Lisboa, 2011.

BUSANELLO, Josefina. **As práticas humanizadas no atendimento ao parto de adolescentes: análise do trabalho desenvolvido em um hospital universitário do extremo sul do Brasil.** 2010. Disponível em: <<http://repositorio.furg.br/handle/1/3053>>. Acesso em: 10. Abr. 2019.

PEREIRA, S. S. *et. al.* Parto natural: a atuação do enfermeiro diante da assistência humanizada. **Tempus, Actas de Saúde Colet**, v. 10, n. 3, p. 199-213, 2016. Disponível em: <<http://www.tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/view/1727/1682>>. Acesso em: 10. Aug. 2017.

PEREIRA, Adriana Lenho Figueiredo; BENTO, Amanda Domingos. Autonomia no parto normal na perspectiva das mulheres atendidas na casa de parto. **Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste-Rev Rene**, Fortaleza, v. 12, n. 3, p. 471-7. Jul. 2011. ISSN-on line: 2175-6783. Disponível em <<http://www.revistarene.ufc.br/revista/index.php/revista/article/view/251>>. Acesso em: 09. Set. 2017.

PORFÍRIO, Aline Bastos; PROGIANTI, Jane Marcia; OLIVEIRA, Danielle M. As práticas humanizadas desenvolvidas por enfermeiras obstétricas na assistência ao parto hospitalar. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v. 12, n. 2, p. 331-6, Abr/Jun. 2010. ISSN 1518-1944. Disponível em: <<https://www.fen.ufg.br/revista/v12/n2/v12n2a16.htm>>. Acesso em: 09. Set. 2017.

PROGIANTI, Jane Márcia; COSTA, Rafael Ferreira da. Práticas educativas desenvolvidas por enfermeiras: repercussões sobre vivências de mulheres na gestação e no parto. **Rev. bras. enferm.**, Brasília, v. 65, n. 2, p. 257-263, Apr. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-71672012000200009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672012000200009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10. Set. 2017.

SILVA, Andréa Lorena Santos; NASCIMENTO, Enilda Rosendo do; COELHO, Edméia de Almeida Cardoso. Práticas de enfermeiras para promoção da dignificação, participação e autonomia de mulheres no parto normal. **Esc. Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 424-431, Sept. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-81452015000300424&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452015000300424&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10. Set. 2017.

SILVA, Lia Mota *et. al.* Uso da bola suíça no trabalho de parto. **Acta paul. enferm.**, São Paulo, v. 24, n. 5, p. 656-662, 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-21002011000500010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002011000500010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 09. Mai. 2017.-

SOUZA, Camila; FERREIRA, Maria de; BARROS, Cintia; BARBOSA, Nirliane Ribeiro; MARQUES, Juliana Freitas. Equipe de enfermagem e os dispositivos de cuidado no trabalho de parto: enfoque na humanização. **Revista de Pesquisa: Cuidado é fundamental**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, p. 743-754, Out/dez2013. ISSN 2175-5361. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4767959>>. Acesso em: 09. Aug. 2017.

## AS MEDIDAS PROTETIVAS MAIS APLICADAS EM CASOS ENVOLVENDO A LEI MARIA DA PENHA EM ORLEANS-SC

**Alessandra Knoll**  
**Felipe Basso Silva**  
**Gabriel Bittencourt de Aguiar**

Violência; Mulher; Lei.

**RESUMO:** O presente artigo tem por objetivo identificar o perfil das medidas protetivas de urgência referente à Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006, denominada Lei Maria da Penha, identificando assim, as mais deferidas pelo Juízo nos processos da 2ª Vara da Comarca de Orleans, no Estado Brasileiro líder nacional em violência doméstica. Buscou-se demonstrar a luta feminista pela aprovação da lei, os tipos de violência presentes no caso em comento, e a Lei Maria da Penha como símbolo de proteção à mulher, demonstrando quais os mecanismos que a lei dispõe, as chamadas medidas protetivas de urgência. Para tanto, utilizou-se a abordagem aplicada, de caráter quantitativa, juntamente com a pesquisa documental, por ser realizada através de levantamento de dados dos processos de medidas protetivas em andamento, restando demonstrado o resultado da pesquisa em gráficos desenvolvidos através do levantamento dos dados supramencionados, visando identificar o perfil ideal a ser utilizado no caso concreto. Por fim, possui a finalidade descritiva, afim de identificar os vários aspectos que levam ao perfil das medidas adotadas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Medidas Protetivas;

**ABSTRACT:** This article aims to identify the profile of urgent protective measures relating to the Law n. 11.340 of 7 August 2006, called Maria da Penha Law, thus identifying the most deferred by the court in the proceedings of the 2nd Court of the District of Orleans / SC. He sought to demonstrate the feminist struggle over the years, the types of violence present in the case under discussion, and the Maria da Penha Law as a symbol of protection of women, demonstrating the mechanisms that the law provides, calls “protective measures urgency”. Therefore, the applied approach was used in a quantitative character, along with the documentary research, being carried out through data collection processes protective measures in progress, leaving demonstrated the search result in graphics developed through the collection of data above, to identify the ideal profile to be used in this case. Finally, it has the descriptive purpose, in order to identify the various aspects that lead to the profile of the adopted measures.

**KEYWORDS:** Protective measures; Violence; Woman; Law.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na década de 80, já com os movimentos feministas crescendo fortemente, o Estado criou a primeira delegacia especializada de atendimento às mulheres, tendo em vista as mais diversas denúncias feitas pelas mulheres acerca do descaso policial em relação aos crimes cometidos contra as mulheres (CAMPOS, 2015). Porém os projetos existentes no Congresso Nacional ainda eram generalizados, “apenas traçando medidas voltadas à punição ao agressor, haja vista que as mulheres não estavam entre os representantes do Congresso Nacional à época, valorizando-se muito pouco os referidos projetos, de modo a permanecer a lacuna existente na lei” (CALAZANS & CORTEZ, 2011, p. 39).

Entre os anos de 1990 a 2000 foram criados vários projetos de lei com a intenção de coibir a violência, porém, todos eles apresentados e não recepcionados pelo Congresso Nacional ou vetados pelo Presidente da República. Nenhum dos projetos tratava da violência à mulher como algo a se dar importância, haja vista que os crimes continuavam a ser de menor potencial ofensivo, inclusive sem grandes mudanças relevantes, tanto para coibir o agressor para dar continuidade às agressões, quanto para a vítima em relação a sua segurança.

Em resumo, os projetos em tramitação no Congresso estavam muito aquém das reivindicações feministas e, em sendo aprovados, iriam alterar pontualmente algumas leis já existentes, mas não iriam minorar o problema da violência doméstica contra as mulheres. (CALAZANS; CORTEZ, 2011, p. 41).

A Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006, mais conhecida como a Lei Maria da Penha, dispõe de 46 artigos e foi criada com a intenção de coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, em seus mais diversos aspectos, como a violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral e tornou-se um marco histórico. Para tanto, Wânia Pasinato (2015, p. 534) completa que:

E, também, a ampliação da definição de violência para abarcar a violência física, sexual, psicológica, patrimonial e moral (artigo 7º), pois cada uma dessas categorias abrange um conjunto igualmente amplo de comportamentos e ações que vão além do que se encontra previsto no Código Penal, alertando para a complexidade da violência baseada no gênero.

Diante disso, a Lei buscou criar um mecanismo diferenciado de proteção para o gênero feminino, tendo em vista a vulnerabilidade do gênero em relação às situações de fato (LIMA, 2015). As inovações trazidas pela Lei foram as mais diversas, a criação de novas atribuições às instituições dos Estados, como no Poder Judiciário, as delegacias especializadas que já existiam antes de vigorar a Lei. Todas essas conquistas foram de suma importância para o enfrentamento da violência de gênero (GROSSI & SARDENBERG, 2015). Neste sentido há que se frisar que a lei dispõe:

[...] sobre a criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres e definindo a necessidade de articulação de uma rede de atendimento e de medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, a LMP prescreve a necessidade de uma ação ampla e

integrada na prevenção e no combate a essa violência por parte dos diversos níveis de Governo, do Poder Judiciário e de setores organizados da sociedade civil (GROSSI & SARDENBERG, 2015, p. 497-498).

O dispositivo em seus artigos 2º e 3º também abarcam os direitos e garantias fundamentais da pessoa humana, devendo ser assegurada inclusive às mulheres, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião. É sabido que a Constituição da República já elenca os direitos fundamentais dos seres humanos, seja homem ou mulher e parece um tanto quanto redundante estar disposta na Lei Maria da Penha. Porém, historicamente, quando da criação dos direitos humanos, as mulheres não foram incluídas, por isso, é perceptível a importância de evidenciar todos esses direitos e garantias fundamentais já estando pautado na Constituição e sendo reforçado na Lei n. 11.340/2006, sendo “necessária criação de mecanismos capazes de acelerar uma igualdade substantiva entre homens e mulheres” (LIMA, 2005, p. 909-906).

Outro ponto importante a ser destacado na Lei n. 11.340/2006 é o modo com que se busca interpretar quando é apropriado utilizar a Lei Maria da Penha, mormente ao aplicar no Código Penal. A primeira diferença está no conceito legal de violência doméstica e familiar, em que pese, é de extrema importância no momento em que for diferenciar e aplicar a referida Lei. Neste óbice Nucci afirma:

[...] o simples fato de a pessoa ser mulher não pode torna-la passível de proteção penal especial, pois violaria o princípio constitucional da igualdade dos sexos. Não é qualquer espécie de crime que ingressa no cenário da violência doméstica e familiar, nem mesmo no campo da discriminação da mulher. Um roubo, por exemplo, pode ser cometido contra homens e mulheres, em qualquer lugar, não sendo cabível punir o agressor desconhecido, mais gravemente, somente porque foi cometido contra mulher, no interior da sua residência (NUCCI, 2013, p. 613).

Para identificar um crime contra a mulher, que se amolda aos termos da Lei especial, há que se analisarem as formas de violência cometidas contra a mulher, da unidade familiar, até a relação íntima de afeto das partes para que a Lei seja aplicada de forma íntegra, motivo pelo qual se elucidará adiante.

## **DAS FORMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR**

A Lei Maria da Penha, diversamente do que expõe o Código Penal, trata do termo “violência” no sentido amplo, abrangendo além da violência física, a violência sexual, psicológica, moral e patrimonial. Para que configure a violência doméstica e familiar contra a mulher, não há a necessidade de estarem presentes todos os itens do artigo 7º da Lei n.11.340/2006. Basta configurar alternativamente apenas um dos incisos, ou seja, não são cumulativos.

Neste viés, a Lei dispôs em seu artigo 7º e seus incisos as diversas formas que o agressor poderá praticar a violência, *in verbis*:

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria. (BRASIL, 2006).

Assim sendo, cada crime cometido pelo agressor se enquadra em um ou mais tipos de violência acima citados, e a Lei discorre que os fatos devam ser interpretados de acordo com a vulnerabilidade em que a vítima se encontra no âmbito da relação doméstica, familiar ou íntima de afeto, caracterizando ao final a violência doméstica e familiar. É de extrema relevância apontar nas investigações de caso, qual tipo de violência a mulher tenha sofrido para que o Juízo aponte quais medidas cabíveis a serem aplicadas no caso concreto, impondo a segurança jurídica necessária. Insta destacar que nem todos os casos em que a mulher é vítima na violência doméstica e familiar será aplicada a Lei n. 11.340/06, haja vista a necessidade de enquadrar-se nos termos previstos, tendo que ser um crime praticado dentro da relação doméstica, familiar ou relação íntima de afeto, independentemente de coabitação. Do contrário, torna-se indevida a aplicação da Lei n. 11.340/2006 (LIMA, 2015). Acerca do assunto, compartilha Maria Berenice Dias (2007, p.1):

As formas de violência elencadas deixam evidente a ausência de conteúdo exclusivamente criminal no agir do agressor. A simples leitura das hipóteses previstas em lei mostra que nem todas as ações que configuram violência doméstica constituem delitos. Além do mais, as ações descritas, para configurarem violência doméstica, precisam ser perpetradas no âmbito da unidade doméstica ou familiar ou em qualquer relação íntima de afeto.

Neste óbice, há que se frisar outro ponto importante que é a orientação sexual do

agressor, podendo ser homem ou mulher, haja vista o artigo 5º, parágrafo único, de a Lei discorrer “que as relações pessoais que autorizam o reconhecimento da violência doméstica e familiar contra a mulher independem de orientação sexual” (BRASIL, 2006). Inclusive, admite-se em relação à união homoafetiva, estando salvaguardada a proteção jurídica em relação às lésbicas, aos travestis, aos transexuais e aos transgêneros de identidade feminina. Salienta-se acerca do Comunicado n. 117/2008 da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, publicada no DJE de 06/02/2008, que discorre “O parágrafo único do art. 5º da Lei Maria da Penha não se estende a pessoa do sexo masculino vitimizada em relação homoafetiva” (LIMA, 2015, p. 909-910).

Quanto às formas de violência contra a mulher, inicia-se explanando a violência física, que nada mais é do que a lesão corporal praticada contra o corpo da mulher, em que o agressor por meio de força física, na posse de algum tipo de arma ou instrumento que possa causar lesões, vem a sucumbir à saúde corporal ou à integridade da vítima (DAY et al., 2003). Essa violência poderá ser comprovada por meio de laudo pericial.

Já a violência psicológica pressupõe uma ação ou omissão que venha ou possa vir a causar danos nas mais diversas áreas da vida da pessoa, como na sua autoestima, no seu modo de conviver e, até mesmo, em seu desenvolvimento (DAY et al., 2003). Esse tipo de violência, em vezes, torna-se até mais grave que a violência física, haja vista o meio com que as agressões se desenrolam, pois, além de afetar a autoestima feminina, acaba prejudicando o desenvolvimento da mulher. Os crimes que melhor caracterizam esse tipo de violência são os crimes de constrangimento ilegal (CP, art. 146), de ameaça (CP, art. 147), e de sequestro e cárcere privado (CP, art. 148). (LIMA, 2015).

Por sua vez, a violência sexual é entendida como “toda ação na qual uma pessoa, em situação de poder, obriga uma outra à realização de práticas sexuais, utilizando força física, influência psicológica ou uso de armas ou drogas”. (DAY et al., 2003). Nada mais é do que o agressor forçar a vítima para praticar relação sexual contra sua vontade.

Além das violências citadas acima, a 11.340/06 também protege contra violência patrimonial, pois sob a ótica de Nucci (2013), a violência patrimonial não tem muita utilidade no âmbito penal, isto porque o Código Penal em seus artigos 181 e 182 fixam imunidades (absoluta e relativa) para os delitos patrimoniais não violentos no âmbito familiar, pois, “difícil seria sustentar que o furto cometido pelo namorado contra a namorada, calcado no art. 5º, III, da Lei 11.340/06, seria agravado e o contrário não se daria” (NUCCI, 2013, p. 618). Esse tipo de violência configura-se por meio da retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bem como valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades, sem que ocorra “o emprego de vis corporalis ou grave ameaça” (LIMA, 2015, p. 919).

Por fim, conceitua-se a violência moral por meio de ato praticado contra a vítima, que configure calúnia, difamação ou injúria. Porém, com o crescimento dos meios de comunicação, a exposição das pessoas por meio de vídeos e fotografias nas redes sociais se tornou uma prática corriqueira e, em muitos casos, o término de um relacionamento é motivo para que o homem exponha esses vídeos e fotografias íntimos da mulher, ofendendo sua integridade moral, traçando, assim, uma nova modalidade de violência, a moral (LIMA, 2015, p. 920-921).

## DAS MEDIDAS PROTETIVAS

Em suma, a Lei n. 11.340/2006 elenca as medidas protetivas de urgência em relação à pessoa do agressor e, também, em relação à ofendida, simultaneamente em seus artigos 22, 23 e 24, porém, no presente artigo ir-se-á discorrer apenas em relação as medidas protetivas de urgência, dispostas no artigo 22 da Lei em comento. Ainda, destaca-se que o rol dos artigos citados é exemplificativo, tendo em conta as expressões “entre outras” utilizadas no final dos artigos 22, *caput*, e 24, *caput*, e “sem prejuízo de outras medidas” ao final do artigo 23, *caput*. No mesmo viés, o artigo 22, §1º, da Lei Maria da Penha, estabelece que:

As medidas referidas neste artigo não impedem a aplicação de outras previstas na legislação em vigor, sempre que a segurança da ofendida ou as circunstâncias o exigirem, devendo a providência ser comunicada ao Ministério Público (LIMA, 2015, p. 936-937).

As medidas protetivas de urgência servem para proteger de forma urgente a mulher vítima de violência doméstica e familiar. Elas têm como propósito dar à vítima a proteção necessária de sua integridade física ou psicológica. Com efeito, o magistrado pode utilizar da medida mais adequada à sua concepção, ainda que esta não esteja prevista no rol em que dispõe a lei, assegurando a aplicabilidade da medida em que “reputar mais adequada, necessária e proporcional, para alcançar o resultado almejado” (LIMA, 2015, p. 937). A doutrina majoritária entende a natureza jurídica das medidas protetivas de urgência como sendo medidas cautelares, pois essas fazem com que o processo tenha a eficácia que necessita.

A mulher, quando se sente ameaçada ou vindo a sofrer violência doméstica e familiar, poderá utilizar-se da lei que dispõe a possibilidade de ir à delegacia de polícia registrar boletim de ocorrência, ir diretamente ao Ministério Público informar a situação que esta vivenciando, buscar a Defensoria Pública que lhe dará todo o suporte necessário à sua proteção jurídica, ou recorrer ao Juizado de Violência Doméstica. As medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor estão elencadas no artigo 22, incisos I ao V, da Lei n. 11.340/2006, com a seguinte redação:

Art. 22. Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras:



I - suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003;

II - afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida;

III - proibição de determinadas condutas, entre as quais:

a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;

b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;

c) frequência de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;

IV - restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar;

V - prestação de alimentos provisionais ou provisórios. (BRASIL, 2006).

Explicita o dispositivo legal as hipóteses de medidas protetivas que a vítima de violência doméstica e familiar dispõe a seu favor, cada qual com sua função específica, tendo por função principal a proteção da vítima e dever de cumprimento pelo agressor, resultando na proteção necessária. As medidas protetivas de urgência possibilitam que a vítima, quando da ocorrência do crime, sinta-se segura com o amparo legal que oferta a Lei Maria da Penha.

Um ponto a ser destacado quanto ao procedimento de efetivação das medidas protetivas é a possibilidade de escolha da vítima na delegacia, momento em que destaca os incisos do artigo 22 da Lei n. 11.340/2006 que entende ser útil para sua proteção. Importante essa interação, pois dá o direito a vítima de expressar-se quanto à situação violência doméstica e familiar vivenciada por ela.

A partir dessa escolha, o Juízo analisará o caso em concreto e concederá à vítima a proteção que entender necessária, observando sempre o objetivo principal, qual seja, a proteção à vítima, sem que os motivos fúteis, a pirraça, as desilusões das vítimas, e todo aspecto que não busque o objetivo de proteção interfira na escolha adequada do Juízo.

Importe registrar que as medidas protetivas de urgência não foram criadas para a mulher em casos específicos para vingar-se de seu companheiro, muitas vezes tentando afastar a convivência com seus familiares e filhos. Com efeito, se assim existir no caso concreto, o Juízo com muita centralidade e imparcialidade deve vislumbrar a real necessidade e, se for o caso, ir totalmente contra o pedido da vítima.

## PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A natureza de abordagem de pesquisa foi a aplicada, haja vista que o objetivo é descobrir qual o perfil das Medidas Protetivas mais aplicadas nos processos da Comarca de Orleans, vislumbrando assim, qual o perfil ideal a ser utilizado no caso concreto. Nesse sentido, compartilham Gerhardt e Silveira (2009) a respeito da pesquisa aplicada: objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos.

A forma de abordagem utilizada foi a quantitativa, buscando as informações necessárias em processos na 2ª Vara da Comarca de Orleans/SC, no estado líder em violência doméstica em dados estatísticos proporcionais por habitante, sendo 225 or 100 mil habitantes ([https://pt.org.br/wp-content/uploads/2019/02/mapa-da-violencia\\_pagina-cmulher-compactado.pdf](https://pt.org.br/wp-content/uploads/2019/02/mapa-da-violencia_pagina-cmulher-compactado.pdf)) para, em segundo momento, analisar e quantificar o número de processos em que a Medida Protetiva se efetiva, descrevendo e apresentando os fatos pesquisados nos processos, de modo que seja discutido sobre as ocorrências encontradas na prática e interpretar tais fatos para que sejam compreendidos e os problemas resolvidos.

A pesquisa foi desenvolvida com base nas medidas protetivas em andamento, a partir do ano de 2011 até a data da presente pesquisa. Por meio da pesquisa documental, cuja natureza descritiva ajuda a identificar o perfil das medidas adotadas. A pesquisa descritiva exige do investigador uma série de sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987).

A pesquisa foi desenvolvida com base nos processos que possuam aplicação de Medidas Protetivas da 2ª Vara Criminal da Comarca de Orleans/SC, entre os anos 2011 a 2016 e utilizando os filtros supracitados, obtiveram-se um total de 83 processos. O instrumento que fez parte da presente pesquisa foi a análise documental. É com a informação obtida de cada processo que a pesquisa foi concluída.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa foram obtidos por meio de 85 processos, que foram compilados dentro do software estatístico PSPP e no software Excel para limpeza e preparação do banco de dados.

O gráfico abaixo demonstra os dados obtidos nos processos de Medidas Protetivas de Urgência e consta qual o parentesco entre a vítima e o agressor. Pode-se observar que a relação entre as partes na maioria dos processos é de casais em união estável (35%).

Segundo o Mapa da Violência 2015, que apresenta os dados de violência doméstica do Brasil, m dos 4.762 assassinatos de mulheres registrados em 2013 no Brasil, 50,3% foram cometidos por familiares, sendo que em 33,2% destes casos, o

crime foi praticado pelo parceiro ou ex. Essas quase 5 mil mortes representam 13 homicídios femininos diários em 2013.

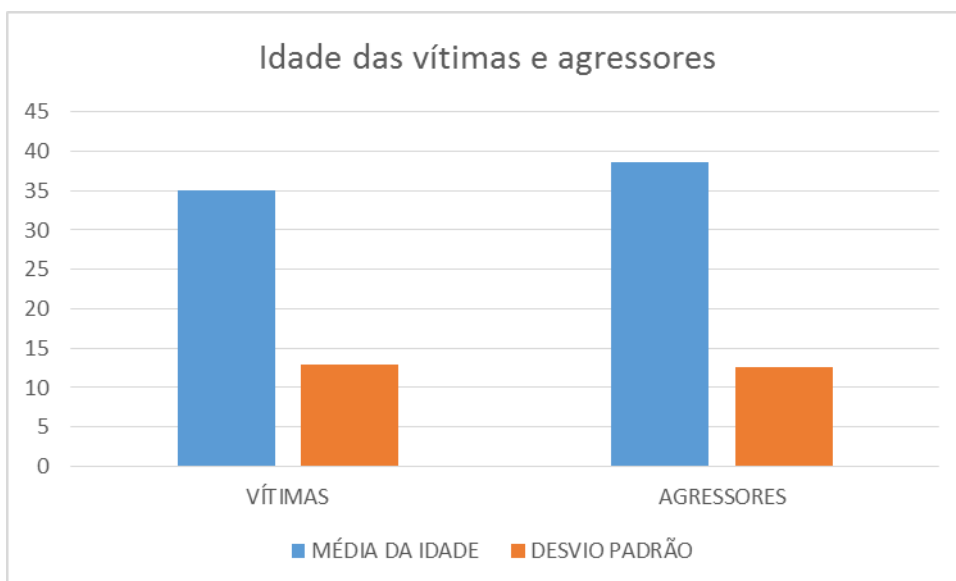


Gráfico 01- Idades das Vítimas e o Agressores

Fonte: Dados da pesquisa

O gráfico representa a idade das vítimas, que apresentou uma média de 35 anos com desvio padrão de 12,99, enquanto que a idade dos agressores apresentou uma média de 38,57 e um desvio padrão de 12,59, o que pode-se perceber uma sobreposição de valores, ou seja as vitimas apresentam idades muito próximas com a dos agressores na maioria dos casos. O desvio padrão sinaliza que grande parte da distribuição estará entre 23 e 47 anos.

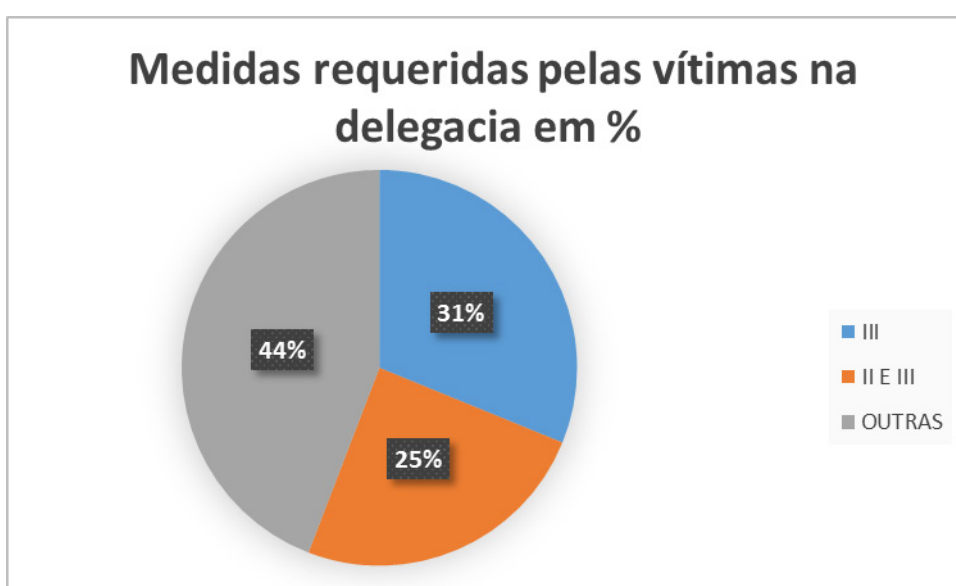


Gráfico 02- Medidas requeridas pelas vítimas em Delegacia

Fonte: Dados da pesquisa.

Neste gráfico foram analisados os pedidos da vítima de violência doméstica e familiar e quais as medidas requeridas na delegacia de polícia.

O inciso III demonstrado pelo ponto azul, é um dentre os cinco incisos do artigo 22 da Lei Maria da Penha, que dispõe sobre a proibição de determinadas condutas do agressor, entre as quais: aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor; o contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação; e a freqüentação de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida. O inciso II e III representada pelo ponto laranja dispõe acerca do afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida, conjuntamente com o inciso III já explicitado acima. Já o ponto cinza, com a descrição de “outras” abarca os incisos IV e V, que discorrem sobre a restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar e a prestação de alimentos provisionais ou provisórios, sucessivamente.



Gráfico 03- Medidas Deferidas pelo Juízo

Fonte: Dados da pesquisa.

Neste gráfico foram obtidos os dados de acordo com os despachos proferidos pelo Juízo que homologam a medida protetiva de urgência e dispõe qual medida o Juízo deferiu no caso sob análise.

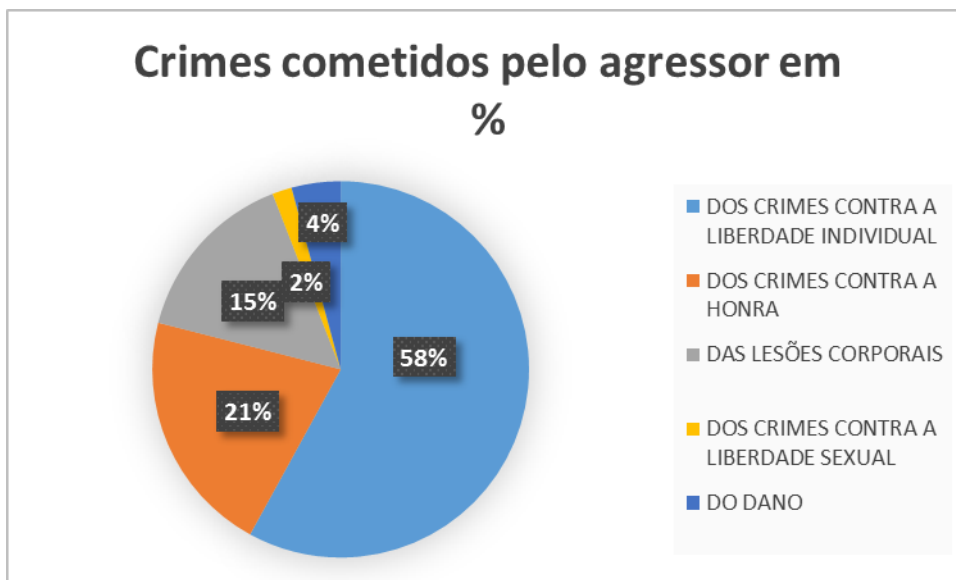


Gráfico 04- Crimes cometidos pelo Agressor

Fonte: Dados da pesquisa.

O gráfico acima expõe os crimes cometidos pelo agressor nos processos analisados. O crime mais cometido pelos agressores com 58% de ocorrência foram aqueles dispostos no capítulo dos crimes contra a liberdade individual do Código Penal e o que teve menor ocorrência foram dos crimes contra a liberdade sexual nos casos analisados.

**Tabela 2** Relação do agressor com a vítima, segundo o tipo de violência praticada. Guarapuava - PR, 2013

Relação do agressor com a vítima	Tipo de violência praticada										
	Física	Psic*	Sexual	Pat**	Física e Psic*	Psic*	Pat**	Física	Psic*	Pat**	Total
	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)	n (%)
Marido/Companheiro	32 (40)	22 (27,5)	1 (1,2)	1 (1,2)	17 (21,3)	4 (5)	3 (3,8)	80 (61,5)			
Ex-marido/Companheiro	8 (40)	6 (30)	0 (0,0)	1 (5)	4 (20)	0 (0,0)	1 (5)	20 (15,4)			
Filho	1 (9,1)	5 (45,4)	0 (0,0)	0 (0,0)	4 (36,4)	1 (9,1)	0 (0,0)	11 (8,5)			
Irmão	1 (20)	1 (20)	0 (0,0)	0 (0,0)	2 (40)	1 (20)	0 (0,0)	5 (3,8)			
Pai	2 (50)	0 (0,0)	1 (25)	0 (0,0)	1 (25)	0 (0,0)	0 (0,0)	4 (3,1)			
Padrasto	1 (50)	1 (50)	0 (0,0)	0 (0,0)	0 (0,0)	0 (0,0)	0 (0,0)	2 (1,5)			
Outros familiares	1 (25)	1 (25)	1 (25)	0 (0,0)	0 (0,0)	0 (0,0)	1 (25)	4 (3,1)			
Conhecidos	0 (0,0)	0 (0,0)	2 (100)	0 (0,0)	0 (0,0)	0 (0,0)	0 (0,0)	2 (1,5)			
Desconhecidos	1 (50)	0 (0,0)	1 (50)	0 (0,0)	0 (0,0)	0 (0,0)	0 (0,0)	2 (1,5)			
<b>Total</b>	<b>47 (100)</b>	<b>36 (100)</b>	<b>6 (100)</b>	<b>2 (100)</b>	<b>28 (100)</b>	<b>6 (100)</b>	<b>5 (100)</b>	<b>130 (100)</b>			

Fonte: MADUREIRA et al, 2014

Com efeito, percebe-se pela pesquisa aplicada que a maior parte das agressões ocorre nos relacionamentos em união estável, com idade das vítimas entre 23 a 47 anos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o estudo acerca da aplicação das medidas protetivas pode-se perceber que ainda há muito o que ser feito para que a Lei Maria da Penha venha a alcançar a sua

finalidade principal, qual seja, a minimização dos índices de violência proporcionando as vítimas de violência doméstica e familiar a efetividade da Lei.

A Lei Maria da Penha é pautada pelos ditames legais, apesar de muito ainda a ser discutido, mormente acerca da diferenciação do homem e da mulher. Por isso o princípio da igualdade de gêneros foi trazido à baila, explicitando acerca do tema no decorrer do presente artigo e demonstrando a interpretação feita quando da criação da Lei em comento.

Realizada a pesquisa constatou-se que os autores de agressões às vítimas são oriundos de casais em união estável, tendo as vítimas idade entre 23 a 47 anos, também pode-se perceber que os crimes contra a liberdade individual são os mais escolhidos pelos agressores.

Assim, buscou-se apresentar a verdadeira aplicação das medidas de proteção às vítimas de agressões no caso concreto, trazendo à baila o que realmente ocorre no dia a dia acerca da violência envolvendo a mulher. Percebe-se que muito ainda há de se preocupar com a violência ao público feminino, entretanto com a entrada em vigor da Lei n. 11.340/2006 minimizou-se, bastante, estas ocorrências.

Ficou evidente de que a Lei n. 11.340/2006 – Lei Maria da Penha – foi editada com a finalidade de coibir e prevenir a violência contra a mulher, visando a garantir a sua integridade física, psicológica, sexual, patrimonial e moral.

Com efeito, partindo-se do consagrado princípio constitucional da igualdade, a Lei Maria da Penha buscou criar um mecanismo diferenciado de proteção para o gênero feminino, mormente em razão da vulnerabilidade do gênero em relação as situações de fato existentes, pois na maioria das vezes a mulher é frágil em relação ao homem.

Sabe-se que existem diversas formas de praticar a violência contra a mulher, e o agressor muitas vezes tem a vantagem sobre o gênero feminino, em especial em razão do seu porte físico e/ou do poder de dominação. Isso se vem deste a antiguidade, quando no processo de conquistas e enriquecimento não tinha a participação feminina e, por isso, estava diretamente ligada ao poder e força masculino. Ora, hoje ainda se vê explicitamente estes preconceitos entre homem e mulher, mesmo em uma sociedade dita evoluída.

Contudo, o presente trabalho não esgota o assunto acerca da proteção às vítimas mulheres, e entende-se que pode servir como base jurídica aos aplicadores do direito, mormente o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006.** Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm). Acesso em 22 de agosto de 2016.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.**

35ª Edição. Biblioteca digital. Disponível em: [bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/.../](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/.../)

CALAZANS, Myllena; CORTES, Láris. **O processo de criação, aprovação e implementação da Lei Maria da Penha.** Brasil. Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista. Rio de Janeiro: Lumen Yuris, p. 39-63, 2011. Disponível em: <[http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2014/02/1\\_3\\_criacao-e-aprovacao.pdf](http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2014/02/1_3_criacao-e-aprovacao.pdf)>. Acesso em 07 de outubro de 2016.

CAMPOS, Carmen Hein de. **Desafios na implementação da Lei Maria da Penha.** Rev. direito GV, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 391-406, Dec. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-24322015000200391&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322015000200391&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 06 Oct. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/1808-2432201517>.

DAY, Vivian Peres et al. **Violência doméstica e suas diferentes manifestações.** Rev. psiquiatr. Rio Gd. Sul, Porto Alegre, v. 25, supl. 1, p. 9-21, Apr. 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-81082003000400003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-81082003000400003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 11 Oct. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-81082003000400003>.

GERHARDT, Tatiana Engel e SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs.). **Métodos de pesquisa.** Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

LIMA, Renato Brasileiro de. **Legislação Criminal Especial Comentada.** 3. ed. Salvador: Juspodivm, 2015.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional.** 32. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Leis Penais e Processuais Penais Comentadas.** 7. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

PASINATO, Wânia. **Oito anos de Lei Maria da Penha: Entre avanços, obstáculos e desafios.** Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 533-545, Aug. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2015000200533&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2015000200533&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 06 Oct. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n2p533>.

SARDENBERG, Cecilia M. B.; GROSSI, Miriam Pillar. **Balanço sobre a Lei Maria da Penha.** Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 497-500, Aug. 2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2015000200497&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2015000200497&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 13 Oct. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n2p497>.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

## DE LEGGINGS À LUTA: A CONSTITUIÇÃO DO COLETIVO FEMINISTA MARIA BADERNA NO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA – IFBA

**Taise de Jesus Chates**

Instituto Federal da Bahia – IFBA campus  
Camaçari

Camaçari – Bahia

**Mirela Santiago Santos**

Universidade Federal da Bahia – UFBA  
Salvador – Bahia

**Rafael Bomfim Souza**

Universidade do Estado da Bahia – UNEB  
Camaçari – Bahia

**RESUMO:** Um contexto com situação de assédios e uma escola. Infelizmente, nada de incomum nessa descrição genericamente. Porém, um grupo de estudantes do 1º ano do ensino médio integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia -IFBA campus Camaçari, resolveu, por livre iniciativa, juntamente com estudantes de outras turmas, criar um coletivo feminista, após algumas estudantes terem retornado de um Congresso Estudantil com um grande acúmulo de discussões sobre as questões de gênero e o feminismo. O Coletivo Maria Baderna foi construído no ano de 2013 e contou com a participação de adolescentes do gênero feminino, masculino e com identidade trans e causou uma reviravolta na escola. Este texto tem como perspectiva apresentar, em linhas gerais, a trajetória do Coletivo, bem como

realizar, a partir da experiência do mesmo, problematizações acerca do tratamento sobre as relações de gênero em contexto escolar. Além da utilização de registros documentais, a aplicação de questionários e a realização de entrevistas serão a base metodológica de construção deste trabalho. Por fim, mas não menos importante, destacamos que o texto tem a autoria de uma estudante, um estudante que fizeram parte do Coletivo e de uma professora que acompanhou de perto a atuação do grupo, assim tendo a experiência como elemento constitutivo do trabalho.

**PALAVRAS-CHAVE:** Feminismo. Interseccionalidade. Contexto escolar.

FROM LEGGINGS TO THE FIGHT: THE CONSTITUTION OF THE FEMINIST MARIA BADERNA COLLECTIVE AT THE BAHIA FEDERAL EDUCATION, SCIENCE AND TECHNOLOGY INSTITUTE - IFBA

**ABSTRACT:** A context with harassment situation and a school. Unfortunately, nothing unusual in this description generally. However, a group of students in the 1st year of the integrated high school of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Bahia - IFBA campus Camaçari, decided, by free initiative, together with students from other classes, to create a



feminist collective, after some students have returned from a Student Congress with a large accumulation of discussions on gender issues and feminism. The Maria Baderna Collective was built in 2013 and was attended by female, male and trans-adolescent teens and caused a turnaround in the school. This text aims to present, in general, the trajectory of the Collective, as well as to make, from its experience, problematization about the treatment of gender relations in the school context. In addition to the use of documentary records, the application of questionnaires and interviews will be the methodological basis for the construction of this work. Last but not least, we highlight that the text is authored by a student, a student who were part of the Collective and a teacher who closely followed the group's performance, thus having experience as a constitutive element of the work.

**KEYWORDS:** Feminism. Intersectionality. School context.

## 1 | INTRODUÇÃO

Este texto foi escrito com o desejo de compartilhar com o mundo, em especial com as mulheres, um pouco do que foi a experiência do Coletivo Maria Baderna, que existiu no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA/ Campus Camaçari, Bahia, Brasil, entre os anos de 2013 e 2015. Desejamos no aproximar ao máximo da poeticidade que o Maria Baderna apresentou ao longo da sua existência, desejamos compartilhar um pouco das percepções que nos fazem acreditar na necessidade de fazer do mundo um lugar mais acolhedor, pelas que lutaram, pelas que lutam e pelas que lutarão por isso.

Este é um texto produzido por três pessoas, uma mulher, estudante egressa do IFBA-Camaçari, que participou do Maria Baderna e hoje estuda ciências sociais na Universidade Federal da Bahia; um homem, estudante egresso do IFBA-Camaçari, que participou do Maria Baderna e hoje estuda direito na Universidade do Estado da Bahia e; uma mulher, professora de sociologia do IFBA-Camaçari e antropóloga, que acompanhou com proximidade a trajetória do grupo.

Aqui na introdução, apresentamos algumas escolhas adotadas para que o texto fique o mais próximo possível do que desejamos. Uma delas é de se referir às pessoas que participaram do Coletivo Maria Baderna no gênero feminino. O Coletivo contou com a participação de adolescentes do gênero feminino, masculino (heteros, gays e bissexuais) e de identidade trans, porém, a criação do grupo, assim como sua composição era majoritária, foi de adolescentes do gênero feminino, por isso a escolha por essa demarcação na escrita.

Como base para a escrita, utilizamos entrevistas com integrantes do Coletivo, informações presentes na página do Coletivo no Facebook, vídeos postados no Youtube, documentos institucionais, assim como memórias nossas sobre o que vivenciamos em torno do Coletivo Maria Baderna ao longo da sua existência. Não hierarquizamos as diferentes fontes, optamos por utilizá-las de maneira

complementar, com o ensejo de apresentar pontos e não uma verdade documental como mais verídica.

Optamos por apresentar o texto de maneira mais aconchegante, nos aproximando, na medida do possível e que conseguimos, da forma de gênero literário, assim trazendo para o texto um pouco do calor que a existência do Coletivo Maria Baderna proporcionou aos nossos dias. Por isso, optamos por apresentar um texto corrido, inserindo relações e discussões acerca dos dados e referências em autoras feministas ao longo do mesmo. Por fim, apresentamos algumas percepções sobre o grupo, suas concepções e práticas ao longo da sua trajetória, bem como sobre o processo de escrita deste texto.

## **2 | SOBRE DORES E DELÍCIAS NA TRAJETÓRIA DE UM COLETIVO FEMINISTA DE ADOLESCENTES AUTO ORGANIZADO**

O ano era 2013, o local era o Campus Camaçari do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA, o clima era de ânimo após a volta de algumas estudantes do III CONES (Congresso Estudantil do IFBA), que havia sido na cidade de Barreiras, na Bahia, no espaço do próprio Campus do IFBA na cidade. Como de costume, a organização do Encontro fora realizada pelo próprio corpo estudantil, assim como os temas que mais importavam escolhido por estudantes. Escolheram se debruçar sobre as relações de gênero e acolher um conjunto de inquietações de estudantes de vários lugares do estado da Bahia. Embora o Campus Camaçari tivesse uma fama de espaço combativo entre os trabalhadores e trabalhadoras do IFBA, o mesmo não acontecia quando o assunto era o combate ao machismo e às violências de gênero na escola. A criação de um GT de gênero no CONES de Barreiras e a volta das estudantes trouxe um sopro de empolgação para enfrentar um conjunto de angústias que, infelizmente, eram comuns para as adolescentes. As demandas se apresentaram na ausência de voz das estudantes nas decisões do campus, das violências sofridas pelas estudantes no contato com alguns professores - sobretudo os docentes de disciplinas técnicas, fatos que motivaram a ânsia de buscar democracia dentro do campus.

Ansiosas para transformar a realidade opressora em que viviam, as estudantes organizaram a primeira intervenção. Resolveram colar cartazes na escola com os textos que ouviam corriqueiramente, ao caminhar pelas ruas, ou pelos corredores da escola.

A partir dos sentidos construídos pelas participantes do Coletivo, as conversas e acordos levaram a ter como guia a desconstrução de hierarquias entre elas. Eram frequentes os debates acerca de uma série de temas políticos, desde os princípios do anarquismo até a corrente do feminismo na qual se reconheciam. Decidiram que não teriam representantes fixas, mas sim pessoas responsáveis em cada atividade que

encampavam coletivamente. Perceberam que a bandeira do feminismo interseccional era a que mais se aproximavam, pois, entre as concordâncias e discordâncias que tinham no grupo, era consenso que tinham a perspectiva de abarcar as diversas questões, relacionadas aos diversos grupos e diferentes “minorias” em suas ações e discussões. Akotirene (2018, p. 14) nos diz que a interseccionalidade busca nos dar instrumentos teórico-metodológicos para não separar os elementos estruturais do racismo, capitalismo e do cisheteropatriarcado. Enquanto o grupo era menor em quantidade de participantes, mas não em importância, as ações e discussões vinham fluindo em uma dinâmica mais fluida. Mas, o grupo foi tomando uma dimensão imprevista, foi recebendo manifestações de apoio e rechaço de muitos, agradando, acolhendo e provocando um certo medo nas estruturas com as quais tinha contato. Esse aumento trouxe receios para as “meninas do Maria Baderna”, como eram conhecidas. Elas viam no feminismo e na organização política legados com os quais deveriam contribuir de maneira responsável. Para elas, era necessário encampar um processo de formação política para refletir sobre os passos que dariam, sobre as ideias que difundiriam. Com o desejo que tinham de transformar o mundo e sem lidar com a condição de serem adolescentes, estudantes de ensino médio, como uma limitação, elas escolheram, ao longo do tempo, temas que julgavam necessário estudar e foram elegendo os que seriam prioridade. Conversaram sobre anarquismo, marxismo, correntes do feminismo, como o racismo se entranha nas estruturas sociais e como machuca, principalmente, as mulheres negras. Se relacionaram com feministas negras e com pessoas de esquerda que a trajetória do grupo fez com que não só tivessem contato, mas que também fossem admiradoras. No dia quatorze de junho de 2014, lançaram na página que construíram no Facebook um manifesto que sintetizou o que consideraram mais importante que as pessoas soubessem sobre elas:

## MANIFESTO

O Maria Baderna é um coletivo feminista radical autogerido. Lutamos por um feminismo que busque não só igualdade jurídica e constitucional entre os gêneros, mas, que defenda a autonomia do ser, a liberdade de viver fora de padrões pasteurizados homogenizantes que apoie toda diversidade cultural e uma sociedade livre de quaisquer tipo de "outrofobias".

Negamos o padrão imposto do que é ser mulher, nos negamos a obedecer os papéis pre-concebidos que nos foi destinado. Desertamos do patriarcado para viver de forma que a nossa própria existência seja um ato de rebeldia contra esse sistema. Não mais submissão ao despotismo patriarcal!

Acreditamos que as opressões inter-relacionam. O machismo, o racismo, a homofobia, o capacitismo, a transfobia, o especismo e a xenofobia estão interligados intimamente e o fim de um só se dará com o fim de outro. Da mesma forma, apesar de vítima do machismo, uma mulher pode assumir o papel de opressora com as demais fobias. Por isso, nos declaramos interseccionais e repudiamos e pautamos o fim de qualquer tipo de preconceito

Construímos nossa militância incorporando as vozes dos oprimidos. Como tática, usamos o terrorismo poético, a arte, o fomento do debate e demais atividades que visem tirar opressores de sua zona de conforto, expor a realidade e emponderar vítimas. O discurso do Maria Baderna é composto não só das teóricas feministas proeminentes, mas da experiência viva de cada uma.

Aceitamos homens em nossa militância desde que eles entendam que não são protagonistas desse espaço e assumam função de aprendizes. Cavalheirismo machista é dispensado, o front dessa batalha é só nosso. Nos outros front e nas outras barricadas reivindicamos estar lado a lado aos nossos companheiros, nunca atrás, nunca como meras serventes. Não pedimos licença, nem permissão. As vozes de todas as rebeldes, as vozes das bruxas queimadas, as vozes das mulheres silenciadas estão vivas e ecoam através de nós.

Imagem: foto publicada na página do Coletivo Maria Baderna no Facebook em 14 de junho de 2014.

Como as flores normalmente tem espinhos, tinham tensões no grupo. As diferentes compreensões sobre as formas de lidar com as teorias que tinham contato e organizar as ações que decidiam vieram com debates acirrados. Debates que trouxeram desgastes e desnudavam questões que não eram somente das meninas do Coletivo Maria Baderna, mas da esquerda de maneira geral. Em que medida os debates, conceitos e questões mediados no Facebook expressam o que acontece na “vida real”? Algumas participantes defendiam que era necessário tirar o foco da rede e priorizar ações fora dela, outras faziam da rede um local prioritário para atuação e formação. Fizeram disso um ponto de reflexão, decidiram digerir o que se apresentava como dúvida para elas. Por fim, decidiram sair dos posts e ir para os livros, sem deixar de operar o potencial de mobilização que a internet possibilita. As “meninas do Maria Baderna” não fazia com que o fato de serem estudantes de ensino médio fosse limitação, vislumbravam conhecer o que julgavam necessário para transformar as coisas que as angustiavam. Essas angústias, não percebiam elas com tanta clareza na época, eram pesos que deviam ser carregados de maneira diferente. As dores que compartilhavam em um contexto escolar deveria ser tema de cuidado pelo corpo profissional da escola. Chegaram a compartilhar e acolher, entre elas, experiências doloridas, daquelas que seres que estão em processo formativo

devem ter suporte das pessoas que costumamos chamar de adultos para lidar. Dos assédios a situações de violências familiares, essas questões eram compartilhadas por elas, elas por elas.

No campus do IFBA onde estudavam, conviviam e atuavam, sempre houve momentos de tensões e divergências entre a gestão escolar e os estudantes de modo geral. Um desses problemas foi a polêmica que surgiu em torno do fardamento escolar obrigatório. A escola exigia que o fardamento fosse composto pela camisa da instituição, calça jeans e sapato fechado. Todavia, o IFBA campus Camaçari está localizado em região litorânea e numa distância de 40km de Salvador, capital do Estado da Bahia, e em períodos de alta estação (primavera/verão), a temperatura tende a subir na região, ultrapassando muitas vezes os 30°, o que faz com que o uso de determinados tipos de roupas provoque situações de grande desconforto. Diante disso, muitas meninas passaram a frequentar a escola com calças estilo leggings, pois estas proporcionavam conforto e reduziam a sensação de calor. A partir dessa situação, a escola tentou intervir na padronização do fardamento no sentido de proibir o uso dessas calças sob a alegação de que seriam inadequadas e, sobretudo, que muitos docentes do sexo masculino estavam alegando que ficavam desconcentrados quando as alunas, em sala de aula, usavam esse tipo de vestimenta.

Como nada passava despercebido diante dos olhares das “meninas do Maria Baderna”, elas logo sentiram que a situação que os professores alegavam estar passando era mais uma situação de sexualização do corpo das alunas, do que um simples desconcentramento. Mesmo com a tentativa da escolar de vetar o uso daquele tipo de roupa, as meninas resistiam e continuavam a frequentar a escola com as leggings. Até que com a sinalização, por parte da direção, de que não seria mais permitido a entrada na escola com leggings, as alunas se articularam através do coletivo Maria Baderna e, em massa, agendaram um dia de aula onde todas as meninas iriam de leggings como forma de protesto contra a proibição. Essa movimentação obrigou a direção da escola a recuar de suas posições e ficou conhecida como a “revolta das leggings” do IFBA Camaçari.

Havia também espaços de debate, formação e incentivo a estudos dentro do próprio coletivo. Um desses espaços era uma espécie de biblioteca do Coletivo Maria Baderna, conhecida como “Badernoteca”, onde eram disponibilizados para empréstimo, sem nenhum controle ou prazo para devolução, pequenos textos, folhetos, zines e caderninhos voltados a formação e discussão sobre construção de espaços autônomos e autogestão, numa linha teórica que muito se aproximava do anarquismo. Os materiais ficavam expostos alguns dias na semana em algum corredor da escola e os estudantes poderiam pegar algum que os interessasse e levar para leitura, com o compromisso de devolver após o uso para que outros também tivessem acesso ao conteúdo.



Imagem: Foto publicada na página do Coletivo no Facebook reunindo imagens do ato virtual do 8 de março de 2014.

Também havia espaços de debate e conversa onde as integrantes do coletivo discutiam temas diversos, propostas de intervenção e estudavam textos teórico-políticos, a maioria com ideias próximas às teorias anarquistas. Todavia, o método de estudar textos não era aceito por alguns membros, que enxergavam como uma atividade acadêmica demais. Conforme nos relata uma estudante que construiu o Maria Baderna e era vista como uma liderança no Coletivo, discussões teóricas de caráter marxista nunca havia sido pauta coletiva interna, mas que muitas das integrantes do Maria Baderna faziam suas próprias leituras e estudos individualmente. Uma das primeiras experiências de estudos coletivos foi com textos de autoria do sociólogo e filósofo brasileiro Nildo Viana que versavam sobre questões relacionadas ao marxismo e a autogestão de espaços sociais e políticos.

Essas leituras e estudos coletivos acabaram por gerar desgastes internos no coletivo pois surgiram em um momento mais avançado da formação da maioria de parte das meninas que, naquela altura, já se identificavam com determinadas correntes teórico-políticas (como o marxismo) e apresentavam discordâncias com posições de outra parte das integrantes que tinham postura e visões de mundo divergentes.

Outro espaço de atuação coletiva das meninas foi o grêmio estudantil do campus. Em 2014, momento de auge do coletivo Maria Baderna, houve eleição para a nova diretoria do Grêmio Estudantil Primavera nos Dentes, entidade que representava os estudantes secundaristas do IFBA campus Camaçari. Algumas das meninas do Maria Baderna integraram ou apoiaram a Chapa Voz Ativa, que era composta por um grupo de estudantes que vinha se organizando durante um tempo de forma coletiva e horizontal dentro da escola e que também tinham posturas críticas à gestão escolar e ao modelo educacional que a instituição vinha conduzindo naquele momento. Nesse pleito, a referida chapa foi eleita e as meninas passaram atuar ainda mais dentro da instituição, pois o grêmio passou a ser uma espécie de parceiro do Maria Baderna. Essa proximidade entre o Maria Baderna e o grêmio estudantil, gerou

outros impactos pois, quando houve um processo de perseguição política contra os estudantes do grêmio pelo fato de estes estarem fazendo oposição à gestão da escola, “as meninas do Maria Baderna” foram citadas no processo administrativo que havia sido instaurado como integrantes das movimentações políticas e protestos que estavam sendo desenvolvidos dentro do campus.

Consultando Exu, divindade africana da comunicação, aquele que é Senhor das encruzilhadas e, por isso, da interseccionalidade, Akotirene (2018, p. 15) traz a sabedoria ancestral para falar o quanto a língua escravizada esteve amordaçada politicamente, sem beber da própria fonte epistêmica, que cruza mente e espírito. As “meninas do Maria Baderna” falaram, cantaram, poetizaram e até mesmo gritaram para comunicar os sentidos da transformação em que acreditavam, para comunicar sobre o mundo sem violências ao qual ansiavam. Plantaram diálogos e colheram processos formativos que não tinham como dimensionar enquanto viviam, nem mesmo muitas pessoas próximas. Somente a digestão que o tempo processa permitiria que os muitos olhos vissem a grandeza delas, que somente impactos tão fortes causariam reações tão amedrontadas e tão violentas, reações do tipo que vem existindo ao longo dos séculos, que buscam aprisionar corpos e sorrisos que anseiam por liberdade.

### **3 | DEVANEIOS (IN)CONCLUSIVOS SOBRE A EXPERIÊNCIA DO COLETIVO MARIA BADERNA**

Não podemos deixar de nos remeter a uma questão que pareceu latente ao longo de parte da trajetória do Coletivo Maria Baderna: as fortes influências do marxismo, anarquismo e do feminismo negro. Embora, aparentemente, a opção pela interseccionalidade resolvesse as diferenças entre esses campos de concepção, é uma falsa aparência, que é derrubada em uma análise um pouco mais profunda. No enlace das questões acolhidas pelo Coletivo Maria Baderna e apresentadas por Akotirene, a relação entre gênero, raça e classe se apresentam como latentes. E nesse passo nos encontramos com Angela Davis, quando ela defende que o poder mítico do racismo frequentemente emana da sua irracionalidade, da lógica de pernas para o ar. De acordo com a ideologia dominante o povo negro era alegadamente incapaz de avanços intelectuais. Afinal de contas, tinham sido um bem móvel naturalmente inferior comparado com os epítomes (todas as coisas dos) brancos da espécie humana. Mas se eles fossem realmente biologicamente inferiores, eles não teriam manifestado nem o desejo, nem a capacidade de adquirir conhecimento. Aliás, nenhuma proibição de adquirir conhecimento teria sido necessária. Na realidade, e obviamente, que o povo negro sempre demonstrou uma impaciência furiosa no respeito pela aquisição de educação (DAVIS, 2016, p. 110).

A impaciência furiosa das “meninas do Maria Baderna”, fizeram com sua sede

por transformação construísse um processo de debates e intervenções que mexeram com o cotidiano do IFBA Camaçari. O Campus não estava preparado para acolher e qualquer equívoco encontrado nas concepções e intervenções do grupo eram usadas como bode expiatório para mascarar a falta de preparo da escola para lidar com as violências que aconteciam dentro daquele espaço.

Com aproximadamente dois anos de Coletivo Maria Baderna, as divergências e o acúmulo de funções do Maria Baderna criava rachaduras dentro do coletivo. Por abarcar questões de demandas internas do campus, como demandas externas, além de questões relativas a discordância sobre a qual linha do feminismo seguir que levaram divergências sobre o norte de organização interna do coletivo. Ainda com a saída de muitas integrantes da escola, por motivos diversos, dentre eles, aprovação no ENEM, evasão, conclusão do curso, tornaram o coletivo morno, com dificuldades de se organizar internamente.

A partir daí as ações realizadas pelo coletivo, dentro e fora do campus Camaçari, se esfriaram. Ainda assim, os saldos relatados pelas estudantes que participaram do coletivo giram em torno de entender seus lugares no mundo, numa forma de se posicionarem. Para além das experiências políticas com as parceiras de coletivo, afirma-se que a motivação pessoal, inclusive estética, e relação com amigos e familiares se viu transformada pela experiência com o coletivo.

## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte-MG: Letramento: Justificando, 2018.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** Tradução Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.



## AS MULHERES DE CLARICE: UMA ANÁLISE FEMINISTA DOS CONTOS “A FUGA” E “RUÍDO DE PASSOS”

### Thainá Oliveira Chemelo

Universidade da Amazônia – UNAMA.  
Mestranda do PPGCLC – Programa de Comunicação, Linguagem e Cultura. Belém, Pará.  
thainachemelo@hotmail.com;

### Anna Marcella Mendes Garcia

Universidade Federal do Pará – UFPA. Mestranda do PPGD – Programa de Pós-Graduação em Direito. Belém, Pará. marcellamendesgarcia@gmail.com.

**RESUMO:** A posição secundária ocupada pelas heroínas nos romances de autoria masculina deu ensejo à chamada Crítica Feminista, a qual tem assumido o papel de questionadora da prática acadêmica patriarcal. No âmbito do ensino, há uma tendência de se manter no “topo da pirâmide” os discursos dos “mestres”, perpetuando o cânone literário, constituído pelo homem ocidental, heterossexual, branco e de classe média alta, o que contribui com a exclusão e/ou o silenciamento das vozes ditas Outras. Quando as mulheres começaram a ler e a escrever romances, utilizando pseudônimos, houve a constatação de que a experiência da mulher como leitora e escritora é diferente da masculina e isso implicou em mudanças significativas no campo intelectual. O presente trabalho objetiva analisar dois contos de Clarice Lispector sob o olhar da Crítica Feminista, a fim

de verificar de que modo a questão de gênero está presentes nas obras, tendo em vista que a análise parte de uma autora mulher, que fala de mulheres, para um público eminentemente feminino.

**PALAVRAS-CHAVE:** Clarice Lispector, Crítica Literária Feminista, Gênero.

### CLARICE’S WOMEN: A FEMINIST ANALYSIS OF THE TALES “A FUGA” AND “RUÍDO DE PASSOS”

**ABSTRACT:** The secondary position occupied by heroines in male-authored novels has given rise to the so-called Feminist Criticism, which has assumed the role of questioning patriarchal academic practice. In the field of education, there is a tendency to keep the “masters” discourses at the “top of the pyramid”, perpetuating the literary canon, constituted by the western, heterosexual, white and upper middle class man, which contributes to the exclusion and / or the silencing of the so-called Other voices. When women began reading and writing novels using pseudonyms, it was found that women’s experience as a reader and writer is different from that of men, and this has led to significant changes in the intellectual field. This paper aims to analyze two short stories by Clarice Lispector from the perspective of Feminist Criticism,

in order to verify how the gender issue is present in the works, considering that the analysis comes from a woman author, who speaks of women, for an eminently female audience.

**KEYWORDS:** Clarice Lispector, Feminist Literary Criticism, Gender.

## INTRODUÇÃO

Clarice Lispector se destaca pelas reflexões feitas sobre a mulher do século XX habitante dos grandes centros urbanos. A escritora inovou a estética literária brasileira e se destacou pela perspectiva intimista no que tange à estrutura do texto narrativo. As personagens de Clarice representam a alienação dos habitantes das grandes cidades, geralmente tensos e imersos em um mundo repetitivo e inautêntico, que os despersonaliza. As mulheres estão sempre envolvidas com os problemas de casa e não se dão conta do quão medíocre é a vida em função de homens inexpressivos, dominadores ou autoritários.

Influenciada pelo existencialismo de Sartre, Lispector se ocupa, em grande parte de sua obra, das mulheres, especialmente em seu aspecto psíquico, entretanto, é provável que ela não gostaria de ser cunhada atualmente como feminista – e aqui vale ressaltar que sua escrita é anterior à consolidação do movimento feminista no Brasil -, muito em parte por não aceitar classificações de sua obra, até mesmo quando dizia respeito ao gênero literário.

Entretanto, suas narrativas se transformam em espaço para discussão das relações de poder, pois constituem um importante registro da condição da mulher no século XX.

Zolin (2009) acredita que as obras de Lispector, apesar de não serem consideradas feministas, trazem à tona características que dizem respeito ao movimento e suas conquistas, como: a) demonstrações e conflitos com os valores patriarcais; b) textos que tornam visível a repressão feminina nas práticas sociais; c) tentativa de libertar a mulher da opressão que tem tolhido seus movimentos; d) e desmontagem dos alicerces das narrativas centradas na visão patriarcal do feminino.

A Crítica Feminista, por sua vez, desempenha um papel questionador e desestruturador dos paradigmas desde a sua criação, em 1970, com a tese de doutorado de Kate Millet, intitulada *Sexual Politics*, que traz à tona discussões acerca da posição secundária ocupada pelas heroínas nos romances de autoria masculina, trazendo à luz a prática acadêmica patriarcal, em especial no campo da literatura.

O objetivo deste trabalho é analisar as obras “A fuga” e “Ruído de passos” sob a abordagem da crítica feminista, identificando de que modo as protagonistas são influenciadas pelos papéis de gênero vigentes na sociedade de sua época e, em grande parte, presentes também na atualidade. Para tanto, utilizou-se o método monográfico, por meio de uma pesquisa bibliográfica qualitativa e descritiva com

base na metodologia feminista, buscando evidenciar o papel da mulher na sociedade por meio das obras analisadas.

## **A CRÍTICA FEMINISTA, A MULHER LEITORA E A PROBLEMÁTICA DO CÂNONE LITERÁRIO**

Para iniciar a discussão, faz-se necessário apresentar um breve histórico da Crítica Feminista como instrumento de análise. Desde a sua origem em 1970, essa vertente da crítica literária tem assumido o papel de questionar práticas acadêmicas consolidadas em um modelo patriarcal. A constatação de que a experiência da mulher como leitora e escritora é diferente da masculina implicou significativas mudanças no campo intelectual, marcadas pela quebra de paradigmas e pela descoberta de novos horizontes de expectativas.

A crítica literária feminista, aqui entendida como a análise pautada na teoria feminista enquanto movimento político, social e filosófico, problematiza de forma contundente a noção de universalidade do sujeito e os parâmetros de verdade e subjetividade, afirmando que tudo isso era, na realidade, uma construção masculina. Isto porque, como em diversos ramos do conhecimento, a literatura também assumiu, conscientemente ou não, o homem branco como referencial de universalidade, tanto enquanto escritor, quanto como leitor, de tal modo que a prática literária girava em torno dele, cabendo às mulheres um papel secundário ou mesmo nenhum papel.

O ato fundador da crítica feminista, segundo Bellin (2011), foi uma releitura de obras que fazem parte da tradição literária ocidental, quase em sua totalidade escrita por homens. Tal crítica se concentrava nos modos de representação de personagens femininas e continha um caráter de denúncia, afirmando que elas eram muitas vezes representadas como seres passivos, sem qualquer influência no desenrolar da ação de romances centrados na experiência masculina, com as mulheres relegadas à sombra de algum personagem masculino.

A crítica literária feminista acaba inaugurando uma crítica de resistência, pois a leitora feminista, ao contrário da mulher que lê uma obra de ficção sem criticar e analisar, nunca se perde nas páginas de um romance, pois sempre questiona a herança cultural e literária da qual é conseqüência, como buscamos fazer no presente artigo.

A Crítica Feminista alerta para o fato de que a dominação patriarcal da escrita e das narrativas está presente também em autoras mulheres. Segundo Spivak (2010), quando as mulheres que escrevem vêm da “cultura” dominante, elas às vezes compartilham com os autores do sexo masculino a tendência de criar um “outro” mal concebido (frequentemente feminino), em uma espécie de pacto social intersexual classista e eurocêntrico. Mais uma vez, essas tendências textuais são a condição e o efeito do senso comum.

Algo semelhante ocorre nos contos de Lispector, com personagens mulheres que desenvolvem uma narrativa masculina, marcada pela dominação patriarcal, atravessadas por seus papéis de gênero, cercadas de obrigações domésticas, incapazes de serem felizes por si mesmas, apagadas em decorrência da presença masculina e, no momento de epifania – presente em toda obra da autora -, fogem à estrutura normativa, mas tão somente para depois voltar à mesma estrutura opressora todas as vezes. Esse momento de epifania, marcado por um processo profundo de descoberta do óbvio, as provoca o desequilíbrio; as personagens são levadas a uma reforma íntima e radical, contudo, temporária.

Sobre a problemática envolvendo a generificação do cânone literário, Fetterley afirma que “ler o cânone do que é considerado literatura clássica americana é identificar-se com o masculino.” (FETTERLEY apud FELSKI, 2003, p.33). No contexto da América Latina, mais especificamente no Brasil, a problemática é ainda maior, pois além da masculinização, envolve ainda a forte tradição de colonialidade que associa a literatura do Sul Global (países considerados como em desenvolvimento) a uma literatura pitoresca, exótica, em um discurso pautado na dominação européia e, conseqüentemente, na inferiorização, colocando certas pessoas e grupos em posição inferior a outros.

A literatura de autoria feminina brasileira iniciou seu percurso no século XIX, quando vigorava o Romantismo, com Maria Firmino dos Reis, autora do primeiro romance abolicionista e feminino intitulado “Úrsula”, de 1859. Foi o século da consolidação da literatura brasileira, mas também da formação de um cânone literário marcadamente masculino, branco e elitista, excluindo as mulheres da participação na história literária.

Para Reis (1998), em se tratando do cânone literário, não se pode negar o fato de que, numa dada circunstância histórica, indivíduos dotados de poder atribuíram arbitrariamente *status* literário a um texto ou autor em detrimento de outros, tornando-o canônico. Ficam, portanto, evidentes as relações de poder que subjazem a formação de um cânone literário, demonstrando que o mesmo reflete “pilares básicos que sustentam o mundo ocidental, tais como o patriarcalismo, o arianismo e a moral cristã”. (REIS, 1998, p.72). Para desconstruir esse processo é necessário problematizar sua historicidade, o que não significa somente incluir alguns escritores não ocidentais ou mulheres, mas sim evitar hierarquias sociais que compartmentam a sociedade.

Desse modo, para que as mudanças aconteçam se faz fundamental dar importância ao gênero como instrumento de análise e crítica literária. Por isso, a partir dos anos 80, o gênero tornou-se para a crítica feminista uma categoria de análise do texto literário. Segundo Campos (1992), o estabelecimento do gênero como categoria fundamental de análise literária ensejou alguns abalos à tradição ocidental e, claramente, também foi alvo de muitas críticas, especialmente quanto ao caráter de resistência da leitura feminista, sob a argumentação principal de

que leitoras feministas adotavam um ponto de vista muito pessoal ao interpretar um texto, e que uma perspectiva que leva em consideração as configurações de raça, gênero e classe torna muito restrito o escopo de análise textual (ELLIS, apud FELSKI, 2003, p.10). Felski, porém, discorda desta afirmação. Para ela, uma análise de cunho feminista não quer simplesmente acusar os escritores de machismo e/ou misoginia, tampouco transformar textos literários em meros reflexos de vivências de gênero, mas sim enfatizar a importância das mulheres nas obras literárias e no curso da história (FELSKI, 2003, p.8).

O gênero enquanto categoria de análise marcará o debate acadêmico a partir da década de 1990, em diversas áreas. Segundo Scott, o gênero pode ser definido como:

“toda e qualquer construção social, simbólica, culturalmente relativa, da masculinidade e da feminilidade. Ele define-se em oposição ao sexo, que se refere à identidade biológica dos indivíduos” (SCOTT, 1990, p.5).

Dessa forma, ele não se confundiria com o sexo biológico, na medida em que trata-se de uma categoria construída socialmente que impõe determinados padrões ou expectativas de comportamento sobre o corpo sexuado, constituindo fator determinante daquilo que torna o ser biológico um ser social. Segundo LaRetis, o gênero também é a representação de uma relação de pertencer a uma classe. Butler (2003) defende a ideia que se alguém é uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é, o que permite a compreensão do que Crenshaw (2002) cunhou de interseccionalidade, isto é, a noção de que o gênero enquanto dispositivo de poder estabelece conexões ou sobreposições com outras categorias de opressão raciais, classistas, étnicas, sociais e regionais de identidade discursivamente constituídas.

Os estudos de gênero rejeitaram as ideias essencialistas ao afirmar que as características ditas intrinsecamente femininas e masculinas não são inerentes aos sexos e sim construídas na esfera social. Ao considerar o gênero como categoria de análise, entendemos que o gênero de autoria influencia as representações de mundo contidas na obra deste autor ou desta autora.

De acordo com Moi, a leitura feminista, além de não ser neutra nem imparcial (nenhuma leitura é), é sempre política, pois “todos falam a partir de uma posição conformada por fatores culturais, políticos, sociais e pessoais” (MOI, 1991, p.55), logo, a crítica está para a produção e recepção de obras literárias como uma nova possibilidade de mostrar que os enredos e os personagens se organizam em torno das configurações de gênero.

Uma leitura feminista e/ou de gênero, portanto, leva em consideração na análise do texto literário o gênero do autor, do leitor e as configurações sociais que permeiam a vida de homens e mulheres.

## AS AMARRAS DO LAR: ANÁLISE DA PROTAGONISTA ELVIRA, DO CONTO “A FUGA”

Por meio da análise do conto “A fuga”, escrito na década de 1940, discutimos a representação literária que a autora faz do papel de uma esposa e dona-de-casa na sociedade brasileira da época. A sensação de não-pertencimento e de inadequação são as preocupações principais das heroínas da autora, e com Elvira não poderia ser diferente.

Existem diversas análises desse conto, porém elas só foram elucidadas com a colaboração da crítica feminista. Afinal, a angústia vivenciada por personagens como Elvira está enraizada na construção de uma sociedade patriarcal, situação que não é levada em conta por muitos teóricos da literatura.

Resumindo a trajetória vacilante de Elvira, podemos dizer que o conto trata de apenas um dia de sua vida, que poderia ter sido igual a todos os outros, salvo a sua disposição de torná-lo uma nova etapa. Elvira é a mulher que rasga as próprias roupas enquanto uma chuva torrencial cai, sendo que, minutos antes, estava se preparando para prosseguir a repetida rotina: ler um livro à janela, como fazia todas as tardes. Porém, o momento da descoberta e da mudança – ainda que temporária – chega. O momento de epifania vem com o calor da tarde sufocante:

Como foi que aquilo aconteceu? A princípio apenas o mal estar e o calor. Depois qualquer coisa dentro dela começou a crescer. De repente, em movimentos pesados, minuciosos, puxou a roupa do corpo, estraçalhou-a, rasgou-a em longas tiras. O ar fechava-se em torno dela. (LISPECTOR, 2009, p.44).

Após esse momento, Elvira veste-se rapidamente e juntando o dinheiro que encontra em casa ela parte pelas ruas. Aqui, pela palavra escolhida e pela época em que o conto foi escrito, podemos supor que o dinheiro que ela encontra pela casa não lhe pertencia, e sim ao marido, que era um homem de negócios, o qual deveria deixar pequenas somas para eventuais necessidades domésticas. O desejo é de fuga, mas o plano é frustrado e Elvira retorna para casa e para o marido.

A protagonista surge como atormentada pelo o que vai acontecer e isso revela o quanto ela está com dificuldade de manter as rédeas da sua vida. Elvira deseja escapar da rotina de monotonia, da dominação masculina, de um casamento fracassado, da repetição de sua vida.

A surpresa em tom de descoberta de Elvira que “bem, as coisas ainda existem. [...] Há doze anos era casada e três horas de liberdade restituíam-na quase inteira a si mesma – primeira coisa a fazer era ver se as coisas ainda existiam” (LISPECTOR, 2009, p.42) denuncia o grau de aprisionamento doméstico que as mulheres eram e são mantidas na instituição do casamento. A limpeza da casa, o trabalho doméstico, o cuidado com os filhos e o marido, todos, em algum grau, meios para paralisar uma mulher. Afinal, conforme destaca Yeatman (1984), denunciando a exclusão da sociabilidade doméstica, em meio a prevalência do universo público, o ser envolvido

na esfera privada não se sente participante da sociedade. É o que a autora esclarece ao analisar que os valores de liberdade estão tradicionalmente relacionados apenas à vivência no mundo externo.

Essa manutenção da mulher dentro de casa, exercendo um trabalho não remunerado para o marido e filhos, a coloca em uma situação de exclusão e de incapacidade de desenvolver relações políticas e sociais, mantendo-a sempre em uma posição subalterna a do homem que possui o trabalho remunerado, o único reconhecido socialmente. Biroli (2017) discorre sobre a divisão sexual do trabalho, ou seja, o que vem sendo definido historicamente como trabalho de mulher, competência de mulher, lugar de mulher, e as consequências dessas classificações. A autora defende que a divisão sexual do trabalho está no centro da dinâmica de opressão das mulheres e da produção de gênero. Ela organiza a sua teoria a partir de dois pressupostos, sendo o primeiro a nos interessar, pois aduz que a divisão sexual do trabalho é uma base fundamental sobre a qual se assentam hierarquias e desvantagens que modulam a trajetórias das mulheres.

Às mulheres cabe o trabalho de casa – não remunerado e não reconhecido -, enquanto que aos homens destina-se o trabalho propriamente dito, remunerado e com status social, o que serviu para justificar hierarquias dentro e fora do espaço doméstico familiar. Esta dicotomia seria a base do patriarcado capitalista. A criação dos filhos e o cotidiano das atividades domésticas são trabalhos oferecidos gratuitamente pelas mulheres aos homens através de uma relação: o casamento. Percebemos, ao longo do conto, que a protagonista enxerga o casamento como um “mal menor” e se sente amedrontada por apenas cogitar a possibilidade de escapar dele. Assim como Elvira, mulheres seguem sendo exploradas, pois é potencialmente ruim estar fora dele. O casamento, seria assim a “melhor carreira economicamente falando”. (BIROLI, 2017, p.25). Esses doze anos de casamento são repetidos ao longo da narrativa quase como um mantra que lembra a personagem de que seu destino, a volta ao lar, parece inevitável. A família e o casamento permanecem, ainda, como nexos na produção de gênero e opressão das mulheres.

A questão do capital (ou da falta dele) aparece no conto quando Elvira justifica a impossibilidade de viajar, de fugir da realidade opressora que vive, na falta de dinheiro para as passagens.

Entretanto, ainda que Elvira tivesse condições econômicas, ela tampouco conseguiria escapar, pois é uma protagonista extremamente consciente do seu lugar social, de mulher, de subalterna, de subvalorizada, e que tem medo dos seus sonhos “inúteis” atrapalharem os negócios do marido. Se ela se submete aos percalços de um casamento fracassado durante tantos não é somente pela sua condição econômica, mas porque valores culturais do papel de mulher e esposa (que se confundem) se enraizaram nela.

Devido às amarras e aos sofrimentos presenciados por Elvira no ambiente doméstico, compreendemos porque ela se sentia confusa em sua experiência na

rua. A força das ideologias patriarcais presentes no seu íntimo vai paralisar qualquer desejo de resistência e mudança, afinal, é na passividade que a personagem vive, sentindo-se com medo até em seu próprio lar, quando afirma que a mera presença do marido conseguia tolher seus pensamentos.

Gouveia (2004) destaca que:

“o isolamento da personagem não é apenas uma opção de fuga ou subterfúgio; é antes produzido por uma gigantesca máquina de opressão e subjugação” (GOUVEIA, 2004, p. 19).

Essa máquina é tão opressora que Elvira divide o “ser mulher” em dois momentos: ser mulher casada e ser apenas mulher, denotando que, durante o casamento, a mulher não se fazia presente na sua vida e que, agora, livre, ela não era mais somente uma esposa, ela era uma mulher (LISPECTOR, 2009, p.45).

A protagonista confunde-se com os papéis sociais desempenhados por ela, anulando a sua própria essência feminina para cumprir o papel ideal e esperado pelo marido e pela sociedade de “mulher do lar”.

Suas vontades, muito pelo contrário, são anuladas em função do marido, como quando o narrador diz: “E nestes [hotéis] pode talvez encontrar algum conhecido do marido, o que certamente lhe prejudicará os negócios” (LISPECTOR, 2009, p.45). Aqui, a preocupação com o marido aparece em primeiro lugar, demonstrando que a ideologia patriarcal predomina na vida de Elvira e a sua consciência do seu lugar social se volta contra ela própria.

Assim como Abiahy (2006), acreditamos que o “alcoz” da personagem não seja somente o marido e sim toda a ideologia patriarcal que a circunda, impondo a ela um papel secundário de passividade excessiva em sua própria vida. O seu silêncio perante essa dominação não seria de serenidade ou resignação absoluta, e sim uma defesa para não sofrer mais violência. O poder da sociedade patriarcal de ditar as normas de comportamento das mulheres parece invencível para Elvira. As amarras do lar a trazem de volta.

## **A SEXUALIDADE DA MULHER VELHA: ANÁLISE DO CONTO “RUÍDO DE PASSOS”**

O conto citado faz parte do livro “Via Crucis do corpo”, escrito em 1974. Os teóricos atribuem o fracasso da obra aos problemas financeiros vivenciados por Clarice à época e ao curto espaço de tempo que teve para produzi-la, pois foi uma obra sob encomenda.

Ainda assim, a crítica feminista liderada por Arêas (2005) realizou um estudo sobre a obra que, segundo a pesquisadora, possui uma escrita literária que mostra o cotidiano dos seres em sua mais primitiva condição humana, destacando a figura da mulher exposta a um enfrentamento de suas próprias carências e traumas.



Segundo Arêas, as treze narrativas – incluindo “Ruído de passos” – giram em torno de mulheres e das necessidades do corpo e suas exigências, de maneira que a linguagem e o cenário erótico contribuem para o arranjo e desfecho de todas as histórias. Pela primeira vez na literatura de Lispector, o sexo aparece de forma tão direta e brutal. Ela reclama a posse do corpo feminino pela mulher.

A protagonista do conto é tratada como Dona Cândida Raposo. A presença do sobrenome do marido já falecido, Antenor Raposo, configura como um indício de uma convenção social moralizadora na qual a protagonista se vê inserida. Ela não é apresentada no conto com o seu sobrenome, mesmo já sendo viúva, e permanece sendo cunhada por “Dona”, o que denota um tratamento de linguagem diferenciado à mulher idosa e/ou casada, comum à época e não tão distante da atualidade, que impõe à mulher estar à sombra do marido, perdendo sua identidade.

Torna-se pertinente discutir o nome icônico da personagem. Ferreira (2011) considera que:

O primeiro termo de seu nome duplo se compõe de uma qualidade, candura e docilidade, própria de condicionamentos de gênero, e reverbera, ainda, no mesmo significante, uma doença venérea; o segundo termo nomeia um animal selvagem, cujo instinto indomesticável sinaliza para astúcia, sensualidade e sexualidade. (FERREIRA, 2011, p.89).

Assim, já no nome, vemos que a natureza da protagonista está dividida entre seguir os conceitos socialmente construídos a respeito da sexualidade feminina ou se entregar à natureza de mulher. No conto, a protagonista demonstra um desejo sexual ainda vivo, mesmo na avançada idade. Devido a este desejo irrefreável, a mesma acaba por cometer algumas transgressões aos padrões vigentes.

O peso dos papéis de gênero é evidente na personagem, que lida com sua sexualidade de maneira negativa, tratando-a como um problema, em um nítido reflexo das construções sociais envolvendo a relação mulher-sexualidade, nas quais a sexualidade feminina não é incentivada e o corpo da mulher velha já não é mais considerado atraente e receptivo.

Bourdieu (2005) explica a submissão e objetificação feminina ao ressaltar que a dominação masculina que constitui as mulheres como objetos simbólicos:

“tem por efeito colocá-las em permanente estado de insegurança corporal, ou melhor, de dependência simbólica: elas existem primeiro e para o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes e disponíveis” (BOURDIEU, 2005, p.85).

Para o autor, ao feminino não é dado o direito de existir em função de si próprio ou dos próprios desejos, uma vez que as mulheres só existem em função do olhar dos homens, enquanto objetos que devem ser passivos e disponíveis. Em relação à protagonista, a degradação do corpo em uma sociedade que privilegia a beleza e a juventude do sexo feminino, faz com que a sexualidade da mulher velha seja vista como inadequada, em que pese não o seja.

Dona Cândida é vítima do preconceito tanto da sociedade como dela própria por

buscar satisfação na terceira idade, o que, para um homem em condição semelhante, não seria nenhum estigma. Com seus mais de 80 anos, podemos supor que ela crescera em um ambiente inibidor da identidade sexual da mulher, o que justificaria em parte sua relutância em verbalizar seus anseios sexuais, o uso de eufemismos para falar de sexo e o sentimento de culpa que a toma.

Após o diálogo com o médico, a personagem decide “se arranjar sozinha” (LISPECTOR, 2009, p.18), o que novamente comunica uma série de verdades: desde a solidão à urgência por alívio ao recorrer à masturbação. Para a personagem, o prazer é sobrepujado pela vergonha de se realizar e de fazê-lo fora dos moldes construídos historicamente pela sociedade:

“(...) nessa mesma noite deu um jeito e solitária satisfez-se. Mudos fogos de artifício. Depois chorou. Tinha vergonha. Daí em diante usaria o mesmo processo. Sempre triste. É a vida, senhora Raposo, é a vida. Até a benção da morte” (LISPECTOR, 2009, p.18).

Freud (2010) aborda o modo como o papel desempenhado pelo amor figura na origem da consciência, o que causa a inevitabilidade do sentimento de culpa. Para ele, o corpo é habitado pela linguagem do desejo, mas devido à opressão cultural há a manifestação do sentimento de culpa, o qual tem duas origens, quais sejam:

“(...) o medo da autoridade e o posterior medo do supereu. O primeiro obriga a renunciar a satisfação dos impulsos; o segundo, além disso, compele à punição, visto que não pode se esconder do supereu a persistência dos desejos proibidos” (FREUD, 2010, p.151).

A repetição, por meio do ato masturbatório, trará a dona Cândida dores morais, pois embora o prazer seja secreto, a sua própria consciência a julgará por meio das construções sociais enraizadas em sua personalidade. Para a personagem, a morte será uma benção, pois apenas isso seria capaz de separá-la do apetite sexual que frequentemente a perturba.

Nesse conto, fica evidenciada a dupla marginalidade da protagonista, por ser mulher e também idosa. Verifica-se, também, um processo de expropriação da sexualidade da mulher velha. Isto porque a sexualidade é apartada desta mulher contra sua vontade, como se pertencente somente à juventude, de modo que, ao atingir a idade que a sociedade entende como característica da velhice, fosse excluída da condição de ser sexual. Este discurso faz com que a mulher velha se sinta um ser estranho, ou mesmo marginal, ao expressar seus desejos. Acreditamos tratar-se de processo derivado da objetificação da mulher, cujo corpo é visto como destinado ao prazer masculino e, na medida em que não há mais desejo do homem por este corpo, ou não há mais um homem na vida da mulher – como no caso da protagonista, que era viúva -, ele perde sua utilidade e, conseqüentemente, tem a sexualidade desprezada.

Neste aspecto, o sentimento de pertencimento do corpo feminino ao homem é tão presente na protagonista que ela, ao se masturbar, dominada pelo sentimento de

culpa, escuta “ruídos de passos” de seu falecido marido, como que chegando para julgá-la por sentir prazer em sua ausência.

O mérito de Clarice está em expor de forma pungente uma face da mulher velha não muito vista em obras literárias, ao enfatizar os apelos do corpo e a busca do direito ao prazer total no sexo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Clarice Lispector foi, a seu tempo, inovadora no que tange à imersão poética na década de 50. Sua literatura introspectiva e intimista fixou-se na crise do próprio indivíduo, em sua (in)consciência. É dessa forma que começa uma narrativa interiorizada, centrada em um momento de vivência interior da personagem que provoca o fluxo de consciência.

Apesar de não poder ser considerada uma autora feminista, Clarice tratava de temáticas notadamente afeitas ao universo feminino no século XX, escrevendo para mulheres e sobre mulheres, o que faz com que sua obra seja cenário farto e propício para uma análise literária a partir da Crítica Feminista.

Tal modalidade de crítica literária é pautada em uma leitura crítica das estruturais patriarcais, misóginas e/ou opressoras presentes no texto, partindo do pressuposto de que tanto a leitura quanto a escrita não são neutras, sendo influenciadas pelo seu contexto histórico-social.

No conto “A fuga”, a personagem principal vive um casamento infeliz, monótono e abusivo, que a prende no papel de esposa e em suas respectivas expectativas sociais, como docilidade, passividade e servidão, fazendo com que não se identifique mais como mulher. Quando, finalmente, passa por uma crise moral e tenta desvencilhar-se destas amarras, a personagem se vê impedida por diversos fatores, dentre eles a ausência de condições financeiras para fugir, uma vez que sua ocupação era o serviço doméstico não remunerado e desprezado socialmente, e, principalmente, por ter internalizado ao longo de doze anos de casamento que aquele era seu único papel na vida.

Na obra “Ruído de passos” é narrado o dilema de uma mulher idosa com sua sexualidade, pois apesar da avançada idade e do fato de ser viúva, ela ainda sente desejo sexual, o que lhe traz um dilema moral, pois enxerga, em um reflexo da sociedade, a sexualidade da mulher velha como um tabu, uma falta de vergonha, algo antinatural, o que lhe traz culpa. Este sentimento pode ser em parte atribuído à objetificação do corpo feminino, destinado exclusivamente ao prazer masculino.

As obras aqui analisadas convergem no que tange à presença expressiva de papéis de gênero bem delimitados que impõem às protagonistas comportamentos entendidos socialmente como padrões femininos, em que pese estes causem-lhes dor e sofrimento. São retratados nas personagens os estereótipos da feminilidade, como servidão, docilidade, objetificação, dentre outros, tendo a Crítica Feminista o

papel de destacá-los do texto e questioná-los enquanto paradigmas e estruturas de dominação das mulheres.

## REFERÊNCIAS

ABIAHY, Ana Carolina de Araújo. **Representações da tensão entre o sujeito feminino e a sociedade em Clarice Lispector**: análise dos contos “A fuga”, “Imitação da Rosa” e “Amor”. Dissertação de Mestrado, UFPB, 2006.

AREAS, Wilma. **Clarice Lispector**: com a ponta dos dedos. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BELLIN, Greicy Pinto. **A crítica literária feminista e os estudos de gênero**: um passeio pelo território selvagem. São Paulo: Revista FronteiraZ, n. 7, 2011.

BIROLI, Flávia. **Gêneros e desigualdades**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Ed. Boitempo, 2017.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro, ed. Civilização Brasileira, 2003.

CAMPOS, Maria Consuelo Cunha. **Gênero**. In: JOBIM, José Luis. *Palavras de crítica: tendências e conceitos no estudo da literatura*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Revista Estudos Feministas, Ano 10, 1/2002, p. 171-188.

FELSKI, Rita. **Literature after feminism**. Chicago: University of Chicago Press, 2003.

FERREIRA, Valéria Rosito. **Anotações em torno do feminino em Lispector**: polifonia na tarefa do tradutor. Vertentes (UFSJ), v. 19, p. 80-94, 2011.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na cultura**. Porto Alegre: L&PM, 2010.

GOUVEIA, Arturo. **A epopeia negativa do século XX**. In: *Dois ensaios frankfurtianos*. João Pessoa: Idéia, 2004, p. 19.

LAURETIS, Teresa. **Tecnologia de gênero**. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque. *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LISPECTOR, Clarice. **Clarice na cabeceira**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

MAGALHÃES, Luiz Antônio Mousinho. **Uma escuridão em movimento**: as relações familiares em Laços de família de Clarice Lispector. João Pessoa: Idéia; Ed. Universitária UFPB, 1997.

MOI, Toril. **Sexual/textual politics**: feminist literary theory. London: Routledge, 1991.

REIS, Roberto. Canon. In: JOBIM, Jose Luis. **Palavras de crítica**: tendências e conceitos no estudo da literatura. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil de análise histórica. Porto Alegre: Educação e Realidade,

1990, p. 5-22.

SHOWALTER, E. **A crítica feminista no território selvagem**. Trad: Deise Amaral. In: HOLLANDA, H.B (org). *Tendências e impasses*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994, p.23-57.

**SPIVAK, Gayatri Chakravorty. Trois textes de femmes et une critique de l'impérialisme (nouvelle version révisée)**. *Les cahiers du CEDREF*, 17, 2010, 107-146.

YEATMAN, Anna. **Gender and the differentiation of social life into public e domestic domains**. *Social Analysis*. n. 15, 1984, p. 32-49.

ZOLIN, Lúcia Osana. **Literatura de autoria feminina**. In: BONNICI, Thomas e ZOLIN, Lúcia Osana (org.). *Teoria Literária: Abordagens Históricas e Tendências Contemporâneas*. 3 ed. Maringá: Eduem, 2009.

## DIVERSIDADE DE GÊNERO E POLÍTICAS AFIRMATIVAS

### **Jorge Adrihan do Nascimento de Moraes**

Programa de Mestrado em Ciências da Educação  
Universidad Columbia del Paraguay  
Assunção – Paraguai.

### **Valdenora Souza Mota**

Programa de Mestrado em Ciências da Educação  
Universidad Columbia del Paraguay  
Assunção – Paraguai.

### **Dayane Rainha da Silva**

Programa de Mestrado em Ciências da Educação  
Universidad Columbia del Paraguay  
Assunção – Paraguai.

### **Maria Madalena Pontes Melo**

Programa de Mestrado em Ciências da Educação  
Universidad Columbia del Paraguay  
Assunção – Paraguai.

**RESUMO:** O presente artigo traz à tona a atual discussão que permeiam a diversidade de gênero e políticas afirmativas no Brasil. Discute e apresenta as principais iniciativas do Estado brasileiro acerca das políticas afirmativas e demonstra o público alvo ou beneficiários dessas iniciativas. Trabalho da maior relevância, visto que as políticas afirmativas têm a pretensão de proporcionar maior acesso das minorias às universidades públicas, mas sobretudo pretende cumprir um dos objetivos constitucionais, a saber: reduzir as desigualdades existentes em

nosso país. Ao final, é possível perceber com clareza a importância das políticas afirmativas para a diversidade de gênero em nosso país. O método utilizado abrangeu tanto a pesquisa bibliográfica quanto a pesquisa documental, tendo, portanto, uma abordagem qualitativa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Diversidade de gênero. Minorias. Políticas afirmativas.

**ABSTRACT:** This article brings to light the current discussion that permeates gender diversity and affirmative policies in Brazil. It discusses and presents the main initiatives of the Brazilian State about affirmative policies and demonstrates the target audience or beneficiaries of these initiatives. This work is of major importance, since affirmative policies are intended to provide greater access for minorities to public universities, but above all it aims to fulfill one of the constitutional objectives, namely: to reduce the inequalities that exist in our country. In the end, it is possible to clearly understand the importance of affirmative policies for gender diversity in our country. The method used encompassed both bibliographic and documentary research, thus having a qualitative approach.

**KEYWORDS:** Gender diversity. Minorities. Affirmative policies.

## 1 | INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo central a análise da diversidade de gênero e políticas afirmativas no contexto brasileiro. Por que examinar a diversidade de gênero e as políticas afirmativas? Qual a sua relevância para academia ou a sociedade?

As indagações ora propostas são da maior importância, visto que se trata de uma temática que transborda o recinto acadêmico, afeta e interessa a sociedade como um todo. É nessa linha de consideração que o presente estudo apresenta sua relevância, na medida em que se realizaram reflexões para contribuir para com aprofundamento científico do tema em tela.

A metodologia consistiu na revisão crítica da literatura, incluindo o debate em torno da diversidade de gênero e das políticas afirmativas. O método utilizado abrangeu tanto a pesquisa bibliográfica quanto a pesquisa documental, tendo, portanto, uma abordagem qualitativa.

Severino (2016, p. 131) entende por pesquisa bibliográfica aquela em que se realiza a partir do registro disponível, decorrentes de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados.

Já a pesquisa documental, o autor em tela assinala que a fonte da pesquisa são documentos em sentido amplo, não só documentos impressos, mas, sobretudo outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais. Prodanov (2013, p. 55-56) salienta que a utilização da pesquisa documental é destacada no momento em que podemos organizar informações que se encontram dispersas, conferindo-lhe uma nova importância como fonte de consulta.

Assim, fez-se um levantamento daquilo que já foi escrito e/ou publicado acerca do objeto de estudo, de acordo com o que propõe Marconi e Lakatos (1996, p. 68). A metodologia propiciou a observação e análise da literatura sobre o objeto de estudo, bem como possibilitou a exposição de subsídios teóricos acerca da temática.

No primeiro momento, foram tecidas considerações sobre as políticas afirmativas norte-americanas. Tais considerações permitiu observar a influência da adoção de política afirmativa nos Estados Unidos junto ao Brasil, e as devidas distinções entre as políticas adotadas em cada país.

Mais adiante foram apresentados os conceitos e definições que envolvem a diversidade de gênero e políticas afirmativas. Compreender os elementos conceituais de diversidade de gênero e política afirmativa no Brasil constituíram papel fundamental para a continuidade do presente estudo.

Por fim, são abordadas as principais políticas afirmativas adotadas no contexto brasileiro. Dentre as principais iniciativas implementadas pelo Estado brasileiro podemos destacar as políticas afirmativas de candidatos negros nas universidades

públicas. A razão determinante para a escolha dessa política afirmativa está no fato de que a referida política está atrelada diretamente ao campo da educação, justamente a qual dedicamos nossa vida acadêmica e profissional.

## 2 | DA DIVERSIDADE DE GÊNERO E DAS POLÍTICAS AFIRMATIVAS

É da maior relevância, para melhor compreensão da temática ora abordada, expor o contexto histórico das políticas afirmativas, particularmente no Brasil. A partir desse recorte histórico, é possível entender o que vem a ser políticas afirmativas e de que forma elas são pensadas e executadas junto a diversidade de gênero.

O professor Paulo Lucena de Menezes (2001) apresenta em sua primorosa obra intitulada “A ação afirmativa (*affirmative action*) no direito norte-americano” um estudo pioneiro no Brasil acerca das ações afirmativas<sup>1</sup>. A obra em referência faz uma análise das políticas afirmativas nos Estados Unidos, e o quanto essas políticas influenciaram o Brasil.

De acordo com Menezes (2001) a terminologia “ação afirmativa” foi empregada pela primeira vez pelo Presidente John F. Kennedy no ato administrativo que objetivava reprimir a discriminação no mercado de trabalho por parte das empresas contratadas para prestariam serviço para o governo federal.

Visando estabelecer uma igualdade de oportunidades e erradicar a discriminação e o preconceito nas relações mantidas entre o governo federal e os seus contratantes, ele expediu, em apenas dois meses após assumir a presidência, a *Executive Order* n. 10.925, que, afora criar um órgão para fiscalizar e reprimir a discriminação existente no mercado de trabalho, empregou pela primeira vez em um texto oficial, ainda que com conotação restrita, o termo *affirmative action*. (MENEZES, 2001, p. 88)

A experiência norte-americana, de certo modo, influenciou sobremaneira nas discussões das políticas afirmativas no Brasil. É oportuno destacar que as políticas afirmativas é uma temática que geralmente proporcionam discussões acaloradas e polêmicas no campo acadêmico e na sociedade em geral.

Resta claro que as políticas afirmativas foram primeiro implementadas nos Estados Unidos, claro que o contexto americano é totalmente diferente do contexto brasileiro.

### 2.1 Do conceito de diversidade de gênero e políticas afirmativas

Mas afinal de contas o que vem a ser diversidade de gênero? E o que são políticas afirmativas?

Traças os contornos gerais acerca da temática ora proposta constituem vetores determinantes para continuidade do estudo. A importância da exposição dos conceitos de diversidade de gênero e políticas afirmativas exprime sua relevância

---

1. Inicialmente o prof. Menezes (2001, p. 27) utilizou a expressão “ação afirmativa” em sua obra, mas logo em seguida fez uma advertência, e passou a empregar a expressão “política afirmativa”.



na medida em que é partir da circunscrição do objeto e a clareza de suas definições será possível elaborar as reflexões pertinentes da temática.

Para Jesus (2012) “sexo” e “gênero” têm conceitos e definições distintas. Para ela sexo está atrelado à biologia, pertence ao campo da ciência biológica. Por outro lado, gênero possui como fundamento as diferentes culturas, portanto, gênero é cultural, logo vejamos:

Sexo é biológico, gênero é social, construído pelas diferentes culturas. E o gênero vai além do sexo: O que importa, na definição do que é ser homem ou mulher, não são os cromossomos ou a conformação genital, mas a auto-percepção e a forma como a pessoa se expressa socialmente. (JESUS, 2012, p. 10)

A autora em sua obra denominada “Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos” apresenta importantes contribuições acerca da diversidade de gênero, ao formular a conceituação das principais categorias que envolvem a diversidade de gênero para melhor compreensão no caso vertente.

<b>Gênero</b>	Classificação pessoal e social das pessoas como homens ou mulheres. Orienta papéis e expressões de gênero. Independente do sexo.
<b>Sexo</b>	Classificação biológica das pessoas como machos ou fêmeas, baseada em características orgânicas como cromossomos, níveis hormonais, órgãos reprodutivos e genitais. Ao contrário da crença popular, reiterada em diferentes discursos, a categoria sexo não se configura como uma dualidade simples e fixa entre indivíduos deste e daquele sexo (binarismo ou dimorfismo sexual), mas, isso sim, como um contínuo complexo de características sexuais.
<b>Expressão de gênero</b>	Forma como a pessoa se apresenta, sua aparência e seu comportamento, de acordo com expectativas sociais de aparência e comportamento de um determinado gênero. Depende da cultura em que a pessoa vive.
<b>Identidade de gênero</b>	Gênero com o qual uma pessoa se identifica, que pode ou não concordar com o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento. Diferente da sexualidade da pessoa. Identidade de gênero e orientação sexual são dimensões diferentes e que não se confundem. Pessoas transexuais podem ser heterossexuais, lésbicas, gays ou bissexuais, tanto quanto as pessoas cisgênero.

Tabela 01 - Conceitos e termos de gêneros

Fonte: Adaptado de (JESUS, 2012, p. 24).

A autora esclarece de forma cristalina a conceituação de gênero e identidade de gênero. Para ela gênero é classificação pessoal e social das pessoas; enquanto identidade de gênero é como pessoa se identifica dentro do escopo social.

Ora, se gênero tem relação direta com a sociedade, construído pelas diferentes culturas; e, a pessoa tem o livre arbítrio de se identificar com o gênero que melhor lhe expresse, então só resta-nos inferir que existe uma diversidade de gênero no Brasil, que é justamente as pessoas que se identificam com determinado grupo de gênero, a partir das diferentes culturas existentes em nosso país. Assim, a diversidade gênero pode ser entendida como grupo de pessoas que socialmente se identificam para

além do sexo.

Noutro vértice, têm-se os estudos acerca das ações afirmativas ou políticas afirmativas.

A ciência do Direito é o ramo do conhecimento que tem se dedicado com maior profundidade e robustez sobre as políticas afirmativas. São inúmeros os trabalhos acadêmicos que versam sobre a temática, sendo que o ingresso de alunos negros nas universidades brasileiras é das políticas afirmativas mais debatidas no espaço acadêmico.

Menezes (2001, p. 27) com muita propriedade discorre acerca do conceito de ação afirmativa ou política afirmativa, como sendo:

Conjunto de estratégias, iniciativas ou políticas que visam favorecer grupos ou segmentos sociais que se encontram em piores condições de competição em qualquer sociedade em razão, na maior parte das vezes, da prática de discriminações negativas, sejam elas ou passadas. Colocando-se de outra forma, pode-se asseverar que **são medidas especiais que buscam eliminar os desequilíbrios existentes entre determinadas categoriais sociais até que elas sejam neutralizadas**, o que se realiza por meio de providências efetivas em favor das categorias que se encontram em posições desvantajosas (Grifo próprio).

Mais adiante o autor em epígrafe destaca que a “ação afirmativa tem por finalidade implementar uma igualdade concreta (igualdade material), no plano fático, que a isonomia (igualdade formal), por si só, não consegue proporcionar”. (MENEZES, 2001, p. 29)

Fica nítido no entender da autora que as políticas afirmativas têm por objetivo central combater e erradicar as desigualdades sociais. Trata-se de uma tentativa de buscar o equilíbrio das categorias menos abastadas econômica e socialmente, reduzindo assim o desequilíbrio entre as categorias.

Kaufmann (2007) define as ações afirmativas

Como um instrumento temporário de política social, praticados por entidades privadas ou pelo governo, nos diferentes poderes e nos diversos níveis, por meio do qual se visa integrar certo grupo de pessoas à sociedade, objetivando aumentar a participação desses indivíduos sub-representados em determinadas esferas, nas quais tradicionalmente permaneceriam alijados por razão de raça, sexo, etnia, deficiência física e mental ou classe social. Procura-se, com tais programas positivos, promover o desenvolvimento de uma sociedade plural, diversificada, consciente, tolerante às diferenças e democrática, uma vez que concederia espaços relevantes para que as minorias participassem da comunidade. (KAUFMANN, 2007, p. 220)

Na mesma linha de consideração, entende Kaufmann (2007) ao postular que as ações afirmativas são um instrumento de integração de certo grupo de pessoas, que estavam alijadas por razões de sexo, etnia, deficiência física e mental ou classe social. A autora traz no bojo do conceito exposto, a ideia de minoria. Compreender a carga de significado da nomenclatura “minoria” no atual contexto brasileiro é considerado relevante para o presente trabalho, haja vista que abarca a diversidade social brasileira e as ações afirmativas direcionadas a esse grupo.

Em artigo publicado em site especializado, as pesquisadoras Nóbrega & Cesar (2009), por ocasião da análise do julgamento do Supremo Tribunal Federal, Ação Popular que discutia a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra, definem de forma elucidativa o conceito de minorias, vejamos:

**O conceito de minorias** relaciona-se não somente com a questão dos direitos das minorias nacionais ou daquelas que tenham necessariamente uma base étnica ou política, **mas abrange outros segmentos sociais que, por possuírem valores semelhantes, como, por exemplo, um sentimento de exclusão, unem-se em grupos sociais.** Nesse sentido, **fazem parte do conceito de minorias, não só índios (as), mas negros(as), mulheres, crianças, idosos, homossexuais, dentre outros.** (Grifou próprio)

Para as autoras, o conceito de minorias é mais amplo, o qual abarca grupos sociais de pessoas unidas por sentimento de exclusão social de base étnica ou política, sendo: os índios, negros, mulheres, crianças, idosos, homossexuais etc. Assim, resta evidente que a diversidade de gênero está abrangida pelo conceito de minorias apresentado pelas pesquisadoras, e dessa forma, as políticas afirmativas implementadas pelo Estado brasileiro para as minorias acabam por alcançar a diversidade de gênero em suas várias dimensões.

### 3 | DAS MINORIAS E DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS AFIRMATIVAS NO CONTEXTO BRASILEIRO

Inicialmente, cumpre destacar a importância de se identificar de que forma as políticas afirmativas são concebidas e implementadas, qual sua base teórica para formulação dessas políticas. E, mais uma vez, há necessidade de se recorrer à ciência do Direito para melhor compreensão do caso vertente, pois os estudiosos do direito que se ocupam das políticas apresentam maior robustez.

A Constituição Federal de 1988 expressamente prevê, como objetivos da República brasileira, a redução das desigualdades sociais e regionais, bem como a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, art. 3º, incisos III e IV)

Por outro lado, a mesma Constituição dispõe sobre o princípio da igualdade no seu art. 5º:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição; (BRASIL, Constituição de 1988).

O artigo supramencionado, aparentemente, traz a noção de igualdade linear e imutável, o que na prática poderia inviabilizar a promoção de políticas afirmativas.

Contudo, a noção de igualdade expressada na Constituição, mais precisamente no art. 5º: igualdade formal e igualdade material. A igualdade formal<sup>2</sup> é aquela em que todos estão submetidos e deve obediência a lei sem distinção. Já a igualdade material, possibilita um tratamento jurídico diferenciado, reconhece a pluralidade de indivíduos face ao contexto social, econômico, religioso etc.

É justamente para reduzir as desigualdades sociais o fundamento central para promoção de políticas afirmativas, e dessa forma, diminuir o abismo desigual existente em nosso país.

Nesse trilhar, discorre Vilas-Bôas (2003, p. 29) ao assinalar que,

a ação afirmativa visa garantir, dessa forma, a igualdade de tratamento e principalmente de oportunidades, assim como compensar as perdas provocadas pela discriminação e marginalização decorrentes dos mais variados motivos inerentes a sociedade brasileira. As ações afirmativas têm como fim precípua combater os efeitos acumulados em virtude das discriminações ocorridas no passado, de tal forma que se possa falar em igualdade entre os brasileiros, independentemente de pertencer àquelas categorias hoje denominadas “minorias”, possibilitando assim que seja atingida plenamente a cidadania (VILAS-BÔAS, 2003, p. 29).

Percebe-se dessa forma que a política afirmativa ganha importância, visto que tem a pretensão de reduzir a desigualdade social, e mais que isso, promover oportunidades para as minorias. Não é demais realçar que nosso país é plural com a presença de diferentes categorias sociais: povos indígenas, negros, pardos, ribeirinhos, portador de necessidades especiais, homossexuais, só para citar algumas.

No campo da educação, a principal política afirmativa diz respeito às reservas de vagas em universidades públicas para alunos negros.

Em 2003, a Universidade de Brasília (UnB)<sup>3</sup> reservou 20% (vinte por cento) das vagas do vestibular para candidatos negros. Por tal medida a UnB tornou-se a primeira universidade federal, iniciativa pioneira no Brasil a adotar a política afirmativa para ingresso de candidatos negros no quadro de discentes.

Como inspiração da vanguarda da Universidade de Brasília, em 2012 foi aprovada a Lei nº 12.711<sup>4</sup>, qual garantia a reserva de 50% (cinquenta por cento) das matrículas em universidades federais e institutos federais.

Importante salientar as diferenças entre as duas iniciativas acima mencionadas. A política afirmativa da Universidade de Brasília possui um critério étnico, a saber: negro. Já a Lei nº 12.711/2012 adota como critérios para seleção o caráter econômico e ter o candidato estudado em escolas públicas. Nesse sentir, é perceptível que as formas de ingresso são distintas, porém a finalidade é a mesma, qual seja propiciar

---

2. Portal do concurso. Disponível em <https://www.portalconcursopublico.com.br/2017/04/igualdade-material-x-igualdade-formal.html>.

3. Disponível em <https://noticias.unb.br/publicacoes/76-institucional/2319-aprovacao-das-cotas-raciais-na-unb-completa-15-anos>.

4. Planalto, Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato-2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato-2011-2014/2012/lei/l12711.htm)

maior acesso as universidades públicas.

Curioso e interessante é trazer à baila a vanguarda da política afirmativa da Universidade de Brasília, pois tal política foi objeto de uma ação judicial<sup>5</sup> ajuizada pela agremiação partidária Democratas (DEM) no Supremo Tribunal Federal (STF). Em 2012, o plenário da Corte Superior julgou por unanimidade a constitucionalidade da política afirmativa da Universidade de Brasília (UnB). Dito de outro modo, a universidade possui autonomia universitária e a adoção de política afirmativa para assegurar vagas a candidatos negros é legítimo e legal no entender do Supremo.

Portanto, trata-se de uma política legalmente reconhecida e institucionalizada da UnB de modo a propiciar maior acesso ao ensino superior.

Percorrendo a legislação brasileira, encontramos instrumentos normativos que versam sobre política afirmativa direcionada a gênero.

Em recente publicação, o Ministério dos Direitos Humanos exarou a Portaria nº 306<sup>6</sup>, de 18 de setembro de 2018, a qual aprova o Regimento Interno do Ministério. Ao ministério compete formular, coordenar e executar políticas à promoção dos direitos humanos, em especial aos direitos da criança e adolescente, idoso, pessoa com deficiência, população negra, mulheres, povos tradicionais.

A portaria em epígrafe dispõe em seu art. 200, inciso II, a previsão de estratégia para coibir a não-discriminação de crianças e adolescentes em razão de sua classe social, senão vejamos o teor do artigo.

Art. 200. À Coordenação de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – CPDCA compete:

[...]

II - propor estratégias de não-discriminação de crianças e adolescentes em razão de classe, raça, etnia, crença, identidade cultural, gênero e identidade de gênero, orientação sexual, deficiência, origem e opção política;

O Ministério dos Direitos Humanos é considerado um avanço no tocante a formulação e execução de políticas de promoção de direitos das minorias sociais, e dessa forma, garantir em termos pragmáticos a redução das desigualdades sociais.

Art. 221. À Coordenação-Geral de Cidadania, Exercício de Direitos, Saúde, Poder, Educação e Cultura - CGSEC compete:

[...]

III - elaborar estratégias que contribuam para fortalecimento das ações de igualdade de gênero, raça e etnia, em educação, saúde, cultura, poder e participação política que considerem as mulheres em sua diversidade visando a promoção da igualdade de gênero;

5. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF). Julgamento da política de cotas raciais pela Universidade de Brasília (UnB). Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=278000>

6. Diário Oficial da União. Portaria nº 306/2018, aprova o Regimento Interno do Ministério dos Direitos Humanos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9005.htm)

Ainda no campo normativo, é importante salientar o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017<sup>7</sup>, o qual trata da aprovação da Estrutura Regimental do Ministério da Educação.

Em seu art. 25 do referido Decreto prevê que:

Art. 25 À Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania compete:

[...]

II - desenvolver programas e ações transversais de educação em direitos humanos e cidadania nos sistemas de ensino que visem ao respeito à diversidade de gênero e orientação sexual, ao enfrentamento da violência, ao desenvolvimento sustentável, à superação das situações de vulnerabilidade social e ao combate a todas as formas de discriminação na escola;

Restam evidente e incontroverso que o Estado brasileiro busca por meio da legislação combater todas as formas de discriminação face das minorias, bem como assegura o acesso dos menos desprovidos as universidades federais, estaduais. Tratam-se de iniciativas importantes do Estado brasileiro para garantir direitos básicos a diversidade de gênero por meio das políticas afirmativas.

#### 4 | CONCLUSÃO

Em termos de linhas gerais, o presente trabalho buscou analisar e aprofundar os estudos acerca da diversidade de gêneros e políticas afirmativas no Brasil.

A diversidade de gênero e políticas afirmativas ainda são temas que geram polêmica nas discussões nesta seara. Por outro lado, as políticas afirmativas e a diversidade de gênero são uma realidade no contexto brasileiro. Por essa razão, trazer à baila à discussão das referidas temáticas constituem vetores importantes para melhoria das políticas afirmativas já implementadas e as formulações futuras.

É possível inferir que as políticas afirmativas no contexto brasileiro visam reduzir as desigualdades sociais, as quais são objetivos expressamente previstos na Constituição Federal de 1988. E assim, tais políticas atingem diretamente a diversidade de gênero na medida em que as iniciativas promovem a garantia de direitos elementares.

O conjunto normativo que trata sobre as diversidades de gêneros e políticas afirmativas são consideradas importantes, visto que o Brasil é um país plural, com forte presença negra, indígenas e pardos na formação cultural brasileira.

---

7. Planalto. Decreto nº 9.005/2017, aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Educação. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9005.htm).

## REFERÊNCIA

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº. 1/92 a 53/2006 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº. 1 a 6/94. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2007.

BRASÍLIA. Universidade de Brasília. **Aprovação das cotas raciais na UnB completa 15 anos**. Disponível em: <<https://noticias.unb.br/publicacoes/76-institucional/2319-aprovacao-das-cotas-raciais-na-unb-completa-15-anos>>. Acesso em: 15 set. 2019.

BRASÍLIA. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF). Julgamento da política de cotas raciais pela Universidade de Brasília (UnB)**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=278000>>. Acesso em: 25 jun. 2019

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Portaria nº 306/2018. **Aprova o Regimento Interno do Ministério dos Direitos Humanos**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9005.htm)>. Acesso em 23 mai. 2019

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos** / Jaqueline Gomes de Jesus. Brasília, 2012.

MARCONI, Maria de Andrade & LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 3º ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MENEZES, Paulo de Lucena. **A ação afirmativa (Affirmative action) no direito norte-americano** / Paulo de Lucena Menezes. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001.

NÓBREGA, Luciana Nogueira. CESAR, Raquel Coelho Lenz. O Supremo Tribunal Federal e os direitos da minoria no Brasil: **OS CASOS ELLWANGER E DA DEMARCAÇÃO DA TERRA INDÍGENA RAPOSA SERRA DO SOL**. Disponível em: <[www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=fddd7938a71db5f8](http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=fddd7938a71db5f8)>. Acesso em 23 mai. 2019

PORTAL DO CONCURSO. **Igualdade formal e igualdade material** (2018). Disponível em: <<https://www.portalconcursopublico.com.br/2017/04/igualdade-material-x-igualdade-formal.html>>. Acesso em 23 mai. 2019

PLANALTO. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm)>. Acesso em 23 mai. 2019

PLANALTO. Decreto nº 9.005/2017. **Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Educação**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9005.htm)>. Acesso em 23 mai. 2019

PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico** / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

KAUFMANN, Roberta Fragoso Menezes. **Ações afirmativas à brasileira: necessidade ou mito? Uma análise histórico-jurídico-comparativa do negro nos Estados Unidos da América e no Brasil** – Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. – 24. Ed. rev. e atual. – São Paulo: Cortez, 2016.





## PRINCESAS NA *TIMELINE*: A REPRESENTAÇÃO DE GÊNERO DAS PRINCESAS DISNEY NA INTERNET

**Ana Carolina Rocha Lisita**

Universidade de Brasília, Instituto de Artes, IdA/  
Vis  
Brasília–Distrito Federal

**Patrícia Quitero Rosenzweig**

Universidade Federal de Goiás, Faculdade de  
Artes Visuais, PPGACV  
Goiânia–Goiás

**Rosa Maria Berardo**

Universidade Federal de Goiás, Faculdade de  
Artes Visuais, PPGACV  
Goiânia–Goiás

**RESUMO:** Longe de serem simples mecanismos de diversão, as visualidades da Disney que envolvem, essencialmente, contos de fadas e princesas são espaços de constituição de identidades de gênero e de construção da heterossexualidade normativa. Para além, essas narrativas fornecem um espaço visual turvo, envolto por uma esfera de consumismo. Em torno das produções cinematográficas realizadas pela Disney há o entendimento do uso dessas imagens como produto cultural a ser consumido. Nas redes sociais, geridas pela franquia Disney Princess não é diferente. Os dispositivos tangíveis e intangíveis das imagens e dos discursos são hipervisibilizados visando à construção de estereótipos de gênero que são vestidos todos os dias. Essa hipervisibilidade

imagética aliada ao uso de expressões cotidianas ressignificam as visualidades transmidiaticamente, estabelecendo vínculos emocionais identitários entre a internauta e sua princesa favorita. Essas imagens exercem, com propriedade, o esforço de materialização, biológica e social da representação e performatividade do gênero feminino presente em suas narrativas. A proposta deste artigo é avaliar metodologicamente, sob a ótica da interseccionalidade, alguns marcadores sociais da diferença, como geração, sexualidade, classe social, etnia, raça e religião, presentes nas imagens e discursos de algumas publicações realizadas na página oficial da franquia Disney Princesa Brasil, no Facebook, nos meses maio/junho de 2018, que utilizam visualidades de princesas extraídas das produções cinematográficas da Disney. Para fundamentar a análise foram utilizados indicadores (qualitativos e quantitativos), procedimentos sistemáticos de descrição de conteúdo das mensagens, que permitiram a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção dessas mensagens, tornando possível deflagrar reflexões sobre como a Disney vem construindo as visualidades e subjetividades através das plataformas digitais. Daí a importância de pesquisadores culturais, educadores, pais e mães discutirem, criticamente, como a Disney se faz presente e atua na formação do ambiente

simbólico de milhares de meninas, jovens e adolescentes.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Interseccionalidade; Cultura Visual; Disneyzação; Princesas Disney.*

**ABSTRACT:** Far from being simple fun mechanisms, the Disney visuals that essentially involve fairy tales and princesses are spaces for the constitution of gender identities and the construction of normative heterosexuality. In addition, these narratives provide a cloudy visual space, surrounded by a sphere of consumerism. Regarding the film productions made by Disney, there is an understanding of the use of these images as a cultural product to be consumed. In social networks, managed by the Disney Princess franchise is no different. The tangible and intangible devices of images and discourses are hypervisibilized for the construction of gender stereotypes that are worn every day. This imaginary hypervisibility allied to the use of everyday expressions (re)signifies the visual transmediatically, establishing emotional identity links between the Internet user and her favorite princess. These images exercise, with property, the materialization, biological and social effort of the feminine representation and performative gender present in their narratives. The proposal of this article is to evaluate methodologically, from the perspective of Intersectionality, social markers of difference such as questions of generation, sexuality, social class, ethnicity, race and religion, present in the images and speeches of some publications made in the official page Disney Princesses Brazil, in Facebook, May/June 2018, that use visuals of princesses extracted from Disney's film productions. To support the analysis, indicators (qualitative and quantitative), systematic procedures and objectives of content description of the messages were used, which allowed the inference of knowledge related to the conditions of production and reception of these messages, making it possible to deflagrate reflections on how Disney it is constructing visualities and subjectivities through digital platforms. Hence the importance of cultural researchers, educators and parents to discuss, critically, how Disney is present and acts in the formation of the symbolic environment of thousands of girls, teenagers and young people.

**KEYWORDS:** Intersectionality; Visual Culture; Disneyzação; Disney Princesses.

## 1 | DISNEYZAÇÃO E CULTURA VISUAL EM PAUTA

Os estudos sobre “Disneyzação da cultura infantil” de Henry Giroux (1995) envolvem concepções do que significa ser criança, englobando, assim, a defesa de ideias políticas aliadas ao prazer. Certas combinações de posições de gênero, raciais e de classes definem essa relação. Sabe-se que as visualidades fílmicas são produzidas a partir do ponto de vista de quem a produz e, ao que tudo indica, os filmes da Walt Disney Pictures seguem a mesma premissa. Gigante no ramo do entretenimento, seus filmes, carro-chefe dos produtos da marca, fornecem um espaço visual de fantasia, meticulosamente calculado que envolve uma esfera comercial de consumismo e mercantilização. Jack Zipes (1995) vai além, argumentando que

essas produções cinematográficas celebram um tipo poder masculino, reproduzindo estereótipos patriarcais de gênero. O que pode acarretar um efeito adverso sobre crianças, jovens e adolescentes, essencialmente do gênero feminino.

Aparentemente inofensivas, as publicações de relacionamento produzidas pela Disney, sobretudo as postagens que envolvem suas princesas – objeto de estudo deste artigo – têm sido transmidiaticamente hipervisibilizadas<sup>1</sup>, por meio das páginas sociais geridas pela franquia Princesas Disneye por meio de subprodutos produtos culturais da marca disseminados oficialmente via streaming em formato “*live action*”. Para além, infinitas possibilidades e experiências culturais reais são oferecidas nos parques temáticos da Disney (EUA) e Euro Disney (França). Essas ações são voltadas a um crescente mercado real e virtual que comercializa, diariamente, para o mundo todo, centenas de produtos Disney licenciados da “Franquia Disney Princess<sup>2</sup>”, estimulando milhares de pessoas, sobretudo mulheres adultas que, de forma infantilizada, projetam em suas filhas, crianças e adolescentes, a idealização do amor romântico, da heteronormatividade, do reforço patriarcal que envolve a submissão do gênero feminino, relacionada à fé, religião, fortuna e sexualidade.

Dessa forma, as imagens e as linguagens nos filmes infantis têm um efeito performático sobre as crianças, que vão se desenhando como meninos/masculinos e meninas/femininas a partir de valores socialmente adequados para cada experiência de gênero. Desse modo as visualidades da Disney instalam um discurso que se baseia nas próprias representações. Ao mesmo tempo, destaca a própria noção de identidade do conjunto dos discursos dominantes. Essa estratégia das grandes empresas globais pretende vender sedução e entretenimento e, muitas vezes, adotam um caráter reacionário em sua maneira de articular os regimes de prazer e conhecimento para a configuração de ideologias, identidades e interesses corporativos.

É nesse universo de fantasia cuidadosamente produzido para encantar e seduzir que são propostas, sutilmente, relações sociais de gênero. E “[...] inspiram, no mínimo, tanta autoridade cultural e legitimidade para ensinar papéis específicos, valores e ideais quanto os locais mais tradicionais de aprendizagem” (GIROUX, 1995, p. 51). E o mais interessante é que essa performatização de gênero, pelo fato de não ser uma afirmação ou uma negação, trata, muitas vezes, de uma ‘construção’ que ocorre por meio da repetição de atos que tenham correspondência com as normas sociais e culturais vigentes. Pensamento reafirmado pela filósofa Judith Butler (2003, p. 153) referindo-se às práticas discursivas de materialização de gênero aliada a questões regulatórias de poder.

1. Andrew Keen (2012) utiliza o termo hipervisibilidade inspirado nos conceitos de hiper-realidade desenvolvidos por Umberto Eco (2012) e Jean Baudrillard (1978) para definir uma sociedade excessivamente social, no entanto, eminentemente individualista e conseqüentemente solitária.

2. A franquia oficial de Princesas Disney é uma das mais bem sucedidas do mundo. Foi criada em Janeiro de 2000 por Andy Mooney, então presidente de produtos da The Walt Disney Pictures com o objetivo de comercializar os produtos das personagens femininas (nem todas as princesas, oficialmente, como Sininho e Mulan) que tem alta repercussão junto ao público infantil.

[...] O gênero é materializado através de práticas discursivas, de normas regulatórias que não são nunca finalizadas, pois permanecem num processo constante de reafirmação. Tal processo é indispensável para garantir a hegemonia das leis regulatórias, sob a pena de fragilizar e abrir espaços para contestação de tais leis.

Para a antropóloga Michele Escoura, (2010, p.7), a diferença entre os gêneros ultrapassa a realidade e também domina a ficção voltada para o público infantil, que está na idade de entendimento e apreensão do que lhe é apresentado. As princesas dos estúdios Disney povoam o imaginário infantil há mais de oitenta anos, precisamente desde 1937, quando a Disney lançou sua primeira princesa, a Branca de Neve. Ao longo destes anos, elas passaram por diversas mudanças estéticas, visuais, e, sobretudo, comportamentais. De boa moça, ingênua, dedicada, amorosa, com beleza e personalidade graciosa à espera do príncipe encantado, elas se tornaram guerreiras, fortes decididas, rebeldes, independentes e capazes de enfrentar as agruras do mundo. (SABAT, 2010)

Tal mudança é explicada por Foucault (1984) ao afirmar que cada período histórico possui discursos de poderes diferentes. Ao refletir sobre a ideologia dominante de cada época, esses discursos permitem observar a evolução do papel da mulher na sociedade ocidental. Os tempos mudaram e as mulheres passaram a desempenhar trabalhos e papéis sociais que eram destinados apenas para o gênero masculino. Na época em que *Branca de Neve* foi lançada (1937), a figura feminina era vista como doméstica gentil e bondosa à espera do seu príncipe encantado. Nos dias atuais, parte considerável das mulheres não vive somente com o pensamento de que o seu final feliz é ao lado de um príncipe encantado. Empoderadas, elas traçam seu próprio destino e almeja o bem comum, como a princesa Mérida (Filme *Valente*, 2012), as irmãs Elza e Ana (Filme *Frozen*, 2013) e a princesa Rapunzel, (Filme *Enrolados e Enrolados 2*, 2017), embora continuem respondendo a diversos códigos comportamentais e sociais impostos pela sociedade heteronormativa.

Para Bettelheim (2007, p. 26) “A questão para a criança/adolescente não é ser boa, mas refere-se ao fato de com quem quer parecer? A criança decide isto se projetando calorosamente num personagem”. Por exemplo, ao assistir um filme da Disney na qual a princesa idealiza um amor romântico, sonha com um príncipe encantado, rodeada por luxo, riqueza e futilidades sob a égide de um sistema patriarcal, mesmo inconscientemente, essa criança procurará reproduzir tais comportamentos na vida real. Assim como, deverá absorver comportamentos e atos heróicos e de bondade, que também serão reproduzidos. Assim, porque não associar essas imagens à exploração comercial de bens de consumo da marca, legitimando de forma imperativa seus produtos e hipervisibilizando essas visualidades na internet? A franquia Princesas da Disney<sup>3</sup> tem feito isso com muita propriedade desde a virada do século XXI quando foi lançada, já renunciando a quarta onda feminista<sup>4</sup>. A

3. Traduzido de Disney Princess

4. Como o feminismo da quarta onda está mudando as princesas da Disney. Artigo de opinião escrito por Kaitlin Ebersol, que aborda como a Disney vem moldando as visualidades das princesas de acordo com as ondas do

Jornalista Peggy Orestein em um artigo de opinião no *The New York Times Magazine* intitulado “*What’s wrong with Cinderella*”<sup>5</sup>, tematiza questões como a autoestima das jovens, sexualização da infância e, em particular, da heteronormatividade e de como a cultura da princesa é disseminada para os jovens. O assunto teve tanta repercussão que foi aprofundado pela autora em 2011 se tornando o *best-seller* “*Cinderella eat my daughter*”. Nele, a autora investiga o ideal feminino proposto na cinematografia além de observar o caráter universal das mercadorias da franquia e da verificação de que todas as facetas do jogo têm a sua princesa equivalente.

Ela designa como “complexo industrial” a exploração imagética das princesas que utilizam o imaginário infantil para gerir mais de 26 mil itens associados às beldades “reais” da Disney: bonecas, fantasias, acessórios, jogos, brinquedos, pelúcias e itens escolares, como cadernos, estojos, lápis e mochilas, comercializados em grande escala e com uma variedade de preço que propicia a aquisição por crianças de várias classes sociais. Inicialmente, o que parecia um absurdo até para a equipe de produção cinematográfica – que a princípio não acreditava no sucesso da franquia –, se transformou em quatro bilhões de dólares no ano de 2009 e a Princesas da Disney<sup>6</sup> se tornou a mais bem sucedida franquia de mídia do planeta.

A franquia explora imagética e comercialmente onze personagens femininas que são, oficialmente, coroadas pela franquia, com exceção da princesa Anna e a rainha Elsa. Elas têm suas imagens exploradas pela franquia, mas não foram coroadas, oficialmente. Outro fato importante: Rapunzel, *Enrolados II* (2017) é, atualmente, a princesa mais querida do público. Os produtos com seu nome estão entre os mais vendidos. Cabe ao marketing da franquia Princesas da Disney<sup>7</sup> incluir e excluir princesas e o investimento na imagem das personagens varia conforme o desempenho de vendas dos produtos e aceitação pelo público.

Nas redes sociais, geridas pela Franquia Princesas da Disney<sup>8</sup>, percebe-se uma preocupação com o estabelecimento de vínculos emocionais com as fãs da marca, sobretudo as fãs de princesas, entendidas neste contexto como um “produto midiático”. Uma das estratégias comerciais orquestradas pela Disney, que demonstra de forma clara que suas representações imagéticas filmicas são artefatos culturais que compõem um grande pacote multimídia de consumo cultural, é a narrativa transmídia<sup>9</sup>. Na prática, trata-se da apropriação das imagens cinéticas com vistas

feminismo, em 23 de outubro de 2014 <<http://www.highbrowmagazine.com/4388-how-fourth-wave-feminism-changing-disney-s-princesses>> Acesso em 17/07/2018

5. O que há de errado com a Cinderela? Artigo de opinião escrito por Peggy ORESTEIN “What’s wrong with Cinderella” <<http://www.nytimes.com/2006/12/24/magazine/24princess.t.html>> Acesso em 11/07/2018

6. Tradução de Disney Princess

7. Tradução de Disney Princess

8. Tradução de Disney Princess

9. O termo transmídia foi citado pela primeira vez pelo professor Marsha Kinder, da University of Southern Califórnia (EUA), em 1991. Em 2003, o professor, Henry Jenkins do MIT — Massachusetts Institute of Technology — publicou um artigo na revista *Technology Review*, onde mencionava projetos com a narrativa transmídia. Mais adiante, em seu livro intitulado *Cultura da Convergência*, Jenkins define a narrativa transmídia como “[...] uma nova estética que surgiu em resposta à convergência das mídias – uma estética que faz novas exigências aos consumidores e depende da participação ativa de comunidades de conhecimento”. (JENKINS, 2009, p.49). A partir daí, vários estu-

à ampliação, expansão de conteúdos e criação de novos enredos históricos a novos públicos, disseminados, cultural e midiaticamente nas plataformas sociais da internet<sup>10</sup>, via streaming etc. Essa “estratégia” – sob a ótica das relações de consumo e globalização – permite a hipervisibilidade imagética, expondo-as no “templo do exibicionismo”<sup>11</sup>. Nessa perspectiva, a associação do aspecto visual proposto através das imagens audiovisuais cinéticas e utilizada transmidiaticamente na internet, oferece uma proximidade dos sentidos que não pode ser rivalizada pela mídia impressa. (MIRZOEFF apud SABAT, 2001, grifo nosso).

Assim, entrelaçadas aos outros estímulos sensoriais, essas (trans) visualidades<sup>12</sup> devem ser pensadas considerando sua relação com a narrativa e com as formas de representação, sobretudo o que tange a representação do gênero feminino das personagens de princesas que protagonizam a narrativa.

## 2 | INTERSECCIONALIDADE: METODOLOGIA INTERCATEGORIAL ANALÍTICA

As últimas décadas foram marcadas por reflexões e teorizações sobre a “multiplicidade de diferenciações, que, articulando-se a gênero, permeiam o social” (PISCITELLI, 2008, p. 263). A emergência dos estudos das, assim denominadas “categorias de articulação e/ou interseccionalidade” tem atraído à atenção de diversas abordagens do pensamento feminista, dos estudos de mulheres e das teorias de gênero contemporâneas (HENNING, 2015).

O autor (2015) ainda afirma que embora o termo “interseccionalidade” tenha sido cunhado nos idos de 1989 pela teórica feminista estadunidense Kimberlé Crenshaw, há registros de suas contribuições ao movimento feminista que datam de um período anterior entre 1973-1980. Essa perspectiva não se restringe apenas à opressão das mulheres, mas na relação das muitas a outras formas de dominação e de desigualdades que limitam a vida das pessoas. Para Crenshaw (2002), interseccionalidade são formas de capturar as conseqüências da interação entre duas ou mais formas de subordinação, por exemplo: o sexismo, o racismo, o patriarcalismo, entre outras. Essa noção de “interação” entre formas de subordinação possibilitaria superar a noção de superposição hierárquica de opressões.

Importante pontuar que o conceito de interseccionalidade não provê

---

dos surgiram em diferentes partes do mundo sobre o processo comunicacional e interativo da narrativa transmídia enquanto construtora de histórias para multiplataformas, pois se trata de um conceito em constante processo de evolução e adaptação no cenário de produção audiovisual. Sendo assim, não há uma verdade absoluta sobre o tema e ainda persistem muitas discussões sobre sua usabilidade e aplicabilidade no meio comunicacional.

10. Andrew Keen (2012, p. 87) destaca que as mídias sociais não têm objetivo de promover a união das sociedades por meio das tecnologias, mas favorecer que marcas e empresas tenham acesso às pessoas, ou seja, ao invés de sermos usuários das redes, somos, em realidade, seu produto.

11. Para Andrew Keen apud Abreu (2015) as redes sociais estão se tornando templo de exibicionismo, onde as identidades estão atreladas demais à própria imagem para perceberem que se tornaram mercadorias da indústria cultural.

12. (Trans)visualidades – termo criado pela autora para expressar as visualidades modificadas transmidiaticamente.

orientações metodológicas fixas de investigação feminista. Trata-se de um processo de descobertas, que demonstra a complexidade e contradições do mundo atual e nos serve de estímulo para novas compreensões, por vezes não ortodoxas, de se analisar o feminino e a construção de feminilidades.

(...) a interseccionalidade não produz uma camisa-de-força normativa para monitorar a investigação (...) na busca de uma linha correta. Ao invés disso, encoraja cada acadêmica feminista a se envolver criticamente com suas próprias hipóteses seguindo os interesses de uma investigação feminista reflexiva, crítica e responsável. (DAVIS 2008, p. 79)

Assim, a proposta deste estudo é mapear, interseccionalmente, os discursos que perpassam as identidades da categoria mulher<sup>13</sup> mediadas na internet, analisando as relações de poder que envolvem, criticamente a marca Princesa da Disney<sup>14</sup>, a partir da tag #SouPrincesaSouReal – tema norteador das publicações nas redes sociais e que nutre nas seguidoras a ideia de que toda mulher é uma princesa na vida real, basta acreditar. Compreendendo que o feminismo interseccional reconhece que as mulheres são diferentes e enfrentam situações distintas de acordo com raça, etnia, classe social, condição física, orientação sexual, leva-se em conta os contextos históricos, culturais, sociais e políticos que também reconhecem as experiências individuais únicas, resultantes da união de diferentes tipos de violências simbólicas (e empíricas). A interseccionalidade exige, assim, um posicionamento político incisivo e comprometido com as tiranias do sistema patriarcal que define comportamentos e condutas desde o genérico masculino. Portanto, é preciso olhar para as princesas da Disney, no caso desta pesquisa, especificamente, para as princesas Rapunzel, Mulan e Valente e entender as diversas camadas de opressão que podem vir a somar e agravar o grau de vulnerabilidade das mulheres. Assim, os discursos que estão inseridos nas imagens dessas princesas estariam relacionados a questões geracionais, sexismo, identidade de gênero, classe social, étnico-racial, avaliando, paralelamente, a diversidade das formas subjetivas como essas imagens são apresentadas nas redes sociais da franquia para meninas e mulheres. Keen (2012, p. 22) faz referência a um mundo virtual e aparentemente transparente, em que “as pessoas estão, ao mesmo tempo em toda parte e em parte alguma, onde a irrealidade absoluta é a presença real e o totalmente falso é também o totalmente real”. Esses dispositivos foucaultianos<sup>15</sup> presentes nos discursos dos *posts* da

13. A categoria mulher tem sido foco da crítica feminista desconstrucionista e anti-essencialista. Desde Beauvoir em “o que é ser mulher?”, a categoria haveria perdido e recuperado sucessivamente seu sentido político, na medida em que representa aquilo contra o qual se luta: o pensamento binário, iluminista, racionalista, essencialista. E nesse marco, os binarismos mulher-homem se emaranham com outros criticados pelo feminismo: objetividade-subjetividade; público-privado; natureza-cultura. A questão do sujeito é central na teoria feminista, seja pela procura de um sujeito feminista, seja para acabar com qualquer ideia de sujeito transcendental e universal que foi o homem do iluminismo (branco, europeu, dono de si).

14. Tradução de Disney Princess

15. Dispositivo é um conjunto heterogêneo de elementos visíveis e invisíveis presentes nos discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (FOUCAUT, 2006, p.244)

Disney são analisados, intercategorialmente, a partir dos marcadores de diferenças sociais, com o objetivo de deflagrar reflexões sobre como a Disney vem construindo as visualidades e subjetividades através das plataformas digitais.

### 3 | EM ANÁLISE: DISNEY PRINCESAS BRASIL<sup>16</sup>– FACEBOOK

Lançada no Facebook em 2011, a página social da versão brasileira da franquia mundial Princesas Disney<sup>17</sup> possui<sup>18</sup> 349.247 seguidores. Um público formado, essencialmente, por pessoas do gênero feminino: adolescentes, jovens solteiras e adultas – mães, heterossexuais, espectadoras dos filmes e consumidoras vorazes das alimentadas pela cultura visual visualidades fãs das princesas da Disney – da forma como ocorrem as interações, marcações de pessoas nas postagens, além do uso excessivo de emoji nos comentários destinados, às pessoas de suas relações: filhas, amigas e filhas das amigas. Percebe-se um comportamento social infantilizado e, psicologicamente, de projeção relacionada à ideia de patriarcalismo, amor romântico, fé, perseverança, resiliência, contrapondo a leves traços de contestações impulsividade e personalidade forte – manifestações típicas da juventude na contemporaneidade.

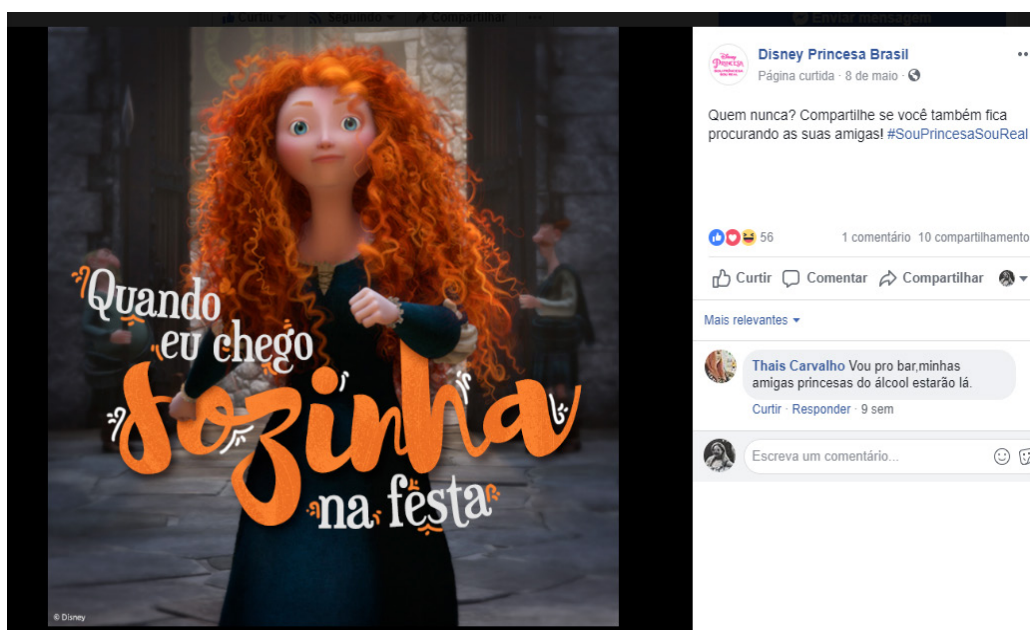


Figura 1: Postagem realizada pela Página Disney Princesas Brasil no Facebook – 08/ maio/201819.

#### 3.1 Contexto original da 1ª imagem

A visualidade a seguir compõe cena inicial do filme Valente (2012). A Princesa

16. <https://www.facebook.com/DisneyPrincesaBrasil/>

17. Tradução de Princess Disney

18. Numero de seguidores da página Disney Princesas Brasil no Facebook, em 12/07/2018.

19. Fonte:<<https://www.facebook.com/DisneyPrincesaBrasil/rphotos/a.226471560743779.57309.152501234807479/1802863266437926/?type=3&theater>> acesso em 12/07/2018



Mérida, protagonista das cenas e narradora da história, relata sobre como é sua vida. Como seu pai perdeu a perna para Mordor – o Urso, a sua relação com seus três irmãos mais novos, como eles se portam e, principalmente, reclama de suas obrigações como princesa. Neste trecho do filme, Mérida diz: “– *Eu me tornei irmã de três novos irmãos, os príncipes Hamish, Hubert e Harris, que mais parecem diabinhos. Eles podem fazer qualquer coisa, EU NÃO POSSO FAZER NADA, eu sou a princesa, tenho que dar o exemplo. Tenho deveres, responsabilidades e expectativas*”. Ela está na porta de entrada do salão do castelo, e então morde uma maçã. A sua mãe, a Rainha Elinor olha com uma cara incrédula e descrença para Mérida e gesticula para que a filha sorrisse. Mérida, então, morde a maçã, limpa a boca, sorri forçadamente e segue andando à sua maneira, em compasso de contestação, demonstrando personalidade e atitude, longe da feminilidade e complacência esperada de uma princesa.

### 3.2 Contexto da mensagem transmídia

A ideia de aproximar a visualidade do frame imagético para o contexto da adolescente/jovem contemporânea demonstra, claramente a proposta comunicacional da tag #SouPrincesaSouReal, pela inclusão do texto “Quando chego ‘sozinha’ na festa”. Trazendo para a realidade do século XIX, a partir da análise dos marcadores sociais que posicionam os sujeitos nos grupos sociais, percebe-se que a atitude impressa no olhar ativo de Mérida demonstra a força de uma princesa que sabe o que quer. Mérida demonstra ser um belo exemplar de uma geração de mulheres que expressam, de forma impulsiva, porém com propriedade, todos os seus desejos. Seus longos cabelos ruivos e cacheados, rebeldes e soltos ao vento, o vestido verde justo e acinturado e o olhar incisivo e penetrante demonstram a autenticidade da princesa e o desejo juvenil de demonstrar a todos o seu estilo e a sua personalidade.

Na frase que acompanha o post: “*Quem nunca? Compartilhe se você também fica procurando suas amigas!*” Inicia com uma expressão coloquial interrogativa, muito conhecida e utilizada entre as jovens brasileiras. E, na busca de uma aproximação identitária, segue solicitando compartilhamentos das “princesas adolescentes da vida real”. Como se trata de uma princesa, alguns marcadores que se destacam nesta publicação são: classe social, geracional, sexual e étnico-racial. O público da página apesar de ser bem heterogêneo ainda sim, não representa a maioria da sua audiência, pois muitas internautas que interagem, não são brancas, ou mesmo jovens. Esse post obteve até a data desta análise 56 *likes*, 10 compartilhamentos e apenas 01 comentário – “*Vou pro bar. Minhas amigas, princesas do álcool estarão lá*” (Thais). O comentário enfoca o marcador interseccional geracional. Analisando o discurso, percebe-se uma aproximação identitária de sua personalidade ao contexto imagético e discursivo presente na postagem, relacionando, a representação da princesa às questões comportamentais do século atual, como emancipação, autonomia feminina.



Figura 2: Postagem realizada pela Página Disney Princesas Brasil no Facebook – 14/ junho/2018<sup>20</sup>.

### 3.3 Contexto original da 2ª imagem

A visualidade acima compõe a cena final do filme *Mulan* (1998), quando a personagem Mulan é condecorada pelas mãos do Imperador de um país completamente patriarcal, como a China. Trata-se de uma cena forte e representativa, visto que o Imperador, se curva uma mulher, fazendo com que todos os soldados e a população também se curvem a ela, Mulan, uma mulher, em reconhecimento pela sua bravura, por ter salvado o Império da China do ataque dos Hunos.

### 3.4 Contexto da mensagem transmídia

Percebe-se, também aqui uma aproximação da visualidade da cena fílmica, ao contexto da adolescente/jovem contemporânea aliando-a a proposta comunicacional da tag #SouPrincesaSouReal. O texto da imagem traz a frase “Na alma há sempre uma ‘chama acesa’”, um fragmento de uma das músicas da trilha sonora do filme. A frase expressa a ideia de que todos devem acreditar na fé transformadora. Analisando a frase do post: “*Que a luz do luar nos traga inspiração. (emoji microfone). Você também ama esse hino de Mulan?*” (emoji o/) percebe-se, igualmente, a ânsia de uma aproximação identitária e de interatividade. O marcador social da religiosidade está muito presente nas sociedades orientais. Esse desejo romântico de paz envolve, implicitamente, questões de gênero relacionadas à submissão da categoria mulher, diretamente ligadas às questões como conformismo, mansidão, fidelidade, corpos dóceis, identidades submissas e o temor um Deus, onipotente e imagem e semelhança do Homem, além do pecado carnal. Esse *post* obteve até a data desta análise 322 likes, 71 compartilhamentos e 05 comentários. A maioria dos comentários marca 20. Fonte: <<https://www.facebook.com/DisneyPrincesaBrasil/photos/a.226471560743779.57309.152501234807479/1836202939770625/?type=3&theater>> acesso em 12/07/2018

pessoas, todas do gênero feminino que, provavelmente, gostam e se identificam com a música do filme Mulan. Um comentário – “*Eu tenho até com Jack Chain cantando*”, demonstra o quanto este “hino” de Mulan fala interseccionalmente sobre a personalidade da princesa, já exposta acima, às internautas. Analisando o discurso, percebe-se que a internauta tem a versão musical na voz do ator hollywoodiano, *Jack Chain*.

### 3.5 Contexto original da 3ª imagem

A última imagem a ser analisada é uma cena do filme Enrolados (2011), quando Rapunzel está na janela da torre acenando para a sua mãe. A cena da imagem ocorre após Rapunzel mentir para sua mãe que está conformada com o fato de viver presa no alto da torre pede a ela de presente uma tinta branca de uma concha que só pode ser encontrada após três dias de viagem, afastando a mãe da torre por este período. Esse pedido surge após os aposentos que Rapunzel vivia ser invadido por um jovem rapaz (ladrão), que ela inicialmente o nocauteia e o coloca em seu armário para que sua mãe não o descubra. Com a ajuda de seu amigo camaleão, ela bota um plano para persuadir o jovem intruso a levá-la para conhecer o mundo a fora, coisa que sua mãe a proibia.



Figura 3: Postagem realizada pela Página Disney Princesas Brasil no Facebook – 17/ junho/2018<sup>21</sup>.

### 3.6 Contexto da mensagem transmídia

De todas analisadas, a visualidade que mais se aproxima do marcador social da diferença de classes. Na frase “*Vendo o ônibus indo embora*”, percebe-se a intencionalidade da Disney em demonstrar que toda e qualquer adolescente é uma

21. Fonte: <<https://www.facebook.com/Disney-Princesa-Brasil/photos/a.226471560743779.57309.152501234807479/1836205583103694/?type=3&theater>> acesso em 12/07/2018

princesa real, independentemente de sua condição social. Analisando a frase do post: *“Aquele sensação de ser deixada pra traz em pleno ponto de ônibus. Quem nunca?”* percebe-se uma intenção, de identificação/aproximação à realidade cotidiana das adolescentes brasileiras usuárias de transporte público, apesar de nos apresentar uma princesa branca, loira, jovem. Esse post obteve até a data desta análise 136 *likes*, 32 compartilhamentos e 06 comentários. A maioria dos comentários marca pessoas, todas do gênero feminino que, provavelmente, se identificam com a situação apresentada. O comentário *“Hj” (Hoje)* demonstra a identificação do fato ocorrido ao seu cotidiano. Analisando o discurso, percebe-se que a internauta se identifica com a princesa, dizendo nas entrelinhas: *“Isso aconteceu comigo, conseqüentemente, sou uma princesa da vida real”* demonstrando, claramente, o poder aproximativo da visualidade relacionada à representação proposta pela comunicação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio das práticas de significação formatam-se os indicadores de classe, gênero e raça, categorias essas associadas às relações de poder que, segundo Louro (2003), posicionam e reposicionam mulheres e homens na sociedade, por meio da reprodução de modelos de comportamentos e aprendizagens sociais adquiridas ao longo do tempo. Assim, entendendo que a performatividade de gênero é algo culturalmente construído e corresponde as formas que os dispositivos sociais intervêm na sustentação de um status quo patriarcal, as narrativas fílmicas, neste caso, os filmes de princesas da Disney, colaboram para construção de visualidades que influenciam as subjetividades do sujeito contemporâneo e se faz importante em um mundo constituído por identidades cada dia mais fragilizadas pela efemeridade do cotidiano. E principalmente, essas visualidades ensinam às meninas a uma performatividade do gênero feminino, robotizada, cujas regras impõem um sistema rígido de repetição de valores e comportamentos, e que outras formas de feminilidades são excluídas de seus repertórios. O resultado desse processo são subjetividades desalojadas de seus desejos, em que as mulheres se tornam marionetes do sistema patriarcal e, também, a conformação de identidades marcadas por suas experiências com o hegemônico e a padronização.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Carla Luzia de. **Hipervisibilidade e self-disclosure: novas texturas da experiência social nas redes digitais**. In: Visualidades, vl. 13, n 2. Goiânia: Núcleo Editorial da Faculdade de Artes Visuais – UFG, 2015; p. 194-219. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/VISUAL/article/view/34196/20846>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

BETTELHEIM, B. **A psicanálise dos contos de fadas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BRAH, Avtar. **Diferença, diversidade, diferenciação**. Cadernos Pagu, Campinas, n. 26, 2006, p. 239-76.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

DAVIS, Kathy. **Intersectionality as buzzword, a sociology of science perspective on what makes a feminist theory successful**. In Feminist Theory, vol.9(1), 2008, p. 67-85.

ESCOURA, M. **Como em um passe de mágica: princesas, consumo e performances na construção do gênero na infância**. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 9, 2010, Florianópolis. Anais eletrônicos. Acesso em: 01 de jun. 2018.

FOUCAULT, M. Sobre a história da sexualidade. In: Microfísica do poder. 4. ed. Rio de Janeiro, Graal, 1984; 16: 243-76.

GIROUX, Henry. **A Disneyzação da Cultura Infantil**. In: SILVA, Tomas Tadeu; MOREIRA, Antônio Flávio (Orgs) Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. p. 49-81.

HALL, Stuart. **Quem precisa da identidade**. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 4ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

HENNING, Carlos Eduardo. **Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença**. In: Mediações, V. 20 N. 2. Londrina: UEL, 2015, p. 97-128.

KEEN, Andrew. **Vertigem digital: por que as redes sociais estão nos dividindo, diminuindo e desorientando**. Rio de Janeiro: Zahar; 2012.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

PISCITELLI, Adriana. **Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras**. In: Sociedade e Cultura, v.11, n.2, jul./dez. 2008. p. 263-74.

\_\_\_\_\_. **Re-criando a (categoria) mulher?** Disponível em <http://www.pagu.unicamp.br/sites/www.pagu.unicamp.br/files/Adriana01.pdf>. Acesso em 1 de mar. 2018.

SABAT, Ruth. **Filmes infantis e a produção performativa da heterossexualidade**. Tese (doutorado em Educação) Porto Alegre (RS): PPGEDU/UFRGS, 2003.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade - V.16. 1995.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e Diferença: uma introdução conceitual**. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. 4ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

ZIPES, J. **Breaking the Disney spell**. In: From Mouse to Mermaid: the politics of film, gender and culture. 1 ed. Bloomington. Indiana University Press, 1995.

## DIÁLOGOS CONJUGAIS DESENCONTRADOS EM O *SILÊNCIO* (1981), DA PORTUGUESA TEOLINDA GERSÃO (1940)

**Denise Rocha**

Universidade Federal do Ceará, Fortaleza  
Centro de Humanidades

limitações dos papéis femininos e masculinos na tradicional sociedade portuguesa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Literatura Portuguesa Contemporânea; tradição; voltilidade; solidão.

**RESUMO:** A incomunicabilidade entre Lavínia e Lídia, mãe e filha, personagens da novela *O silêncio* (1981), de autoria de Teolinda Gersão, refletia-se nas relações conjugais delas. As duas mulheres rejeitavam o papel tradicional de esposas e mães, cuidadoras do marido e filhos, zeladoras do lar e administradoras da casa e, por isso, ficavam submersas na solidão e na infelicidade. Egocêntricas e devotadas aos interesses pessoais não conseguiam estabelecer profundas e duradouras relações afetivas familiares e com pessoas de sua convivência. Para compreensão da volatilidade dos contatos humanos, tema presente nessa novela, publicada em 1981, pela qual a autora foi agraciada com o prêmio do Pen Clube de Português, no gênero ficção, será utilizada a terminologia de Zygmunt Bauman: o “mal-estar contemporâneo”. Ele permeia as relações de afeto flutuantes, denominadas de “amor líquido”, como no caso da jovem e contestadora Lídia em relação ao companheiro Afonso, um médico, em crise de meia-idade, recém separado, depois de 20 anos de matrimônio. O novo e desigual casal encontrava-se imerso em um conflito permanente sobre os poderes e

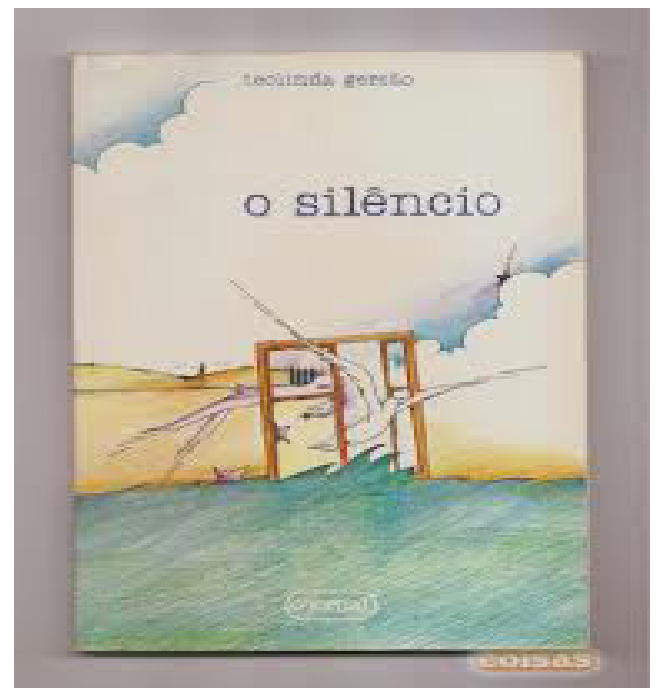


Fig. 1- O silêncio (1981)

Disponível em: <<https://nuhtaradahab.files.wordpress.com/2013/03/bac4d-silencio.jpg>>. Acesso em: 3 mai. 2019.

O tema da conturbada comunicação conjugal entre duas pessoas com grande diferença de idade e de experiência de vida - Afonso, médico atuante e escritor de textos na área da saúde, e Lídia, entediada e sem profissão -, é apresentado na novela *O silêncio*

(1981). A escritora portuguesa Teolinda Gersão cristaliza nessa narrativa (1981), pela qual foi agraciada com o Prémio do Pen Clube de Português, o comportamento rebelde da protagonista Lídia e a desordem de seus sentimentos, que repetia a vida inquieta e angustiada de sua mãe, a russa Lavínia, que não quis aprender a língua portuguesa, tampouco assumir as responsabilidades conjugais, maternais e domésticas.

A representação do universo das mulheres destacam António J. Saraiva e Oscar Lopes na *História da Literatura Portuguesa*, como uma das novas facetas nas obras literárias lusas: “[...] um dos aspectos do alargamento temático ligado a uma nova representação da vida portuguesa, é constituído pelo desenvolvimento da literatura de autoria feminina e sobre questões que se prendem com a posição social e política da mulher”. (SARAIVA; LOPES, 2000, p. 1029).

Trata-se de uma nova geração de escritoras, como Maria Isabel Barreno. Maria Velho da Costa e Maria Tereza Horta, que escreveram *Novas cartas portuguesas* (1972) contra os valores patriarcais: a obra provocou uma punição pela ditadura de Marcelo Caetano, que considerou o livro imoral e pornográfico.

Representantes da nova geração pós-ditadura salazarista/caetanista (1974), continuaram as diretrizes do “novo romance esteticista e desconstrucionista”, iniciado nos anos 1960, segundo Miguel Real na obra *O romance português contemporâneo*. Esse grupo de escritores/as consolidaram:

[...] uma autêntica revolução formal e ideológica, contestando, igualmente, as categorias tradicionais da composição clássica do romance, subvertendo as unidades de tempo e de espaço, autonomizando a categoria de tempo da de espaço e revolucionando a sinalética morfológica habitual, substituindo, não raro, a ação e a intriga pela reflexão subjetiva e ensaística do narrador ou das personagens. (REAL, 2012, p. 95)

Teolinda Gersão, como uma das escritoras mais talentosas e premiadas da nova geração, escreveu *O silêncio*, publicado em 1981, que apresenta a vida de Lídia e de sua mãe Lavínia que se rebelam contras as regras da sociedade patriarcal. O romance aborda a angústia destas mulheres, que levam uma vida ociosa, preocupando-se somente com seus interesses pessoais. Elas acreditam na incomunicabilidade com os cônjuges, apesar de suas falas ou mutismo, revelando no âmbito familiar ou coletivo, a concretização de uma expressão de foro íntimo com nuances de resignação ou de protesto.

O objetivo do presente estudo sobre a narrativa a respeito do cotidiano da jovem e contestadora Lídia em relação ao companheiro Afonso, um médico, em crise de meia-idade, é revelar as etapas das crises do novo e desigual casal, imerso em um conflito permanente sobre os poderes e limitações dos papéis femininos e masculinos na tradicional sociedade portuguesa. Os desencontros dialogais entre eles serão interpretados segundo a terminologia de Zygmunt Bauman: o “mal-estar contemporâneo”, que permeia as relações de afeto flutuantes, denominadas de “amor líquido” e a volatilidade dos contatos humanos.

## 1 | O “AMOR LÍQUIDO” (ZYGMENT BAUMAN)

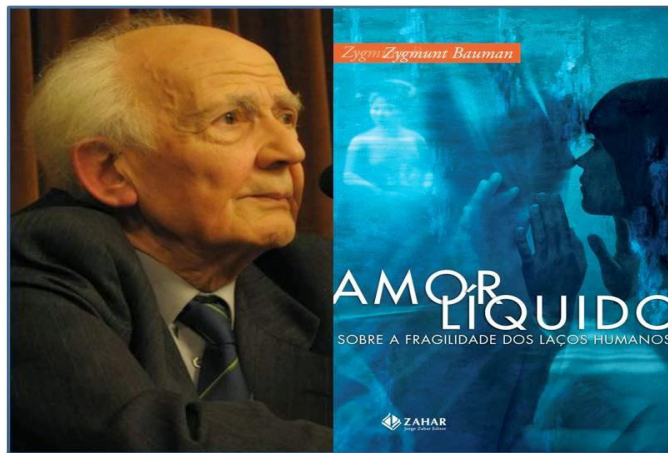


Fig. 2- Zygmunt Bauman e a obra *Amor Líquido*.

Editora Zahar . Disponível em: <<https://flaviochaves.com.br/2019/01/08/zygmunt-bauman-o-sociologo-da-modernidade-liquida/>>. Acesso em: 3 mai. 2019.

O sociólogo polonês Zygmunt Bauman (1925-2017), na obra *O mal-estar da pós-modernidade*, publicada em 1997, reflete sobre a situação do ser humano na contemporaneidade: ele vive em mundo repleto de incertezas, e troca sua segurança, antes desejada, pela liberdade individual. Isso ocorre devido às variadas mudanças políticas, econômicas e culturais, que afetam o cotidiano das pessoas, causando problema de identidade, gerado pelo sentimento de “incompletude”, e de vazio. Para Bauman, as inconstâncias da sociedade contemporânea causam, ainda, o sentimento de aprisionamento, oriundos das angústias resultantes dos conflitos em torno das normas e regras sociais vigentes.

O autor constata, de um lado, que o mal-estar da sociedade industrializada e consumista atual, causa perigo e vazio existencial, e de outro, que a consequente busca de liberdade individual provoca mais conflitos, que resultam no despertar dos próprios medos e inseguranças: os “demônios interiores”. Eles são: “[...] os medos reprimidos e circundantes que lhe permeiam a vida diária e a normalidade”. (BAUMAN, 1998, p. 52).

Em *Amor líquido* (2003), que tem como subtítulo *Sobre a fragilidade dos laços humanos*, Zygmunt Bauman tenta compreender e explicar os relacionamentos estabelecidos entre mulheres e homens na contemporaneidade (teoria da modernidade líquida). Segundo o autor: “[...] a misteriosa fragilidade dos vínculos humanos, o sentimento de insegurança que ela inspira e os desejos conflitantes (estimulados por tal sentimento) de apertar os laços e ao mesmo tempo mantê-los frouxos, é o que este livro busca esclarecer, registrar e apreender”. (BAUMAN, 2004, p. 8).

Na era do “amor líquido”, na qual preponderam a fugacidade e a volatilidade,



bem como a insegurança, por causa da ruptura dos modelos tradicionais de relacionamentos entre homens e mulheres, que visavam o matrimônio e sua preservação, é possível romper os elos das cadenas sufocantes, mas é preciso assumir os riscos: “A sobrevivência e o bem-estar [...] dependem da imaginação, inventividade e coragem humana de quebrar a rotina e tenta caminhos não-experimentados. Dependem, em outras palavras, da capacidade humana de viver com riscos e de aceitar a responsabilidade pelas consequências [...]”. (BAUMAN, 2004, p. 94).

A questão da comunicabilidade/ incomunicabilidade na sociedade contemporânea, bem como a mudança dos estados nas relações afetivas interpessoais masculinas e femininas - de sólido pré-moderno para fluído pós-moderno- são um dos principais temas dos textos de Teolinda Gersão.

## 2 | TEOLINDA GERSÃO E AS MULHERES TRANSGRESSORAS.



Fig. 3- Teolinda Gersão

<<https://nit.pt/coolt/livros/teolinda-gersao-vence-premio-literario-vergilio-ferreira>>. Acesso em: 3 mai. 2019.

Teolinda Gersão (1940) começou a publicar aos 41 anos de idade. Depois da impressão de seu primeiro romance, *O silêncio* (1981), continua a escrever várias obras, que apresentam mulheres movidas por uma força transgressora e que enfrentam as imposições da sociedade patriarcal: *Os guarda-chuvas cintilantes* (1984); *O Cavalo de Sol* (1989); *A Casa da Cabeça do Cavalo* (1995); *A Árvore das Palavras* (1997); *Os teclados* (1999); *Os Anjos* (2003); *Histórias de ver e contar* (2002); *O Mensageiro e outras histórias com Anjos* (2003); *A mulher que prendeu a chuva* (2007); *A cidade de Ulisses* (2011); *As Águas Livres* (2013); *Passagens* (2014); *Prantos, Amores e Outros Desvarios* (2016) e *Atrás da Porta e outras Histórias* (2019).

A professora Teolinda estudou Romanística, Germanística e Anglística na

Universidade de Coimbra, na Universidade de Tübingen e na Universidade de Berlim, na qual atuou como Leitora de Português, por três anos. Começou a lecionar na área de Literatura Alemã e Literatura Comparada na Faculdade de Letras de Lisboa (1965), onde se aposentou em 1995. Desde então, ela se dedica totalmente à literatura. Nos meses de fevereiro e março de 2004, Teolinda foi escritora residente na Universidade da Califórnia, em Berkeley.

A escritora permaneceu por dois anos em São Paulo; esta estadia refletiu em alguns textos de *Os guarda-chuvas cintilantes* (1984). Esteve em Moçambique, na capital Lourenço Marques (hoje Maputo), local do romance *A Árvore das Palavras* (1997). Participou da Feira do Livro de Frankfurt em 1997 e 1999. Pela sua obra, Teolinda foi agraciada com vários prêmios literários: Grande Prémio de Romances e Novela da Associação Portuguesa de Escritores pelo romance *A Casa da Cabeça do Cavalo* (1995); Prémio de Ficção do Pen Club por *O Silêncio* (1981) e *O Cavalo de Sol* (1989); Prémio da Crítica do Centro Português da Association Internationale des Critiques Littéraires por *Os Teclados* (1999); Grande Prémio de Conto Camilo Castelo Branco por *Histórias de Ver e Andar* (2002); Prémio Máximo de Literatura e Prémio de Literatura da Fundação Inês de Castro (2008) por *A mulher que prendeu a chuva* (2007); Prémio Ciranda (2012) e Prémio da Fundação António Quadros (2013) por *A cidade de Ulisses* (2011); Prémio Fernando Namora (2015) por *Passagens* (2014) e Prémio Vergílio Ferreira (2017), atribuído pela Universidade de Évora, pelo conjunto de sua obra.

Distintos momentos históricos de Portugal e suas colônias são apresentados por Teolinda Gersão, em aspectos concretos ou alegorizados, nos seguintes romances: o século XIX em *A Casa da Cabeça do Cavalo*; os anos 1920 em *O Cavalo de Sol*; os anos 1950 e 1960, em Lourenço Marques (Moçambique) em *A árvore das palavras*; e os anos 1930 a 1960 em *Paisagem com mulher e mar ao fundo*.

A narrativa da escritora portuguesa reflete, de um lado, temas da sociedade portuguesa contemporânea, como a mordação intelectual na metrópole e no Ultramar português, e as diversas formas de cerceamento e violação dos direitos humanos; e de outro, assuntos de abrangência universal, como a família, o amor e a morte, a incomunicabilidade, entre outros, imersos no universo de mulheres de conduta violadora dos códigos patriarcais.

Na entrevista *Teolinda Gersão: a voz do silêncio*, concedida a Joaquim Cardoso Dias, em abril de 1999, sobre o romance *A árvore das palavras*, a escritora declara que:

Em relação ao feminino, eu creio que há um grande número de personagens femininas nos meus livros, e que são bastante fortes – mas não quer dizer que as personagens masculinas também não o sejam [...] *A árvore das palavras* e é justamente neste livro que uma das personagens centrais – e a meu ver das mais fascinantes – é um homem... o Laureano [...] mas acredito que as personagens femininas até agora tenham uma força muito grande nos meus livros. Eu pertenço a uma geração em que as grandes mudanças sociais foram feitas pelas

mulheres. De facto, o mundo mudou imenso entre a geração da minha mãe e a minha geração. E os homens mudaram porque as mulheres mudaram. O grande interesse em fazer uma mudança social foi interesse das mulheres, que quiseram sair da situação de limitação e de sujeição em que sempre tinham vivido até aí, e foram procurar o mundo do trabalho e outro tipo de realizações [...] E tudo isto trouxe mudanças muito profundas na sociedade. (GERSÃO *apud* DIAS, 1999, p. 14 e 15).

Uma grande mudança no papel das mulheres na sociedade contemporânea portuguesa, conforme enfatizou Teolinda Gersão, nascida no ano de 1940, ocorreu na sua geração, a qual vivenciou, também, transformações masculinas, em consequência às novas atitudes femininas: de pessoas, imersas em ambientes de “limitação e sujeição”, impostos pela tradição patriarcal, a seres à procura de realizações pessoais no campo profissional e em outras esferas.

Teolinda Gersão é casada e tem duas filhas.

## 2.1 O silêncio nas relações conjugais

A literatura portuguesa contemporânea (geração dos anos 1960 e 1970), segundo Miguel Real, provocou uma ruptura da trama narrativa que tem as seguintes características:

1. autonomia semântica e sintática do texto face à realidade exterior; 2. Incorporação da realidade exterior na lógica do sujeito – memória, imaginação, pulsões plurais do sujeito prevalecem sobre a lógica da realidade exterior, forçando esta a adaptar-se ao texto; 3. O texto é dominado por um tempo interior – cruzamento de três dimensões e/ ou fragmentações do tempo em instantes eternos; 4. A realidade torna-se inspiradora do texto, mas não domina este; 5. A estrutura sintática do texto reflete um pensamento anti-categorial, segundo uma nova lógica de modalidade e perspectivas ou hipóteses; 6. Não existe um eu fixo (sujeito) e não existe um objeto fixo e permanente senão ilusoriamente. (REAL, 2012, p. 109)

As subversões estilísticas, acima mencionadas, refletem-se em *O silêncio*, cuja ação novelística assume um aspecto vertiginoso, ao romper a linearidade e a estabelecer a concretude dos fatos imersos em fluídas delimitações temporais, por meio da multiplicidade de vozes narrativas em fluxos memorialísticos (as óticas de Lídia, Afonso e Lavínia).

A novela, estruturada em três capítulos, foi escrita em primeira e em terceira pessoa por uma narradora, que às vezes, parece ser a própria Lídia, que é também protagonista. Esta imagina diálogos com outras pessoas: com sua falecida mãe Lavínia; com seu padrasto Alfredo, com seu companheiro Afonso e com sua rival Alcina, esposa legítima dele. O talento de Lídia em criar estórias, metáforas e metonímias a respeito de relacionamentos afetivos e momentos de incomunicabilidade na sociedade pós-moderna, na época do “mal-estar contemporâneo” (Zygmunt Bauman), é reconhecido por Afonso que a aconselha a escrever romances.

A polarização entre homem e mulher, leitmotiv da narrativa, é acentuada por Olga Maria Carvalho Duarte, na dissertação *Teolinda Gersão: A escrita do silêncio*:

No romance *O Silêncio*, Lídia questiona viver segundo as normas impostas pela sociedade, que criam a dualidade masculino/feminino, concedendo ao homem um espaço central e, por sua vez, anulando o espaço feminino. O Silêncio representa uma resistência ao poder masculino. Há como que uma sensação de movimento interior da escrita, que leva a que a escritora e a personagem principal do seu romance partilhem os mesmos valores. O próprio leitor vê-se na necessidade de se movimentar, de se deslocar de um ponto para o outro, porque as várias vozes do romance se sobrepõem umas às outras, quer a do narrador, quer a das personagens do romance. (DUARTE, 2005, p. 43)

No primeiro capítulo de *O Silêncio* é apresentado o início da agitada ligação entre a jovem Lídia e Afonso, médico mais velho, que se encontrava em crise de meia-idade, depois de 20 anos de matrimônio. Disposta a provocar a separação do amante, a afoita moça foi até a casa dele para comunicar à esposa, Alcina, sobre o relacionamento adúltero, mas antes de ser recebida pela cónjuge, abandonou a residência. Afonso decidiu viver sozinho em um apartamento e esclareceu para Lídia que o relacionamento entre eles seria de nível sexual. Disposta a conquistá-lo, a moça começou a levar seus pertences até se instalar definitivamente junto ao dedicado médico de quem esperava receber carinho e compreensão pelo seu interesse em artes plásticas e literatura.

Em uma estadia de verão, à beira-mar, o paternal e apaixonado Afonso começou a fazer um tipo de terapia com a insegura e angustiada Lídia, que nada sabia de seu pai biológico e da vida de sua mãe, a russa Lavínia, que fora encontrada pelo português Alfredo, em Paris, o qual a levava, juntamente com a filha, para Portugal, e as cobrira de afeto profundo e de bens materiais. Lavínia não quis aprender português e passava seu tempo, fumando, tricotando, tomando banho de sol e rejeitando o marido e Lídia. Ela narrou sobre o envolvimento e fuga de sua mãe com um amigo da casa, Herberto, do qual tinha medo. Lavínia, que regressou ao lar, amargurada e sem vontade de viver, foi acolhida pelo marido e a filha com todo o amor, mas cometeu suicídio.

Durante os agradáveis dias passados com atividades marítimas, resolução de palavras cruzadas, leitura e música, Lídia surpreendeu Afonso pelo seu talento literário e sua visão ácida sobre o silêncio existente entre as pessoas, que viveriam em “caixas-de-vidro” na sociedade automatizada contemporânea.

No segundo capítulo da novela são narrados os episódios tensos do cotidiano da vida a dois: Lídia não colaborava com a organização da lide doméstica e profissional do médico - horários, tarefas, lugares certos para cada coisa, responsabilidades etc.-, pois se colocava radicalmente contra todo tipo de ordem e disciplina. Dedicava-se à pintura como passatempo, rejeitando as responsabilidades do lar e conjugais, pois não queria deixar-se “domesticar”.

Tal qual sua mãe, Lavínia, a jovem atuava como gata, esperando a vez de se tornar lince e saltar fora da redoma familiar, abandonando as obrigações e correndo atrás de aventuras. Crítica implacável do estilo de vida organizado de Afonso e da sua aceitação das regras sociais e profissionais, Lídia o confrontava em uma

desgastante batalha verbal da qual acreditava sair sempre como vencedora, ao afirmar que ele não tinha sonhos. Além disso, a jovem o acusava de não conversar nem ouvir, sendo culpado do silêncio entre ambos.

Terno, paciente e paternal Afonso, que se desgastava no trabalho intenso no hospital, chegava em casa e tentava se dedicar ao estudo e à escrita de temas do universo da medicina. Aos poucos, ele foi se irritando, com a desorganizada e irritadiça companheira. Apesar de tais embates, o médico a incentivava a reviver e a refletir sobre o seu passado, para se curar das angústias causadas pela rejeição maternal.

O último capítulo aborda as tentativas de Lídia e Afonso em consolidar o relacionamento. Para se envolver com a rotina do marido médico, ela começou a ir ao seu encontro no hospital para almoçarem juntos. Em uma dessas visitas, vivenciou o luto de uma mãe pobre, que perdeu um dos seus dez filhos.

Lídia começou a narrar sobre momentos trágicos da vida materna: o zelo metódico no cuidado das plantas; os preparativos para deixar a família e ir viver com Herberto; seu retorno e suicídio; e o luto eterno de Alfredo.

Na tentativa de constituir uma família, Lidia engravidou, mas teve uma forte hemorragia. Apesar da indiferença da jovem esposa, Afonso se envolveu na adoção de um menino com o qual desenvolveu uma relação de extrema ternura e tomou medidas de segurança para protegê-lo: adquiriu um cercadinho infantil e instalou uma mola especial na porta da cozinha, uma grade no fogão e redes de proteção nas varandas do apartamento. Lídia não suportou este estilo de vida e resolveu abandonar o marido, a criança e a moradia, que considerava opressiva, tal como o relacionamento conjugal. Para marcar de forma violenta sua recusa à rotina doméstica, conjugal e maternal, ela tirou a mola e a grade, instaladas pelo companheiro, para proteção do menino, bem como fez uma bagunça na residência, para aguardar o retorno do marido e comunicar sua decisão. Ele desesperou-se e esbofeteou Lídia, que estava somente preocupada em saber, se ele iria voltar para viver com sua legítima esposa. Afonso a chamou de louca, pois acreditava que ela estava em busca de algo que não existia.

### *2.1.1 Incomunicabilidade na contemporaneidade: o silêncio entre Lídia e Afonso.*

A russa Lavínia, mãe de Lídia, se ocultava em uma espécie de mutismo, com a utilização de palavras imprecisas do pouco conhecido idioma português, entretanto, Lídia falava incessantemente com o seu companheiro Afonso, ao defender, de forma apaixonada, sua postura radical de rejeição ao papel exigido da mulher na sociedade tradicional: a de ser eficiente dona de casa, esposa devotada e mãe abnegada. Suas falas impetuosas atingiam as raias da paciência dele, abalando sua personalidade

paciente e compreensiva, na tentativa de compreender a fúria da jovem em aceitar certas responsabilidades, mas que vivia na ociosidade total, desfrutando de seu dinheiro recebido pelas estafantes jornadas no hospital.

A crônica angústia existencial de Lídia é comunicada a ele, em formas de reflexões ácidas verbais que têm a dimensão de narrativas orais e episódicas, nas quais ela elabora um quadro da sociedade pós-moderna, imersa em silêncio. No mutismo, aos sussurros e aos gritos, a desesperada moça leva Afonso à reflexão sobre a importância dos sonhos e sobre as exigências e cerceamentos das normas e papéis sociais.

A incomunicabilidade social e conjugal de Lídia, apesar de suas falas incessantes, reflete inseguranças e pesadelos de parte do passado traumático: de um lado, o incompreensível comportamento de sua mãe Lavínia, que não falava do pai biológico da filha nem de sua vida na Rússia, tampouco na França, onde conheceu o amável português Alfredo; e de outro, a indiferença de sua genitora com a cultura e idioma de Portugal, seu egocentrismo, seu desprezo pelo marido e pela filha, culminando na fuga com o amante, o abandono da pequenina Lídia e do devotado cônjuge e o retorno fatal que terminou com a opção pessoal em acabar com a própria existência.

Os conflitos de Lídia sobre sua identidade pessoal - pai desconhecido e mãe desnaturada - abalaram o relacionamento com o médico Afonso: “Fora limpo e directo, sem os jogos de palavras inúteis em que todas as coisas se confundem. Amá-la simplesmente, sobre a mesa de metal claro”. Depois de cerca de 20 anos de matrimônio, ele tinha a ilusão de um recomeço, apesar de exprimir para Lídia seu desencanto sobre o sentimento afetivo: “Não há nada no amor, dissera-lhe, mas sentira que essa frase era talvez absurda e corrigira: há pelo menos o amor em si próprio, mas isso era também apenas uma frase e ele odiou-se por ter cedido a tentar transpor sentimentos em palavras, porque tudo era sempre tão errado, uma vez dito”. (GERSÃO, 1984, p. 47).

O início da vida conjugal de Lídia, que não estudava nem trabalhava, com o cotidiano organizado de Afonso, revelava os descompassos no relacionamento afetivo: a recusa dela em assumir o papel social atribuído à mulher, que Afonso esperava dela; e sua recusa em assumir a condição de esposa e administradora do lar, porque parecia esperar alguma mudança significativa em sua vida. A extrema postura dela contra a ordem patriarcal estabelecida reflete na estremecida comunicação estabelecida entre os dois que revelava duas concepções de mundo e dos papéis sociais estabelecidos.

A tensão existente entre Lídia e Afonso manifestava-se em discursos verbais e imagéticos revelados em forma de “combates” com ele, que tentava entendê-la e fazê-la compreender a dor da rejeição maternal, em espécie de terapia sobre o seu passado, como filha de mãe estrangeira alienada de suas funções familiares e domésticas, adúltera e suicida. Durante a feliz estadia no verão à beira-mar, Lídia

concordou em rememorar sua infância para Afonso, que tentava apoiá-la em momentos reveladores de terapia: um tipo de comunicação com suporte médico. Magoada pela ausente mãe, a filha tentava estabelecer uma comunicação transcendental: “Vejo-te daqui, encostada à janela, a cabeça apoiada aos vidros, chamo-te baixo e sei que não irás ouvir, jamais ouvias quando chamavam por ti, caminhavas às vezes assim pela cidade, ao cair da tarde [...]”. (GERSÃO, 1984, p. 62). Da origem russa de Lavínia, a filha conservou o hábito de acender uma vela no jantar.

Para Lídia, as lembranças sobre o amante da mãe, eram negativas, principalmente, pois ele parecia se expressar de maneira calculada e dissimulada: “[...] por vezes era de repente frio, deixava um pequeno espaço em branco entre as palavras, e quando ria apareciam dentes grandes que me faziam medo [...]”. (GERSÃO, 1984, p. 17).

Lídia rememorava como viu, escondida em um canto da sala, o descontrole do padrasto, depois da fuga da esposa. Ele tapava o rosto com as mãos, gritava, batia os punhos na mesa, derrubava livros, cadeiras, batia a porta, como discursos - sonoro e gestual – que refletiam o desespero total pelo abandono. Relembrava, ainda, o retorno dela: destruída, gelada e trêmula; bem como as amargas conseqüências do suicídio materno, quando seu pai adotivo se comunicava com Lavínia no túmulo e com as fotografias dela.

Afonso tentava explicar para Lídia: “mas não vê que a experiência individual e isolada de uma mãe, que por acaso foi a sua não tem qualquer significado exemplar, moral ou social, mas não vê que você não aceita o suicídio porque persiste em afirmar que nenhum gesto de revolta se admite. (GERSÃO, 1984, p. 107). Ele constatou a inquietude de Lídia, e relatava sobre o comportamento ansioso dela que recusava a assumir: “[...] a vida possível, na pressa de procurar outra, mais alta mas inexistente [...]”.

O casal resolveu adotar um menino. A respeito da concepção, gestação e nascimento humano, Lídia tentava ensinar Afonso que: “[...] as crianças nascem de duas vozes que se encontram, e não só de dois corpos”. No entanto, não se percebia sua empatia com o filhinho, o qual desenvolveu um terno relacionamento com o pai. Em um dia rotineiro, Afonso: “Segura a criança nos ombros, deixa-a deslizar ao longo dos braços, senta-a na carpete e dá-lhe um comboio de corda”. Por ter recebido um chamado de urgência do hospital, ele se despediu, mas o menino gritava: “[...] o rosto vermelho, as lágrimas, vou voltar já, brinque só um pouco, meu filho”. (GERSÃO, 1983, p. 109 e 121). Ao retornar, encontrou o caos instalado na sala, na casa, na sua vida e na de seu filhinho:

Sai do elevador, empurra a porta e deixa cair as chaves para o chão, porque é que você fez isso, ainda não despiu a bata e grita de repente no meio de coisas espalhadas, o que é que você procura, afinal, louca [...] e também agora tentarás calar-me, mas não poderás nunca mais, você não podia, dizes, não podia, mas todas as palavras são minhas, de repente, e há um mundo que se quebra quando eu falo, então ele esbofeteou-a porque não podia suportar que ela falasse [...]

e ela falando, e então ele esbofeteou-a porque não encontrava nenhum modo de parar de ouvi-la, porque era de repente o fim daquela casa breve [...] louca gritou, da janela, porque ela ia em busca do que não existia, não existiria nunca, enquanto todas as casas que ela habitara se desmoronavam para trás, volte, gritou-lhe, talvez só em pensamento, da janela [...]. (GERSÃO, 1984, p. 122 a 124).

## CONCLUSÃO

A volatilidade dos relacionamentos humanos na pós-modernidade, tema presente nos vínculos das personagens Lídia e Afonso, e Lavínia e Alfredo, em *O silêncio* (1981) novela de Teolinda Gersão, cristaliza o “mal-estar contemporâneo”, que permeia as relações de afeto flutuantes, denominadas de “amor líquido” (Zygmunt Bauman). A narrativa aborda as conflituosas relações humanas atuais, nas quais o espaço sociocultural atribuído, tradicionalmente, à mulher –criança, cozinha, igreja– é contestado por Lavínia e sua filha Lídia. Esse estado de fluidez nas conexões pessoais, de insatisfação e inquietude permanentes pela não aceitação do papel tradicional da mulher (“sólidos pré-modernos”), que conduz a “fugas” de espaços subjetivos e concretos, refletem o sentimento do mal-estar da contemporaneidade: a “fragilidade dos laços humanos”.

O autor Bauman explica que: “A socialização (pelo menos na sociedade moderna) visa a criar um ambiente de ação feito de escolhas passíveis de serem ‘desempenhadas discursivamente’, que se concentra no cálculo racional de ganhos e perdas.” (BAUMAN, 1997, p. 138).

Essa situação de “ganhos e perdas” nos envolvimento amorosos atuais, provenientes das diversas possibilidades de escolhas para a mulher contemporânea, podem ser exteriorizadas em diversas formas de discursos, os quais, muitas vezes, cristalizam um estado de profunda vulnerabilidade e fragilidade, como no caso de Lavínia e Lídia, que usufruem socialmente e economicamente da vida oferecida pelos cônjuges, mas vivem em permanente estado de angústia, de incerteza e de vazio existencial com a tradição, atormentadas por “demônios interiores” (Bauman). Elas foram em busca de uma pretensa liberdade, mas não sabiam ao certo o que desejavam, além do limite do cotidiano doméstico. A volatilidade entre os pares ocorre, pois eles querem apertar os laços e ao mesmo tempo mantê-los frouxos.

Muitos dos conflitos entre casais espelham a aceitação ou não dos papéis tradicionais sociais: Lídia expressa discursos conjugais, sociais e literários, e Afonso pronuncia discursos do terapeuta paternal.

Lídia tentava tecer “redes de palavras”, para seduzir Afonso para sua causa, a de rebelde que rejeita ordem, disciplina e domesticação. De palavras pintadas nas telas, a palavras escritas no aquário, a jovem falava, quase que ininterruptamente, para exprimir o seu “mal-estar” no mundo: no matrimônio, na maternidade, e na sociedade atual e futura. Seu discurso literário, existente nas várias estórias



episódicas, narradas a Afonso e ao vento, falavam de diversos tipos de palavras: a palavra pintada; a palavra escrita impressa (“palavra morta”), a “palavra viva” (“palavra dita”). Para Lídia: “[...] a literatura também se converteu em silêncio, se tornou apenas imanente, as palavras ficam cercadas, bloqueadas, [...] a palavra escrita é uma palavra morta”. Diante dos fatos, disse que desejava: “[...] a palavra dita, rente ao corpo, inseparada do corpo, língua, boca, braço, mão, gesto, movimento do eu e do outro, do eu para os outros e de novo destes para mim, a palavra que está no princípio do eu e do mundo e da vida e que é talvez, talvez, o amor”. (GERSÃO, 1984, p. 118).

Afonso arrependeu-se de ter tentado transpor “[...] sentimentos em palavras, porque tudo era tão errado, uma vez dito”. (GERSÃO, 1984, p. 47). Muitas vezes recorreu ao silêncio, ao mutismo, para evitar que as provocações de Lídia tornassem mais nocivas, e acabassem na separação conjugal.

*O silêncio*, de Teolinda Gersão, sugere que na pós-modernidade existe um silêncio geral, um estado de mutismo familiar ou coletivo, apesar das novas tecnologias midiáticas, e das transformações nos papéis femininos e masculinos.

## REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. *Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Trad. de Carlos Alberto Medeiros Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2004.

\_\_\_\_\_. *O mal-estar da pós-modernidade*. Trad. de Mauro Gama e Cláudia M. Gama. 1998.

DIAS, Joaquim Cardoso. Teolinda Gersão: a voz do silêncio- entrevista. *Revista Ensino Magazine*, Lisboa, n. 14, p. 14 e 15, abril, 1999.

DUARTE, Olga Maria Carvalho Duarte. *Teolinda Gersão: A escrita do silêncio*. 2005. Dissertação (Mestrado em Teoria da Literatura e Literatura Portuguesa). Departamento de Estudos Portugueses, Instituto de Letras, Universidade do Minho, Braga, Portugal. Disponível em:< <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5620/1/Disserta%20a7%20de%20Tese%20de%20Mestrado%20em%20Teoria%20da%20Literatura%20e%20e2%80%a6.pdf>>. Acesso em: 3 mai. 2019.

GERSÃO, Teolinda. *O silêncio*. 3. ed. Lisboa: O Jornal, 1984.

OLIVEIRA, Cristina Cordeiro. Teolinda Gersão: O silêncio – resenha. Lisboa: Bertrand, 1981 (Coleção Autores de Língua Portuguesa). *Colóquio/Letras*, Lisboa, nº. 65, p. 81-83, 1982.

REAL, Miguel. *O romance português contemporâneo: 1950-2010*. Lisboa: Editorial Caminho, 2012.

SARAIVA, António J.; LOPES, Oscar. *História da Literatura Portuguesa*. 17. ed. Porto: Editora Porto, 2000.

## ERVAS MEDICINAIS: SABER E PRÁTICA NO FAZER FEMININO

### Daniela Bento Alexandre

Graduada em História pela Universidade Estadual do Ceará - UECE/ FAFIDAM, Limoeiro do Norte - CE, daniela.sasac@gmail.com

**RESUMO:** Na trilha das historiografias, as narrativas das Mulheres têm sido pouco assumidas pela história. Por essa razão existem muitas lacunas a serem preenchidas, contadas, escritas e reescritas com olhar e análise de mulher. Este artigo versará sobre a experiência de mulheres raizeiras do Alto Sertão Sergipano, contadas por elas a partir do trabalho de sistematização popular, que culminou na cartilha, *Ervas Mediciniais: Saber e prática no fazer feminino*.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ervas medicinal; Comunicação popular; Mulheres.

**ABSTRACT:** In the path of historiography, the narratives of women have been little assumed by history. For this reason there are many gaps to be filled, told, written and rewritten with a woman's gaze and analysis. This article will deal with the experience of root women from Alto Sertão Sergipano, told by them from the work of popular systematization, which culminated in the booklet, *Medicinal Herbs: Knowledge and practice in making women*.

### INTRODUÇÃO

Se pedirmos para que uma criança desenhar uma bruxa, sem dúvida ela irá nos mostrar a imagem de uma velha corcunda, uma vassoura e um caldeirão, e com certeza irá afirmar que a bruxa é má e que mata gente envenenada e por aí vai. A grande questão é que essa ideia também está presente no imaginário de muitas pessoas adultas.

O que talvez muitos não saibam é que essa imagem é a mesma criada, principalmente, pelas igrejas católicas e protestantes ainda no fim da Idade Média. E poucas ousaram perguntar o porquê, e compreender quem de fato foram e são as bruxas (ANGELIN, 2016). E para compreendermos é preciso sim fazer esse paralelo entre as bruxas da Idade Média e as bruxas da era moderna.

De acordo com Angelin (2016) as bruxas da Idade Média foram mulheres a frente de seu tempo, mulheres dotadas de saberes e rebeldias. Aquelas que fugiram ou se negaram apenas a seguir as determinações de como deveriam se comportar. Entenda-se: casar, ser submissa, não interferir na vida social e política da época e, sobretudo expressar ou dominar qualquer tipo de saber, entre estes o manejo com ervas.

Mas como assim?

As bruxas na Idade Média foram, em sua grande maioria, às parteiras e curandeiras, que durante muito tempo foram reconhecidas como a única possibilidade de tratamentos e nascimentos em muitos povoados, e, portanto, gozavam de certo reconhecimento social. Mas, com a ascensão da medicina, ofício exclusivamente masculino, a ira e perseguição a esse saber e essas mulheres foi à saída encontrada para manter a ordem e soberania do patriarcado (DEL PRIORE, 1997).

Mas, na verdade, as bruxas eram e são apenas mulheres que ousaram e ousam se reunir, se organizar, trocar saberes sobre ervas, chás, cicatrizantes, anti-hemorragicos entre outros.

A utilização de plantas com fins de cura é tão antiga quanto à história da humanidade. Na China, há registros de cultivo de plantas medicinais que datam de 3.000 a.C.; os egípcios, assírios e hebreus também as cultivavam em 2.300 a.C. As minuciosas descrições das plantas e suas virtudes são encontradas nos livros dos templos egípcios: no Livro dos Mortos em forma de receitas para embalsamento de cadáveres e no Livro dos Vivos com descrições de propriedades e emprego de plantas para o tratamento de várias doenças (NOLLA, 2005).

Na mitologia grega, Panaceia era a deusa da cura, e sua irmã Hígia protegia a saúde e a higiene, ambas as filhas de Asclépio (ou Esculápio para os romanos), considerado o deus da medicina e da cura. Além das duas, Asclépio tinha mais três filhas, Iaso, deusa da cura, Áceso, deusa dos cuidados e enfermagem e Aglaea, deusa dos bons fluidos, boa forma e beleza natural (BULFINCH, 1965). Embora Hígia e Panaceia sejam lembradas no juramento de Hipócrates, que prevaleceu com maior ênfase, do século V, antes Cristo até segunda metade do século XX, não significou ou significa o reconhecimento das mulheres no saber da medicina.

Contudo, desde a medicina popular até a medicina dita científica, existe um longo caminho a ser percorrido e nesse percorrer localizar o lugar da mulher nesse fazer das curas é essencial. O elo entre o mito e o trajeto das mulheres foi sendo esquecido e negado o direito do exercício, comprovação disso é que a primeira mulher que se tem notícia de ter cursado medicina no mundo, foi a norte americana Elizabeth Blackwell (1821-1910).

Mas voltemos à trilha das ervas e das curas populares. Quantas mulheres tiveram ou tem seus nomes registrados nas receitas diárias, nos chás, lambedores e garrafadas? Em tempo de medicina avançada as curandeiras, vão sendo de certo modo deixadas de lado, e os conhecimentos populares são apropriados, “os profissionais de saúde apropriam-se do conhecimento fitoterápico popular no código biomédico, isto é, procurando neles seu princípio ativo e deixando de lado a cosmologia que lhes dá sentido” (ARAUJO, 2002, p.17). Nesse sentido, o manejo popular das ervas que envolve benzeduras, banhos, chás e o conjunto de relações sociais que permeiam o seio de uma comunidade, praticados por parteiras, médicas e enfermeiras sem títulos acadêmicos são formas de resistências que reafirmam as relações entre a mulher e a natureza, numa cosmologia que lhes confere sentidos

próprios nos seus territórios.

## METODOLOGIA

O trabalho de sistematização considerou a metodologia e princípios da comunicação popular, baseada na experiência do boletim Candeeiro, da Articulação Semiárido (ASA). "O boletim é um importante instrumento pedagógico de construção coletiva do conhecimento, as sistematizações das experiências de convivência com o Semiárido potencializam a divulgação das iniciativas bem-sucedidas no campo da agricultura familiar" (ASA, 2009).

Entre as principais características desse processo da comunicação popular estão: opção política de colocar os meios de comunicação a serviço dos interesses populares; transmissão de conteúdo a partir de novas fontes de informações (do/a cidadã/o comum e de suas organizações comunitárias); a comunicação é mais que meios e mensagens, pois se realiza como parte de uma dinâmica de organização e mobilização social; está imbuído de uma proposta de transformação social e, ao mesmo tempo, de construção de uma sociedade mais justa; abre a possibilidade para a participação ativa do cidadão comum como protagonista do processo.

Para melhor desenvolver o processo de sistematização o trabalho de coleta de receitas, memórias e histórias de vidas foi realizado em seis encontros. Cada encontro foi chamado de quintal. Ao todo percorreremos seis quintais.

O quintal não é necessariamente o espaço físico, foi mais uma simbologia para representar o nosso fazer e a nossa troca, que muito se dá no espaço dos quintais. Seja pela produção das ervas, mas, sobretudo por ser o espaço de pleno domínio e encontro das mulheres no seu fazer diário.

Logo a sistematização da cartilha buscou considerar toda a cosmologia presente no fazer dessas mulheres. Buscando ligar a prática atual a própria da trajetória da história das mulheres que as precederam. Buscamos de forma simples um paralelo entre estas e aqueles que arderam nas brasas como bruxas, por deterem o saber da cura.

Os quintais: Ervas Medicinais: De onde vem nossa Prática? Para iniciar nossa trilha foi solicitado que cada uma fizesse um esforço para descobrir quem são elas e que elementos elas consideravam que compunham o ser mulher. A pergunta norteadora foi: Quem sou eu? E numa roda fomos traçando um roteiro sobre o que pensamos de nós, e como muitas vezes esse pensar sobre nós pode ser nossas piores amarras para liberdade. O resgate foi feito em grupo, onde cada grupo deveria compor um painel com aquilo que elas acreditavam ser o eu mulher. Continuando nossa trilha fomos perceber como esse saber entra na vida, para tanto foi realizado um trabalho em grupo com as seguintes questões a serem respondidas: Qual a

importância do saber que temos? Por que ele não é mais explorado ou valorizado?

Para se pensar o eu e a prática se fez necessário percorrer o caminho da história onde em algum lugar nos deparamos com as bruxas, feitiçeras que nos precederam. Ao nos deparar com elas pudemos perceber como a ideia negativa que se espalhou e cruzou a linha do tempo e do imaginário popular, tem sido perverso para com a nossa prática.

É preciso, portanto, assumir a nossa prática enquanto afirmação do saber popular, mas também da identidade feminista, de luta e de resistência. Em todos os quintais dois objetivos nortearam nossa trilha: o auto reconhecimento das participantes como mulher e com a prática realizada, ou seja, o manejo com ervas medicinais.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entender as linhas desse registro exige um olhar sensível às histórias de mulheres. Não é apenas mais uma história de ervas, são as ervas dessas mulheres. Cada receita, não é apenas um juntar de folhas e água morna numa xícara ou com um punhado de açúcar na feitura de um lambedor. As receitas são, antes de tudo, o seu saber, sua medicina, muitas vezes a única em muitos momentos de suas vidas.

É, portanto, a resistência do saber popular herdado de suas predecessoras: mães, avós, madrinhas e todas as antepassadas. Ao contar suas histórias vão revelando tantas outras que ficaram pelo caminho e que ora ganham corpo nessas receitas e memórias. Também é um revisitar na alma de mulher, no jeito de sentir e viver as lutas constantes desse gênero, tão cheio de desigualdade social.

É descobrir que as bruxas da inquisição já guardavam nosso saber de manejar as ervas e que o peso do olhar inquisidor ainda pesa sobre nossa prática atual. Lançando-nos esse olhar redescobrimos que nosso fazer, ainda que no silêncio e isolamento de seus quintais e cozinhas, guardam as trilhas e veredas da história, que unidas formam uma colcha, painel e vitrine de todas as mulheres que somos, fomos e seremos.

O Primeiro quintal foi marcado por muita emoção. Nesse espaço fomos acolhidas e nos acolhemos. Nosso desafio foi descobrir no quintal de nossas existências, a nossa identidade de Mulher. De modo leve e bem descontraído fomos conversando, cantando e descobrindo a mulher forte, guerreira, mas também onde guardamos nossas dores e desafios a ser superado em nosso cotidiano. E a nossa colheita veio em forma de poesias. Textos construídos durante o Primeiro Quintal. Antes de sermos raizeiras, curandeiras, rezadeiras. Somos mulheres. E fomos lá, no fundo de nós para nos definirmos na subjetividade que compõe todas as almas: A poesia.

## AS POESIAS:

Nós somos de luta  
Mulheres guerreiras  
Que jamais "abaixa" a cabeça.  
Jamais!

Por que quem "abaixa" Não levanta jamais.  
Ergue a cabeça mulher brasileira.  
Somos ervas maravilhosas.  
Ervas da costa  
O mal não encosta.

Aroeira bom pra cocêira  
Cidreira que não deixa  
Cair na ladeira  
Capim santo  
Que o mal espanta

### **Eu sou...**

Sou Mulher, sou mãe  
Sou porta do segredo da vida  
Sou guerreira a cada instante,  
Por direitos e deveres, sou líder  
Na sociedade quero espaço  
Não sou causa perdida  
Educo filhos, filhas e trabalho  
Quero viver sem embaraço levar paz no meu abraço.  
(Dil, Dalva, Paula, Rosa e Luciene)

### **Mulheres Sertanejas Arretadas**

Somos mulheres guerreiras que sabemos «se valorizar».  
Não somos domesticadas e não  
vamos nos deixar nunca.

Trabalhadoras que sabemos lutar e cobrar os  
nossos direitos sociais e igualdade.

Lutamos contra a violência sofrida por  
mulheres trabalhadoras do campo e das  
florestas.

Temos um objetivo: fortalecer e mobilizar as  
Mulheres e o jovens para a luta da classe  
Trabalhadora para criar autonomia.

(Aparecida, Zefa da Guia, Elisângela, Cleosvalda).

Para concluir nossa trilha construímos uma poesia coletiva, a partir de 4 frases iniciais (Eu gosto de...; Mas fico triste com...; mas também fico feliz... Assim é minha vida de...), que é possível visualizar a seguir.

**Eu gosto de** ficar em casa, participar, compartilhar, escutar, fazer doce (adoçar), cuidar de pessoas e plantas, visitar, conhecer, ajudar, dialogar, reunir, abraçar, trabalhar no quintal, multiplicar no quintal, tranquilidade, coletividade e sonhar.

**Mas, fico triste com** disputa, mágoa, calúnia, quando não posso trabalhar e participar, injustiça, desânimo da população para lutar, indiferença, violência e desigualdade e injustiça social.

**Mas também fico feliz** com a chuva no chão, os sonhos realizados, construção coletiva, chuva no amanhecer, companheirismo, as amizades, partilha, união e cheiro de terra molhada.

**Assim é minha vida** de agricultora, de aprendiz, de mulher trabalhadora, caminhante, militante, sertaneja, sonhadora e de missão.

O segundo quintal nos trouxe as ervas que nos define. Descobrimos que as plantas são mais que vegetais nesse manejar feminino. Para elas as plantas, sejam pela força, aromas ou função, contribuem para a construção pessoal de suas identidades. E assim, nesse reconhecimento e semelhanças adotaram algumas como sobrenomes. Assim foi construído coletivamente o espiral de alma e flor.



Figura 1 - Plantas que nos definem.

Organização: Autora, 2017.

De quintal em quintal passeamos pelos usos diversos das ervas, buscando compreendemos a importância delas na vida da humanidade e como esse saber foi perseguido ao longo da história. E assim entendemos que o trabalho exercido por mulheres no manejo com as ervas, as curandeiras e as parteiras já foram chamadas de bruxas e queimadas por isso. E assim criar um paralelo entre esse ofício, que embora seja tão praticado, vive uma desvalorização social.

Nesse sentido, as mulheres responderam as seguintes perguntas: Onde e como usamos as ervas na nossa vida?

Como resultado percebemos que os usos das ervas estão presentes em nossas vidas desde o nascimento e que seus usos são os mais diversos indo desde a sua utilização para fins medicinais como os chás, xaropes, lambedores, pomadas e outros e para culinária como temperos, corantes etc. E ainda como parte inseparável de nossas crenças: rezas, banhos, descarrego.

Nesse sentido, o passo seguinte foi escrever as receitas, considerando os seguintes aspectos: Colheita, qual o melhor horário, quantidades (proporções), tempo de cozimento, maturação, validade, dosagem e indicação.

Na troca experimentamos a nossa panaceia e alquimia da e na alma de mulher. Cantamos, sorrimos, trocamos e nos fortalecemos. Tecemos nossa colcha de vidas e nos alimentamos para a luta diária na busca de sermos donas de nossas vidas e saberes.

As receitas foram divididas por categorias e indicação. Todas as receitas foram escritas durante o processo de formação, assim possibilitou a troca de olhares sobre



uma mesma receita, em alguns casos havendo ajustes quanto às quantidades e indicações. No tocante aos melhores períodos para os manejos elas concluíram que:

CICLOS LUNARES	COLHEITAS
Lua cheia	Raízes
Lua Crescente e Nova	Outras partes vegetais (Folhas, flores, frutos, castas...)
Lua Minguante	Não Usar

Quadro 1 - Indicações de ciclos lunares para manejo vegetal.

Organização: Autora, 2017.

Abaixo tabela com algumas das indicações de usos de ervas medicinais e plantas da caatinga. "Para males do espírito só Deus cura, mas para todo o resto, temos ervas". ( Informação verbal de Sueli Campos, vendedora de ervas do Mercado Municipal Albano Franco - Aracaju/SE.

Chás	
Planta	Indicação
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mandacaru</li> <li>• Manjeriçã</li> </ul>	Gripe/febres
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Flor de maracujá</li> <li>• Casca de mulungu</li> <li>• Cidreira com capim santo</li> <li>• Alecrim</li> </ul>	Calmante
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Folha de sambacaitá/canudinho</li> <li>• Casca de imburana de cambão</li> </ul>	Antinflamatórios

Quadro 2 - Tipos de chás e usos.

Organização: Autora, 2017.

Ao todo foram colhidas mais de 30 receitas, distribuídas da seguinte forma:

Receitas	Quantidades
Chás	09
Lambedores	02
Garrafada	02
Sucos medicinais	07

## Quadro 3 - Tipos de receitas

Organização: Autora, 2017.

Se existe lacunas entre as pisadas históricas das mulheres e suas panaceias, o grupo entendeu que o trabalho deveria de algum modo, além das receitas, cuidar de contar as histórias de algumas das mulheres envolvidas nesse processo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho envolveu diretamente 30 mulheres do Alto Sertão Sergipano, distribuídas entre os municípios de Poço Redondo, Canindé de São Francisco, Gararu, Porto da Folha, Monte Alegre de Sergipe e Nossa Senhora da Glória, dentre estas, 07 histórias foram escolhidas, contadas, registradas e validadas pelo grupo e integram a parte final da cartilha, na qual culminou todo esse trabalho.

Porém, tenho a sensação que nada é conclusivo quando tratamos da lida resistente das mulheres. Contudo, nessa pequena caminhada na trilha das mulheres que benzem, curam, rezam e regam os quintais das existências femininas, compreendi que ainda há muito a ser dito, pesquisado resgatado, registrado e fortalecido.

Assim como a cartilha, esse artigo busca apenas dá ecos a esses saberes, por vezes pouco destacado na feitura acadêmica. De algum modo religar o elo perdido, entre os desafios das bruxas do medievo, e as marias dos quintais do agora.

Se hoje já não arde em nossa pele as brasas do "fogo santo", arde as mesmas labaredas machista, que continuam não aceitando que nós mulheres temos saberes e inteligências diversas e, portanto, queremos mais que: votar, casar, parir e ser do lar. Precisamos cada dia mais resgatar nosso elo de mulheres, irmãs e parceiras para podermos honrar as bruxas que nos antecederam e aquelas que nos sucederão.

Urge reconectarmos os elos dessas narrativas, bem como das nossas existências de mulheres. A tarefa de nos decifrarmos e de contar nossa caminhada é uma tarefa que deve ser assumida por cada uma de nós. Os homens já tentaram por diversas vezes, mas por não sentir o que sentimos, não tinham e não tem como saber mais de nós que nós mesmas.

## REFERÊNCIAS

ANGELIN, Rosângela. **A "caça às bruxas"**: uma interpretação feminista. Disponível em: <[http://www.espacoacademico.com.br/053/53\\_angelin.htm](http://www.espacoacademico.com.br/053/53_angelin.htm)>. Acesso em: 01 nov. 2018

Articulação Semiárido Brasileiro (ASA). **AÇÕES - P1+2**. Disponível em: <<http://www.asabrasil.org.br/acoes/p1-2>> Acesso em 01 nov .2018.

BENTO, Daniela Alexandre. **Ervas medicinais**: Saber e prática no fazer feminino. Disponível em: <[https://docs.wixstatic.com/ugd/8d20c0\\_1709\\_e80a553b484da115d08fb38612cf.pdf](https://docs.wixstatic.com/ugd/8d20c0_1709_e80a553b484da115d08fb38612cf.pdf)> acesso em 30 out 2018.

BULFINCH, Thomas. **O Livro de Ouro da Mitologia**. ed.Tecnoprint, 1965.

DEL PRIORE, Mary. Eva Tupinambá In: DEL PRIORE, Mary (ed.) **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

DIAMANT, Anita; **A tenda vermelha**. Ed versus 1997.

NOLLA, D.; SEVERO, B.M.A.; MIGOTT, A.M.B. **Plantas medicinais**. 2 ed. Passo Fundo: UPF, 2005. 72 p.

## EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS NÃO ESCOLARES: UMA ANÁLISE A PARTIR DA CONCEPÇÃO DAS MULHERES DEPENDENTES QUÍMICAS

**Ana Tereza Bernardo Ribeiro de Jesus**

UEFS, Depto de Educação  
Feira de Santana – BA

**Suzana Alves Nogueira**

UEFS, Depto de Saúde  
Feira de Santana – BA

**Larissa da Conceição Alves**

UEFS, Depto de Educação  
Feira de Santana – BA

**RESUMO:** Esta pesquisa discute as experiências educacionais não escolares numa com o foco nas práticas pedagógicas desenvolvidas com mulheres dependentes químicas. Através de um estudo de campo objetivou descrever como são sistematizadas as práticas pedagógicas para as mulheres com dependência química de um abrigo no município de Feira de Santana, na Bahia. Foram entrevistadas três mulheres dependentes químicas e para analisar os dados optou-se pela análise de conteúdo. Ficou evidenciado que as ações desenvolvidas perpassam por um momento de reclusão até à socialização e reinserção social e que as práticas pedagógicas estão atreladas às atividades profissionalizantes, de dança e artes, todas organizadas de forma conscientes e intencionais para atender às demandas sociais das mulheres usuárias de substâncias

psicoativas.

**PALAVRAS-CHAVE:** experiências educacionais; práticas pedagógicas; mulheres dependentes químicas.

EDUCATIONAL EXPERIENCES OUT-OF-SCHOOL: AN ANALYSIS OF THE CONCEPT OF THE WOMEN ARE DEPENDENT ON THE CHEMICAL

**ABSTRACT:** This study looks at the experiences of education in school a, with a focus on the pedagogical practices they developed with the women dependent upon the chemical. Through a field study aimed to describe, as it is a systematization of the educational practices for women with substance abuse in a homeless shelter in the municipality of Feira de Santana, in Bahia, Brazil. We interviewed three of the women are dependant on drugs and to analyze the data, we chose to analyze the content. It was clear that all the actions come to pass by the time of detention, to the socialization and reintegration into society, and teaching practices that are linked to the activities of professional training, dance, and art, all organized in a way that the conscious and intentional act to meet the social needs of women, use of psychoactive substances.

**KEYWORDS:** learning experiences; teaching

practices; women are dependent on the chemical.

Este estudo trata-se de uma investigação científica que tem como foco as práticas pedagógicas no contexto das experiências educacionais para as pessoas que tem dependência química. O objetivo da pesquisa é descrever como são sistematizadas as práticas pedagógicas para as mulheres com dependência química de uma instituição no município de Feira de Santana, na Bahia.

É importante mencionar que a legislação brasileira abarca a concepção de que é necessário lidar com o tratamento das drogas não apenas a nível legal, mas também numa perspectiva sócio educativa, e por isso a necessidade da formação de professores contemplar aspectos dessa natureza no sentido de permitir os docentes estejam preparados para atender as demandas sociais e educacionais de pessoas com dependência química.

Em 1976, promulgava-se a lei n.º 6.368, vigente até hoje, em cujo artigo 5º determina que nos programas de formação de professores devam ser incluídos temas relativos às drogas que provoquem dependência física e/ou psíquica. Ademais, é notável que o número de usuários de drogas tem aumentado a cada dia e que os professores na sua ação docente irão se deparar com alunos que fazem o uso das substâncias psicoativas. Portanto, este estudo é de grande relevância científica e impacto social, haja vista que o mesmo se constituirá como um acervo científico que poderá subsidiar a prática pedagógica dos professores nas experiências não educacionais.

No que tange ao aspecto metodológico, trata-se de um estudo de campo que segundo Gil (2008) tem como foco pesquisar um grupo específico, utilizando técnicas de coleta de dados, procurando descrever características mais amplas desse grupo. Apresenta caráter descritivo, que de acordo com Cervo e Bervian (2002) registra os fatos (variáveis), sem manipulá-los, e sem que haja a intervenção do pesquisador, a fim de expor as características de determinada população, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas. Utilizou-se uma abordagem qualitativa que segundo Minayo (2001, p. 14) “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes.”

O espaço da pesquisa foi uma instituição que atende às mulheres que tem dependência química, situado no interior da Bahia. A referida instituição é mantida através de verba federal repassado pela Secretaria Nacional de Drogas (SENAD). O público alvo é usuários com dependência de álcool, sendo que a maioria vem de zona rural, com idade mais avançada e tem dependência há muito tempo, sendo o crack sua maior dependência.

Participaram do estudo três mulheres com dependência química e que estavam disponíveis para o diálogo no momento em que foi realizada a visita de campo. Como instrumento de coleta de dados utilizou-se a observação e entrevista semiestruturada. O protocolo de análise dos dados foi a análise de conteúdo na perspectiva de Bardin

(1977) que é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”

O *corpus* de análise da pesquisa foi constituído pelo conteúdo da observação realizada no campo de estudo e das falas das participantes do estudo e conteúdos, e a partir da exploração das entrevistas transcritas foi possível definir e classificar duas categorias temáticas, a saber: da reclusão à socialização e o contexto das práticas pedagógicas e as implicações para mulheres dependentes químicas.

Ficou evidenciado que ao serem internadas, para as dependentes químicas terem uma participação nas práticas educativas é necessário a primeira etapa da chamada desintoxicação da droga que tem duração de 9 meses de “tratamento”. As participantes relatam que outro momento importante é a superação de mágoas familiares e superação de ressentimentos (desenvolvem atividades com cada uma específica e suas famílias especificamente pai e mãe e nos casos de filhos quando são os pais que estão internadas). Neste momento há fortalecimento dos vínculos (durante o internamento) e é ensinada a família a dar “voto de confiança” após os traumas sofridos durante os problemas vividos, a reconhecer que um ente querido é viciado (diagnóstico), aceitar e conscientiza-lo que é necessário se recuperar e convencer a reclusão. Passados esses momentos são sistematizadas ações educativas, numa fase em que essas mulheres já estão mais empoderadas, que é a fase da profissionalização – sair das “garras” do tráfico e capacitar essa “dependente” que tem baixa escolaridade.

Portanto, durante este tempo de reclusão elas são ensinadas através de oficinas de profissionalização, a exemplo de corte e costura, de salão de beleza, de dança, são estimuladas a aprender a cozinhar (salgados, assados de forno, alimentos nessa linha com a finalidade de terem uma ocupação para quando saírem do abrigo). Outras práticas pedagógicas oportunizadas à essas mulheres com dependência química são: aulas de artes e de dança. Nesse processo de ensino aprendizagem das oficinas, essas mulheres têm acesso a um conhecimento que por muitas vezes não tinha tido acesso ainda, que é a escolarização. Ao aprenderem sobre corte, costura, receitas, as mesmas também aprendem sobre leitura, escrita, raciocínio lógico.

Ficou evidenciado que as ações desenvolvidas perpassam por um momento de reclusão até à socialização e reinserção social e que as práticas pedagógicas estão atreladas às atividades profissionalizantes, de dança e artes, todas organizadas de forma conscientes e intencionais para atender às demandas sociais das mulheres usuárias de substâncias psicoativas.

## REFERENCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008

MINAYO, Maria Cecília de Sousa (Org.). **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001 80 p

## A INSERÇÃO DAS MULHERES NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NORDESTINO ATRAVÉS DE DINÂMICAS ECONÔMICAS COLABORATIVAS

### **Sunamita Iris Rodrigues Borges da Costa**

Universidade Federal de Pernambuco  
Departamento de Ciências Geográficas  
Recife – Pernambuco

### **Assíria Marielle da Silva Dantas**

Universidade Federal de Pernambuco  
Departamento de Ciências Geográficas  
Recife – Pernambuco

### **Azilis Camille Pierrel**

Universidade Federal de Pernambuco  
Departamento de Ciências Geográficas  
Recife – Pernambuco

### **Laísa Maria da Silva Souza**

Universidade Federal de Pernambuco  
Departamento de Ciências Geográficas  
Recife - Pernambuco

**RESUMO:** A presente pesquisa se propõem a analisar e dar visibilidade aos esforços feitos por comunidades femininas para, de forma associativa produzir retornos econômicos em uma perspectiva de inclusão social. Para tanto, o artigo ora proposto se estrutura, primeiro, evidenciando as desigualdades sociais presentes no Nordeste brasileiro, sob a perspectiva do gênero; segundo, analisa a contribuição presente na literatura sobre as dinâmicas associativas e seu potencial para geração de retorno econômico; por fim

evidencia, através dos estudos de caso do Coletivo Mulheres de Corpo e Alga (Icapuí-Ce), o potencial associativo feminino como caminho para o empoderamento social e econômico, em que se discute o processo de construção das organizações, suas estruturas e as transformações que desencadearam, mas se debruça, de igual modo, sobre a presença da identidade feminina como ferramenta associativa e a identificação dos princípios feministas como instrumento político e de inclusão social.

**PALAVRAS-CHAVE:** Organização feminina produtiva, Inclusão social, Economia solidária

**ABSTRACT:** This research aims to analyze and give visibility to the efforts made by female communities to, in an associative way, produce economic returns from a social inclusion perspective. Therefore, the article now proposed is structured, firstly, highlighting the social inequalities present in the Northeast of Brazil, from the perspective of gender; second, it analyzes the contribution present in the literature about associative dynamics and their potential for generating economic return; Finally, through the case studies of the Collective Women in Body and Seaweed (Icapuí-Ce), it highlights the associative potential of women as a way to social and economic empowerment, in which the process of building organizations,



their structures and transformations that have unleashed, but equally dealt with the presence of female identity as an associative tool and the identification of feminist principles as a political and social inclusion instrument.

**KEYWORDS:** Productive Female Organization, Social Inclusion, Solidarity Economy

## 1 | INTRODUÇÃO

A situação de desigualdade que afeta a Região Nordeste do Brasil, não se mostra equilibrada sob o ponto de vista do gênero. O histórico acesso feminino aos meios de produção e condições de trabalho e renda lhes assegura ainda hoje uma participação menos significativa na economia regional, colocando-as em situação de vulnerabilidade. Tais estruturas sociais, no entanto, podem ser enfrentadas por dinâmicas associativas que estabelecem economias baseadas em princípios colaborativos de solidariedade e empoderamento feminino.

No que se refere a desigualdade entre homens e mulheres na região Nordeste, assim como nas demais regiões como um todo, os estudos de gênero emergem como uma tendência a desconstruir a ideia baseada em determinismo biológico, afim de compreender as desigualdades existentes entre homens e mulheres. Tendo em vista o novo cenário econômico que se manifesta de maneira expressiva e a inquietude com as dinâmicas econômicas e sociais de origem associativas, essa pesquisa surge com a finalidade de analisar essas práticas solidárias que geram retorno econômico de forma colaborativa e contribuem para a diversidade econômica da região Nordeste, historicamente vista como inferior as demais, assim dar visibilidades aos movimentos femininos que se destacam de maneira a evidenciar o empoderamento das mulheres nordestinas. Registre-se aqui o agradecimento das autoras às mulheres que fazem parte do projeto Mulheres de Corpo e Alga em Icapuí – CE, por prestimosamente nos receber e fornecer as informações necessárias para a realização dessa pesquisa.

## 2 | METODOLOGIA

Esse artigo se trata de uma pesquisa qualitativa, uma vez que os aspectos da realidade aqui abordados não podem ser apenas quantificados, isto é, descritos através de números e estatísticas. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Quanto ao tipo de pesquisa relacionada aos objetivos, caracteriza-se como exploratória, uma vez que proporciona uma maior familiaridade com o problema em si (GIL, 2002). A construção do artigo se deu por meio de uma análise bibliográfica a respeito da participação das mulheres no desenvolvimento regional do Nordeste através de dinâmicas colaborativas/ solidárias, com base em estatísticas recentes e bibliografia

embasada nos estudos de economia solidária feminista. Por fim, foi realizada uma visita técnica no Município de Icapuí- CE para conhecer o projeto Mulheres de Corpo e Alga, a fim de evidenciar o papel feminino na economia regional do Nordeste, de modo que, a partir dessas iniciativas coletivas, essas mulheres vão contra a perspectiva dominante do capital, ainda que algumas delas não tenham consciência de tal ato político.

### 3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### 3.1 Desigualdade socioeconômica a partir da perspectiva de gênero no Nordeste

Para cada sociedade há diferenças esperadas em relação a homens e mulheres. Sendo assim, repercute nas fases da vida, a ponto de determinar as diferenças na saúde, educação, e o bem-estar geral como um todo (IBGE, 2018). Em meio a isso, estudar a perspectiva de gênero com base na formação da sociedade em questão é extremamente relevante, pois promove uma melhor compreensão da construção social. Os estudos sob a ótica de gênero apresentam-se com especificidades marcantes, na Europa as políticas aplicadas com esse viés permitem conciliação da vida profissional/ vida familiar com intuito de promover o acesso das mulheres ao emprego. Contudo, em outras sociedades, como a japonesa, é preciso escolher entre a maternidade e a carreira (HIRATA e KERGOAT, 2007).

A partir de estudos de gênero com ênfase nas desigualdades sociais e econômicas, numa perspectiva de análise regional, nas décadas de 2004-2014, Sousa e Guedes (2016) apontaram que os homens diferentemente das mulheres, assumiram uma jornada de tempo integral, conforme observado na tabela 1.

Houve uma redução da diferença de horas trabalhadas por gênero, todavia, não com poucas transformações no que tange a ampliação do tempo remunerado para as mulheres. O Nordeste, quadro de referência desta reflexão, por sua vez, apresentou-se como a Região onde as mulheres têm a menor jornada de trabalho pago, ao contrário do Sudeste do país, onde essa jornada é a maior no cenário brasileiro. Os dados da Tabela 1 mostram a evolução geral desse quadro entre os anos 2004 e 2014, entretanto, o Nordeste brasileiro é a região com a segunda menor redução da desigualdade de horas de trabalho pagas entre homens e mulheres, passando de 9,54 para 7,26 (2,28hs de diferença média reduzida) nos anos considerados. O Sudeste apresentou a menor alteração, passando de 7,59, em 2004, para 5,62 em 2014 (1,97h de diferença média reduzida no período, mantendo o melhor cenário de equidade do número de horas de trabalho pago ente homens e mulheres.

Região	2004			2014			2014-2004	
	M	F	F-M	M	F	F-M	M	F
Sul	44,87	36,04	-8,83	42,5	36,59	-5,91	-2,37	0,55
Sudeste	44,91	37,32	-7,59	42,67	37,05	-5,62	-2,24	-0,27
Nordeste	41,69	32,15	-9,54	39,34	32,08	-7,26	-2,35	-0,07
Centro-Oeste	46,43	36,45	-9,98	43,13	36,82	-6,31	-3,3	0,37
Norte	43,3	33,86	-9,44	40,26	33,45	-6,81	-3,04	-0,41
Média	44,24	35,16	-9,08	41,58	35,2	-6,38	-2,66	0,04

Tabela 1- Horas trabalhadas pro Homens (M) e Mulheres (F), segundo Grandes Regiões - 2004 e 2014

Fonte: Adaptado de Sousa e Guedes (2016)

Segundo o IBGE (2018), para compreendermos a questão da diferenciação na inserção ocupacional entre homens e mulheres determinado pela divisão sexual do trabalho, é preciso dar relevância a carga horária. Por meio do indicador de número médio de horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, por sexo, o Instituto constatou que entre as Regiões do Brasil, o Nordeste ganha destaque, posto que as mulheres dedicam cerca de 80% a mais de horas do que os homens, alcançando 19 horas semanais, frente a apenas 10,5 horas de tempo masculino.

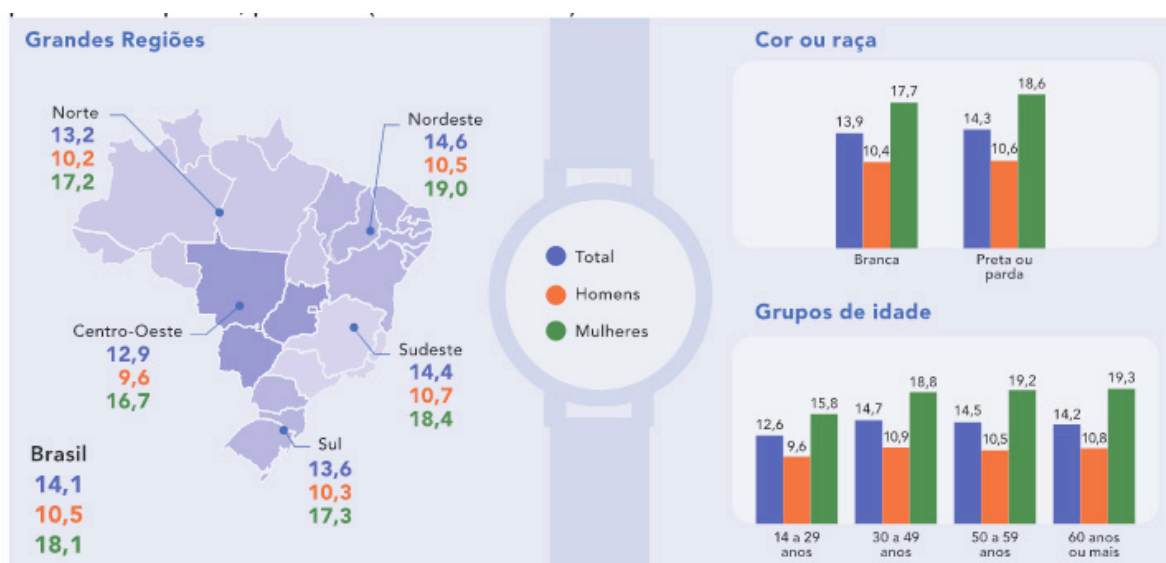


Figura 1: Média de horas dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos por pessoas ocupadas, por sexo (horas semanais)

Fonte: IBGE Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (2016)

Uma vez que alcançar a igualdade de gênero e empoderamento das mulheres e meninas é um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS 5), a desagregação desses dados segundo critérios como, cor/raça, idade e localização geográfica fornecem informações essenciais para o monitoramento do progresso das ações que visam alcançar a ODS 5, dando visibilidade ao trabalho doméstico e

não remunerado que, nesse caso, é majoritariamente feminino (IBGE, 2018). Muitas mulheres por necessidade de conciliar o trabalho e suas atividades domésticas, têm sua carga horária reduzida, conseqüentemente, os salários tendem a ser menores.

Ainda referente a essa constatação, verificou-se que no Brasil as desigualdades regionais são bem marcantes, pois nas Regiões Norte e Nordeste há uma grande concentração de mulheres que trabalham em tempo parcial, o que destoa das demais regiões. Além disso, existe outro agravante na perspectiva de gênero no que se refere a questão da cor ou raça: mulheres pretas e pardas exercem mais ocupação por tempo parcial (31,3%) (Figura 2) e dedicam mais horas semanais aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos (18,6hs) que as mulheres brancas (17,7hs).

Outrossim, o número de horas de trabalho feminino, doméstico e não remunerado, progride conforme avança a faixa de idade, passando de 15,8hs entre mulheres de 14 a 29 anos, para 19,3hs entre mulheres com 60 anos ou mais. Também se amplia a diferença entre homens e mulheres: entre os respondentes de 14 a 29 anos, as mulheres trabalham em média 6,2hs a mais que os homens em afazeres domésticos e cuidados de pessoas. Quando a média de idade é de 60 anos ou mais, essa diferença é de 8,5hs, o que pode indicar um progresso, ainda que não na velocidade desejada, do compartilhamento dessas atividades entre pessoas das novas gerações.



Figura 2: Proporção de ocupados em trabalho por tempo parcial, na semana de referência, por sexo (%)

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (2016)

A concentração do trabalho feminino nas atividades não remuneradas, realizadas no âmbito doméstico, cria condições de submissão e de desvalorização que se reproduzem em todas as dimensões da vida social, cultural, econômica e política das mulheres. A divisão sexual do trabalho, por sua vez, rege-se por dois princípios organizadores: o princípio da separação – existem trabalhos de homens e de mulheres - e o princípio da hierarquização – o trabalho dos homens “vale” mais que o trabalho das mulheres. A sociedade capitalista, portanto, utiliza essa diferenciação para classificar as atividades de acordo com o sexo. (MICHELETTO BRANDAO, 2010)

A divisão sexual do trabalho, tão presente em nossa sociedade, e nesse caso, muito forte na região Nordeste pode ser considerada como fundamental para compreender as diferenças no sistema sexo-gênero, de modo que, esse conceito se atrela a prática social, por isso, ao admitirmos que existe uma relação social específica entre os homens e as mulheres, isto corrobora para práticas diferentes segundo o sexo (KERGOAT, 1996 apud COLOTO e TORETTA, 2010):

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; esta forma é adaptada historicamente e a cada sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc...) (KERGOAT,2009)

Embora a divisão sexual do trabalho seja específica de cultura para cultura, esse sistema sexo-gênero está sempre vinculado de maneira tênue a fatores políticos e econômicos em cada sociedade (CARLOTO e LISBOA, 2012). Devido a isso, é possível observar como repercute até em “tensões” e “conflitos”, quando o assunto é responsabilidade profissional e familiar às mulheres. Mesmo que alguns defendam a ideia de complementaridade entre os sexos, em termos de “vínculos social” (solidariedade orgânica, parceria, divisão de tarefas), de acordo com os dados apresentados, percebe-se que, de maneira prática, as relações socioeconômicas empreendidas no Brasil resultam na baixa participação ativa no mercado de trabalho das mulheres, principalmente do Norte e Nordeste do país (HIRATA e KERGOAT, 2007; IBGE, 2018)

É em meio a esse cenário que surgem dinâmicas associativas e de economia solidária que visam criar as condições para a construção de um meio onde horizontalidade e solidariedade ganham terreno, resistindo e desafiando múltiplos interesses que visam perpetuar a organização do território. Desta maneira, constrói-se estratégias e ações que permitem beneficiar não apenas os interesses hegemônicos, mas também da população, sendo um caminho de responder a opressão da imposição vertical da lógica patriarcal que atinge as mulheres no mundo do trabalho e na sociedade como um todo.

### **3.2 Potencial da economia feminina e da economia solidária para o retorno econômico**

A economia solidária se distingue da economia dominante mundializada como descrita na obra de Polanyi (1980) porque vai se basear sobre princípios que não são a pura racionalidade econômica mercantil. Revisita os valores de solidariedade e de reciprocidade, criando um espaço econômico e, ao mesmo tempo, social.

A economia solidária seria então

Uma junção de alguns princípios econômicos diversos, possível a partir do reconhecimento do pluralismo das formas econômicas, que faz interagir a lógica mercantil com outros instrumentos, cujo foco é a ação coletiva, nos marcos recíproco, associativo e solidário (MAIA DE ANDRADRE, 2007).

Nesse entendimento da economia solidária, os seus atores assumem o seu próprio desenvolvimento econômico a partir de uma auto-organização que responde a necessidades sociais e econômicas presentes. Essa lógica de nova maneira de produzir, comercializar se opõe as lógicas de dominação capitalista: as pessoas se apropriam do fruto do seu trabalho e não estão submetidos os imperativos do capital.

Permite também a inclusão de pessoas que estão (ou tendem estar) na margem do capitalismo porque seu talento e trabalho não eram reconhecidos e valorizados, ou porque seu trabalho não era considerado como tal.

Assim, a economia solidária tem um caráter emancipatório e empoderador. De acordo com a teoria da pedagogia do oprimido (FREIRE, 1970, 1973), o ser humano é capaz de pensar e atuar para transformar sua realidade e conseguir a liberdade em frente a uma situação opressiva. No contexto da economia solidária, os sujeitos são capazes de se organizar e de sair dos circuitos do capitalismo mercantil para construir um modelo econômico autônomo das relações opressivas dos grupos econômicos hegemônicos e que luta contra a vulnerabilidade. Esse empoderamento se realiza ao nível do coletivo mais também ao nível individual. Para usar a visão do poder elaborada por Michel Foucault (1975), o empoderamento permite o processo de aquisição de várias formas de poder: o poder “interior” que reforça a identidade do indivíduo e do coletivo, o poder “de” que possibilita a interiorização de saberes, notavelmente o saber crítico, o poder “com” que torna possível mudanças em várias esferas da sociedade, criando a espiral de empoderamento individual que caminha para o empoderamento coletivo. Por isso, a economia solidária como nova maneira de organizar o trabalho e como reinvenção dos espaços sociais, tende a dar uma autonomia coletiva e permite um desenvolvimento econômico mais consciente.

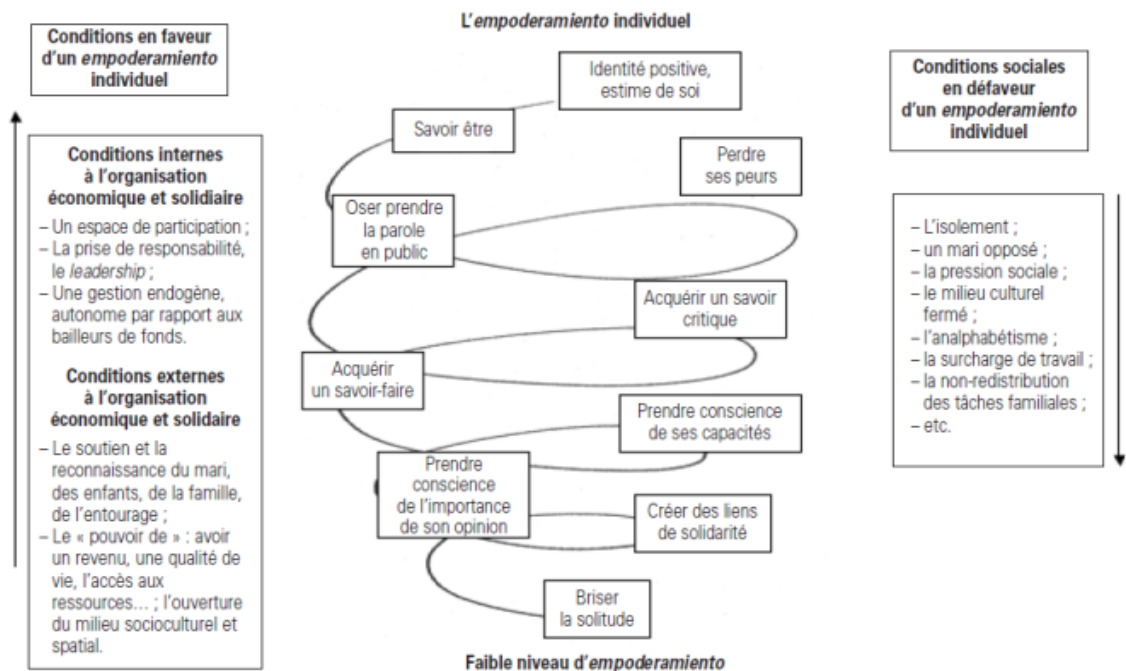


Figura 3: O processo em espiral do empoderamento individual”

Fonte: CHARLIER, 2011

É nessa perspectiva que a economia solidária e economia feminina se reúnem. A atividade econômica das mulheres, no contexto de uma economia formal e monetária, é pouco visível: a atividade doméstica, não sendo remunerada, é como

inexistente, e a atividade remunerada é geralmente subvalorizada e de mal paga. A economia feminista objetiva sair dos padrões de análise tradicionais nos quais o trabalho “novo” da mulher não entra em uma categoria de valorização econômica justa. Esse tipo de associativismo dá visibilidade e fortalece a capacidade que a mulher tem em administrar o elo entre as atividades da vida de família, da vida na comunidade e conciliar essas práticas para responder às necessidades econômicas (trabalho). Assim, procura-se dar visibilidade a talentos que não entram no circuito tradicional da economia de mercado monetarista: pode ser um talento para cozinhar, realizar artesanias tradicionais, costura, turismo, etc.

Deste modo, a economia feminista se alinha com a economia solidária porque essa última permite quebrar uma divisão sexual do trabalho desigual e propõe a inserção das mulheres na esfera do trabalho produtivo. Além disso, com a lógica participativa das organizações de economia solidária, as mulheres podem estabelecer relações que promovem a construção de um saber crítico sobre a imagem tradicional construída a cerca de si mesmas.

Por isso, economia solidária feminista permite um modelo de desenvolvimento econômico inclusivo, que visa inserir pessoas afastadas do sistema mercantil monetário como a população das mulheres. Esse tipo de economia procura a autonomia dos seus sujeitos e a plena realização deles através de um trabalho mais consciente, responsável e auto organizado.

Como vimos antes, as mulheres nordestinas são muito vulneráveis e sofrem uma situação de desigualdade socioeconômica tanto em relação ao gênero como no aspecto regional, uma vez que o fator geográfico e social é fator histórico potencializador dessa desigualdade. Para sair e superar tais estruturas da desigualdade, a economia solidária feminina é uma solução, pois essa pode proporcionar uma inclusão social, econômica e política para as mulheres nordestinas, como o caso a ser destacado a seguir, experienciado no litoral cearense, na cidade de Icapuí

### **3.3 A dinâmica associativa feminina solidária no Nordeste- Icapuí (CE)**

A dinâmica associativa feminina no Nordeste ganhou força e visibilidade através de parcerias que deram certo. No estado do Ceará, o município de Icapuí destaca-se pelo empreendedorismo de mulheres, isso graças a Fundação Brasil Cidadão para Educação, Cultura, Tecnologia e Meio Ambiente – FBC, criada no ano de 1996 que teve como objetivo promover o desenvolvimento local sustentável por meio de alianças com comunidades, empresas social e ambientalmente responsáveis, instituições governamentais e não governamentais. A fundação trabalha em um sistema de Teia de Sustentabilidade, ou seja, pela construção de parceria que interligam e fortalecem as comunidades locais, dando assim uma visibilidade local/nacional. Outro parceiro dessa teia é a Rede Tucum que é uma articulação formada, desde 2008, por grupos de comunidades da zona costeira que realizam o turismo



comunitário no Ceará. O intuito da Rede é preservar o modo de vida e ambientes locais dos grupos comunitários que estejam dispostos a fazerem esse intercâmbio cultural.

A comunidade de Barrinha localizada no município de Icapuí era conhecida pela extração de algas marinhas que eram abundantes nesses mares, essa extração ocorria de forma desordenada sem preocupação com o plantio de novas algas e possuía uma rentabilidade baixa. Com essa extração desenfreada as algas nessa região chegaram a um estado crítico que quase extinção.

A partir da organização de um grupo de mulheres da comunidade de Barrinha, com o apoio da FBC nasce a associação feminina Mulheres de Corpo e Alga, no ano de 2006. Depois de algumas capacitações esse grupo de mulheres resolveram usar essas algas de outra forma, de uma maneira mais rentável e sustentável. As algas hoje são usadas na fabricação de cosméticos e alimentos, a partir desses novos manejos a associação conta com ajuda de dez famílias e sua liderança é composta por mulheres, a associação em si é majoritariamente feminina. A partir de parcerias elas conseguiram um convênio com a prefeitura de Icapuí, para o fornecimento de alimentos a base de algas que são usados na merenda escolar do município.

Com base nas conversas com essas mulheres empreendedoras das Mulheres de Corpo e Alga foi possível entender que a inserção delas nessa empreitada a princípio foi uma maneira que elas encontraram para trazer uma renda a mais para a suas famílias. Elas demoram um pouco para entender a importância delas no cenário econômico e político do Nordeste, visto que o Nordeste é uma região que ainda conserva as raízes patriarcais, principalmente em comunidades mais afastadas das capitais.

Entretanto, ainda falta para essas mulheres o conhecimento político, social e ideológico do que venha ser o feminismo de fato, posto que o conceito lhes permanece estranho. Todavia, de alguma forma, elas passaram a compreender a importância do que fazem e das suas ações na comunidade, no município e no estado. O esforço do Coletivo se mobiliza para participar de eventos nacionais e divulgar seu trabalho, conectando e projetando o município de Icapuí como um centro de cooperação para o desenvolvimento pelo trabalho coletivo.

Pode-se observar o orgulho demonstrado pelo Coletivo por ter uma associação chefiada por mulheres, integrada as necessidades locais e com foco para fazer prosperar seus empreendimentos. Uma frase muito ouvida na comunidade e dita com bastante orgulho por elas é que em “Icapuí quem comanda são as mulheres”, deixando claro a força do processo associativo que tornou possível mudar a realidade de vulnerabilidade, dando voz a quem sempre foi oprimido.

## 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim desta pesquisa destacou-se aos olhos das pesquisadoras o papel das comunidades femininas como ferramenta para o desenvolvimento econômico e conseqüente emancipação e empoderamento do público feminino. Ficou evidente, no entanto, que a desigualdade existente no Nordeste, em que pesa o gênero, faz com que o papel entre homens e mulheres seja claramente definido dentro da comunidade no qual se inserem.

No caso específico de Icapuí no Ceará, as mulheres desenvolveram mecanismos associativos para, a partir do artesanato, da confecção de produtos a base de alga e de uma união entre as mulheres da comunidade, caminhar rumo à construção das bases de uma economia feminista e solidária que atua diretamente no empoderamento das mulheres e no desenvolvimento individual e coletivo, o que impacta diretamente na superação das vulnerabilidades socioeconômicas e no desenvolvimento da comunidade, reforçando o processo de empoderamento individual forma uma espiral virtuosa até alcançar a identidade positiva e a autoestima.

No entanto, a existência de certas condições na vida das pessoas pode dificultar ou facilitar essa construção individual. Por exemplo, certas mulheres durante as entrevistas realizadas falaram que tiveram que convencer seus maridos para que eles lhes deixassem construir seu projeto econômico, viajar para representar o projeto, entre outras atividades importantes para o desenvolvimento e ascensão do seu negócio. Além disso, a nova atividade da mulher e a sua participação aos ingressos da família não significou necessariamente que houve uma redistribuição das tarefas domésticas. Ou seja, algumas mulheres fazem as duas atividades, no seu dia de trabalho atua nos afazeres domésticos e na cooperativa. Mesmo no caso do Coletivo de Corpo e Alga, as entrevistadas identificam uma divisão sexual do trabalho: os homens efetuavam os trabalhos em exterior (replântio e colheita das algas) e as mulheres se encargavam do beneficiamento, produção, divulgação e comercialização dos produtos.

Nesse contexto específico não se vislumbrou a construção de uma estrutura de economia solidária que possibilitasse condições de desenvolvimento socioeconômico fora das dinâmicas de mercado. Tão pouco representaram um meio automático de empoderamento feminino ao nível individual. Antes, a construção das dinâmicas associativas possibilitou meios de participação e ganhos econômicos através do trabalho feminino.

Vale registrar que sedimentar as bases para questionar os papéis vinculados à produção, à reprodução, à participação às atividades sociais e políticas é um processo que leva tempo. Porém, se o maniqueísmo entre masculino e feminino segue bem firme em certos aspectos particulares, ao nível coletivo, o impacto da auto-organização através da economia solidária permite a emergência de representantes femininas que se implicam cada vez mais para o desenvolvimento local e que buscam

mudanças sociais.

## REFERÊNCIAS

- CARLOTO, C. M; LISBOA, T. K. Gênero, Políticas sociais e Serviço Social. **Gênero**, Niterói, v. 13, n. 1, p.9-13, 2012. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/viewFile/539/344>>. Acesso em: 11 nov. 2018.
- \_\_\_\_\_, C. M; TORETTA, E. T. **O Espaço Ocupacional da Mulher: Um estudo de caso sobre a divisão do trabalho na indústria automotiva**. 2009. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/GTs-ONLINE/GT1/EixoII/espaco-ocupacional-Ester-Cassia.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2018.
- CHARLIER Sophie. *Empoderamiento des femmes par l'économie populaire solidaire : participation et visibilité des femmes en Bolivie*, in Isabelle Guérin et al., **Femmes, économie et développement**, ERES Sociologie économique, 2011.
- FUNDAÇÃO BRASIL CIDADÃO. **Projeto Mulheres de Corpo e Alga**. Fortaleza, Brasil. Disponível em: <http://www.brasilcidadao.org.br/projetos/mulheres-de-corpo-e-alga/> Acesso em: 14 nov. 2018
- FUNDAÇÃO BRASIL CIDADÃO, Fundação Brasil Cidadão para Educação, Cultura, Tecnologia e Meio Ambiente – FBC, Brasil, 2018. Disponível em: <http://www.brasilcidadao.org.br/>; Acesso em: 14 nov. 2018
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GUERIN Isabelle, HERSENT Madeleine, FRAISSE Laurent. « Introduction », in Isabelle Guérin et al., *Femmes, économie et développement*, ERES «Sociologie économique », 2011.
- HIRATA, H; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132> Acesso em: 08 nov. 2018
- IBGE. **Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. 2018. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf)>. Acesso em: 08 nov. 2018.
- KERGOAT, Daniele. Divisão Sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009, p. 67-75.
- MAIA DE ANDRADE, Priscilla. **A economia solidaria é feminina?** Análise da política nacional de economia solidaria sob a perspectiva de gênero, Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 2007.
- MICHELETTO BRANDAO Adriana. *Economia solidaria e Feminista: A experiência da Casa da Mulher do Nordeste*, **NAU - Revista Eletrônica da Residência Social** do CIAGS/UFBA, Salvador, v.1, n.1, p. 65-70 Jun/Nov 2010.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- NOBRE Miriam, VIUDES DE FREITAS Tais. « Possibilités et limites de la construction de l'égalité de genre dans l'économie solidaire », in Isabelle Guérin et al., **Femmes, économie et développement**, ERES « Sociologie économique », 2011.

OSORIO CABRERA Maria Daniela. ***Economía solidária e interdependencia: aportes desde perspectivas feministas***, *Quaderns de Psicologia*, Vol. 16, No 1, 155-165, 2014.

PESSOA Cleudes, FILOMENO POUCHAIN RAMOS Jeannette, FERNANDES PEIXOTO Socorro Leticia. ***Economia solidaria e feminista: reflexões em torno da autonomia econômica das mulheres***, 2008. [http://www.socioeco.org/bdf\\_fiche-document-108\\_pt.html](http://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-108_pt.html) Acesso em: 13 de nov. 2018

SOUSA, L. P. De., GUEDES, D. R. (2016). A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. ***Estudos Avançados***, 30(87), 123-139

## LAERTE-SE: A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE ALÉM DO GÊNERO

**Juliana Maria Duarte Marques**

Universidade do Estado do Amazonas – UEA

Manaus – Amazonas

**RESUMO:** Em uma sociedade marcada por dicotomias de certo ou errado, céu ou inferno, direita ou esquerda, homem ou mulher, é apresentado o documentário “Laerte-se” (2017), cujo enredo conta um pouco da vivência da mulher trans Laerte Coutinho. O estudo procurou entender as questões de identidade de gênero sob a perspectiva da referida personagem, trazendo como contribuição a reflexão em torno da identidade como uma questão cultural. Neste diapasão, como objetivo geral: compreender a aplicação das questões de gênero sob a luz da vivência e local de fala da personagem no documentário. Como objetivos específicos: identificar a origem histórica do gênero como identidade; compreender a transexualidade a partir do depoimento da personagem na construção de sua identidade. Após análise, percebe-se que o reconhecimento da identidade de gênero de Laerte como mulher trans vai além dos aspectos materiais e gramaticais que a sociedade estabelece ao gênero feminino, contribuindo no âmbito dos estudos sobre a sexualidade a perspectiva da identidade de gênero como uma construção muito mais complexa do que reduzi-la apenas aos atributos

biológicos, reforçando o respeito ao devido local de fala da personagem de modo a valorizar as lutas dos movimentos sociais LGBTQI+ pelo respeito e tolerância no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Identidade, Gênero, Transexualidade.

### “LAERTE-SE”: CONSTRUCTION OF AN IDENTITY BEYOND GENDER

**ABSTRACT:** Amidst a society marked by dichotomies of right or wrong, heaven or hell, right or left, man or woman, the documentary “Laerte-se” (2017) presents the experience of the trans woman Laerte Coutinho. The study tried to understand the issues of gender identity from the perspective of that character, giving us insights about identity as a cultural issue. In this scenario, as a general objective: to understand the application of gender issues from the perspective of the character’s experience and speech. As specific objectives: identify the historical origin of gender as identity; understand transsexuality from the testimony of the character in the construction of her own identity. Upon analysis, the recognition of Laerte’s gender identity as a trans woman goes beyond the material and lexical aspects that society determines for the female gender, providing sexuality studies with the perception

of gender as a much more complex cultural construction than simply reducing it to mere biological attributes, thus promoting respect for the character's proper place of speech and strengthening the LGBTQI+'s social movements for respect and tolerance in Brazil.

**KEYWORDS:** Identity, Gender, Transsexuality.

## 1 | INTRODUÇÃO

Os debates acerca das formas de orientações sexuais, sexualidade e identidade de gênero tem-se intensificado cada vez mais nos últimos anos, resultado das discussões sobre a diversidade como reflexo da sociedade de direitos, que traz à tona diversos movimentos sociais de grupos minoritários, até então desrespeitados e excluídos das políticas públicas, com alto índice de discriminação e violência, destacando-se entre eles a LGBTQI+.

Por conseguinte, como atividade desenvolvida e apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Sexualidade, Gênero e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas – UEA para obtenção de nota na disciplina Orientação Sexual, Identidades Sexuais e Identidade de Gênero, ministrado pelo Professor Doutor André Luiz Machado das Neves em julho de 2018, que resultou no presente estudo. Assim, a partir das discussões propostas em sala de aula pelo Professor, verificou-se que a produção de conteúdos visuais sérios, seja por meio da rede de televisão ou pela internet, sobre o tema acarretaram maior visibilidade daqueles que representam os movimentos sociais, tendo em vista o alcance das informações em qualquer lugar e a qualquer tempo, permitindo o fomento de discussões e o desenvolvimento na busca do respeito as diversidades nos mais variados setores da sociedade.

Nesse contexto, em 2017, a empresa TrueLab em parceria com a Netflix produziu o primeiro documentário brasileiro no seu catálogo de serviços de *streaming* chamado LAERTE-SE, com a direção de Lygia Barbosa e Eliane Brum, que também contribuíram com o roteiro em conjunto com Raphael Scire e Nani Garcia, esta última responsável pela edição do longa, e conta o cotidiano da cartunista e chargista brasileira Laerte Coutinho, que assumiu a identidade de mulher trans aos 58 (cinquenta e oito) anos de idade.

Através do documentário, é permitido observar que o reconhecimento da identidade trans mostra-se uma tarefa a ser construída diariamente pela cartunista. Partindo deste princípio, foi estabelecido como objeto do presente estudo a análise e compreensão da aplicação das questões de gênero sob a luz da vivência e local de fala da personagem Laerte. Ao passo que os objetivos específicos para consolidação do objetivo estabelecido corresponde: identificar a origem histórica do gênero como identidade e compreender a transexualidade a partir do depoimento da personagem na construção de sua identidade.

Como metodologia utilizou-se a pesquisa exploratória e bibliográfica, tendo

em vista que antes de adentrar ao tema, buscou-se a familiarização e em seguida o aprofundamento teórico em livros e pesquisas na internet. Em relação ao método, escolheu-se o dialético, cuja produção de conhecimento consiste no debate de contraposição de ideias no sentido de procurar refutar ou responder as indagações levantadas. (CORRÊA, 2018)

O presente artigo fundamenta-se nas ideias dos seguintes autores: Joan Wallach Scott (1995); Mario Carvalho e Sérgio Carrara (2013); Judith Butler (2014), João Paulo Zerbinati (2017); Maria Helena Diniz (2013); Jorge Leite Júnior (2008); Jaqueline Gomes de Jesus (2012); Maria Vital da Rocha e Itanieli Rotondo Sá (2013); Beatriz Pagliarini Bagagli (2017); Cristiane Gonçalves da Silva (2013).

Para finalizar, a temática foi dividida em duas partes, conforme os objetivos específicos. A primeira parte é “A origem do gênero como identidade” e a segunda parte “A transexualidade como identidade de gênero a partir do depoimento de Laerte na construção de sua identidade”, entendendo como a melhor abordagem para o presente estudo.

## **2 | A ORIGEM HISTÓRICA DO GÊNERO COMO IDENTIDADE**

Na tentativa de desconstruir conceitos contemporâneos que expressam intolerância e promovem a perpetuação da exclusão da comunidade LGBTQI+ nas políticas públicas, torna-se cada vez mais importante contextualizar o dinamismo e naturalidade como as relações de gênero foram tratadas ao longo da história e em que momento tornou-se um assunto polêmico.

Por esta razão, o presente tópico está dividido em duas partes. A primeira abordará os estudos de gênero em geral realizados por Joan Wallach Scott, voltado para as análises conceituais de gênero, ao passo que a segunda discorrerá acerca da história do gênero além do binarismo, dando ênfase à identidade trans, objeto do presente estudo.

### **2.1 A evolução dos estudos de gênero, segundo Joan Scott (1995)**

Joan Wallach Scott é uma historiadora feminista, nascida nos Estados Unidos, que teve grande contribuição nos estudos de gêneros quando, ainda na década de 1980, as discussões acerca do tema ainda eram voltadas no binômio sexo e gênero. Na sua obra “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, observa-se que a autora destacou três abordagens diferentes, conforme passaremos a seguir, que demonstram os estudos de gênero como parte essencial para entender as relações entre homens e mulheres, de forma a entendê-los não como uma categoria permanente, mas sim fluida.

A primeira abordagem trazida pela autora, de cunho feminista, questiona-se a origem do patriarcado como uma necessidade de dominação masculina em face das mulheres. Divide-se em duas linhas de estudo: primeiramente, de que o domínio dos

homens se justificava para fins de reprodução, tendo como expoentes Mary O'Brien e Sulamith Firestone; a segunda, defendida por Catherine MacKinnon, acreditava que a sexualidade era a resposta para entender o patriarcado, utilizando-se de referências análogas e comparativas ao marxismo. Scott (1995) aduz algumas problemáticas advindas desta primeira abordagem, nas quais podemos citar a prevalência de uma ordem na organização social, a ausência de comparação de desigualdades com outros elementos da sociedade e, por fim, baseia-se na diferença física do masculino e feminino, o que transforma em caráter universal e imutável as questões históricas de gênero.

Já a segunda abordagem, tem forte influência das feministas marxistas, propõe-se a estudar a partir da análise das relações de um sistema dual: capitalismo e patriarcado, pois entendia-se, segundo Scott (1995), que a “explicação das origens e das transformações dos sistemas de gênero encontra-se fora da divisão sexual do trabalho”, colocando a família e a sexualidade como “produtos cambiantes de produção”. Como expositores, temos Engels, Joan Kelly e Heidi Hartmann, o primeiro tornou-se autor do livro “A Origem da Família”, a segunda, apresentou o ensaio “*The Doubled Vision of Feminist Theory*”, e a terceira, economista, afirmava que o capitalismo e o patriarcado configuram-se como dois institutos autônomos, porém atuam de maneira mútua. Como problemática apontada pela autora nesta abordagem está no fato de que esta teoria trata os estudos de gênero como segundo plano, perdendo espaço para as relações econômicas.

Em seguida, a terceira abordagem, inspirada na psicanálise, divide-se em duas teorias para entender a identidade de gênero. A primeira fundamenta-se no pós-estruturalismo francês, utiliza as leituras pós-estruturalistas de Freud em conjunto com a teoria das linguagens de Jacques Lacan. Scott (1995) afirma que esta corrente enfatiza o papel da linguagem na comunicação, interpretação e expressão de gênero e defende o inconsciente como ponto crucial na construção do indivíduo. Como crítica, a autora entende que a teoria pós-estruturalismo francês fixa a posição binária masculino-feminino como aspecto permanente da condição humana. Ao passo que a segunda teoria, fundamenta-se na teoria anglo-americana de relação do objeto (*object-relation theories*), baseada na teoria da experiência concreta, entendendo o inconsciente como suscetível de compreensão do consciente. A autora aponta como problemáticas desta teoria, a análise limitada do conceito de gênero apenas no âmbito da família e experiências domésticas, não interagindo com outras relações como a economia, política ou qualquer outra relação de poder, bem como não se discute a existência da desigualdade.

Após síntese das abordagens levantadas, cumpre mencionar a definição de gênero da autora, Scott (1995), que consiste em duas partes correlacionadas: “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder”. Assim, as mudanças nas relações sociais interferem sempre nas



relações de poder, enquanto que o gênero como elemento constitutivo envolve-se de quatro maneiras: a) com as relações simbólicas que são tratados os gêneros; b) aplicação de normas de origem religiosa, científica, políticas ou jurídicas, entre outras que limitam a interpretação dos símbolos; c) no debate acerca da representação binária do gênero; d) identidade subjetiva.

Resta claro o inconformismo da autora quanto aos estudos que eram feitos considerando apenas o mulheres e homens de forma imutável e inflexível, havendo por parte desta a necessidade de encontrar um conceito de gênero que possa responder todas ou grande parte das perguntas em torno do tema. Assim, identifica-se que gênero consiste nas diferenças sexuais, sendo estas colocadas de formas hierarquizadas conforme são construídas e representadas na cultura de cada povo. No entanto, a autora não respondeu como são realizadas essas construções, cabendo buscar informações anteriores ao período entre os séculos XVIII e XX, tendo em vista a existência de registros sociológicos de civilizações que identificavam o gênero de forma dinâmica, ultrapassando a ideia binária das abordagens mencionadas, existentes desde a Idade Antiga até meados do século XVII.

## 2.2 A história do gênero além do binarismo masculino-feminino

Após os conceitos sociológicos de gênero, é mister analisar a origem histórica da referida expressão a partir de uma seara que vai além do binarismo masculino e feminino, no intuito de demonstrar que a fluidez ou transitoriedade entre os gêneros não se trata de algo recente, havendo registros em civilizações desde a antiguidade.

Na Idade Antiga, podemos citar como exemplo, o mito de Tirésias, que conta a estória de um famoso adivinho, nascido em Tebas, que foi orar no monte Citorão, quando encontrou duas cobras copulando, quando os animais o atacaram e na intenção de se defender, matou a cobra fêmea, no que tal atitude ensejou em um castigo de Zeus que o obrigou a viver como uma mulher. Somente sete anos depois, quando se viu na mesma situação, decidiu matar a cobra macho e assim retornou ao seu antigo corpo masculino. Outro registro importante é a existência da divindade mitológica Príapo, caracterizado como andrógono e hermafrodita, filho de Afrodite e Dionísio, significava fertilidade, não só humana, mas agrícola. Resta citar também Platão, que em sua obra chamada “O Banquete” dividia a espécie humana em três tipos: os filhos do sol (macho), as filhas da terra (fêmeas) e os filhos da lua (andróginos, possuidores de ambos os sexos). (ZERBINATI, 2017)

Já no Império Romano, os historiadores relatam a existência de imperadores que se travestiam ou realizavam condutas consideradas típicas femininas na época, como também ordenavam que fossem feitas cirurgias de redesignação sexual em escravos. (ZERBINATI, 2017)

Outrossim, Diniz (2007) relata exemplos na história, o Rei Henrique III, da França, que em 1577, vestiu-se de roupas femininas chegando a comparecer diante de seus aliados políticos trajado dessa forma. François Timoléon, o Abade de Choisy,

passou parte de sua vida sendo educado como uma menina e tornou-se embaixador de Luiz XIV no Sião. Charles de Beaumont, ou Chevalier d'Eon, viveu 49 (quarenta e nove) anos como homem e 34 (trinta e quatro) como mulher, foi amante de Luis XV e disputava a rivalidade com Madame Pompadour.

Para concluir, Foucault (1988) conta que as práticas referentes à sexualidade não eram sigilosas, os discursos não eram tímidos, as artes se expressavam em corpos nus, no entanto, após o início da Idade Clássica, por influência do cristianismo, a moral passou a interferir no âmbito da sexualidade, estabelecendo normas e punindo qualquer um que tentasse se abster de cumpri-las. No entendimento do autor embora a sexualidade fosse vista como pecado durante o regime vitoriano, esta nunca deixou de ser falada. A liberação estaria condicionada à transgressão de regras, condenando o conformismo de Freud na função de normatização da psicanálise entre outros estudos assegurados pelo discurso científico a respeito do sexo e suas práticas, que perpetuavam a intolerância e a patologização dos indivíduos que estivesse em desacordo.

### **3 | A TRANSEXUALIDADE COMO IDENTIDADE DE GÊNERO A PARTIR DO DEPOIMENTO DE LAERTE NA CONSTRUÇÃO DE SUA IDENTIDADE.**

Diante do exposto no tópico anterior, verifica-se que até o século XVII, as questões de gênero e sexualidade eram analisadas sob a luz da filosofia e das crenças religiosas, no que, a princípio, não eram priorizadas as questões anatômicas dos corpos nascidos com pênis e vagina, passando em seguida pela resignificação do termo gênero por influência do cristianismo, transformando em normas os papéis de cada sexo. Somente a partir do século XVIII, os estudos acerca do tema foram tomando diferentes abordagens, ainda que sob a influência da fé cristã, na qual se consagrou o pensamento científico, cuja ideia inicial direcionava-se na busca de diagnósticos a estes indivíduos.

É nesse contexto que "identidades serão construídas, ideias e comportamentos serão naturalizados e/ou patologizado, e a busca pelo "verdadeiro sexo terá um lugar de destaque na formação desta nova maneira de pensar, lidar, sentir, organizar, vivenciar, ou mesmo discutir o sexo. (Leite Junior, 2008, p.57)

Seguindo esta perspectiva, para entender a transexualidade como uma identidade de gênero proveniente da condição humana utilizaremos o local de fala da personagem Laerte, presente no documentário LAERTE-SE, já qualificado nas considerações iniciais do presente artigo, que em 2009 assumiu sua identidade trans, aos 58 (cinquenta e oito) anos de idade, considerando as falas da própria personagem no decorrer do longa.

Assim como na antiguidade, em que há relatos da existência de transitoriedade nas expressões de gênero, Laerte nos mostra justamente na sua vivência essa fluidez, indo além do binarismo cisgênero, homem e mulher, apresentando-se como mulher

trans. Nesse sentido, Butler (2014) é enfática ao afirmar que não se pode limitar os conceitos de gênero ao ser ou ter, uma vez que tal expressão é o instrumento pelo qual o masculino e o feminino se manifestam em conjunto com outros fatores, como por exemplo, hormônios, genética, físicos e demais expressões assumidas pelo gênero. No entanto, a autora complementa que não obstante se tome a referida definição como verdade, as normatizações de masculino e feminino são passíveis de desconstrução ou desnaturalização, tendo em vista que ao passo que estamos nos referindo à diversas formas de vivência como “confusão de gêneros, mistura de gêneros, transgêneros, cross-gêneros”, já entende-se como uma afirmação de que o gênero se move além do binarismo.

Apartir dessa crítica ao discurso biológico, que antes de falar da transexualidade sob a perspectiva de Laerte, faz-se necessária a menção da noção do termo defasado “transexualismo”, que nos remete a ideia de que a transexualidade se trata de uma patologia, disposto no Código Internacional de Doenças – CID 10, código F640. Assim, o transexual seria o indivíduo “acometido de doença, passível de sofrer intervenções cirúrgicas reparadoras, capazes de adequar seu corpo físico ao sexo que possui em sua representação mental”. (ROCHA & SÁ, 2013)

Cumprir mencionar também, que a princípio, o transexualismo se configurava-se como um “Distúrbio de Identidade de Gênero”, sendo substituído posteriormente por “Transtorno de Identidade de Gênero” e atualmente, no Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5), denomina-se como “Disforia de Gênero”, que diferentemente das classificações anteriores, trata a transexualidade como um “estado psicológico de agudo sofrimento que necessita de intervenção, acima de tudo médica”. (ZERBINATI, 2017)

Considerando que a definição médica já está classificada e codificada, utilizaremos o questionamento feito a Laerte, constante no documentário, no que se refere à possibilidade de se identificar como mulher fora da questão do corpo.

De jeito nenhum pode deixar o corpo de lado. Mas também não pode se resumir ao corpo. **A questão do corpo é central, mas não pode ser tudo, senão a gente, uh, aceita a biologia como único norte, né?** Teu útero é teu destino, esse tipo de coisa. E não é assim. O corpo é uma parte de uma negociação complicada. (trecho retirado do documentário Laerte-se, 2017, grifos nossos)

Nesse contexto, apesar de entender a importância da questão biológica, que, segundo Laerte, não dá para desvencilhar, sua resposta vai na contramão ao posicionamento levantado pelo discurso médico quanto à necessidade de realização de procedimentos cirúrgicos para composição de sua identidade, entendendo que não se deve tê-la como algo predestinado e única opção ao indivíduo. O foco é tornar a questão de gênero sem se restringir ao discurso médico, que trata qualquer desvirtuamento como doença ou perversão sexual, mas sim tratar o assunto como uma questão de identidade. Jesus (2012) afirma que “ao contrário do que muitos pensam, o que determina a condição transexual é como as pessoas se identificam,

e não um procedimento cirúrgico”.

Então, o que é ser mulher? Em sintonia com a definição de Jesus (2012) citada no parágrafo anterior, Laerte emite a seguinte resposta:

**Eu tenho aprendido que é possível ser mulher com a minha genitália, sim. O que é se sentir mulher? É algo que eu me sinto. É algo que eu venho me sentindo cada vez mais.** Agora, é definitivo ou não? Quer dizer, você é mulher, pronto, acabou? Carimba. Não, por que esta questão está se tornando algo de menor importância. Acaba sendo assim: Para que eu preciso ser oficialmente mulher ou homem? Eu não estou construindo uma identidade feminina. Mas é que eu não preciso de identidade nenhuma. Pode ser que a identidade que eu já tenho funcione beleza. Sabe? (trecho retirado do documentário Laerte-se, 2017, grifos nossos)

Entretanto, embora a identificação como mulher trans de Laerte esteja além do binarismo, não quer dizer que esta não se veja diante de dilemas quando questionada acerca do seu corpo, que na época do documentário, não possuía tratamento hormonal, intervenção cirúrgica ou qualquer outra forma de ingerência que a aproxime da anatomia feminina.

O que quer dizer exatamente ter esse implante no meu corpo? Se eu estou convivendo com a ideia de que eu sou uma mulher, sem hormônios, sem quadril, e a ideia está factível pra mim, por que eu preciso de um peito, né? Então, está uma montanha-russa. Eu não sei, quando eu chego em casa e tiro o meu sutiã e o peito vai junto, eu fico pensando: “Poxa, eu gostaria que ele ficasse”, (trecho retirado do documentário Laerte-se, 2017)

Para Bagali (2017), o desconforto com o corpo que muitos transgêneros experimentam não corresponde como uma inconformidade com a cisgeneridade, bem como não entende que tal disforia é resultado de uma “suposta reprodução consentida de normas sociais”. A autora conclui que cada indivíduo trans procura a forma de aceitação do seu corpo, configurando-se muitas vezes como uma resistência ao que é imposto pela sociedade quando decidem permanecer com alguma característica que vai na contramão da identidade assumida.

Essa busca por aceitação, por mais que decorra da subjetividade de cada indivíduo, não podemos descartar a vivência de cada um na sociedade e tratando-se de transgêneros, não podemos ignorar o fato de que a violência e a intolerância a que estão vulneráveis são fatores determinantes em muitas escolhas tomadas por este grupo de indivíduos. Quando Laerte é indagada como se relaciona com o seu corpo, especificamente ao implante de seios, sua resposta ainda se mostra confusa em quatro verbos:

Nossa, está uma confusão cada vez pior. Em relação ao peito, eu estou me debatendo com quatro verbos. **O querer, o poder, o precisar e o dever.**

[...]

Eu sei que eu não preciso. **Eu não preciso, eu existo sem peito. Agora, eu quero. Mais recentemente, eu posso. Eu tenho meios para isso. Muito bem. E o devo? O devo é uma questão muito perturbadora porque diz respeito ao**

**olhar dos outros. Eu sempre ouço, quando penso nesse verbo, eu sempre ouço a filha da p\*\*\* da fascistoide lá, enfiando o dedo na minha cara e perguntando: «E o seu peito, quando você vai pôr?» Por que? Porque isso é um documento, né? E é mesmo. É mesmo.** (trecho retirado do documentário Laerte-se, 2017, grifos nossos)

Para Laerte, percebe-se o conflito que o verbo “dever” está pesando na sua decisão, é claro que ao mesmo tempo que ela tem um desejo de colocar uma prótese, ela também não quer que aquilo defina sua identidade para os outros, citando como exemplo, um caso de intolerância em que foi vítima. Silva (2016) coloca a identidade como algo histórico e cultural, vez que a sua expressão se dá pelos “atributos, comportamentos e papéis convencionalmente estabelecidos para machos e fêmeas”. No entanto, o conflito de Laerte em relação ao corpo ainda é reflexo de uma sociedade com heranças deixadas pelo cristianismo da Idade Média, que prioriza os atributos anatômicos femininos para estabelecer o que é ou não ser mulher, reduzindo ou ignorando qualquer outra concepção que não se enquadre dentro do que foi estabelecido.

Por esta razão, é o entendimento de Carvalho e Carrara (2013) de que o conceito biológico está enraizado e se mostra, inclusive, dentro dos próprios movimentos sociais, no discurso de transgêneros e travestis que passaram por qualquer procedimento cirúrgico que auxilie na reafirmação de sua identidade em face daqueles que ainda não tem em seus corpos quaisquer intervenção médica. Nesse sentido, Laerte condena a falta de empatia e respeito as diversas vivências e nega que tais indivíduos representem o grupo.

É estabelecer uma coisa assim: «Nós somos mulheres.». Por causa dessa visão de «nós somos mulheres» elas também se arrogam no direito de cobrar: «você é mulher?» Eu digo: sou. «Cadê o seu peito?». Você pode perguntar: «Cadê a sua b\*\*\*\*\*?». Porque boa parte ali fez a operação de redesignação e se considera mais graduada do que quem não fez. Você percebe? Há uma questão corporativa, uma questão de quesitos e requisitos a se cumprir. Há uma questão de carteirinha. É um horror isso, um horror! A atuação dessas pessoas é de uma truculência absolutamente masculina. Sabe, o modo como as pessoas se ofendem, como se impõem, como dão porrada e dizem que isso é assim, travesti é assim. Travesti não é assim. (trecho retirado do documentário Laerte-se, 2017)

Carvalho e Carrara (2013) explicam muito bem essas divergências ideológicas dentro do movimento LGBTQI+, especialmente no que diz respeito a briga pelo fortalecimento da identidade das travestis para não serem incluídas no “T” junto com os transgêneros. A partir do depoimento de Tathiane Araujo, entrevista em 19/11/2010, os autores observaram a existência de categorias dentro do movimento quando a mesma afirma “travesti operado, travesti”. Em harmonia com os autores, Laerte sugere a existência de um corporativismo dentro do movimento:

Por exemplo, a ideia de que há uma identidade travesti e transexual. Inegável, verificável com determinados sinais, que tem o poder de excluir quem não se enquadra. É o corporativismo trans, né? (trecho retirado do documentário Laerte-se, 2017)

Os autores mencionados concluem que o fulcro da independência identitária das travestis configura-se na busca de políticas públicas exclusivas a este público alvo por entenderem que possuem vivências distintas, isto é, enquanto as organizações de travestis aparecem diante de violência policial e AIDS, as organizações voltadas aos transgêneros buscam entender a transexualidade e acessos às inovações médicas de transformação do corpo.

Travesti e transgêneros são pessoas dignas de serem consideradas humanas. Elas não estão ali fazendo palhaçadas. Elas não estão se exibindo, elas estão usando a condição, a identidade feminina que corresponde ao desejo íntimo delas. (trecho retirado do documentário Laerte-se, 2017, grifos nossos)

A confiança que Laerte tem com o próprio corpo é construída diariamente, indo além dos conceitos de identidade de gênero reducionistas biológicos, apresentando o discurso abaixo:

Eu também chego numa outra possibilidade que é: não existem homens e mulheres. Então, em princípio somos seres humanos e a gente tem essas disposições. Essas disposições são também, são convenções, são possibilidades, são linguagens. Se estou cada vez mais compreendendo que a questão de gênero é pra ser tratada como uma construção cultural mesmo, que não é um... Que não foi criado por Deus, então eu posso rever tudo, né? (trecho retirado do documentário Laerte-se, 2017)

Por derradeiro, vislumbra-se que, para Laerte, a questão de gênero deve ser tratada considerando os aspectos culturais, entendendo que o modo como nos relacionamos enquanto indivíduos que vivem em sociedade são oriundos de convenções normatizadas por costumes, porém com a possibilidade de desconstruir e reconstruir nossos pensamentos para acompanhar a evolução da humanidade.

#### 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto, não restam dúvidas quanto à existência de inúmeros debates acerca dos conceitos de gênero, atraindo estudiosos de diversas áreas do conhecimento ao longo da história para entender a complexidade do desenvolvimento humano diante da busca de uma identidade.

É mister destacar, que da mesma forma que os discursos estão evoluindo para um entendimento mais abrangente com reconhecimento de direitos individuais, contemplando diversos grupos ainda marginalizados, o índice de violência e intolerância em face da população LGBTQI+ também está crescendo. Uma das formas de evitar que o preço da visibilidade seja pago com o sangue de inocentes ainda é a busca pelo conhecimento, não só aquele presente nos livros e no meio científico e acadêmico, mas também de conhecer pessoas e suas vivências.

Nesse sentido, nada melhor do que conhecer alguém que está alcançando sua liberdade, que é o caso da Laerte. A cada dia, sente-se mais livre para ser quem acredita que é e não se fecha a novas possibilidades de mudanças, pois não

sabe o dia do amanhã. Caso se identifique ainda como mulher ou como homem futuramente, não cabe a sociedade determinar, somente a própria.

Laerte, como mulher trans, vai além dos aspectos materiais e gramaticais que a sociedade estabelece ao gênero feminino, é filha, amiga, pai e avô, deixando por meio do documentário “Laerte-se” sua perspectiva de vida, contribuindo, ainda que de forma involuntária, aos estudos sobre a sexualidade e reconhecimento de identidade de gênero como uma construção muito mais complexa e apaixonante, pois não se trata apenas de reduzir o indivíduo aos atributos biológicos de nascimento, mas de respeitar o devido local de fala e a subjetividade de cada, sem algemas sociais, de modo a valorizar as lutas por respeito e tolerância protagonizada pelos movimentos sociais, em especial o LGBTQI+.

Portanto, sabe-se que ainda há muito o que lutar contra esse sistema cis heteronormativo estruturado, cuja perpetuação só acarreta na marginalização e escassez de registros autobiográficos ou relatos de vivência de pessoas trans. Colocar-se como antagonista desse sistema é dar importância a trabalhos como o primeiro documentário brasileiro no catálogo de serviços de *streaming* da Netflix, “Laerte-se”, que nos possibilita ter um pouquinho da vivência desses sujeitos dentro das nossas casas e conseqüentemente, trabalhar na desconstrução e reconstrução de identidades e relações de gênero e sexualidade.

## REFERÊNCIAS

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. **Orientação Sexual na Identidade de Gênero a partir da Crítica da Heterossexualidade e Cisgeneridade como normas**. Letras escreve, v.7, n.1, p.137-164, janeiro-julho, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/letras/article/view/3073>>. Acesso em: 03/09/2018.

BUTLER, Judith. **Gender Regulations**. In: \_\_\_\_\_. Undoing Gender. Nova York: Routledge, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332014000100249](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332014000100249)>. Acesso em: 20/08/2018

CARVALHO, Mario; CARRARA, Sérgio. **Em direção a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil**. Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-64872013000200015&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-64872013000200015&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 20/08/2018

CORRÊA, Luiz Nilton. **Metodologia Científica: Para trabalhos acadêmicos e artigos científicos** / Luiz Nilton Corrêa. Florianópolis: Do autor, 2018.

DINIZ, Maria Helena. **O estado atual do Biodireito** / Maria Helena Diniz. – 4. Ed. Revista e atualizada conforme a Lei n. 11.105/2005. – São Paulo: Sairava, 2013.

foucault, michel. História da Sexualidade I: A vontade de saber, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988. Tradução do original em francês: *Histoire de la sexualité I: la volonté de savoir*.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero : conceitos e termos** / Jaqueline Gomes de Jesus. – 2. Ed. revista e ampliada. Brasília, 2012. Disponível em <<https://>

pt.scribd.com/document/87846526/Orientacoes-sobre-Identidade-de-Genero-Conceitos-e-Termos>. Acesso em 02/09/2018.

LAERTE-SE (2017). Direção: Lygia Barbosa da Silva e Eliane Brum. Distribuição: Netflix. Disponível em: <<https://www.netflix.com/title/80142223>> Acesso: 20/08/2018.

LEITE JUNIOR, Jorge. —**Nossos corpos também mudam**”: **sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico**. (Tese de Doutorado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo: 2008. Disponível em <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp074600.pdf>> Acesso em: 06/09/2018.

ROCHA, Maria Vital da. SÁ, Itanieli Rotondo. **Transexualidade e o Direito Fundamental à Identidade de Gênero**. In: RIDB, a. 2, n. 3, 2013, p. 2.337-2368. Disponível em <[https://www.cidp.pt/publicacoes/revistas/ridb/2013/03/2013\\_03\\_02337\\_02364.pdf](https://www.cidp.pt/publicacoes/revistas/ridb/2013/03/2013_03_02337_02364.pdf)>. Acesso em 07/09/2018.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99. Revisão de Tomaz Tadeu da Silva a partir do original inglês (SCOTT, J. W.. Gender and the Politics of History. New York: Columbia University Press, 1988. PP. 28-50.), de artigo originalmente publicado em: Educação & Realidade, vol. 15, nº 2, jul./dez. 1990. Tradução da versão francesa (Les Cahiers du Grif, nº 37/38. Paris: Editions Tierce, 1988.) por Guacira Lopes Louro. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>>. Acesso em: 20/08/2018.

SILVA, Cristiane Gonçalves da. **Unidade 1 – Sexualidade: Dimensão conceitual, diversidade e discriminação. Semana 3 – Orientação Sexual, Identidades Sexuais e Identidade de Gênero**. Universidade Federal de São Paulo. São Paulo, 2013. Disponível em: <[http://www.comfor.unifesp.br/wp-content/docs/COMFOR/biblioteca\\_virtual/GDE/mod3/Semana3\\_Mod3\\_GDE.pdf](http://www.comfor.unifesp.br/wp-content/docs/COMFOR/biblioteca_virtual/GDE/mod3/Semana3_Mod3_GDE.pdf)> Acesso em: 20/08/2018.

ZERBINATI, João Paulo. **Desvelando a vivência transexual: gênero, criação e constituição de si mesmo** / João Paulo Zerbinati. (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual Paulista – UNESP, São Paulo: 2017. Disponível em: <[https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/152491/zerbinati\\_jp\\_me\\_arafcl.pdf?sequence=3](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/152491/zerbinati_jp_me_arafcl.pdf?sequence=3)> Acesso em: 03/09/2018



## EXPRESSÕES ATIVISTAS DO POLIAMOR E DESBANQUE DE PRIVILÉGIOS MASCULINOS: ENFRENTAMENTO PELA PSICOLOGIA POSITIVA E RECURSO TÉCNICO DA RESILIÊNCIA

**Maria Juivalda Barbosa**

Faculdade Social da Bahia, Curso de Psicologia  
Salvador – Bahia

**Izaura Maria Carvalho da Graça Furtado**

Faculdade Social da Bahia, Curso de Psicologia  
Salvador – Bahia

**RESUMO:** Vive-se, na contemporaneidade, um momento histórico, social e cultural de desenvolvimento de novas constituições familiares que vão além das relações de formato heterossexual, machista e monogâmico. Localiza-se o Poliamor neste contexto, como um movimento que contribui para o desbanque de privilégios masculinos, uma vez que é pautado na relação afetivo-sexual não monogâmica consensual com envolvimento de várias pessoas ao mesmo tempo, independente de sexo ou de gênero e busca da compersão – forma “generosa” de lidar com o ciúme em respeito aos direitos individuais, humanos, afetivos e sexuais. Trata-se de uma pesquisa descritiva, de caráter exploratório, método qualitativo, revisão bibliográfica em livros e artigos publicados nos bancos de dados SCIELO, BVS e REDALYC. Objetiva-se discutir aspectos do poliamor na relação com a psicologia positiva através do seu construto resiliência. A inquietação motivou a seguinte pergunta de pesquisa: Se o poliamor é marginalizado entre mitos,

preconceitos e intolerâncias, como a psicologia positiva pode contribuir para o enfrentamento de mulheres poliamorosas, tendo em vista que a pressão social incide desigualmente sobre elas? Apresentam-se como resultados que o poliamor representa uma realidade social caracterizada por dificuldades relacionais, entretanto praticantes podem lidar com a situação, aprendendo a equilibrar fatores de risco e fatores de proteção dentro do recurso técnico da resiliência. Sem a pretensão de apresentar algo conclusivo, considera-se a necessidade de ampliação de estudos sobre a temática e enfatiza-se o desafio para psicólogos(as) repensarem convicções, juízos de valor, estranhezas, elementos que poderão surgir e serem confrontados em diferentes espaços terapêuticos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Relações de Poliamor, Psicologia Positiva, Resiliência.

ACTIVE EXPRESSIONS OF POLYAMOR  
AND UNLEASHING MALE PRIVILEGES:  
TACKLING POSITIVE PSYCHOLOGY AND  
TECHNICAL RESILIENCE

**ABSTRACT:** In the contemporary world, we live a historical, social and cultural moment of the development of new family constitutions that go beyond heterosexual, sexist and monogamous

relations. Polyamory is located in this context, as a movement that contributes to the unbalance of male privileges, as it is based on a consensual non-monogamous affective-sexual relationship involving several people at the same time, regardless of gender and seeking of compersion – generous way of dealing with jealousy with respect for individual, human, emotional and sexual rights. This is a descriptive, exploratory research, qualitative method, literature review in books and articles published in SCIELO, BVS and REDALYC databases. It aims to discuss aspects of polyamory in relation to positive psychology through its resilience construct. The uneasiness prompted the following research question. If polyamory is marginalized between myths, prejudice and intolerance, how can positive psychology contribute to coping with polyamorous women, given that social pressure is unequal on them? The results are that polyamory represents a social reality characterized by relational difficulties, however practitioners can cope with the situation, learning to balance risk factors and protection factors within the technical resource of resilience. Without pretending to present something conclusive, it is considered the need for further studies on the subject and emphasizes the challenge for psychologists to rethink convictions, value judgments, strangeness, elements that may arise and be confronted in different therapeutic spaces.

**KEYWORDS:** Polyamory Relations, Positive Psychology, Resilience.

## 1 | INTRODUÇÃO

Desde a revolucionária francesa Olympe de Gouges, na França do século XVIII, com a “Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã” e sua frase representativa no momento de subida à guilhotina: “Já que pode subir ao cadafalso, a mulher pode ir à Tribuna” (ASSMANN, 2007) até os movimentos feministas da contemporaneidade com a brasileira Sueli Carneiro com “Enegrecendo o feminismo”, texto sobre a trajetória das mulheres negras no interior do movimento feminista brasileiro, (CARNEIRO, 2003) a luta das mulheres contra a dominação machista - guardadas as devidas proporções de tempo, espaço, espírito de cada época, percurso histórico - vem se consolidando entre barreiras e enfrentamentos visando a superação das desigualdades sociais, políticas, econômicas, culturais, sem perder de vista a questão complementar: o racismo, em que as construções de gênero e raça passam a ganhar novos matizes entre as particularidades de grupos e o amplo universo da mulher.

Em direção à afirmação de uma sociedade mais igualitária e diversificada, as mulheres, na contemporaneidade, estão ocupando novos lugares, constituindo-se como sujeitas ativas, militantes pela democratização política, inserindo-se, inclusive, em novos arranjos familiares a exemplo do Poliamor, movimento que inclui prática e identidade e surge contra imposições sociais, culturais, políticas e enquadramentos de subjetividades que aparecem como naturais no bojo de uma sociedade patriarcal, heteronormativa e compulsoriamente monogâmica.

Com padrões diversos de relacionamentos e experiências amorosas, o poliamor abre espaço para uma união afetiva e sexual com mais de duas pessoas

de sexos diferentes, sem que haja constrangimento ou traição entre eles, tomando como base ideológica, diálogo, lealdade, respeito, igualdade, não exclusividade no amor e contribuição pública para a inserção da mulher em um lugar de escolha predominantemente masculino. Trasladando do feminismo discutido por Miguel e Biroli (2014) para expressões ativistas do poliamor, “O que está em questão, em todo o debate, é a possibilidade de identificar uma experiência feminina comum a todas as mulheres” (MIGUEL e BIROLI, 2014, p.89).

Objetiva-se, neste trabalho, discutir expressões ativistas do movimento poliamorista focando em contribuições para o desbanque de costumes masculinos e inserção da mulher nas práticas afetivas e sexuais, para compreender como ocorrem a adesão, impactos, escolhas, desejos, angústias, enfrentamentos dentro desse novo arranjo de família oposto à formação familiar histórica e culturalmente determinada pela monogamia compulsória.

A justificativa decorre da necessidade de levar a discussão ao âmbito acadêmico, tendo em vista ser ainda um tema pouco discutido no contexto da formação em Psicologia para que psicólogos/as passem a compreender como este arranjo familiar tornou-se real, como vem sendo experimentado na contemporaneidade, particularmente, para adolescentes e jovens, mas também vem-se tornando motivo de sofrimento quando seus praticantes, em confronto com ideias pré-estabelecidas tomadas como verdades, entram em conflito com seus novos questionamentos, ou seja, quando a aceitação de si esbarra na não aceitação do outro. A proposta torna-se, então, relevante por trazer uma contribuição reflexiva e não conclusiva para que profissionais da Psicologia em futuras intervenções, ao se defrontarem com pessoas ou famílias poliamorosas não deixem de fornecer apoio necessário por conta de preconceitos, juízos de valor, estranhezas ou desconhecimento do assunto.

A metodologia utilizada relaciona pesquisa exploratória, visando maior proximidade com o fenômeno pesquisado através de levantamento de dados bibliográficos (GIL, 1999). Pesquisa qualitativa, enquanto método de investigação científica que aborda o caráter subjetivo do objeto em análise, no caso, o Poliamor em suas particularidades, subjetividades, posicionamentos, comportamentos, crenças, desejos, configurando um universo de significados (CHIZZOTTI, 2006). Insere-se, metodologicamente, conteúdo da Psicologia Positiva através do construto da Resiliência que irá perpassar os resultados e a discussão como forma de propiciar equilíbrio e enfrentamento a praticantes do poliamor em conflitos sociais. Foram consultados artigos em bases de dados, como Scientific Electronic Library (SCIELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) e Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal (REDALYC), em que a internet representa o principal instrumento de interação e divulgação entre pessoas poliamorosas. Utilizou-se também livros, monografias e teses de doutoramento.

## 2 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Embora não se tenham dados recentes contabilizados sobre o número de brasileiros em relacionamentos poliamorosos, o interesse pela temática vem aumentando conforme questionamentos e provocações de Pilão (2012), através de suas pesquisas em que apresenta, como contraponto uma espécie de diagnóstico da realidade de casais monogâmicos, levando a problematizações e motivando à pesquisa sobre outras formas de arranjos familiares: “60% dos homens e 40% das mulheres têm relacionamentos extraconjugais. Se a monogamia é nosso estado natural porque ela não é fácil? Atualmente mais de 50% dos casamentos terminam em divórcio” (PILÃO, 2012, p.4).

Costa e Belamino (2017, p.80), ao corroborarem com a pesquisa de Pilão, complementam e provocam: “Mas até que ponto uma relação monogâmica é realmente monogâmica? ”

Impossível discutir o movimento poliamorista sem imbricá-lo no contexto das novas “configurações subjetivas” e/ou formações familiares do século XXI, relacionadas à trajetória histórica, posições, sofrimentos e enfrentamentos dentro das condições concretas da existência, levando-se em conta que as ações humanas são fontes inesgotáveis de sentidos subjetivos e estes alimentam-se e interpenetram-se no fluxo da própria existência, carregando a possibilidade de gerar novos repertórios, novas organizações, mas também novas rupturas e/ou novos formatos de relações sociais. (REY, 2011).

Poliamor: conforme sugere a palavra originária do grego, polis, e do latim, muitos amores, há possibilidade de se amar afetuosamente duas ou mais pessoas ao mesmo tempo para além da relação sexual, com a concordância de todos(as) envolvidos(as), sem competição, sem medição do amor, a exemplo de outras relações familiares em que pais, mães, filhos são amados dentro do mesmo vínculo parental.

O termo Polyamory surge nos Estados Unidos, em 1990, ainda restrito a um público específico, passando a ganhar maior visibilidade, a partir de 1992, em discussão pela internet, sendo traduzido para Poliamor em países de língua portuguesa. No Brasil chega na época da ditadura militar, no contexto dos movimentos que marcaram a busca da liberdade sexual dos anos de 1960 e 1970, quando explodiram o movimento feminista reivindicando equidade de direitos, a organização de homossexuais pela liberdade de expressão, a contracultura hippie, levantando a bandeira da paz e do amor livre. Foram atitudes difusas, mas que convergiram para ação política e, a partir daí, encaminharam-se para mudanças sociais em que o movimento poliamor passou a validar relações afetivo-sexuais com mais de duas pessoas ao mesmo tempo, como um arranjo afetivo possível de ser formado por uma constelação de pessoas (BARBOSA, 2015).

A vivência do poliamor passa pelo sentido inicial de pressupostos básicos: recusa a crença do romantismo amoroso como sentimento universal, invariável histórica

e culturalmente, arraigado no mito do amor romântico; resistência à monogamia compulsória de base heterossexual considerada como o “outro absoluto do poliamor, seu completo oposto” (COSTA E BELMINO, 2015, p. 423).

O afeto, outro princípio norteador, constitui-se como base sólida e efetiva ligada às questões de amor, cuidado, carinho, respeito dentro do mesmo núcleo familiar em que o vínculo afetivo se sobressai em relação à questão sexual, daí o poliamor ser também chamado de Poliafetividade.

Para Pilão (2013, p. 491), o amor representa, simultaneamente, “o quarto princípio da ideologia poliamorista e a base na qual os três outros valores (honestidade, igualdade e liberdade) incidem”. O amor poliamoroso, portanto, não pode ser entendido como algo pré-estabelecido, como o amor romântico surgido no século XIX, mas inserido dentre as novidades do amor do século XX, quando ficam evidentes, por exemplo, as relações virtuais advindas da internet com o amor sendo reinventado, uma vez que, “o amor romântico, idealizado, que prega a ideia de que duas pessoas vão se transformar numa só, nada mais lhe faltando, está presente nas novelas, mas na vida real seus dias estão contados” (LINS, 2017, p. 344).

Trata-se, segundo Regina Navarro Lins, de um amor construído historicamente com base patriarcal, heteronormativo e de monogamia compulsória que vai de encontro às regras que não imobilizam, à não monogamia, à compersão, ao respeito à individualidade, à liberdade afetiva e sexual, equidade de gênero como bases de sustentação do poliamor.

Contraopondo-se à idealização apontada por Regina Navarro, o poliamor inclui outro valor para a prática relacional: a compersão, como um contraponto ao ciúme próprio da relação monogâmica compulsória, sendo ressignificado no contexto poliamorista de não monogamia consensual. Conforme Barbosa (2015, p. 79), “O conceito de compersão, se refere ao sentimento de felicidade que a pessoa tem ao perceber que seu companheiro ou sua companheira está amando ou sendo amada por outra pessoa”.

São pontos que divergem da monogamia, do relacionamento aberto, da prática do swing, da poligamia, considerados formas de relacionamentos menos livres, pois a existência de um relacionamento impede outros. São estas também, tidas como menos igualitárias, uma vez que a monogamia e o swing, na maioria das vezes, privilegiam os desejos masculinos e a poligamia funciona de forma assimétrica e só se refere a um polígamo.

Segundo Pilão (2012), assim como, o poliamor, na prática, se amplia em diferentes configurações, a partir de letras e formas geométricas, a relação em trio é denominada de triângulo com as três pessoas envolvidas se relacionando igualmente. Em forma de V é chamada de pivô, quando uma delas tem relacionamento com as outras duas (estas chamadas de braço), mas as três não se relacionam entre si. O formato em T, em que as três namoram, mas duas tem relacionamento mais forte entre elas e geralmente acontece quando há uma terceira pessoa agregada a um

casal (Figura 1).



Figura 1 – Configurações poliamorosas

Fonte: <https://www.google.com/search?q=gr%C3%A1ficos+poliamor&tbm=isch&tbs=rimg>

Funcionam ainda em forma de quartetos ou quadras em que as quatro pessoas se relacionam diretamente, como também quadras que se configuram em formato de N com dois homens e duas mulheres bissexuais com relações entre elas (Figura 2).

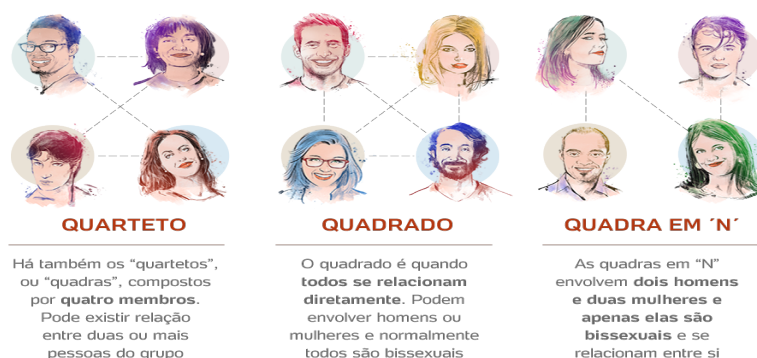


Figura 2 – Configurações poliamorosas

Fonte: <https://www.google.com/search?q=gr%C3%A1ficos+poliamor&tbm=isch&tbs=rimg>

Em grupos, quando todos têm relações amorosas entre si. Interconectados, quando cada membro tem relacionamento distinto dos parceiros, ou seja, os namorados de uma pessoa não são das outras. O formato Mono/Poli é quando o poli mantém relações paralelas, sendo que o mono por opção, só tem um parceiro (Figura 3).



Figura 3 – Configurações poliamorosas

Fonte: <https://www.google.com/search?q=gr%C3%A1ficos+poliamor&tbm=isch&tbs=rimg>

Dentro da formação poliamorista, segundo Pilão (2012), a monogamia seria um valor de menos importância por conta de configurar a ideia de sentimento de posse, hipocrisia, ciúme e, assim, tornar-se um limitador de potencialidades e não ser pertinente a prática do poliamor em sua condição de vínculo livre e busca da compensação.

Entretanto, o poliamor, como um contraponto à fidelidade ritualizada nas cerimônias do casamento cristão, pautada na monogamia compulsória causa estranheza e a experiência que gera prazer também poderá levar a conflitos, tensões, questionamentos de valores para quem se encaminhe em direção contrária ao modelo monogâmico estabelecido, além de desencadear sensação de culpa, atribuída por familiares, amigos e por si mesmo(a) (BARBOSA, 2015).

Ou seja, como a família monogâmica ainda detém privilégios e status materializando a reprodução social e balizando, na família, a propriedade privada, adolescentes e jovens que se envolvam com o poliamor passando a resistir à configuração do eixo familiar tradicional – marido e mulher, pais e filhos - poderão passar por sofrimentos, ideias suicidas, dentre outros (BARBOSA, 2015).

A argumentação de Barbosa (2015) vai ao encontro da visão de Costa e Belmino (2015, p. 425): “Os sujeitos que vivenciam relações baseadas nesta estrutura tendem a ser socialmente isolados devido a sua invisibilidade, identificando alguns medos comuns que, possivelmente, surgem, tais como, perda de amizades, incompreensão, preconceito etc.”.

### 3 | INTERRELAÇÕES METODOLÓGICAS: PSICOLOGIA POSITIVA E RESILIÊNCIA

A vivência dessa situação permite uma aproximação do conceito de resiliência dentro dos pressupostos da Psicologia Positiva como uma abordagem que tem, como proposta científica, a adoção de uma postura mais direcionada ao potencial de

desenvolvimento, motivação e capacidades humanas para a elaboração de estratégias que levem à ampliação da potência do agir adolescente, enfrentamento psicológico, capacidade positiva de recuperação em condições adversas e vulneráveis (CABRAL E CYRULNIK, 2015).

O pensamento que psicólogos devem dar ênfase às características consideradas positivas e virtuosas, focar não apenas atributos humanos tidos como negativos ou patológicos, constitui-se como princípio básico da Psicologia Positiva. Tem-se como registro inicial, o discurso do então presidente da American Psychological Association (APA), Martin Seligman, em 1988, cujo objetivo, naquele momento, “era persuadir psicólogos a desenvolverem conceitos mais positivos sobre a natureza e potencial humanos, o que iria se concretizar com base no trabalho pioneiro de Maslow e Rogers” (SCHULTZ E SCHULTZ, 2009, p. 425).

A hipótese elaborada por Seligman foi confirmada em pesquisa no banco de dados da PsycInfo, entre 1970 e 2006, em que para a busca da palavra-chave “depressão” corresponderam 110.382 estudos e, pela palavra “felicidade” foram encontrados 4.711 artigos, fato que motivou a publicação na Revista Psychologist, em 2000, assinada por Seligman e Czikszentmihalyi, com apontamentos sobre as lacunas nas investigações psicológicas de aspectos positivos, como esperança, criatividade, sabedoria, dentre outros. (PALUDO E KOLLER, 2007).

Nas últimas décadas, os estudos baseados nos referenciais da Psicologia Positiva apresentam a proposta de instigar o desenvolvimento dos aspectos saudáveis e potencialidades, como habilidades interpessoais, planejamento de intervenções, condições e processos promotores de qualidade de vida. Esta experiência possibilita confrontar dificuldade com oportunidade de viver, retomada do desenvolvimento potencializando a resiliência, enquanto valor fundamental na Psicologia Positiva apontando que o desenvolvimento de aspectos positivos poderá ter tantas probabilidades de análise quanto os negativos podendo gerar experiências satisfatórias (CABRAL E CYRULNIK, 2015).

A resiliência, por sua vez, constitui-se como um conceito prioritário da Psicologia Positiva, por também estar pautado em situações que viabilizam estudos sobre o desenvolvimento sadio e positivo, em que se busca “a elaboração simbólica diante do sofrimento humano” (POLETTO E KOLLER, 2011, p. 25).

A resiliência não pode ser pensada como um atributo fixo ou traço individual, mas como um “conjunto de processos sociais e intrapsíquicos que acontece em dado período, juntamente a certas combinações benéficas de atributos da criança, da sua família, do ambiente social e cultural” (POLETTO E KOLLER, 2011, p. 24).

Baseado em ideias de Vygotsky que discutem categorias como dimensão histórica, mediação, interação, transição, zona de desenvolvimento proximal (ZDP), linguagem inter e intrapsíquica, dentre outras, o processo resiliente se configura como “técnica social do sentimento” interligando afetos, intelectões, sentimentos, sentidos, mediação do contexto histórico, social e cultural que ativam as zonas



potencias do chamado neodesenvolvimento (GOUSSOT, 2015, p. 96) na ação consciente da pessoa que passa a se perceber como ser de comunicação e relação. Assim, o indivíduo resiliente não é então “aquele que se adapta, mas aquele que compreende, que se compreende e continua a pôr em funcionamento sua língua interior para produzir sentido em relação àquilo que vive e viveu” (CYRULNIK, 2015, p. 91).

#### 4 | CONCLUSÃO

O Poliamor como um modelo de relacionamento que abre espaço para que homens e mulheres usufruam das mesmas condições, sentimentos, liberdade afetiva e sexual, deixa implícito um pedido aos homens poliamorosos que, a partir do reconhecimento de seus privilégios históricos, milenares, passem a desconstruir cotidianamente o seu machismo para apoiar a consolidação da autonomia feminina. (CARVALHO, 2017).

Mesmo com esta possível desconstrução apontam Costa e Belmino (2017) que não há garantias que poliamoristas consigam se libertar das barreiras institucionais que atravessam de maneira sutil, ou mesmo intensa, corpos aprisionados por um sistema estabelecido, pois a dominação machista ainda encontra formas perversas de produzir discursos “verdadeiros”.

Ressalta Lins (2017) que a prática do poliamor ou mesmo da monogamia é uma escolha e não significa solução aos problemas surgidos nas relações, até porque o poliamor tem tantos ou até mais desafios que o modelo normativo monogâmico, embora as expectativas não passem pela busca de um amor para sempre e não consideram o outro como única fonte de interesse.

Infere-se que o Poliamor, enquanto arranjo familiar em que todos convivem, se solidarizam, preenchem necessidades diferentes do momento, amplia o modo de vivenciar o amor para as mulheres, entretanto, pela sua forma complexa e de certo modo incompreensível ao olhar treinado da heteronormatividade, impacta, carrega resistência, gera preconceitos, mitos, principalmente quando expande a liberdade no amor para a liberdade sexual, contrariando princípios da família monogâmica tradicional, que “determinam papéis sociais de predomínio do homem (a quem se permite a infidelidade conjugal) e de tolerância/submissão da mulher (a quem a fidelidade é vigiada de forma rigorosa)”. (PEREZ E PALMA, 2018).

Enfim, falar em arranjos familiares, na contemporaneidade, implica em inserir o poliamor no contexto histórico de mudanças, que no recorte deste artigo partiu da atitude “feminista” da francesa Olympe de Gouges no século XVIII, tomou formas concretas na década de 1960 e até a contemporaneidade, poliamor vem trazendo contribuições para a ampliação da perspectiva de um universo familiar naturalizado para uma dimensão de escolha das mulheres, para construção de novas noções

sobre si mesmas, inclusive a de amarem muitos amores e se tornarem poliamorosas.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amalia Faller. **Família**: Redes, Laços e Políticas Públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

ASSMANN, Selvino José (Trad.). **Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã**: Olympe de Gauges. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/viewFile/911/10852>>. Acesso em: 01 nov. 2018.

BARBOSA, Mônica. **Poliamor e Relações Livres**: Do Amor à Militância Contra a Monogamia Compulsória. Rio de Janeiro: Multifoco, 2015.

CABRAL, S.; CYRULNIK, B. **Resiliência**: Como tirar leite de pedra. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2015.

CARNEIRO, Sueli. **Mulher, Mulheres**. Mulheres em movimento. 2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>>. Acesso em: 01 nov. 2018.

\_\_\_\_\_. **Enegrecer o feminismo**. A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>>. Acesso em: 29 out. 2018.

CARVALHO, Sharlenn. **Feminismo**: Lendo e compartilhando. Machismo Poliamor. Poliamor e Feminismo. Disponível em: <<https://aventurasmentais.wordpress.com/category/poliamor/>>. Acesso em: 29 out. 2018.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 8. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

COSTA, T.; BELMINO, M. C. **Poliamor**: Da institucionalização da monogamia à revolução sexual de Paul Goodman. Revista IGT na Rede, 12(23), 411-429, 2015. Disponível em: <<http://www.igt.psc.br/ojs>>. Acesso em: 17 dez. 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOUSSOT, A. A contribuição de Lev Vygotsky e Georges Devereux para a reflexão epistemológica sobre resiliência. In: CABRAL, S.; CYRULNIK, B. **Resiliência**: Como tirar leite de pedra. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015. p. 90-116.

LINS, R. N. **O livro do amor**: Do iluminismo à atualidade. 4. ed., v. 2. Rio de Janeiro: Best Seller, 2017.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**. 5. ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

PEREZ, Tatiana Spldini; PALMA, Yáskara Arrial. **Amar amores**: O poliamor na contemporaneidade. Disponível em: <[www.scielo.br](http://www.scielo.br)>. Acesso em: 01 nov. 2018.

PILÃO, A. C. Poliamor e bissexualidade: Idealizando desvios. **36. Encontro Anual da ANPOCS**, GT 32 – Sexualidade e gênero: Sociabilidade, erotismo e política. Águas de Lindóia, SP, 2012. Disponível em: <<http://anpocs.org/index.php/encontros/papers/36-encontro-anual-da-anpocs/gt-2/gt32-2/8221-poliamor-e-bissexualidade-idealizando-desvios/file>>. Acesso em: 17 dez. 2017.

\_\_\_\_\_. Reflexões sócio-antropológicas sobre Poliamor e amor romântico. **Revista Brasileira de**

**Sociologia da Emoção**, 12(35), 505-524, 2013. ISSN 1676-8965.

REY Fernandez Gonzalez. **Subjetividade e saúde**: Superando a clínica da patologia. São Paulo: Cortez, 2011.

SCHULTZ, Duane P.; SCHULTZ, Sydney Ellen. **História da Psicologia Moderna**. 9. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

## MULHER PRETA E A INTELLECTUALIDADE “ A SÍNDROME DA NEGA METIDA”

**Thalita Santos Reis Luduvico**

Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) –  
Campus Sosígenes Costa, Email: preta\_1007@  
hotmail.com

**RESUMO:** O presente texto tem como objetivo pontuar a importância do feminismo negro na luta contra hegemônica para fortalecer e encorajar as vivências das mulheres negras e acadêmicas. Me aproximarei de textos das autoras Lélia Gonzalez, bell hooks, Djamila Ribeiro, Ângela Davis, para pensar, o lugar imposto pela sociedade para a mulher negra como resquícios da escravidão. Como a sociedade e a família enxergam seu acesso, trânsito nos espaços acadêmicos. A nossa sociedade está pautada em dois pilares: branco e patriarcal sendo que a mulher branca está dentro sendo “branca” assim como o homem negro também por ser “homem” a mulher negra então, está de fora desse marcador dominante, nós somos “O OUTRO”. O outro que por vezes, tem sua luta, seu legado, seu corpo, seu cabelo a todo momento negado, silenciado, violentado. Buscaremos entender como esse feminismo negro interseccional uma vida intelectual pode salvar uma mulher negra, e como esse caminhar incomoda a sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mulher. Feminismo negro. Intelectualidade.

“O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras segue um padrão estabelecido nos primeiros dias da escravidão. Como escravo o trabalho compulsório obscurecia todos os outros aspectos da existência das mulheres. Parece, pois, que o ponto de partida para uma investigação da vida das negras sob a escravidão seria uma avaliação sobre seus papéis como trabalhadoras. (Ângela Davis, Mulher, Raça e classe)

Não fomos vencidas pela anulação social, sobrevivemos à ausência na novela, e no comercial o sistema pode até me transformar em empregada, mas não pode me fazer raciocinar como criada.

*Mulheres Negras Yzalurú*

Somos vítimas da nossa história e do nosso presente. Eles colocam demasiado obstáculo no caminho do amor. E não podemos sequer gozar nossas diferenças em paz. (Ama Ata Aidoo, Our sister Killjoy)

### INTRODUÇÃO

O legado da escravidão na vida dos/as negros/as principalmente das mulheres negras trouxe/traz inúmeras e dolorosas consequências. Quando digo: MULHER NEGRA me surge vários temas que gostaria de pontuar nesse texto, porém talvez não consiga contempla-los plenamente em todos os aspectos. Negação de direitos, rejeição,

silenciamento, morte, solidão, objetificação, sexualização, violência e tantos outros aspectos que nos acompanham desde a infância a vida adulta, me faz entender e adotar o feminismo negro como forma de luta, militância e resistência pois, entendo que como mulher negra que transita nos espaços de reflexão (acadêmico) tenho o dever de pensar e lutar contra o feminismo hegemônico que insiste em impor igualdade, e ao mesmo tempo de todas as maneiras “esfrega” em minha cara que não sou igual.

Como posso acreditar em igualdade se somos as que mais morremos, se somos as mais abusadas, estuprada. Como acreditar em igualdade se vejo poucas mulheres de minha cor em cargos de chefia, ou como médicas, ou frequentando as universidades, igualdade como? Se todos os dias quando me olho no espelho ajeito o meu crespo, passo um batom vermelho e penso duas vezes se é assim mesmo que vou sair na rua por medo ou vergonha de ser envergonhada ou insultada, igualdade como se tenho vergonha do abrir a boca com medo de ser inapropriada. Nós mulheres negras vivemos em constante situação de perigo, instabilidade, silenciamento sobre isso Lélia Gonzalez<sup>1</sup> nos lembra que:

É importante insistir que no quadro das profundas desigualdades, existentes no continente, se inscreve, e muito bem articulada, a desigualdade sexual. Trata-se de uma discriminação em dobro para com as mulheres não-brancas da região: as africanas e as ameríndias. [...]justamente porque este sistema transforma as diferenças em desigualdades e discriminação que elas sofrem assume um caráter triplo. (GONZALEZ,2011, p.16-7)

A autora nos faz pensar sobre a abolição e como ela nunca alcançou as mulheres pretas, a lógica de discriminação, preconceito estigma dos dias da escravidão ainda estão marcando nos corpos dessas mulheres sobre o tal ela vai dizer que a lei apenas revogou as posições contrárias e nada mais que isso: “ Para nós mulheres e homens negros a luta começou muito antes desse ato de formalidade e se estende até hoje. (Lélia Gonzalez 2011, p. 12)

Essa ilusão de liberdade ou de igualdade pode ser percebida facilmente quando paramos para pensar por exemplo o modo como as políticas públicas são aplicadas de maneiras diferentes entre homens/mulheres e mulheres negras/brancas por exemplo dados do IPEA ( 2017) que houve um aumento na violência contra mulher negra de 22% entre 2005 e 2015 enquanto de mulheres brancas houve uma redução de 7,4% nesse mesmo período o que isso quer dizer? As políticas públicas passam pelos marcadores de raça e classe e são efetivadas com prioridade quando se trata de mulheres não negras.

O esforço de estudar, ser uma acadêmica me deu rótulos que carrego desde a infância, todas as vezes que era aprovada no final do ano na escola sempre ouvia (era uma forma de elogio) “ Nossa! Ela nunca perdeu de ano, essa nega é

---

1.Lélia Gonzalez, Antropóloga, política, professora, militante dos movimentos, negro e feminista tencionou estes dois movimentos quando expõe o racismo no movimento feminista e o machismo no movimento negro. Foi uma das fundadoras do movimento negro unificado (MNU), do Nzinga coletivo de mulheres negras entre outros.

metida viu! ” Ouço hoje que sou irresponsável e egoísta por querer estudar, e deixar minha casa e filha aos cuidados de outros, que quero saber mais que todo mundo, que estou chata. Que sou uma “NEGA METIDA” a cada Enem que era aprovada, cada graduação que concluía sempre ouvia isso de pessoas muito próximas. Nega metida, nunca escutei nenhuma mulher branca que estuda, tem um bom emprego ser chamada de branca metida, mas já entendo que ao ser chamada assim é porque estou em um lugar que não foi feito para mim, estou ocupando um espaço outra nunca ocupado por uma mulher negra, então entendo que está no imaginário da sociedade que se ali estou logo sou muito metida.

Este texto busca conceituar através dos textos da bell hook <sup>2o</sup> legado da escravidão na vida das negras acadêmicas, suas formas de existir e resistir na academia, bem como sua luta e enfrentamento. Seus textos me atravessaram de tal forma cheguei a pensar que eu mesmo poderia ter escrito (que ousadia). Feminista negra, professora, escritora ativista, usa seu auto escrita para nos aproximar e nos fazer entender o papel do feminismo na vida da população negra pois se aproxima do feminismo interseccional, e contra hegemônico para gritar as dores, orgulhos e feridas que as mulheres negras vêm sofrendo ao longo dos anos. Ângela Davis<sup>3</sup> com seu trabalho “MULHER RAÇA E CLASSE” que me ajudou a entender o processo histórico da escravidão a abolição bem como a luta feminista negra.

O livro “QUEM TEM MEDO DO FEMINISMO NEGRO” da socióloga, filósofa, feminista negra Djamila Ribeiro que através de vários textos ajuda-nos a pensar o feminismo como projeto democrático e não meramente luta identitária.

Assim tentaremos entender o “aproximamento” que a figura negra, o corpo negro tem na intelectualidade bem como se dão os olhares externos para esse corpo, seja da família, amigos, pessoas próximas e o porquê uma mulher negra que estuda que tem uma boa profissão tem títulos acadêmicos é constantemente vista como uma “nega metida” “quem ela pensa que é? ”.

## **NEGRAS E INTELLECTUAIS, COMO ASSIM? MULHERES NEGRAS E SUA INTELIGÊNCIA QUESTIONADA LEGADO DA ESCRAVIDÃO PENSANDO BELL HOOKS, ÂNGELA DAVIS.**

No texto “vivendo de amor” da autora, feminista, teórica, ativista e artista estadunidense bell Hooks, ela traça de forma cronológica os resquícios que a condição de escravidão e seu legado na subjetividade da cabeça das pessoas formaram sobre o negro principalmente a mulher negra. Ângela Davis em mulher raça e classe “toda esta atividade intelectual a situação especial das mulheres escravas continuaram

2. Escritora afro americana, teórica feminista e crítica cultural, *bell hooks* (o nome é grafado em letras minúsculas porque bell acredita que a sua escrita é maior do que ela mesma).

3. Angela Yvonne Davis é uma professora e filósofa socialista estado-unidense que alcançou notoriedade mundial na década de 1970 como integrante do Partido Comunista dos Estados Unidos , dos Panteras Negras, por sua militância pelos direitos das mulheres e contra a discriminação social e racial nos Estados Unidos.

impenetradas. Eram incessantes os argumentos sobre a sua “promiscuidade sexual” ou a sua propensão “matriarcal” obscura, muito mais que eles iluminaram sobre a condição da mulher durante a escravatura” a autora explica que inúmeros estudos foram feitos porém com relação a condição da mulher escravizada deixavam muito a desejar pois a viam sempre atreladas a promiscuidade, ao matriarcado selvagem e corpos que precisavam ser domados.

O sistema definia os escravos como bens moveis e apesar dos abusos sexuais a mulher negra não era vista diferente do homem escravo elas trabalhavam o tempo inteiro em qualquer tarefa sem separação, uma mulher negra mãe dona de casa que cuidava de seu marido era vista como uma anomalia. A papel da tia Anastácia por exemplo personagem de Monteiro Lobato, era vista como uma serva mãezona pronta para servir a todos, sua figura apesar de desempenhar um papel doméstico não era a dona da casa era uma escrava somente e como o próprio Lobato citou uma “negra de estimação”. É importante pensar que além de desenvolverem o papel de força de trabalho a mulher escravizada sofrida de formas múltiplas como a autora relata que:

“As mulheres também sofreram de maneiras diferentes, porque eram vítimas de abuso sexual e outras barbaridades de maus tratos que apenas podem ser infligidas às mulheres. Os comportamentos dos donos de escravos para as mulheres escravas eram: quando era rentável explorá-las como se fossem homens, sendo observadas, com efeito, sem distinção de gênero, mas quando elas podiam ser exploradas, castigadas e reprimidas em formas ajustadas apenas às mulheres, elas eram fechadas dentro do seu papel exclusivo de mulheres.” (Davis, p.11)

As violências sobre os corpos da mulher negra eram inúmeras além de não haver distinção da força de trabalho braçal dos abusos sexuais no século XIX elas passaram a ser exploradas para reprodução e crescimento das mãos de obra escrava com o fim das rotas de tráfico de escravos. A autora ressalta que mesmo sendo mães elas não eram tratadas como tal não passaram a ser vistas com mais respeito passaram a serem mais exploradas sexualmente, “No entanto, isso não significava que como mães, as mulheres negras tivessem um estatuto mais respeitável do que tinham como trabalhadoras. A exaltação ideológica da maternidade – popular durante o século XIX – não se estendia às escravas” (Davis, p.12) ou seja eram apenas garantia da manutenção de força de trabalho “fazedoras de nascimento/breeders animais cujo valor era calculado pela fertilidade e habilidade de multiplicar seus números. E mesmo estando grávida ou ter parido recentemente eram obrigadas a trabalhar muitas delas apanhavam mesmo estando de barriga eram obrigadas a deixarem seus filhos no chão das plantações. Com a revolução industrial a mão de obra escrava passa a ser usada também nas fabricas e também sem distinção, nas minas, lenhadoras, garimpeiras, na construção das linhas de ferro, e até mesmo para substituir as bestas e puxar carroça como lembra Karl Max em O capital:

“Em Inglaterra as mulheres ainda são ocasionalmente usadas em vez de cavalos para arrastar os barcos nos canais, porque o trabalho requer a produção de cavalos e máquinas numa exata e conhecida quantidade, enquanto o requisito de

manter as mulheres do excedente populacional é abaixo de todos os cálculos”.

Nesse mesmo tempo a ideologia do feminismo hegemônico era disseminada nas novelas, livros para mulheres brancas eram sinônimos de mãe donas de casa frágeis, mas isso não se aplicava as mulheres negras. Esse processo de masculinização, de comparação com animais que a mulher negra escravizada sofreu contribuiu para estigmas até hoje marcados sobre o corpo negro e razões para entender as inúmeras violências colocadas sobre corpos pretos. As mulheres negras eram chamadas de insubordinadas o sociólogo Franklin Frazier no seu livro *A Família Negra* relata o impacto da escravidão na constituição dessas famílias, e que nem as relações econômicas nem as tradições a ensinaram a mulher se subordinar a “autoridade masculina” quem assim pensa talvez o pense por saber dos inúmeros atos de resistências que essas mulheres faziam, quem ousa achar que aceitavam violência passivamente se engana Davis relata que:

Elas envenenaram os seus donos, cometeram outros atos de sabotagem e, como os seus homens, juntaram-se a comunidades de escravos fugitivos e frequentemente fugiam para norte para a liberdade. Dos numerosos casos de violenta repressão que os capatazes infligiram sobre as mulheres, deve ser deduzido que aquela que passivamente aceitou o seu destino como escrava foi mais uma exceção do que a regra. (Davis, p. 22)

Mulher insubordinada sim, resistência resiliência, focada disciplinada, inteligente astuta e sagaz, aspectos que assustaram e/ou assustam a sociedade, Herbert Apthker, “a mulher negra tão frequentemente impulsionou com prontidão a conspiração de escravos” Hooks trata de como e porque é um tabu falar de amor e solidão, de como a sociedade ver a mulher negra como quem não precisa de um amor, “Muitas mulheres negras sentem que em suas vidas existe pouco ou nenhum amor. Essa é uma de nossas verdades privadas que raramente é discutida em público. Essa realidade é tão dolorosa que as mulheres negras raramente falam abertamente sobre isso” (Hooks, p.1).

Tudo isso se dá dentro de famílias negras como um legado que passa de família para família, de mulher para mulher desde o regime escravocrata, onde os negros eram

proibidos de expressar qualquer sentimento, mesmo diante de perdas aos olhos dos mais perversos irreparáveis, como perda de filhos que eram vendidos, ou até mesmo assisti-los sendo acoitados e até mortos assim como seus companheiros mães pais, estupros dentre tantas barbaridades. “Nós negros temos sido profundamente feridos, como a gente diz, “feridos até o coração”, e essa ferida emocional que carregamos afeta nossa capacidade de sentir e conseqüentemente, de amar. Somos um povo ferido. ” (Hooks, p.1). A autora chega a estabelecer uma conexão dessa herança violenta com a violência doméstica que presenciamos dentro dos lares principalmente conta as mulheres negras quando diz que:



“Essa talvez seja a razão pela qual muitos negros estabeleceram relações familiares espelhadas na brutalidade que conheceram na época da escravidão. Seguindo o mesmo modelo hierárquico, criaram espaços domésticos onde conflitos de poder levavam os homens a espancarem as mulheres e os adultos a baterem nas crianças como que para provar seu controle e dominação.” (Hooks, p. 2)

Reprimir sentimentos, era uma arma para sobreviver, não chorar, não se sensibilizar era um meio para que apesar de toda a violência conseguissem resistir, criar barreiras emocionais essa era a chave que dura até hoje na vida de negros e negras mesmo depois da escravatura. Famílias negras aprenderam a demonstrar amor de outra forma que não emocionalmente, com o trabalho duro a manutenção da família, comida, escola, nada que passasse para o afeto vivendo em um contexto de genocídio da população negra, pobreza, esses eram os aspectos importantes, suficiente demonstração de amor, beijos e abraços são bobagens.

Falar de mulher negra é falar da forma interseccional e ter um discurso contra hegemônico pois são tantos os aspectos que nos afetam que um único feminismo não contemplaria, não é egoísmo, é militância, é amor, tanto nos faltou o amor durante toda nossa vida que não podemos ser chamadas de egoístas ou separatistas ou exigir e lutar por um feminismo que nos alcance. Como escreveu bell Hooks (p.5;6):

“O amor precisa estar presente na vida de todas as mulheres negras, em todas as nossas casas. É a falta de amor que tem criado tantas dificuldades em nossas vidas, na garantia da nossa sobrevivência. Quando nos amamos, desejamos viver plenamente. Mas quando as pessoas falam sobre a vida das mulheres negras, raramente se preocupam em garantir mudanças na sociedade que nos permitam viver plenamente.”

Crescemos ouvindo que somos fortes, auto suficientes, nos viramos sozinhas (vemos nossas mães, avós cuidarem de nossa famílias sozinhas), podemos ficar só, isso é cruel porque essa é a mesma sociedade que também nos reduz a objetos sexuais (se temos traços e corpos dentro dos padrões impostos) se estamos fora deles não temos direito de ter um companheiro (a), sociedade que diz que não podemos nos amar como somos, nosso cabelo, nossa boca, nosso nariz, devemos pensar duas vezes antes de armar nosso crespão e sair, sem alguém criticar ou dizer que quero chamar atenção **OUÇAM EU NÃO QUERO CAUSAR, ESSE É MEU CABELO, SÓ QUERO USÁ-LO DA MANEIRA QUE ACHO MELHOR.**

Aprendemos desde cedo a negar nossas necessidades mais íntimas, para poder enfrentar a escola, a vizinhança, os espaços onde queremos, mas não podemos transitar livremente, também surge a necessidade de exercer todos os dias o que a autora chama de “amor interior” quando fala sobre a importância da afirmação:

A afirmação é o primeiro passo para cultivarmos nosso amor interior. Uso a expressão “amor interior” e não “amor próprio” porque a palavra “próprio” é geralmente usada para definir nossa posição em relação aos outros. Numa sociedade racista e machista, a mulher negra não aprende a reconhecer que sua vida interior é importante (hook, p.9)

Estamos presenciando um momento de reflexão e mudanças apesar de

pequenas mas notórias, portanto precisamos parar de nos inspecionar no espelho e começar a nos afirmar, pois o julgo da sociedade nos nossos ombros já é demasiada pesada.

## **O ANTI INTELECTUALISMO COMO FORMA DE RESISTÊNCIA NA ACADEMIA A IMPORTÂNCIA DO FEMINISMO NEGRO PARA A DESCONSTRUÇÃO DE UM AUTO OLHAR ESTEREOTIPADO E INFERORIZADO**

A resistência feminina é atemporal ancestral ela não vinha apenas como luta, ou atos que se dão na pratica na merção de força a resistência se dava na forma de sede de aprender. Davis lembra que a resistência se dava de forma sutil na aquisição de livros e competências como leitura, escrita. A autora relata de uma escrava que se dirigia a escola da meia noite, e, ensinava os seus na calada da noite, graduando centenas e muitos desses escreveram seu passe para a liberdade.

Conta de “uma mulher jovem branca emergiu como um modelo dramático de coragem feminina e militância anti-racista. Prudence Crandall foi uma professora em Connecticut que desafiou a sua cidade branca aceitando uma rapariga negra na sua escola”. Ela fez uma aliança poderosa entre a estabelecida luta pela libertação dos negros e negras e a embrionária batalha pelo direito das mulheres”.

Mesmo depois de um quarto de século enquanto as mulheres brancas lutavam pelo direito ao voto e o homem negro era inserido na sociedade, as mulheres negras continuavam em situação de subalternidade, delas eram os trabalhos mais sujos, mal pagos, nas prisões eram jogadas em selas com homens.

Sobre o pensamento do branco que se perpetua até hoje sobre educação, a autora cita: Como a criança escrava Frederick Douglass, muitos dos quatro milhões de pessoas que celebravam a emancipação tinham desde há muito entendido que “o conhecimento tornava desadequada a escravatura para as crianças”. E como o dono de Douglass, os agricultores donos de escravos perceberam que “se deres a um negro a mão ... ele tomará o braço. O conhecimento estragava o melhor nigger do mundo”.(Davis, p.76)

Nossos corpos sempre foram associados ao trabalho braçal por isso que nosso transito nos espaços do saber é sempre visto com desconfiança e como diz hooks nossa “intelectualidade é suspeita”, Davis conta de uma escrava agrícola chamada Jenny Proctor que relatou:

“Nenhuma de nós estava autorizada a ler um livro ou a tentar aprender. Eles diziam que ficávamos mais espertas que eles se aprendêssemos alguma coisa, mas nós fugíamos e com o velho livro azul escondíamos-lo até tarde de noite e então com a luz de uma pequena tocha estudávamos-lo. Aprendemos. Agora posso ler e escrever alguma coisa. ” (Davis, p.77)

O poder místico do racismo e sua ideologia de que ao povo negro era incapaz de avanços intelectuais cegou e ainda cega geração após geração, mulheres negras eram apedrejadas por estudarem nada diferente do que nos cita hooks nos dias

atuais onde muitas de sofremos um apedrejamento social por escolhermos uma vida acadêmica em detrimento ao casamento, filho, e afazeres doméstico. O sexismo e o racismo atuando juntos contribuem para fortalecer o imaginário cultural coletivo de que a imagem da mulher que serve aos outros é negra, mulher que sempre foi vista como dotada de um apetite sexual desenfreado inerente a natureza só corpo sem mente.

Esses aspectos do racismo na vida de mulheres negras acadêmicas dificultam sem processo de sucesso na academia, muitas adotam o anti intelectualismo como forma de militar também dentro da academia, pois na maioria das vezes se sentem inapropriadas, incoerentes a acham que suas ideias não merecem ser ouvidas. A política do patriarcado torna a situação do negro diferente da negra, pois além de lidar com a violência de cor, ainda temos que lidar com a violência de gênero.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Falar da mulher, em termos de aspiração e projeto, rebeldia e constante busca de transformação, falar de tudo o que envolva a condição feminina, não é só uma vontade de ver essa mulher reabilitada nos planos econômico, social e cultural. É mais do que isso. É assumir a postura incômoda de se indignar com o fenômeno histórico em que metade da humanidade se viu milenarmente excluída nas diferentes sociedades no decorrer dos tempos.( Amelinha Teles, “Breve historia do feminismo no Brasil”)

A proposta deste texto foi fazer um relato histórico da condição da mulher negra escravizada e o estigma marcados em seus corpos que se perpetuam até nossos dias e para entender da urgência de reparação histórica desse processo maldoso, a importância do acesso e transito produção e reprodução dessas mulheres nos espaços acadêmicos e de como o feminismo pode ajudar no empoderamento.

A vida trabalhadora de mulheres negras foi atingida de várias formas pela escravidão e o legado dela podemos perceber quando Ângela Davis faz de forma dolorosa e espetacular a narrativa de como as mulheres negras e onde estava durante a escravidão e pós abolição. Se torna visível quando a Hooks em Ensinando a Transgredir, fala da tensão que era encarada a mulher negra e suas produções na academia e hoje ao garimparmos na nossa mente mulheres negras intelectuais, até mesmo por tentarmos como mulheres negras entrar nessa vida acadêmica nos deparamos com o racismo e o sexismo.

Ser mulher, ser negra e acadêmica é um ato político, ousado de resistência, devemos entender esse processo de produzir de dentro para fora afim de ir contra o sistema hegemônico que insiste em nos rotular. Como afirma a escritora Djamila ribeiro “Não sou discriminada por que sou diferente, me torno diferente porque sou discriminada”.

## REFERÊNCIAS

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. S. Paulo: Bomtempo, 2016 [1981].

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo Afro-latino-americano**. Caderno de formação e Política do círculo palmarino.n.1.2011.

Hooks, Bell. **Ensinado a transgredir: a educação como pratica da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes,2013.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** S. Paulo: Companhia das letras, 2018.

MARX, Karl. **O Capital**. Editora Record, (1960).

TELLES, Maria Amélia de Almeida. **Breve História do feminismo do Brasil**. Brasiliense, 1993.

## MOVIMENTO CAPOEIRA MULHER – MANDINGAS, MALÍCIAS, SABERES ANCESTRAIS E FEMINISMO NA RODA

**Maria Zeneide Gomes da Silva**

Secretaria de Estado de Educação do Pará-  
SEDUC

**RESUMO:** A finalidade desta comunicação oral, visa de tecer reflexões a partir do feminismo das mulheres capoeiristas contra opressão nas rodas de capoeira na grande Belém. O lócus de pesquisa é o Movimento Capoeira Mulher, coletivo social de mulheres capoeiristas oriundas de vários grupos/associações em atuação na referida cidade. E neste cenário, que enquanto intelectual negra, com engajamento político e acadêmico na luta antirracista e anti machista, articular minhas vivências empíricas e científicas em parceria com o movimento dar visibilidade as subjetividades e desigualdades, silenciamentos, omissões e protagonismo e os saberes ancestrais da capoeira, foram utilizados para construção de suas identidades. Tendo como procedimentos metodológicos da pesquisa, a pesquisa participante e observação etnográfica tradicional e digital. Considerando o ethos da capoeira no processo de análise, pois fazem parte do universo cultural e simbólico do cotidiano dos sujeitos investigados enquanto elementos para repensar valores culturais e educacionais hegemônicos, que sedimentam o sexismo, machismo na sociedade. Os resultados percebidos apontam para tomada de

consciência política das mulheres capoeiristas e para o papel dinamizador das rodas de capoeira, como para o fomento da capoeira como expressão cultural afro-brasileira que acolhe e promove identidades sociais, crenças e valores, na perspectiva de repensar outras epistemologias para a educação e a Práxis feminista capoeira na Amazônia Paraense.

**PALAVRAS-CHAVE:** Roda Capoeira; Mulher Capoeirista. Resistência. Educação contra hegemônica.

### CAPOEIRA WOMAN MOVIMENT– MANDING, MALICE, ANCESTRAL KNOWELEDGE AND FEMINISM AT THE WHEEL

**ABSTRACT:** The purpose of this oral communication is to reflect upon the feminism of capoeira women against the oppression of capoeira wheels in greater Belém. The research locus is the Capoeira Mulher Movement, a social collective of capoeira women from various groups / associations in action. in that city. And in this scenario, as a black intellectual, with political and academic engagement in the anti-racist and anti-macho struggle, articulate my empirical and scientific experiences in partnership with the movement to give visibility to the subjectivities and inequalities, silences, omissions and protagonism and the

ancestral knowledge of capoeira. , were used to construct their identities. Having as methodological procedures of the research, the participant research and traditional and digital ethnographic observation. Considering the ethos of capoeira in the process of analysis, as they are part of the cultural and symbolic universe of everyday life of the subjects investigated as elements to rethink hegemonic cultural and educational values that sediment sexism, machismo in society. The perceived results point to the political awareness of capoeiristas women and to the dynamic role of capoeira wheels, as for the promotion of capoeira as an afro-brazilian cultural expression that welcomes and promotes social identities, beliefs and values, in the perspective of rethinking others. epistemologies for education and capoeira feminist praxis in the Paraense Amazon.

**KEYWORDS:** Capoeira Wheel; Capoeirista Woman. Resistance. Education against hegemonic.

lêeeeeeeeeeeee!

Vou contar uma história / falar de mulher guerreira/Mulher negra quilombola/A mulher na capoeira/Fala de Acotirene /Do seu grito que ecoou /Era a mãe do quilombo/Palmares ela lutou/Luisa que é mulher negra /Gege e nagô da Bahia/Nos males e sabinada/Lutou em ninguém sabia/Ainda na velha Bahia/Falar de Janja e Felipa /Mulheres fortes guerreiras/Capoeira destemidas/ E chegando no Pará/Terra de Silvia Leão/Ela é Mestra Pé de Anjo/Mora no meu coração/Na angola ou regional /Ela mostrou o seu valor/E pra jogar lá no céu/Nosso senhor já lhe chamou,/Camaradinha.../lê viva meu Deus!/lê viva meu Deus, camará. (MARGARIDA, canto gravado em vídeo, em 04/05/2018)

Com um longo “lêeeeeee!” do canto texto de Margarida, saúdo, peço licença para iniciar esse trabalho que versa sobre capoeira, tal como a tradição das rodas de capoeira, inicia cantando a ladainha saudando, louvando, homenageando e pedindo proteção em cada roda que se inicia, herança ancestral da diáspora africanas no Brasil.

O texto da epígrafe é de autoria da capoeirista Jennifer Santos, na capoeira seu apelido é Margarida do Grupo Raízes do Brasil, núcleo de Macapá-AP. Margarida é uma das militantes do MOVIMENTO CAPOEIRA MULHER – MCM, ativamente desde a criação deste movimento social de mulheres capoeiristas em Belém do Pará. Quando me repassou pela primeira vez ainda se encontrava em construção, Ao falar sobre a inspiração para compor: “Eu peguei aquela memória de mulheres negras e tentei trazer para a música. Pouco se fala de mulheres de forma positiva na capoeira, por isso pensei que falar um pouquinho de cada seria diferente e não tinha como não terminar falando da Silvia, ainda vou ver se coloco a Jerônima, que ouvi falar muito dela”. (MARGARIDA, 04/05/2018). Adiante falaremos sobre estas duas mulheres citadas.

Falar de forma positiva sobre as mulheres capoeiristas implica refletir sobre a forma hierárquica e as relações de poder que permeiam a prática da capoeira considerando os referencias civilizatórios afro brasileiro que lhe deram origem. A

roda de capoeira é um espaço de apropriação, consciente ou não, do legado milenar de criação do povo negro, que são revividos a cada roda. No meio da capoeira, não há quem não se refira a ancestralidade, os saberes dos mestres e do Axé de uma boa roda de capoeira.

Mesmo tendo percebido que nem sempre aja domínio teórico sobre a questão étnico racial, mais vivem na prática e sabem que é tradição ao ponto de não conceberem a possibilidade de mudança, mesmo quando é algo que depõe contra a próprios princípios éticos e fundamentos da capoeira, como é o caso das músicas de cunho pejorativo contra a mulher, que seguem sendo cantadas em pleno século XXI, mesmo com todos os avanços e medidas protetivas e punitivas em vigor.

E como nós diz Mestre Ferro do Pé, em uma de suas composições “[...]Falar de saberes é falar de tradição”, e muitos desses saberes e tradições da roda vão desde a forma de organização em forma circular, a oralidade, a musicalidade, os cantos, a ludicidade, a corporeidade, a memória, o comunitarismo, a hierarquia, o poder, a religiosidade, o tão falado axé e ancestralidade entre outros. E segundo Trindade (2006), todos esses elementos são invocados em expressões culturais afro brasileiras, onde passado e presente se encontram e seguem circulando entre todos que estão vinculados a sua prática, prática de capoeira é um exemplo disso.

Diante do exposto, como problematizar uma expressão cultural, considerada um patrimônio histórico e pautado na tradição milenar? E Como a mulher realiza o seu longo grito, lê! Será esse o seu grito de libertação diante de todas as opressões sofridas na roda de capoeira? Para isso é necessário realizar um ato de transgressão da própria tradição da capoeira e que determina o lugar a ser ocupado por ela?

Este é o desafio das mulheres capoeiristas que fazem parte do MCM, que segundo Silva (2017), esta autora que vos fala, as mulheres, sob a inspiração de Dandara, heroína do Quilombo de Palmares e com a ginga feminista de “Pé de Anjo”, apelido de Maria Silvia Santana Leão, também conhecida como Silvia Leão no meio artístico pois era atriz e bailarina citada por Margarida na epigrafe, a idealizadora do MCM que junto com Sininho, Karen, Cristina, Suely, Margarida, Catita, Tsunami e muitas outras mandingueiras parauaras, nasce numa manhã de domingo dia 10 de março de 2002, a Roda das Mulheres Capoeiristas, que com o passar do tempo, se transformou no MCM, tendo como primeiro palco, o anfiteatro da Praça da República em Belém do Pará, para uma plateia formada por muitos capoeiristas e comunidade.

É pertinente refletir a respeito do protagonismo das mulheres do MCM, pois estamos diante de um movimento social que reúne mulheres de diferentes grupos/associações de capoeira em torno da luta por equidade de gênero, pela conscientização e visibilidade da mulher no universo da capoeira em Belém do Pará. Trata-se de um movimento social de mulheres que se auto identificam com orientações sexuais diferenciadas, mulheres lésbicas, bissexuais e heterossexuais e se afirmam como feministas, em meio a todas as situações de opressão que nos deparamos frequentemente nas rodas, que ameaçam a integridade física, a

autonomia das mulheres, o controle de seus corpos de sua sexualidade e da sua liberdade.

Importante enfatizar, que não o MCM não trata-se de grupo de capoeira composto somente por mulheres, também não se referem de forma abrangente, a organização a nível nacional de capoeiristas. Como elas costumam dizer, “somos pioneiras nesta forma de organização e servimos de referências para organização de mulheres em outros Estados.

Estão na militância a quase duas décadas por novas formas de relações de gênero nas rodas e no cotidiano das associações e grupos de capoeira em Belém do Pará. Consideram-se em constante movimento e por isso, aberto para todas as praticantes ou simpatizantes da capoeira, independente de idade ou estilo de capoeira. Sua forma de organização conta com duas coordenações: a Coordenação Fechada composta por mulheres que estão em constante articulação e ao mesmo tempo uma espécie de coordenação do MCM e a Coordenação Aberta, que não é permanente, geralmente acontece ou se fortalece para realização dos eventos ou encontros, ocasiões em que outras mulheres se junta ao MCM ampliando o grupo de trabalho. Geralmente são mulheres que não possuem disponibilidade de tempo para atuação de forma permanente e optam por participar apenas ativamente durante as grandes atividades.

Não possuem, uma sede definida para desenvolver suas atividades e reuniões, sua atuação acontece em diferentes espaços da cidade, tais como praças públicas, a residência das militantes ou a mesa de um bar. A participação do MCM em eventos de grupos e associações de capoeira tem sido cada vez mais requisitada, assim como, também são chamadas a participar em intercâmbios realizados por grupos de outros Estados, em programações governamentais e não governamentais referentes a capoeira ou para tratar sobre a questão gênero nos eventos dos grupos de capoeira. Nestas ocasiões sempre portam camisas do MCM e a calça com a logomarca de seus grupos de origem.

Porém, é importante destacar sua atuação nas comunidades virtuais em WhatsApp, Facebook criadas por elas interação com as mulheres dos grupos e/ou comunidade da capoeira. Outro campo de atuação significativa das mulheres vem sendo o Comitê Gestor da Salvaguarda Capoeira do Estado do Pará, promovida pelo Superintendência do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN em Belém, onde realizadas reuniões periódicas e encontros regionais em 80 dos 145 municípios que contribuíram para realização do Plano de Salvaguarda Capoeira no Pará. No que tange a representação das mulheres, enquanto titular no Comitê ainda é pequena, apenas 4 (quatro) que adiante citaremos, no entanto, outras mulheres mesmo na condição de suplentes participam ativamente nas reuniões.

É importante destacar, que faço parte do Comitê Gestor como titular representando a Secretária de Estado de Educação do Pará/SEDUC através da Coordenadoria de Educação para Promoção da Igualdade Racial/COPIR para somar



na luta das mulheres e da capoeira. Destaco ainda, que nesta reflexão, trago as vozes das mulheres enquanto principal referência, onde me incluo, com minha atuação e experiências enquanto capoeirista, embora não esteja praticando na atualidade, mas capoeira é uma filosofia de vida e como tal, milito enquanto, pesquisadora de capoeira, professora mestra de formação acadêmica e atuação na resistência política contra as hegemonias dominantes junto ao movimento negro e na educação básica na educação para diversidade étnico racial. Enquanto pesquisadora de capoeira, tendo como produção relevante a dissertação de mestrado, no Programa de Pós Graduação em Educação e Cultura da Universidade Federal do Pará, campus do Tocantins – Cametá na Linha de Pesquisa Educação Cultura e Linguagem, concluído e no ano de 2017, sob o título “Movimento Capoeira Mulher: Saberes Ancestrais e a práxis feminista no século XXI em Belém do Pará”, onde analiso este mesmo MCM ao longo de quinze anos, num período compreendido entre 2002 e 2017. No presente texto, apresento dados de minha pesquisa de dissertação, assim como, desdobramentos ocorridos após a conclusão do curso, sempre privilegiando o protagonismo das mulheres capoeiristas enquanto referência principal.

Espero com isso alcançar os desafios epistemológicos a que me proponho, a refletir sobre a atuação das mulheres capoeiristas na resistências sociais, políticas e pedagógica que as mulheres utilizam para construção de suas identidades em movimentos, como elas afirmam, na periferia urbana da grande Belém ao partilharem uma pratica cultural comum, a capoeira. E como seus saberes e experiências podem contribuir para repensar outras epistemologias para a educação na Amazônia Paraense.

Quanto aos procedimentos metodológicos, adoto a pesquisa participante e observação etnográfica tradicional e virtual. Considerando minha intensa interação com as mulheres, nos grupos de capoeira, no Comitê Gestor de Salvaguarda Capoeira, bem como, nas comunidades virtuais criadas e utilizadas por elas, enquanto espaço de luta e, portanto, um campo importante. Segundo Angrosino (2009) reconhecer os meios virtuais, através da rede mundial de computadores, como poderoso meio das interações sociais neste momento histórico, não apenas enquanto uma ferramenta de pesquisa pela inclusão de computadores, laptops, smartphones e softwares para análise de dados. E uma vez que, nas comunidades virtuais as interações on-line são comuns, considera que pesquisadores podem e devem se libertar do lugar por meio da internet e fazer etnografias *on-line*. Entendendo que é possível observar o que se passa numa sala de bate papos, nas comunidades virtuais, quase da mesma maneira que se pode observar os acontecimentos numa comunidade tradicional. No que tange a temática em foco, certamente considerando o *ethos* da capoeira e da cultura afro brasileira, onde estão sedimentados seus princípios.

Diante do exposto a referência teórico utilizada vem numa perspectiva crítica, entre elas, as autoras feministas negras por entender que o feminismo negro, o que mais se aproxima para analisar o feminismo capoeira. Uma vez que, segundo

Gonzales(1984) ao se referir ao samba e ao carnaval, caracteriza o sexismo, o machismo e racismo contidos nestas expressões culturais, como a sintomática que caracterizar a neurose cultural brasileira que produz efeitos violentos sobretudo sobre a mulher, sobretudo a mulher negra, pondo em cheque o mito da democracia racial.

Nas rodas de capoeira a mulher enfrenta situação similar ou até mais complicada, tal como estão implícitas nas letras de músicas cantada quando uma mulher entra na roda, entre elas cito um trecho de samba de roda cantado na capoeira - “se essa mulher fosse minha eu tirava da roda já, já dava uma surra nela/até ela dizer chega.” e “Oi dendê, oi dendê,/Dendê do aro amarelo/Eu vou dizer a dendê:/Sou homem, não sou mulher”, que mesmo com alterações que alguns grupos fizeram retirando o cunho discriminatório e misógino, ambas seguem sendo cantadas na forma original.

A violência física e sexual contra a mulher é fator preocupante na capoeira, na atualidade já se tornou lugar comum a divulgação de vídeos ou áudios nas redes sociais tida como campo de luta, de denúncia mostrando situações de violência contra a mulher na roda de capoeira em várias partes do mundo. Apesar de todo o empenho de capoeiristas para não divulgação, notadamente os homens, sob justificativa que expõe a capoeira de forma negativa. No entanto, conhecemos de poucos casos de denúncia e punição aos agressores dessas mulheres, que sempre são culpabilizadas pelos atos dos seus companheiros de roda agressores.

## **ELES RESISTEM A NÓS E NÓS RESISTIMOS A ELES - MOVIMENTO SOCIAL DE MULHERES CAPOEIRISTAS E SUAS ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA**

De acordo com o provérbio africano, “Se queres saber o final presta atenção no começo”, seguimos, tecendo reflexões sobre a história das mulheres capoeiristas e suas estratégias de libertação nas rodas de capoeira, na “volta ao mundo”, movimento da roda capoeira quando onde a dupla na roda, caminha no sentido anti-horário para sondar, conhecer, estudar num verdadeiro ritual mandingueiro seguir no jogo, observando como as mulheres se organizaram coletivamente neste jogo que se mantém há quase 18 (dezoito) anos. Da mesma forma, que a filosofia africana contido no *ideograma Adinkra, Sankofa*, representado por uma ave de migração com o pescoço e ori (cabeça) voltada para trás, contemplando o passado como uma possibilidade para compreender o presente, para entender a história, as mandingas, malícias e militância na roda de saberes referendado na cultura africana.

Embora a história da capoeiragem no Estado do Pará é antiga e longa, tanto quanto em outros centros nacionalmente conhecidos, no entanto, trago apenas um breve histórico do envolvidas de mulheres na prática da capoeira e dizer que se tinha mulher, também tinha homem. Dentre tantas histórias, é impossível não começar com Jerônima citada por Margarida na falar sobre o texto da epígrafe, uma vez que

esta é a ancestral mais antiga da história capoeiragem no Pará. É a mulher destemida a quem Soares (1997) se admira e considera como “improvável” ao encontrar uma mulher capoeirista no século XIX e em Belém do Pará, no jornal: *A Constituição*, publicado no dia 21 de novembro de 1876, com a seguinte notícia: “Que mulher Capoeira! As 7 horas da noite, por praças do 4º Batalhão de Artilharia foi hontem presa a cafuza Jeronyma, escrava de Caetano Antonio de Lemos”. Jeronyma, era escravizada e foi presa porque se encontrava na rua com sua capoeiragem.

Segundo Oliveira e Leal (2009), além de Jeronyma, outras mulheres estiveram envolvidas com a capoeiragem, tais como: Maria Meia-Noite, Joana Maluca, Maria Galinha e tantas outras que a história e memória coletiva invisibilizou. Suas histórias vêm das ruas centrais e periféricas, mais especificamente dos espaços considerados boêmios compartilhados com homens na Belém do século XIX, onde eram presas, taxadas de desordeiras, vadias, vagabundas e prostitutas. Um perfil em total antagonismo com os padrões estabelecidos para as mulheres brancas da época.

Estas mulheres, com coragem e valentia reagiam as opressões as quais eram submetidas e enquanto resistiam se tornaram protagonistas da história de seu tempo. Tempo em que segundo Costa e França (2016), o modelo educativo específico para educar as meninas na Amazônia era centrado na ciência e na educação apontada como caminho para combater os “males” da mestiçagem e para alcançar o modelo de civilização almejada.

O grupo social onde estavam localizadas as mulheres envolvidas com a capoeira, escravizadas ou libertas, que viviam em situação de rua, as políticas de educação escolarizada não as incluíam. A educação era um privilégio das elites. Ao Avançar, dando um salto no tempo para o século XX na década de 1980, em função da inexistência de pesquisas sistematizadas sobre a capoeira em um longo período no Pará, onde segundo Silva(2017)) encontraremos mulheres sendo graduadas no Grupo de Capoeira Dandara Bambula, do Serviço Social do Comercio, por Mestre Abil, quando num batizado de capoeira, dentre as 37(trinta e sete) graduações 9 (nove) foram destinadas a mulheres. Que diferentes de suas ancestrais, possuíam formações escolarizadas a nível de educação básica e superior com atuação profissional em diversas áreas. No entanto, ao adentra-se ao século XXI as mulheres capoeiristas, que estavam no mesmo espaço de tempo e formação junto com os homens, na capoeira não avançaram da mesma proporção que os homens, fato que repercute na inexistência de Mestras de capoeira até 2016, formadas no/pelo grupos de capoeira paraense.

E ainda segundo Silva (2017) as mulheres pertencentes a grupos diferentes, praticamente nem se conheciam. No entanto, a existência de casos de violência física, assédios morais e sexuais, e até pedofilia contra as mulheres nos espaços e roda é conhecido, uma das razões para organização das mulheres.

E o ponto alto desta organização, marcado pela criação do MCM, com protagonismo e empoderamento da mulher na capoeira, que resolveram se unir para

enfrentarem os masculinismos tóxicos nas rodas de capoeira ao longo de mais de uma década. E com isso evidenciam que, “A questão continua sendo política. Não podemos esperar uma solução ‘técnica’. Nosso mundo tem de ser recriado a partir do âmbito comunitário” (ACOSTA. 2016, p.26) e as mulheres seguem descolonizando as rodas na prática, segundo Arroyo (2014) com suas presenças fortes marcadas por atos de libertação e de recuperação da humanidade que lhes foi roubada.

As memórias dessas mulheres, expressa em suas falas carregadas de conhecimentos de um passado recente vivido e percebido por elas, são marcadas pela emoção, como o da capoeirista Cristiane Silva, de apelido Sininho que narra o diálogo que teve com a capoeirista Pé de Anjo

Quando tivemos a ideia de fazer? Quando eu e Silvia nos reuníamos, a gente conversava muito sobre a mulher na capoeira, a discriminação, como ela sofria. A gente observava muito nas rodas, nos grupos que a gente conhecia, isso que acontecia com as mulheres. Quando foi um dia ela disse:

– Sininho, já pensou, se a gente consegue fazer uma roda só de mulheres?

Eu disse assim:

– Égua! Seria muito bacana!

Ela disse:

– Égua! A gente pode tentar, mas é uma briga muito feia que a gente vai comprar. (CRISTIANE SININHO, depoimento concedido em 2017)

Segundo a narrativa de Sininho e demais capoeiristas, como Gisele Tsunami não sabiam direito onde iam chegar, mas vivenciaram este momento ímpar para a história da capoeira. O passo seguinte foi compartilhar com a irmã de Pé de Anjo, Cristina Leão, que não é capoeirista, a ideia foi acolhida com entusiasmo e posteriormente apresentaram o projeto a Vereadora Suely Oliveira, apoio de fundamental importância para a implementação do projeto em parceria com a Prefeitura Municipal de Belém-PMB, nos dois primeiros encontros, durante a gestão do Partido dos Trabalhadores-PT. A mediação com o governo foi possível, tanto pela presença entre as ativistas iniciais do movimento que atuavam na militância política no governo, mas sobretudo pela proposta de governo, que favorecia o diálogo entre a gestão municipal e os movimentos sociais implementados na época. No entanto é importante ressaltar que o movimento tinha autonomia, não estando subjugado a gestão municipal, fator importante para sua continuidade.

Assim, sob a liderança de Pé de Anjo, Sininho, Karen foram agregando outras mulheres, tais como, Jennifer apelido Margarida, Érica de apelido Catita e o apoio de Cristina Leão e Vereadora Suely Oliveira, realizam as atividades numa Grande Roda, que segundo os dizeres da capoeira angola se traduz num movimento que extrapola a capoeira atingindo a sociedade, para realização da Roda de Capoeira

composta só por Mulheres e para implementação do MCM.

O MCM, ao longo de sua existência realizou 9 (nove) grandes encontros, que inicialmente eram anuais e com o passar do tempo, foram espaçando os encontros para média dois anos, o que é visto como ato de resistência e de dizer “nós estamos aqui”. No último encontro foi em comemoração aos 15 anos de existência, celebrado em 2017. O evento culminou com almoço, onde as capoeiristas do MCM se encontravam, literalmente “montadas”, “todas de mulheres de Cabaré, incorporando personagens de que fomos taxadas durante a nossa vida toda.” Por que fizeram isso? segundo Gisele Tsunami para denunciar que passaram quinze anos sendo designadas por várias denominações de cunho pejorativo, verdadeiras agressões a dignidade da pessoa humana, tais como, sapatão, prostitutas, quengas etc. Inclusive a própria criadora deste movimento, sofreu com situação desumana imputada por homens capoeiristas e mestres.

O primeiro encontro é relevante e paradigmático para história das mulheres capoeiristas paraense, pelo fato de trazerem para a grande roda, discussões de temáticas importantes para a formação dos capoeiristas, além das questões relativas a própria prática da capoeira, questões de gênero voltados para a mulher, política e a mulher na cultura cabana, temática pertinente pois estavam sendo realizados os encontros, dentro da programação da Semana de História e Cultura Cabana, realizada pela PMB. Outro ponto importante foi a participação e contribuição de estudiosos acadêmicos e não capoeiristas, para tratar de temáticas importantes para capoeira e as mulheres; a formação para o empoderamento das mulheres através de oficinas e treinos de capoeira para domínio sobre dos instrumentos musicais, entre estes o instrumento que comanda a roda, o berimbau e como consequência a realização da “Orquestra de Berimbaus” compostas por mulheres para apresentação em Praça Pública para toda cidade. Assim como, para realização de rodas de capoeira no encerramento do encontro de mulheres no mesmo dia e local da comemoração do 378º aniversário da cidade de Belém, acontecimento com ampla repercussão em todas as mídias e no meio da capoeira, pois fez parte da extensa programação da prefeitura, “fechando o cartão postal da cidade Ver-o-Peso”, com a realização de várias Rodas de Capoeira na avenida, comandada por mulheres e com a participação dos homens. A bateria de capoeira foi localizada no alto de carros som, tal como afirma Gisele Tsunami “eram várias rodas...você olhava do alto e era só capoeira.”

Porém, entre o segundo e o terceiro encontro, a mulher que fechou o Ver-o-Peso, partiu e o seu legado ficou como diz o texto de Margarida afirma, “E pra jogar lá no céu/Nosso senhor já lhe chamou/Camaradinha.” “[...] Silvia Leão/Ela é Mestra Pé de Anjo/Mora no meu coração. Na angola ou regional /Ela mostrou o seu valor”. Não há como não acreditar que ela se transformou numa ancestral paraense da capoeira. E sem querer a negra atriz, dançarina e capoeirista continua inspirando mulheres e homens capoeiristas que reconhecem a sua importância para a capoeira.

Após, este acontecimento que ainda emociona, as mulheres foram desafiadas

a continuar, mesmo com muitas divergências internas e consequentes afastamentos, adesão de outras mulheres e como é movimento, novos aprendizados, direcionamentos e reestruturações estão sempre acontecendo. Gisele Tsunami enfatiza, as mulheres se apropriaram dos próprios fundamentos da capoeira como instrumento de luta e afirma que se nos desrespeitarem estão desrespeitando os fundamentos da capoeira.

Contudo, um dos grandes atos de transgressão, aconteceu em 2016 a partir da participação e protagonismo de mulheres que compõe o Comitê Gestor da Salvaguarda Capoeira no Pará -IPHAN/PA, ao argumenta e questiona o fato dos eventos apenas contemplarem os homens, afirmando que desta vez teriam que trazer uma Mestre de Capoeira para uma *ação denominada* “Conversa Pai d`égua” – que é um projeto dentro da área de educação patrimonial do IPHAN, que veem acontecendo desde o ano de 2011.

A seguir apresentamos no texto copilado com poucas alterações, de um artigo anterior, por entender desnecessário reescrever a mesma história comunicada no II SIALAT - Seminário Internacional América Latina: Políticas e Conflitos Contemporâneos realizado em novembro de 2017.

## **BREVE REFLEXÃO SOBRE DOCUMENTOS OFICIAIS QUE SUBSIDIAM A SALVAGUARDA CAPOEIRA**

Ao analisar a elaboração textual dos documentos oficiais que subsidiam os planos de salvaguarda capoeira, percebe-se que as diferenças de gênero não são reconhecidas. A linguagem é sexista reafirmando e demarcando o lugar do homem no contexto da capoeira ao se referir no masculino – ao mestre, ao professor, ao aluno. Com isso, as mulheres seguem invisibilizadas no texto, o que não se justifica, mediante a presença expressiva de mulheres inseridas na prática da capoeira na condição de mestras de capoeira, professoras e alunas de capoeira em atuação em todo o país. Ainda que, o quantitativo de mulheres como Mestras não seja na mesma proporção que com os Mestres, as mulheres representam uma força de trabalho importante na capoeira, portanto, uma realidade que não pode mais permanecer na invisibilidade nas construções textuais oficiais dos planos de salvaguarda.

Enquanto pesquisadora da temática, essa sempre foi uma luta dentro do Comitê Gestor, pois consideramos contraditório implementar ações voltadas para capoeira, negando e ocultando a história e seus sujeitos, igualando a todos sem o reconhecimento das diferentes identidades existentes nas rodas de capoeira. Neste sentido, Paulo Freire (1992) alerta que é preciso fugir da armadilha que a linguagem coloca, como a justificativa que afirma, que ao se referir ao homem, a mulher está incluída. O autor afirma, estamos diante, portanto, da naturalização da violência simbólica de dominação masculina sobre a mulher, com o discurso machista. Segundo Gonçalves e Silva (2006) no Brasil, os sujeitos das políticas

públicas foram sempre definidos por categorias que não faziam qualquer distinção de gênero ou de raça e são sempre designados em termos genéricos e faz o seguinte questionamento: seria possível pensar políticas públicas em consonância com os problemas étnicos da sociedade?

Neste sentido, a superação deste discurso colonial, sexista e machista considero como uma vitória fundamental na elaboração plano de salvaguarda paraense, onde tenho contribuído com intervenções nos debates junto com outras mulheres e representantes do MCM. As mulheres capoeiristas paraenses têm uma participação ativa nos grupos e nos seus polos ou núcleos, onde ensinam capoeira. Diante disso, é impossível não as considerar como detentoras de saberes, que certamente, devem se sentir incluídas nas políticas públicas a fim de garantir à todas os mesmos benefícios destinados aos homens.

Fato que também, possibilitou a denúncia e a exigência de posicionamento do Comitê Gestor perante a situação, onde um mestre de capoeira local, em comunidades virtuais divulgou áudio seu, ameaçando a integridade física, moral e psicológica afirmando que iria “quebrar na roda” uma mulher capoeirista paraense. Na ocasião o referido comitê publicizou em suas redes sociais nota solicitando retração pública do referido mestre. Fato que certamente, repercutiu no meio da capoeira e cerca de 24 horas o mestre se pronuncia divulgando sua retratação, o que não diminuiu a gravidade da atitude misógina do mestre, que poderia se poderia ser caracterizada como crime previsto no código penal.

## **CONVERSA PAI D'ÉGUA E AS MULHERES NO COMITÊ GESTOR DA SALVAGUARDA CAPOEIRA NO PARÁ**

Se a conversa é Pai d'égua tem que ter mulher na mesa sim! Desta forma também, demos o “pulo do gato” e que eu passo para o feminino e digo - o “pulo da gata”, movimento surpresa que a mestra (e) não ensina para ninguém, cada capoeiristas desenvolve o seu. E com isso, conquistamos a realização de uma mesa composta só por mulheres capoeiristas com a presença de uma Mestre de Capoeira na mesa. Tudo decidido coletivamente com e na presença dos mestres em reunião do Comitê Gestor.

Desta forma, nasceu a ideia e realização da “Roda de Conversa Patrimônio e Gênero: a mulher na capoeira”, durante o I Colóquio Patrimônio, Gênero e Saberes Tradicionais, foi um evento pensado por mulheres, para mulheres conduzirem na presença dos homens e mulheres. Foi realizado através da parceria entre IPHAN e Associação dos Agentes de Patrimônio da Amazônia-ASAPAM, membro da Rede Casas do Patrimônio – Pará, na comemoração à Semana do Patrimônio Paraense – SPP 2016, tendo como temática Patrimônio Imaterial – concepção, abrangência e valorização, realizado no período 21 a 25 de novembro de 2016, em comemoração

ao Dia do Patrimônio Histórico e Cultural do Estado do Pará que é comemorado em 5 de novembro.

Assim, foi possível atender a demanda das mulheres com uma mesa composta só de mulheres para falar de mulher na capoeira, a saber: Gisele Silva Figueira -Tsunami, (MCM); Andreza Barroso da Silva -Miudinha (Menino é Bom); Jamile Andrade - Pretta (Berimbau Brasil), Maria Zeneide Gomes da Silva(COPIR-SEDUC-UFPA) e Prof<sup>a</sup> Dra. Rosangela Janja Costa Araujo – a Mestre Janja do Instituto Nzinga de Capoeira Angola, historiadora e feminista negra, que compõem o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher-NEIM-UFBA, expos sobre “O Feminismo Angoleiro? Aspectos da organização das mulheres na capoeira Angola.”

Mestra Janja, após ouvir quatro mulheres “retadíssimas” como disse ela, na ocasião de minha defesa de mestrado em 31 agosto de 2017, com suas falas próprias marcadas pela lembrança/presença de Silvia Pé de Anjo, e pela não existência de uma mestra de capoeira no Estado do Pará. Ocasão que, Mestre Janja nos surpreende, como num “pulo do gato”, então diz, que nós paraenses já tínhamos uma mestra, e esta *já havia estado entre nós e o que faltava era reconhecer. E questiona* – Como é que reconhece a pessoa como mestre? Ao que todos responderam que era a comunidade. Então ela lembra, estávamos ali na presença de muitos mestres de capoeira e que ela era uma mestra, e ao mesmo tempo proposta. “Quem aqui reconhece que Silvia Leão – Pé de Anjo é uma Mestre de Capoeira, fique de pé?”

Quase todos se levantaram, menos um mestre.

Com esta ousadia histórica, na presença e com o aval dos mestres e todas(os) presentes no evento, surge a Primeira Mestre de Capoeira do Estado do Pará, num reconhecimento *in memoriam* a capoeirista Maria Silvia Santana Leão - Pé de Anjo, na noite do dia 22 de novembro de 2016, através de um “pulo de gata angoleira.”

Com este acontecimento histórico a responsabilidade aumentou para o MCM que com espírito de guerreiras estão na luta, e com isso o trabalho foi multiplicado, frente ao enfrentamento as incompreensões de forma explícita nas posturas, falas, nos comentários em redes sociais que revelam, sexismo, machismo, misoginia, homofobia, lesfóbismo diante do reconhecimento de Mestre Silvia Leão – Pé de Anjo, a que ousou comprar o jogo, e enfrentar a opressão contra a mulher na capoeira. Revelando o quanto ainda é preciso investir na desconstrução hegemônicas e opressoras contra a mulher, por parte de muitos capoeiristas homens, muitas vezes dos seus próprios mestres e por mulheres capoeiristas.

Diante das evidências a partir desta mudança histórica na capoeira do Pará, não há como discordar do escritor africano ao afirmar - “O sexismo é um fenômeno exclusivamente antimulher.” (MOORE, 2012, p.226). A reação negativa diante a conquista das mulheres, que desafiaram as construções sociais hegemônicas sexistas, machistas e racistas que fazem parte do universo das expressões culturais do povo negro, que segundo Saffiotti(1987), Gonzales(1984) e Carneiro(2003) são usados para legitimar o poder do macho através da opressão, subjugação e exclusão



da mulher nesses espaços culturais populares.

E Para finalizar é interessante destacar que este movimento dentro do Comitê Gestor da salvaguarda, não surgiu a partir da iniciativa de mulheres com um histórico de vitimização, pelo menos aparentemente, tal qual observou bell hooks(2015) ao se referir ao surgimento do feminismo negro nos Estados Unidos. Mas por nós mulheres que percebemos a importância da organização social, como fator importante de luta para romper a hegemonia masculina e os masculinismos tóxicos nas rodas de capoeira. Com isso comprovamos na prática, que ao adentrarmos seja espaços seja institucionais seja o acadêmico ou outro espaço, tal como o IPHAN, o que afirma Arroyo(2014), Spivak(2014), bell hooks(1994), ao nossas experiências de militância, resistência e resiliência entram conosco. Portanto não somos, apenas “objeto da história, mas seus sujeitos igualmente. No mundo da História, da cultura, da política, constato não apenas para me adaptar, mas para mudar” (FREIRE, 1996, p.77), ainda Freire(1996) não podemos estar no mundo para estudar descomprometidamente de forma neutra, sem intervir no mundo do qual somos sujeitos e não meros objetos.

E para concluir como uma freiriana convicta, afirmar que pesquisa para conhecer o que não conheço e comunicar ou anunciar a novidade, e com meu espírito de capoeirista, tal como afirmação de Mestre Curió “que não há capoeira inocente”, eu também não sou inocente, tenho a certeza que a mudança é possível e meu papel no mundo, não é apenas o de quem constata, mas o de quem intervém para mudança nos rumos da história, rejeitando qualquer forma de discriminação. Iê!

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. **O Bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e Observação participante**. Tradução de José Fonseca. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ARROYO, Miguel Gonzáles. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em Movimento**. Estudos Avançados, São Paulo, v.17, n. 49, p. 117-132, set./dez. 2003.

COLLINS, Patricia Hill. **Em direção a uma Nova Visão: raça, classe e gênero como categoria de análise e conexão**. In: MORENO, Renata (Org.). Reflexões e práticas de transformação feminista. São Paulo: SOF, 2015. p. 13-42. (Cadernos Sempreviva)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança – Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. 14. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativas**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **O jogo das diferenças: multiculturalismo e seus contextos**. 4. ed. Belo Horizonte. Autêntica, 2006.

GONZALES, Lélia. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, p, 223-144, 1984.

HOOKS, Bell. **Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

OLIVEIRA , Josivaldo Pires de; LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. **Capoeira Identidade e Genero: ensaio sobre a história social da capoeira no Brasil**. Salvador:EDUFBA, 2009.

SILVA, Maria Zeneide Gomes da Silva. **Movimento Capoeira Mulher:saberes ancestrais e a práxis feminista no século XXI em Belém do Pará**. 2017, 180f. Dissertação de Mestrado em Educação e Cultura – Universidade Federal do Pará, PPGEDUC/CAMETÁ, 2017.

\_\_\_\_\_ **Movimento Capoeira Mulher - Saberes e Feminismo nas Rodas em Belém do Pará**. II SIALAT - Seminário Internacional América Latina: Políticas e Conflitos Contemporâneos realizado em novembro de 2017.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno Falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Hohorizonte: Editora UFMG, 2014.

## MULHERES AMAZÔNIDAS E SUA RELAÇÃO COM EMPRESAS DE BIOCOSMÉTICOS: ENTRE NOVAS RURALIDADES E VELHAS CONCEPÇÕES DE GÊNERO

**Ruth Helena Cristo Almeida**

Universidade Federal Rural da Amazônia, Instituto Socioambiental e dos Recursos Hídricos  
Belém - Pará

**Carolina da Silva Gonçalves**

Universidade Federal Rural da Amazônia, Instituto Socioambiental e dos Recursos Hídricos  
Belém - Pará

**RESUMO:** O objetivo geral do presente trabalho é discutir o papel das mulheres no Novo Rural Amazônico, decorrentes da relação comercial/parceria entre empresa de biocosméticos e comunidades rurais que cultivam a pirioca (*Cyperus articulatus* L.) no estado do Pará. A metodologia consistiu na análise da construção discursiva de três presidentes de associações que estão envolvidas no projeto e com base na análise de conteúdo contido nos relatórios institucionais anuais da empresa. Fez-se uso também de questionário com os atores-chave nas comunidades que possuem relação com as empresas de biocosméticos, além da utilização de dados secundários, observação direta e fundamentação teórica através de uma extensa revisão da literatura que abordem o tema em questão de modo a proporcionar a construção de um arcabouço teórico para viabilizar a discussão do assunto. Os resultados demonstram que a

empresa organizou-se internamente, através da construção de visão, metas do chamado desenvolvimento sustentável, porém verificou-se uma série de paradoxos entre o discurso da empresa e sua prática comercial, que em muitos momentos foi unilateral. Ocorreu, por parte da empresa, o fomento para a transformação de pessoa jurídica de organizações sociais já existentes nas comunidades. E, aliada a este apoio, as mulheres foram das comunidades foram incentivadas a concorrer, pois para a empresa as mesmas eram mais responsáveis, melhores na conciliação, mais organizadas entre outros estereótipos de gênero.

**PALAVRAS-CHAVE:** Organização social, Parceria, Discursos.

### AMAZON WOMEN AND THEIR RELATIONSHIP WITH BIOCOSMETIC COMPANIES: BETWEEN NEW RURALITIES AND OLD GENDER CONCEPTIONS

**ABSTRACT:** The general objective of this paper is to discuss the role of women in the New Rural Amazon, arising from the commercial / partnership relationship between biocosmetics company and rural communities that cultivate pirioca (*Cyperus articulatus* L.) in the state of Pará. The methodology consisted of the analysis the discursive construction of three presidents

of associations that are involved in the project and based on the content analysis contained in institutional Natura's annual reports. A questionnaire was also used with the key actors in the communities that are related to the biocosmetic companies, in addition to the use of secondary data, direct observation and theoretical foundation through an extensive literature review that approach the subject in question. to provide the construction of a theoretical framework to enable the discussion of the subject. The results show that the company was organized internally, through the construction of vision, goals and around sustainable development, but there were a series of paradoxes between the company's discourse and its commercial practice, which in many moments was unilateral. . The company fostered the transformation of companies from existing social organizations in the communities. And, allied to this support, women from the communities were encouraged to compete, because for the company they were more responsible, better at reconciling, more organized among other gender stereotypes.

**KEYWORDS:** Social organization, Partnership, Discourse.

## 1 | INTRODUÇÃO

A Amazônia, considerada a maior floresta tropical do planeta e a principal fonte de biodiversidade mundial, encerra em si mesma uma grande dualidade discursiva. Se por um lado, ela já foi vista como um lugar de desgraças, inferno verde, do desconhecido que ameaça, vazio demográfico; de outro, e não menos espetaculoso, é representada como um recurso extremamente importante à escala planetária. Para este último, faz-se necessário lembrar algumas construções de Amazônia como: o pulmão do mundo, celeiro do mundo, santuário ecológico, região do futuro, a Amazônia como *El Dourado*, representando assim uma oportunidade imensa para o crescimento econômico, tendo com base uma biodiversidade considerada “salvadora”.

Este cenário, porém, está hoje imbuído de uma roupagem denominada de desenvolvimento sustentável concebida como a esperança ainda resguardada e cujo principal mote seria a união entre o econômico, o social, o ambiental, o cultural, o político e o ético, elementos antes considerados contraditórios entre si. Deste modo, existe um cenário, entremeado por debates políticos, sociais, econômicos e simbólicos em torno da construção de uma polaridade criada pelos atores sociais envolvidos, seja pelo Estado, pela sociedade civil ou por empresas, relativa a questões de uso dos recursos Naturais na Amazônia que são tratadas dicotomicamente, considerando o recurso como aquele que precisa ser preservado a qualquer custo ou como aquele que precisa ser aberto ao “progresso”. Nesse contexto empresas que compram produtos da biodiversidade Amazônica mapeiam produtos, áreas e atores sociais como as mulheres, que para as empresas são mais responsáveis, “retas” com suas ações e decisões.

Assim, o objetivo geral do presente trabalho é discutir o papel das mulheres no

Novo Rural Amazônico, decorrentes da relação comercial/parceria entre empresa de biocosméticos e comunidades rurais que cultivam a priprioca (*Cyperus articulatus* L.) no estado do Pará.

## 2 | METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo, para desvendar esta rede de relações instaladas pela empresa, se pautou numa pesquisa de natureza qualitativa. Neste tipo de pesquisa existe “uma relação dinâmica entre o mundo real e ao sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito” (CHIZZOTTI, 2010, p.79). Ou seja, o objeto de estudo não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações. A metodologia consistiu na análise da construção discursiva de três presidentas de associações que estão envolvidas no projeto priprioca e com base na análise de conteúdo contido nos relatórios institucionais anuais da empresa Natura.

Fez-se uso também de questionário com os atores-chave nas comunidades que possuem relação com as empresas de biocosméticos, além da utilização de dados secundários, observação direta e fundamentação teórica através de uma extensa revisão da literatura que abordem o tema em questão de modo a proporcionar a construção de um arcabouço teórico para viabilizar a discussão do assunto.

## 3 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

No ano de 2000 a empresa Natura lança a Linha Ekos, de produtos que incorporam ativos da biodiversidade brasileira e que representou importante salto econômico à empresa, e que em particular interessa neste trabalho (Relatório Natura, 2004). Para dar este passo a Natura passa a comprar os produtos naturais de agricultores familiares de Boa Vista do Acará, Cotijuba e Campo Limpo, que encontram-se muito próximos à Belém (média de 55 km da capital). Com exceção de Campo Limpo, cujo acesso, relações econômicas e sociais ocorrem via estrada, as demais comunidades, desenvolvem suas atividades via rio. São os chamados ribeirinhos citadinos/urbanos, pois suas experiências são moldadas pelas fortes relações de contato com o cotidiano da cidade de Belém, principalmente através do trabalho, estudos e busca por assistência médica (RODRIGUES, 2008). São grupos, assim como muitas sociedades amazônicas, que vivem certa “invisibilidade” cujo modo de vida são diversos e heterogêneos, diferentes dos discursados em várias literaturas ou representação científica (MOURÃO, 2011).

Nestas comunidades suas relações são desenvolvidas dentro do grupo com finalidades diferentes, seja para produção, comercialização, troca de trabalho,

entre outras, sendo muitas destas realizadas dentro de um contexto informal, mais personalizados, que passam por uma relação de pessoalidade, confiança, ajuda mútua e reciprocidade entre seus envolvidos, sem uma base “legal” exigida numa relação contratual com empresas.

Na área das comunidades existe, o que denominamos aqui, de equipamentos coletivos, a saber: igrejas, praças, posto de saúde (somente em Cotijuba), escolas, Barracão/Centro comunitário, Salão de festas e reunião, campo de futebol e casa de farinha comunitária que são de usufruto de todos.

As principais atividades de lazer são realizadas dentro das próprias comunidades ou no município como: missas/cultos (80,85%), futebol (65,96%), rios e igarapés (46,81%), festas (44,68%), festa do padroeiro (35,53%) e pescaria (29,79%). Entre as comunidades uma categoria relacional foi criada “antes” e “depois da Natura”. Antes da relação contratual com a empresa Natura, a forma de organização e representação social tinha como papel central a figura do “presidente” da comunidade, cuja permanência em tal “cargo/situação” requer eleição, mas sem tempo fixo. Em uma das comunidades o presidente estava há mais de 15 anos. Outra forma importante de associação são as ligadas as diferentes igrejas que agregam um número significativo de pessoas, que em Campo Limpo teve um impacto importante.

Segundo um dos entrevistados, eles estariam “organizados por causa da igreja católica, ela nos educou, na seriedade do trabalho desinteressado, sem devolução”. A dificuldade de acesso aos equipamentos urbanos (saúde principalmente), mas não somente, fez com que algumas famílias desenvolvessem estratégias peculiares e solidárias para sobrevivência comunitária, como uma questão de reprodução do grupo. Destaca-se assim a existência de entidades associativas criadas em Boa Vista e Campo Limpo por motivações religiosas e de ajuda mútua. Nestas comunidades foram criados grupo informais chamados “União faz a força” e “Unidos Venceremos”, cujo objetivo principal era o mesmo: união da comunidade para arrecadar recursos financeiros, através de bingos, festas, venda de comidas, etc. para dar apoio às famílias com problemas de saúde, desemprego ou outros.

Antes tinha um grupo de pessoas que fazia rifa, eventos, para arrecadar dinheiro para auxílio doença. Quando alguém adoecia esses recursos serviam para levar pra Belém, comprar algum remédio. Mas não tinha associação (Agricultor familiar, um dos fundadores do grupo “União faz a força”).

A cooperação é uma forma de interação social. Apresenta-se nas mais diversas situações da existência humana. Este processo permite que grupos de indivíduos combinem suas atividades, de maneira mais ou menos organizada, para a realização de interesses comuns, semelhantes ou complementares. Estes interesses podem ser orientados para um fim e para uma determinada função. A cooperação para um fim é orientada para a obtenção concreta de um certo resultado, que será obtido tomando-se em consideração uma meta singular diante de uma situação. A cooperação para a realização de uma função é aquela forma de interação contínua, em que se

realizam atividades consideradas gratificantes à coletividade. No primeiro caso as pessoas se desligam quando alcançam seus objetivos. Enquanto no segundo caso a cooperação continua, se revitaliza constantemente ou adquire um outro objetivo (FERRARI, 1983, p.262).

Porém, como ressaltado anteriormente, para o estabelecimento de uma parceria econômica e atender o contrato de venda entre a empresa Natura e as comunidades, fez-se necessário a criação e formalização jurídica de três associações: Associação de pequenos produtores e produtoras de Campo Limpo (APROCAMP), Associação de produtores de Boa Vista (APBV) e Movimento das Mulheres das Ilhas de Belém – MMIB, como “sugestão” da própria Natura. São Associações de interesse econômico, onde a comunidade de Boa Vista, por exemplo, são 23 famílias que estão envolvidas na produção de priprioca e associadas, num universo de mais de 120 famílias. Segundo relatório do Instituto Peabiru (2005) o MMIB - Movimento das Mulheres das Ilhas de Belém em Cotijuba já existia, participava de fóruns de discussão em Belém, em conjunto com outras associações e cooperativas, porém com outro contexto e viu sua formalização completada nesta ocasião. O MMIB atua em 6 das 39 ilhas do município de Belém – Cotijuba, bem como Curuçambá, Tatuoca, Paquetá, Urubuoca e Jutuba. A questão da violência, independência financeira da mulher é uma das preocupações centrais do MMIB. Muitos depoimentos apontam a falta de oportunidades de educação, renda e ocupação para as mulheres.

Desta forma, o “Projeto Priprioca” “acelerou” a formalização da associação em Cotijuba, formalizou/consolidou a de Campo Limpo e promoveu a de Boa Vista do Acará, com recursos financeiros da própria empresa, pois além da burocracia, os custos de formalização de uma associação também eram vistos como problemas. Enfim, desde o início ficou bastante claro que a associação foi criada para atender ao contrato com a Natura.

Havia um grupo de pessoas que sempre se reuniam e que trabalhavam há mais de 20 anos e queriam legalizar a associação, fundar, mas não tinham conhecimento e escolaridade (...) achavam muita dificuldade lidar com tantos papéis, documentos. Quando a Natura chega na comunidade em 2002, ainda não tinha associação formada, mas a Natura precisava né? Ai eles foram e formaram a associação registrada. Na hora que a Natura chegou só faltava o dinheiro para a regularização, ai a Natura investiu. A motivação da criação foi o contrato com a Natura, tinha que estar tudo documentado, tinha que ser uma associação para eles poderem fazer a encomenda, tinha que ser de pessoa jurídica. Os objetivos é para buscar novos projetos, construir a sede da associação. Pra forma a associação na época fui na casa das pessoas, fui chamando as pessoas, ai veio o pessoal da Natura e fomos fazer reunião. A empresa foi que conseguiu conquistar o pessoal pra formar a associação, as pessoas não queriam. Falei que o jeito era ir na casa das pessoas pra convidar pras reuniões, ‘a senhora convida os pessoal pra ver se consegue’. Fizemos umas 3 reuniões ai fechamos nestes 23 porque só podia vender para associação, através da associação pra ter os direitos. Ai a gente conseguiu Graças a Deus. 23 pessoas que toparam o projeto (Agricultor familiar, participante do “Projeto priprioca”).

Foi numa destas reuniões que saiu a sugestão da Natura de formação de

uma associação de produtores para facilitar tanto a comercialização da priprioca em escala ampliada quanto às negociações que adviriam para o estabelecimento dos contratos. Entre esses contratos a assinatura da autorização de captação e uso de imagens coletivas, com a realização das primeiras filmagens/fotografias em Boa Vista, com fins para marketing da empresa. A repercussão desta ação gerou reportagens do Globo Rural (22/03/2004), bem como do Programa do Cumpadre Wagner (Record) e do É do Pará (TV Liberal). Na novela Celebridade (Rede Globo), veiculada em 2003 e 2004, os atores globais Marcos Palmeira e Malu Mader fizeram uma ampla divulgação para o lançamento do perfume de priprioca. Os Correios, com a colaboração do Museu Paraense Emílio Goeldi, fizeram o lançamento do selo com a estampa da priprioca em 23 de novembro de 2004 (NICOLI et al., 2006).

Após um primeiro levantamento do volume produzido, concluiu-se pela inviabilidade de propor a essa comunidade que aumentasse sua produção para suprir as necessidades da Natura e, ao mesmo tempo, mantivesse suas outras atividades: plantação de mandioca e produção da farinha, açaí, entre outros. Em novembro de 2003 a Natura compra mudas de priprioca de alguns produtores na Boa Vista, para que outras comunidades participassem da produção. Por meio de indicação da UFRA – Universidade Federal Rural da Amazônia foi escolhida mais duas outras comunidades próximas a Belém: Ilha de Cotijuba (Belém) e Campo Limpo (Santo Antônio do Tauá) para complementar a quantidade necessária à extração de óleo essencial da priprioca, conforme pesquisa realizada (30 kg = 100 ml).

Tanto na ilha de Cotijuba, como em Campo Limpo, município de Santo Antônio do Tauá a priprioca foi introduzida e, apesar da planta existir nas duas áreas, não havia histórico de comercialização. As comunidades, mesmo desconfiadas no início, interessaram-se sendo possível a viabilização deste projeto. Segundo a percepção dos entrevistados o maior benefício em fazer parte de uma associação está ligado a: melhoria de renda e acesso a serviços (56,79%), benefícios em geral às comunidades (19,75%), proporciona certa “precaução” para o futuro em termos financeiros (14,81%). Nenhuma das respostas esteve ligada a questões políticas organizativas ou reivindicatórias ou na defesa de algum interesse específico.

Quando perguntados se sabiam qual o objetivo o da sua associação as respostas foram as seguintes: “plantar e vender a priprioca, por isso formaram a mesma”, “não soube informar”, “atuar na parte econômica principalmente”, “para produtores mudarem de vida”, “ajudar a vender os produtos e resolver os problemas da comunidade”, “fazer projetos”, “legalizar os produtos”, “organizar a comunidade e melhorar a parte econômica”, “fazer empréstimos”. As acelerações da criação de Associações nas comunidades para fins de cumprimento de um contrato resultaram no formato de uma instituição que desempenha um papel de intermediário entre as comunidades e o mercado, uma instituição que emite notas fiscais. A empresa precisava de celeridade, porém a comunidade não tinha experiência em organizações formais.



O caráter “cooperativista” destas associações não funciona, nem para a aquisição de insumos, nem para a venda de produtos das famílias. Somente no caso do MMIB em Cotijuba (que possui outro histórico organizativo) outras ações estão sendo empreendidas. Assim, mesmo havendo formado uma associação para formalizar as relações da Natura com as comunidades através da aquisição pela matéria prima, percebeu-se que, via Associações não se comercializa outros produtos. As relações com o mercado são realizadas diretamente pelas famílias, de forma precária, isolada e desconexa, com sérios prejuízos às famílias e ainda causou desmobilização da organização que existia anteriormente.

Antes da associação já tinha um grupo União Faz a Força por causa de doença, se alguém adoecesse a gente dava um apoio, não ia resolver, mas dava um apoio. Depois da associação o grupo continuou. Mas depois da associação do grupo deixou de existir, não sei porque. Aqui hoje só existe a associação (Agricultor familiar, membro da Associação).

Nestes termos, a intervenção externa na estrutura organizativa da comunidade desmobilizou as formas organizativas de cooperação locais, introduzindo formas de gestão social ainda não compreendidas de fato pelos agricultores, com fim único e direcionado para relações econômicas. Um dos elementos do desenvolvimento sustentável, propagado pelas empresas que é o fortalecimento do capital social nas comunidades encontra-se desta forma, comprometido. Outro elemento importante é que além de fomentar a criação das organizações formais foi “induzida” a candidatura de mulheres para estas organizações. Após eleições locais foram eleitas três presidentes mulheres e na fala de uma delas fica bem claro a intenção da empresa: “somos mais responsáveis, mais organizadas, a empresa sabe disso”. “No início não queria, é muito trabalho, mas fomos convencidas de que só as mulheres poderiam cumprir com os prazos”.

#### 4 | CONCLUSÕES

Tem-se na Amazônia um cenário que vai além da agricultura e pecuária é o chamado Novo Rural e outra possibilidade de atividades pluriativas. Porém, ainda se mantém as velhas classificações de gênero quando se trata das relações entre empresas e comunidades. Com a introdução de processos instrumentais exógenos às comunidades, observaram-se mudanças no uso da terra em especial na lavoura, e no uso de recursos naturais das comunidades, com a substituição de produtos da agricultura que provem a segurança alimentar para o interesse por culturas comercializáveis como a pirioca.

As dificuldades encontradas pelas comunidades em garantir a qualidade do produto comercializado, os desafios de adequação às exigências legais do processo de plantio e comercialização ainda são latentes. A Natura instrumentalizou práticas de poder disciplinar através de programas como o BioQlicar, na busca por qualidade,

quantidade, controle e rastreabilidade. Foi a disciplina fabril levada às comunidades criando um ambiente de trabalho cooperado entre os diferentes “elos”, mas que na verdade tornou-se um trabalho subjugado. A parceria assume enfim, o seu caráter, que é o de fidelização do produtor em relação a empresa, assumindo baixa participação na gestão do processo. Intervenções de desenvolvimento em comunidades locais têm, em geral, o efeito colateral de produzir desigualdades sociais intra/intercomunitárias.

Nas entrevistas desenvolvidas nas três comunidades mostraram que seus membros identificam como necessidades um maior acesso à educação e à saúde e um melhor sistema de transporte. A posição da Natura diante dessas questões é a de que não quer tornar as comunidades dependentes de uma assistência paternalista respondendo por serviços públicos de responsabilidade do Estado. É o desenvolvimento sustentável compartimentado. A conservação dos ativos da biodiversidade depende de fatores sociais, prerrogativa da proposta da Natura, e se esses fatores têm sido abordados apenas de forma tangencial, então mesmo que a totalidade dos moradores das três comunidades participasse de atividades de produção de *pripioca* para fins de comercialização, fato que definitivamente não ocorre, o desenvolvimento social estaria solapado e, conseqüentemente, a sustentabilidade de toda a iniciativa.

## REFERÊNCIAS

- CHIZZOTTI, Antio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- FERRARI, Alfonso Trujillo. **Fundamentos de Sociologia**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.
- NATURA. **Relatório Anual**, 2004.
- MOURÃO, P. **Organizações Produtivas de Mulheres Rurais – 2011**. Disponível em: <http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/DocumentosTecnicosAbertos/Artigo>. Acesso em: 23/04/2018.
- NICOLI, Clarisse Maia Lana; HOMMA, Alfredo Oyama Kingo; MATOS, Grimoldo Bandeira de; MENEZES, Antônio José Elias Amorim de. **Aproveitamento de biodiversidade amazônica: o caso da pripioca**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2006.
- RODRIGUES, Carmem Izabel. **Ribeirinhos no bairro do Jurunas**. Seminário Internacional - Amazônia e Fronteiras do conhecimento NAEA - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Universidade Federal do Pará 9 a 11 de dezembro de 2008, Belém - Pará – Brasil.

## O DESAFIO DAS PESCADORAS DE AÇUDE DO TERRITÓRIO DOS INHAMUNS CRATEÚS. IDENTIDADE, TRABALHO E RECONHECIMENTO

### Viviana Pittalis

Comunitá Impegno Servizio Volontariato CISV  
Cáritas Diocesana de Crateús  
pittalisviviana@gmail.com

### Anita Dias

Comunitá Impegno Servizio Volontariato CISV  
Cáritas Diocesana de Crateús  
anitafdias@gmail.com

**RESUMO:** O presente trabalho visa apresentar reflexões de experiências com oficinas de mulheres pescadoras de 12 municípios do sertão cearense sobre as temáticas “Identidade” e “Papel de gênero”. As oficinas foram realizadas dentro do projeto “Pescadoras e pescadores artesanais construindo o Bem Viver”, executado pela Cáritas Diocesana de Crateús e financiado pela UE. A pesca artesanal na região é praticada em regime familiar nos açudes e representa uma atividade tradicional muito difusa, especialmente nas comunidades rurais. Na vivência com as comunidades, observou-se a vulnerabilidade e invisibilidade do trabalho das pescadoras. A maioria delas é responsável pelo beneficiamento e a venda do pescado e pela confecção e reparo dos instrumentos de pesca, mas há também pescadoras na beira d’água soltando tarrafa e remando. Elas possuem experiência e conhecimento não só

do processo produtivo pesqueiro, mas também do cuidado com o ambiente e recursos naturais, através dos quais garantem a subsistência da família. Porém, a maioria não tem acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários. Além disso, a participação delas na cadeia produtiva pesqueira é vista como ajuda, fortalecendo a falta de autoreconhecimento das mesmas como pescadoras. O levantamento das informações se deu por observação participante, pesquisa bibliográfica e documental, conversas e trabalhos em grupo. Assim, percebeu-se como a dominação masculina se mantém historicamente através da reprodução das atividades produtivas e reprodutivas organizadas de acordo com a divisão sexual do trabalho (BOURDIEU, 2002). Portanto, conforme Cavalcanti (2010) é necessário desmistificar o modelo de hierarquização das atividades produtivas pesqueiras de acordo com o gênero.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pescadoras artesanais, identidade, gênero, açude, sertão.

### THE CHALLENGES OF CRATEÚS INHAMUNS FISHERWOMEN. IDENTITY, WORK, RECOGNITION

**ABSTRACT:** This article is aimed at presenting reflections about “Identity” and “Gender roles”

workshops with fisherwomen of 12 municipalities in Ceara's hinterland (Brazilian Northeast). Workshops have been realized within the project "Artisanal fisherwomen and fishermen building health", executed by Cáritas Diocesana de Crateús and financed by the European Union. Artisanal fishery is practiced by families in dams. It is a traditional but diffuse activity, especially in rural communities. During project activities with fishery groups, vulnerability and invisibility of fisherwomen work has been noticed. Fisherwomen are generally responsible for fish processing and selling, as well as for building and repairing fishery tools. However, there are also fisherwomen responsible for capturing fishes rowing in canoes. They own experience and knowledge of both fishery production process, and environment and natural resources care, through which they ensure their families subsistence. However, most of them have no access to labor rights. Moreover, their participation in fishery is seen just as an help, provoking them a lack of self recognition as fisherwomen. Article information survey has been done through participant observation, bibliographic and documentary research, conversations and group works. Thus, it was possible to notice that male domination is historically maintained through the reproduction of productive and reproductive activities organized according with sexual division of labour (BOURDIEU, 2002). In conclusion, according to Cavalcanti (2010) it is necessary to demystify the hierarchical model of fishery productive activities by gender.

**KEYWORDS:** Artisanal fisherwomen, identity, gender, dams, hinterland.

## INTRODUÇÃO

A pesca artesanal brasileira representa uma atividade produtiva típica das comunidades tradicionais litorâneas, ribeirinhas e sertanejas. Caracterizada pelo trabalho pouco mecanizado e comunitário, ela possui especificidades complexas, que levam em consideração fatores sociais, políticos, econômicos e ambientais intrínsecos a cada local. De acordo com os dados do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA em 2011, a pesca artesanal ainda é responsável pela grande maioria do pescado consumido no país, representando um meio de subsistência para mais de 600 mil pessoas. Além disso, ela tem um papel fundamental não só para a conservação do meio ambiente e dos recursos pesqueiros, mas também para dar continuidade à cultura e identidade das comunidades tradicionais que a praticam.

Do ponto de vista legal, a pesca artesanal no Brasil permaneceu sem definição jurídica até 2009, quando foi inserida na atual Lei da Pesca, a lei 11.959\2009. A Lei da Pesca define a pesca artesanal como uma modalidade de pesca comercial "praticada por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar". Ademais, ela considera como pescador tanto o sujeito embarcado, como aquele que confecciona e repara os instrumentos de pesca e as embarcações de pequeno porte, ou processa o produto da pesca artesanal. Todavia, o mesmo texto da Lei explica que tal equiparação é considerada somente para os efeitos da própria lei, não atingindo

benefícios previdenciários e direitos trabalhistas (DA SILVA, LEITÃO, 2016). A recente definição da pesca artesanal, se por um lado reconhece a sua dimensão comunitária e familiar, por outro lado tem uma tendência excludente, limitando o reconhecimento jurídico só à categoria de pescador embarcado, responsável pelo ato da captura do pescado. Isso, na prática, acaba tendo repercussões principalmente no trabalho das pescadoras, que raramente participam do processo de captura do pescado, sendo essa uma atividade tradicionalmente desenvolvida pelos homens (DA SILVA, LEITÃO, 2016).

Assim, a contribuição das mulheres na pesca permanece invisível, sendo considerada somente como prolongamento das funções domésticas, e dispensada dos direitos previdenciários e trabalhistas (BORGONHA *et al.*, 2008). Os espaços de luta e associativismo tradicional da pesca artesanal, as Colônias, não favorecem a participação das pescadoras, sendo geralmente ocupados e administrados só por pescadores homens. Porém, outras estratégias de resistência surgiram. Em 2006 a Articulação Nacional das Pescadoras (ANP) nasceu com a ajuda do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP). A Articulação, além de reivindicar o reconhecimento das pescadoras como agentes produtivas e o direito à saúde ocupacional, deu nova força à luta das pescadoras, inspirando movimentos de renovação nos quadros dirigentes de numerosas Colônias (MANESCHY *et al.*, 2012). Ademais, numerosas novas associações de pescadoras e pescadores surgiram, ganhando destaque como espaços alternativos de representação e resistência da categoria da pesca artesanal.

As contradições precedentemente descritas foram encontradas também nos territórios dos Inhamuns-Crateús, situado no estado do Ceará. A pesca artesanal na região é praticada em regime familiar, ou seja, todos os membros da família participam da produção e não tem empregados permanentes. A pesca é exercida nos açudes e representa uma atividade tradicional muito difusa, especialmente nas comunidades rurais.

Durante a experiência nas comunidades pesqueiras da região, observamos a grave condição de vulnerabilidade e invisibilidade vivenciada pelas pescadoras artesanais. A maioria delas é responsável pelo beneficiamento e a venda do pescado e pela confecção e reparo dos instrumentos de pesca, mas há também pescadoras na beira d'água soltando tarrafa e remando. Elas possuem experiências e conhecimentos não só do processo produtivo pesqueiro, mas também do cuidado com o ambiente e recursos naturais, através dos quais garantem a subsistência da família. No entanto, a maioria delas não tem acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários.

Além disso, a participação das mulheres na cadeia produtiva pesqueira é vista só como ajuda, elas mesmas, muitas vezes, não se reconhecem como profissionais da pesca. A crise hídrica que atinge o estado do Ceará pelo sexto ano consecutivo prejudica ainda mais a condição das pescadoras, as quais estão vivenciando uma forte

queda na produção causada pelo esvaziamento dos açudes e, conseqüentemente, a falta de peixes a ser pescado.

Esse artigo nasce a partir da atuação das autoras dentro do projeto de cooperação internacional “Caminhos de Resiliência: ações políticas de pescadoras e pescadores artesanais no enfrentamento das mudanças climáticas no Território dos Inhamuns Crateús - Ceará”, executado de 2017 até 2021 pela Cáritas Diocesana de Crateús em parceria com o Conselho Pastoral da Pesca (CPP) e a ONG italiana CISV. O projeto é co-financiado pela União Europeia e tem como objetivo reafirmar a identidade das pescadoras e dos pescadores artesanais da região e promover espaços de formação e discussão política. Dentro desse projeto foram executados dois módulos de oficinas temáticas para mulheres pescadoras, que visam fortalecer o autoreconhecimento e estimular o empoderamento da mulher pescadora da região, para que ela possa acessar os próprios direitos previdenciários e ocupar espaços de protagonismo dentro das instituições de representação política da categoria da pesca artesanal.

Contudo, o presente trabalho tem o objetivo de apresentar reflexões sobre as experiências realizadas através das oficinas temáticas executadas com as mulheres pescadoras do Território dos Inhamuns-Crateús e avaliar os resultados obtidos. Além disso, esse trabalho tem o intuito de contribuir para uma reflexão acerca do universo da pesca artesanal e da hierarquização das atividades produtivas pesqueiras de acordo com o gênero.

## **METODOLOGIA**

Neste estudo se utilizou a metodologia da investigação ação participativa (IAP) com o objetivo de conhecer a situação das mulheres pescadoras dos territórios de Crateús-Inhamuns, seu reconhecimento como profissionais da pesca e estabelecer ações para transformar esta realidade. De acordo com Fals Borda (1999), na IAP a investigação representa a análise etnográfica da comunidade a ser observada, desenvolvida através do olhar da comunidade para entender a realidade local, as demandas e os conflitos existentes.

Para realizar a atividade se formou uma equipe interdisciplinar, com sete profissionais que compõem a equipe do Projeto “Pescadoras e pescadores artesanais construindo o bem viver”. As ações foram orientadas por Anita Dias e Viviana Pittalis.

O estudo foi realizado em 12 municípios do sertão do Ceará: Crateús, Tamboril, Nova Russas, Tauá, Parambu, Arneiroz, Aiuaba, Novo Oriente, Catunda, Ipaporanga, Independência e Quiterianópolis.

Para conseguir uma construção de conhecimento que permita o auto reconhecimento das mulheres como pescadoras e sujeitas políticas com direitos e que gere uma ação de transformação foram desenhadas três etapas. Na primeira,

denominada pesquisas bibliográficas e documentais foram feitos mapeamentos de estudos sobre a temática da pesca artesanal no Brasil, e a realidade da mulher pescadora. Em um segundo momento foi feito um recorte sobre a situação da pesca artesanal em açude, investigando a pesca no sertão cearense e a realidade das pescadoras de açude. Por último, foi feita uma pesquisa para analisar as políticas públicas vigentes em relação a pesca artesanal no Brasil e como ela trata as mulheres pescadoras.

Na segunda etapa, denominada oficinas temáticas com mulheres pescadoras, se realizou dois encontros com pescadoras em cada município acompanhado com o objetivo de compreender a rotina diária delas, dialogar sobre os desafios de ser mulher dentro da categoria da pesca artesanal e discutir o problema da seca que assola o Ceará e vem prejudicando ainda mais a condição de vulnerabilidade vivenciada por elas. Nesta perspectiva, se buscou o fortalecimento da identidade da mulher pescadora nas regiões de Crateús-Inhamuns empoderando-as como pescadoras e promovendo o olhar crítico para que elas conheçam e acessem seus direitos como pescadoras.

Para a primeira oficina, intitulada “As marcas como empoderamento – Construção do mural de identidade”, as pescadoras participaram de uma dinâmica de apresentação que focou no autoconhecimento delas sobre si mesmas e seu reconhecimento identitário como pescadora. Além disso, as pescadoras construíram sua rotina diária e refletiram sobre a participação dos homens nos afazeres domésticos. Esta oficina teve o objetivo de abordar as diversas percepções das pescadoras em relação ao trabalho na pesca e o trabalho doméstico, além de identificar o reconhecimento delas como profissionais da pesca artesanal, para promover uma apropriação crítica da realidade.

Na seguinte oficina, intitulada Papeis de gênero na pesca artesanal, se buscou proporcionar uma análise sobre o papel da mulher na sociedade e promover uma valorização das pescadoras para que elas se reconheçam não só como mãe e/ou esposa de pescador, mas como mulher, pescadora e sujeita política. As pescadoras refletiram sobre o conjunto de comportamentos ou posturas associadas à masculinidade ou à feminilidade na sociedade e especificamente no mundo da pesca artesanal. Foi possível também discutir sobre a desigualdade de gênero também no acesso aos espaços de representação política da categoria da pesca e da divisão do trabalho doméstico.

Em cada oficina se formou grupos focais de mulheres como ferramenta que permite a construção coletiva do conhecimento. Foram formados 12 grupos focais, um para cada município com a participação de 10 a 15 mulheres pescadoras. Adicionalmente, jovens estudantes, filhas de pescadoras participaram dos encontros.

No trabalho com os grupos focais se buscou uma descrição profunda para compreender como as mulheres se veem dentro da categoria da pesca artesanal e conhecer sobre os espaços que elas ocupam como líderes. Por outro lado, durante

os encontros se identificaram mulheres líderes nos territórios e foram realizadas entrevistas semi-estruturadas focadas nos temas identidade e papel de gênero. Para o registro de informação foram utilizadas gravações em vídeo e caderno de anotações. Ainda foram realizadas análise de discurso, com

“um caráter qualitativo interpretativista, que estuda o objeto de investigação em seu contexto natural na tentativa de dar sentido aos fenômenos levando em conta os significados que as pessoas lhe atribuem”. (SILVA E ARAÚJO, 2017, p.20)

Em outras palavras, analisamos o discurso das mulheres para identificar como elas falam sobre si e a pesca, identificar se elas se reconhecem como pescadoras, e mais, se nos espaços públicos se apresentam como pescadoras; conhecem as diretrizes que regem a pesca artesanal no Brasil e seus direitos como pescadoras.

Guia de perguntas orientadas para as entrevistas semi-estruturadas:

1. Qual o seu nome e profissão?
2. Você se reconhece como pescadora?
3. Quais os desafios você nota que a mulher sofre dentro da pesca?
4. Quais as diferenças entre a pescadora e o pescador dentro da atividade da pesca?
5. As pescadoras podem fazer as mesmas atividades que o pescador durante o processo de pesca?
6. O que você escuta sobre a mulher? (na rua, na televisão, no rádio, na igreja, na família)
7. Você já sofreu algum preconceito como pescadora? Qual?
8. Você conhece seus direitos como pescadora?

Finalmente, na terceira fase, denominada observação participante, foi realizada em caráter exploratório uma observação das mulheres e isso nos possibilitou uma perspectiva holística e natural da realidade da mulher na pesca e como elas são vistas dentro das colônias e associação. Esta observação foi realizada durante as oficinas e nos diversos momentos de encontro proporcionado pelo Projeto “Pescadoras e pescadores artesanais construindo o bem viver”.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção se apresenta as discussões e os resultados do trabalho realizado com as pescadoras que foram vitais para entender e fortalecer a ideia de que o trabalho coletivo transforma a realidade dos sujeitos. Processo que se vem dando desde Maio de 2017 até a data presente.

Durante este processo foi possível entender a relação das mulheres com a pesca e como ser pescadora é um desafio na região. Desta forma compreendemos



que existem muitos preconceitos ligados à mulher na pesca, reforçados pela própria Lei da Pesca de 2009, que tem um caráter discriminatório para com as mulheres. Entretanto, as pescadoras não se sentem intimidadas e continuam na resistência para seguir com sua profissão e lutar por seus direitos.

No início das rodas de conversa com as pescadoras encontramos um grupo de mulheres que não se reconheciam como pescadoras, e sim como ajudantes do marido pescador. O discurso era muito similar de um município para o outro. Na grande maioria, as mulheres se diziam donas de casa, esposas e/ou auxiliares de pescador, limpando e vendendo o peixe. Isso revela que a divisão do trabalho nas atividades da pesca artesanal da região reproduz uma subordinação de gênero comum a vários setores produtivos. De acordo com Bourdieu (2002), a dominação masculina se mantém historicamente através da reprodução das estruturas sociais e das atividades produtivas e reprodutivas organizadas de acordo com a divisão sexual do trabalho. Assim, na pesca artesanal o pescador exerce uma atividade produtiva completa, se servindo da ajuda da mulher, especialmente na reparação dos instrumentos da pesca, no beneficiamento do pescado e na comercialização, mas sem reconhecer essa ajuda como parceria. Ao contrário, o trabalho da mulher depende do homem, não tem valor monetário e fica por traz do trabalho doméstico, de sua competência exclusiva (WOORTMANN, 1989). Portanto, conforme Cavalcanti (2010) é necessário desmistificar o modelo de hierarquização das atividades produtivas pesqueiras de acordo com o gênero.

Entendemos que pescador ou pescadora não é somente o que entra na água e pesca, mas quem participa do processo da pesca, que inclui pescar, limpar e vender o peixe, fazer e concertar os instrumentos de pesca como galão, tarrafa, entre outras coisas. Com base nisso, é importante dizer que se a mulher atua em alguma destas tarefas pode ser considerada pescadora, já que a pesca artesanal é praticada em regime familiar, ou seja, em condições de mútua dependência e colaboração.

Assim como, percebemos uma mudança de atitude das pescadoras nos encontros realizados, houve uma maior participação. Elas passaram a compartilhar suas histórias na pesca, como era antes e como está agora. Utilizando da memória delas resgatamos histórias sobre o que sentem dentro da água e de como a pesca acompanhou as várias etapas da própria vida, como a infância ou a maternidade. Neste sentido as mulheres passaram a mostrar seus conhecimentos em relação a pesca, revelar a pertinência, a importância e as particularidades dos seus conhecimentos específicos da pesca, por exemplo sobre as espécies de peixes da região, a construção e o uso dos instrumentos e das embarcações, o armazenamento, beneficiamento e a comercialização do pescado.

Por outro lado, as pescadoras partilharam os preconceitos que vivem e ou viveram nas instituições públicas, quando vão renovar a carteira de pescadora artesanal, solicitar o seguro defeso e até mesmo na hora de marcar uma consulta médica.

“Fui marcar o médico e me perguntaram minha profissão, falei que sou pescadora. E me disseram: pescadora? Existe pescadora?” - Pescadora Aparecida Costa do município de Novo Oriente.

Esta mudança de atitude das mulheres se percebe na partilha do próprio conhecimento e dos desafios.

Do mesmo modo, foi possível perceber uma postura diferente das pescadoras. Inicialmente, elas ficavam de cabeça baixa e com o olhar para baixo nos encontros. Atualmente, as pescadoras demonstram força, criando seu lugar de fala e dando valor as falas de outras mulheres. Toda esta mudança fortaleceu o empoderamento das pescadoras e elas começaram a se posicionar mais não só nos encontros de mulheres, mas nos espaços promovidos pelas colônias e associações.

“Antes eu tinha medo de falar, chegava calada, me sentava e só escutava, hoje eu falo o que penso, participo dos encontros, viajo para representar minha colônia e as pescadoras. Lá no Maranhão, no encontro da ANP eu contei minha experiência, não tenho mais medo de falar” – Pescadora Elizabete Albuquerque, Novo Oriente.

O discurso das mulheres se fortaleceu e se identificou um crescimento no número de mulheres líderes, que assumiram a partir de um cenário de participação coletiva. As novas líderes estão empoderadas e incentivam a promoção de espaços de diálogo e participação nas colônias e ou associações. Neste momento, as pescadoras têm uma atitude firme em relação às suas decisões, admitem suas fraquezas, mas as transformam em forças e se sentem livres diante dos desafios que possam surgir.

Ainda percebemos um maior olhar crítico em relação às colônias e associações. As pescadoras passaram a ocupar novos espaços de liderança, e buscar seus direitos dentro da categoria. Além disso, as mulheres estão se tornando sócias das colônias e ou associações para cada vez mais acessar seus direitos como pescadoras profissionais.

Contudo, com os encontros, vale ressaltar o fortalecimento das mulheres como pescadoras, seu autoreconhecimento profissional, o olhar crítico sobre a sociedade. Há conscientização da importância de ocupar seus espaços de direitos, tanto nas colônias e associações como nos órgãos públicos, exercendo seus direitos como pescadora e cidadã.

“Depois do nosso último encontro de mulheres, fiquei pensando no que discutimos, se me identificar como pescadora ou como auxiliadora, ou dona de casa. E percebi que não me posiciono como deveria e depois disso comecei a falar, mostrar que sou pescadora sim, e que o que eu faço não é uma ajuda, mas sim o meu trabalho, minha profissão, o que sustenta meus filhos”. – Pescadora Joelma, município de Independência.

## CONCLUSÃO

As histórias compartilhadas pelas pescadoras dos territórios dos Inhamuns Crateús e resgatadas através das atividades executadas revelam a existência de uma pesca artesanal feita por profissionais qualificadas que ocupam espaços de luta e resistência enfrentando todo dia o preconceito e a falta de reconhecimento.

Entretanto, com a execução das atividades descritas no presente trabalho, foi possível perceber uma ressignificação da identidade das mulheres como pescadoras, o fortalecimento do autoreconhecimento profissional e o empoderamento do olhar crítico sobre a sociedade. Isso se deu por um lado através da valorização da atividade exercida pelas pescadoras. Por outro lado, foram oferecidos às pescadoras espaços inéditos de fala e denúncia das dificuldades vivenciadas dentro e fora da pesca. Assim, o encontro e o confronto com outras pescadoras facilitaram o processo de autoreconhecimento e o empoderamento recíproco.

Dessa forma, entendemos que os objetivos dos encontros foram alcançados. Todavia, é necessário que as colônias e associações procurem rever a definição de pescador, facilitando o processo de reconhecimento do papel da mulher na pesca e tornando-se espaços de representação e luta para que as pescadoras tenham maior acesso aos direitos e conseqüentemente uma melhor qualidade de vida.

## REFERÊNCIAS

- BORGONHA, M. C.; BORGONHA, M. **Mulher-pescadora e Mulher de Pescador: A Presença da mulher na Pesca Artesanal na Ilha de São Francisco do Sul**, Santa Catarina. *In: Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder*. Florianópolis, p. 1-6, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- CAVALCANTI, Diego Rocha Madeiros. **Mulheres nas águas: Um estudo sobre relações de gênero na pesca**. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, 2010.
- MANESCHY, M. C.; SIQUEIRA, D.; ÁLVARES, M. L. M. Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 3, p. 713–737, 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2012000300007&lng=pt&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000300007&lng=pt&lng=pt)>.
- MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. **Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura**. 2011.
- SILVA, V. L.; LEITÃO, M. R. F. A. O processo de reconhecimento jurídico do trabalho das pescadoras artesanais catarinenses e a indefinição de direitos trabalhistas e previdenciários. **Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito**. Centro de Ciências Jurídicas – Universidade Federal da Paraíba. v. 5, n. 1, p. 138-167, 2016.
- FALS BORDA, O. (1999). **Orígenes universales y retos actuales de la IAP (Investigación- Acción Participativa)**. P. 71-88 Recuperado 07 de Fevereiro de 2017 de <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/colombia/assets/own/analisis38.pdf>.
- SILVA, J.C.; ARAÚJO, A.D. **A metodologia de pesquisa em análise do discurso. Grau Zero - Revista de Crítica Cultural** (Organizada pelo PÓS-CRÍTICA), 2017. Disponível em: <https://www>.

[revistas.uneb.br/index.php/grauzero/article/view/3492/2240](http://revistas.uneb.br/index.php/grauzero/article/view/3492/2240).

WOORTMANN, E. F. Da complementaridade á dependência: espaço, tempo e gênero em comunidades “pesqueiras” do nordeste. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 7, n.18, p. 41-60, 1992.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**SOLANGE APARECIDA DE SOUZA MONTEIRO** - Doutoranda em Educação Escolar. Mestra em Processos de Ensino, Gestão e Inovação pela Universidade de Araraquara - UNIARA (2018). Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupungá (1989). Possui Especialização em Metodologia do Ensino pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras Urubupungá (1992). Trabalha como pedagoga do Instituto Federal de São Paulo (IFSP/Câmpus Araraquara-SP). Participa dos núcleos: - Núcleo de Gêneros e Sexualidade do IFSP (NUGS); -Núcleo de Apoio as Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), Membro da Equipe de Formação Continuada de Professores. Desenvolve sua pesquisa acadêmica na área de Educação, História da Educação Sexual, Sexualidade e em História e Cultura Africana, Afro-brasileira e Indígena e/ou Relações Étnico-raciais. Participa do Grupo de pesquisa - GESTELD - Grupo de Estudos em Educação, Sexualidade, Tecnologias, Linguagens e Discursos. Membro desde 2018 do Grupo de pesquisa “Núcleo de Estudos da Sexualidade - NUSEX”.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Açude 217, 221

Agroecologia 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45

Amanda Bueno 47, 48, 50, 52, 54, 55, 56

### C

Clarice Lispector 87, 88, 97, 98

Comunicação popular 136, 138

Contexto escolar 78, 82

Crítica literária feminista 87, 89, 98

Cuidado 11, 12, 14, 18, 19, 20, 24, 41, 50, 58, 60, 61, 62, 64, 82, 92, 131, 179, 217, 219

Cuidado de enfermagem 58

### D

Discursos 1, 2, 3, 4, 5, 7, 9, 16, 17, 50, 87, 103, 111, 113, 114, 117, 132, 133, 134, 168, 172, 183, 209, 227

Diversidade de gênero 100, 101, 102, 103, 105, 108

### E

Economia solidária 150, 152, 156, 157, 158, 160

Educação contra hegemônica 195

Empoderamento feminino 58, 61, 151, 160

Enfermagem 12, 15, 20, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 137

Enfermagem obstétrica 58, 60, 61, 62

Ervas medicinais 136, 138, 139, 143, 145

Estadão 47, 48, 49, 53, 54

Experiências educacionais 146, 147

### F

Feminismo negro 85, 186, 187, 188, 192, 194, 199, 207

### H

Humanização do parto 58, 59, 60, 61, 62, 63

### I

Identidade 6, 8, 12, 13, 17, 18, 19, 26, 32, 38, 43, 69, 78, 79, 91, 95, 96, 98, 103, 107, 109, 113, 117, 123, 126, 132, 139, 150, 157, 160, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 176, 208, 217, 218, 220, 221, 222, 225

Inclusão social 150, 158

Intelectualidade 186, 188, 192

Interseccionalidade 1, 3, 5, 6, 7, 10, 11, 78, 81, 85, 86, 91, 111, 112, 116, 117, 123

## J

Jornalismo 47, 49, 55, 56, 57

## L

Lei 19, 20, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 48, 51, 54, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 74, 75, 76, 77, 105, 106, 109, 147, 173, 187, 218, 223

Literatura portuguesa contemporânea 124, 129

## M

Medidas protetivas 65, 70, 71, 72, 75, 197

Método canguru 12, 14, 15, 16

Minorias 81, 100, 104, 105, 106, 107, 108

Movimentos sociais do campo 35, 40

Mulher 1, 2, 5, 6, 7, 8, 10, 13, 14, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 76, 79, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 103, 114, 117, 120, 123, 125, 127, 128, 129, 131, 132, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 158, 160, 161, 163, 164, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 176, 177, 181, 183, 184, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 213, 220, 221, 222, 223, 225

Mulher capoeirista 195, 201, 205

Mulheres 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 66, 67, 72, 76, 79, 81, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 103, 105, 107, 113, 114, 116, 117, 119, 122, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 165, 167, 171, 172, 175, 176, 177, 178, 180, 183, 184, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 209, 210, 213, 215, 216, 217, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225

Mulheres dependentes químicas 146, 148

Mulher-trabalho 35

## O

Organização feminina produtiva 150

Organização social 17, 40, 166, 207, 209

## P

Parceria 156, 158, 164, 195, 202, 205, 209, 211, 213, 216, 220, 223

Pescadoras artesanais 217, 219, 225

Políticas afirmativas 100, 101, 102, 104, 105, 106, 108

Práticas pedagógicas 146, 147, 148

Prematuridade 12, 14, 19

Protagonismo feminino 35, 62, 63

## R

Representação 47, 51, 54, 56, 89, 91, 92, 111, 116, 119, 122, 125, 167, 169, 198, 211, 212, 219, 220, 221, 225

Resistência 38, 89, 90, 94, 130, 139, 170, 179, 183, 187, 190, 192, 193, 195, 199, 200, 203, 207, 219, 223, 225

Roda capoeira 195, 200

## S

Sertão 136, 144, 217, 220, 221

Solidão 96, 124, 187, 190

## T

Tradição 89, 90, 124, 129, 134, 196, 197

Transexualidade 163, 164, 165, 168, 169, 172, 174

## V

Violência 4, 6, 11, 19, 20, 32, 43, 47, 48, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 76, 77, 94, 108, 141, 164, 170, 172, 187, 190, 191, 193, 200, 201, 204, 213, 225

Violência contra a mulher 47, 48, 50, 51, 52, 55, 56, 57, 69, 76, 200

Volatilidade 124, 125, 126, 134



Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-789-5



9 788572 477895